



PEDRO MANUEL BEBIANO DINIZ FERREIRA BRAGA

# MOBILIÁRIO URBANO DE LISBOA 1838-1938

I VOLUME



Dissertação de Mestrado  
em História da Arte Contemporânea  
Apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
da Universidade Nova de Lisboa  
Orientada pela Prof. Doutora Margarida Acciaiuoli

1995

43363

## INDÍCE

### I Volume

Índice Geral.....	I
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	II

Introdução.....	2
-----------------	---

#### I Parte

O Aparecimento do mobiliário urbano.....	7
--	---

#### II Parte

Os Marcos e Grades.....	26
Os Candeeiros.....	44
Os Chafarizes, Fontenários e Bebedouros.....	69
As Fontes de repuxo.....	94
Os Bancos.....	108
Os Coretos.....	120
Os Quiosques e Mesas.....	138
Os Suportes da Publicidade.....	161
Os Urinóis e Chalets-retrete.....	174

#### III Parte

A Paisagem e Sociabilidade urbana.....	197
--	-----

Conclusão.....	221
----------------	-----

Fontes e Bibliografia.....	226
----------------------------	-----

Índice Onomástico.....	241
------------------------	-----

### II e III Volumes

Índice dos Anexos Iconográfico e Documental.....	249
--	-----



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAC - Arquivo do Arco do Cego  
AC - Arquivo Central  
AE - Alto da Eira  
CARRIS - Companhia Carris de ferro de Lisboa  
CML - Câmara Municipal de Lisboa  
COMM - Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais  
COP - Comissão de Obras Públicas  
CTT - Correios, Telégrafos e Telefones  
DSU - Direcção de Serviços de Urbanização  
GEO - Gabinete de Estudos Olisiponenses  
MC - Museu da Cidade  
OP - Obras Públicas  
P - Passeios  
PA - Passeios e Arvoredos  
PC- Paços do Concelho  
SGO - Serviço Geral de Obras  
V - Viação

## INTRODUÇÃO

*4 de Abril de 1838*, escrevia-se a dourado, nas portas gradeadas do Passeio Público do Rossio, pelo aniversário régio de D. Maria II. Com este acto estava terminada a fase inicial da sua renovação e surgia o primeiro grande conjunto de mobiliário urbano em Lisboa.

É este o ponto de partida do inquérito que agora se apresenta, sobre o mobiliário urbano, entendido como todas as peças instaladas no espaço urbano público, com a função de satisfazer as diversas necessidades - de iluminação, repouso, higiene, e outras - do transeunte pela cidade. Lisboa capital, macrocéfala e convergente, exemplo maior da realidade nacional, foi o espaço citadino escolhido, nos seus actuais limites, englobando áreas, como os Olivais ou Belém que, por certo período, tiveram Câmaras próprias - mas sempre se regindo pelo modelo da sua “casa mãe” - e que a ela voltariam.

É o mobilamento de Lisboa, em nome do progresso, à sombra de um capitalismo-fontista, arrastado durante Oitocentos e que se prolongaria por Novecentos, nas suas primeiras décadas, como a execução dos seus tardios planos de urbanização e do seu romantismo, em herança; embora, falhando um cosmopolitismo, ensaiado pelos compridos anos 20, porque se tratava de uma Lisboa entre a cidade e as serras, que a tomada de posse, em 1938, da presidência do município, por Duarte Pacheco, acumulando um ministério das Obras Públicas, de Salazar, a outro ritmo e direcção forçaria a capital e o país, acarretando novo mobiliário urbano que preenchesse as transformações na urbe, preparando a “capital do Império Português” para a grande Exposição de 1940, que a segunda Guerra Mundial, declarada em 1939, durante os trabalhos, isolaria o efeito do mundo, circunscrevendo-a a acontecimento nacional.

O ponto de fractura é 1938, anteriormente anunciada, em obras de renovação urbana e do seu mobiliário, desde o final da década de 10, até ao princípio dos anos 30. Entre as obras de remodelação do Passeio Público oitocentista e as modificações do Rossio ou Terreiro do Paço nos anos 20 ou 30 de Novecentos define-se o período

deste inquérito realizado ao mobiliário urbano de Lisboa.

Este estudo que não pretende ser apenas um inventário, recolhendo exhaustivamente todas as peças de mobiliário urbano na capital, durante uma centena de anos, mas, uma abordagem a estes objectos de cultura, limitada pelo material encontrado, escolhendo os que merecem destaque, agrupando-os em capítulo próprio, acentuando os móveis ímpares, pela sua qualidade ou pobreza do risco, e vendo o reflexo da sua utência no espelho deformante da caricatura ou nos comentários de contemporâneos.

Necessário foi criar um espaço urbano, destinado ao transeunte, onde colocar este mobiliário, surgindo os passeios laterais - com eles o empedrado artístico, fenómeno singular - e o ajardinamento criando Passeios e placas de verdura, numa cidade oitocentista que procurava urbanizar-se, tentando deixar uma ruralidade, estendendo a sua malha urbana e, em sentido contrário, ganhando uma população provinciana. Seguiu-se o modelo de Paris *haussmanniana*, de Alphand e, em particular, de Davioud, “progenitor” do mobiliário urbano, reafirmando a nossa órbita de dependência civilizacional e cultural francesa. Daí vinham encomendas em móveis ou livros, e gente tecnicamente formada ou, mais tarde, que para ali ia aprender académicamente em *Écoles*, para camarariamente defenir as directrizes urbanísticas alfacinhas, legando uma Repartição Técnica (que importava estudar e nisso sentindo-se lesado este inquérito) operativa, a partir de 1874 - era a estética urbana de um Segundo Império francês, que transbordava além fronteiras, para o mundo ocidental, no qual não somos caso isolado.

Neste inquérito os móveis urbanos encontram-se distribuídos por nove capítulos, num discurso cronológico interno, em conjunto alguns, por afinidade de função, como os marcos e as grades, protegendo o peão; os chafarizes, marcos fontenários e bebedouros, abastecendo-o de água; os quiosques e as mesas de venda, permitindo o pequeno comércio; os diferentes suportes da publicidade dando-lhe informação, em colunas e painéis anunciadores ou de réclames luminosos; e, finalmente os urinoís e os chalets-retrete, satisfazendo as suas necessidades de higiene, quando em



ambulatório. Outros, ocupam-nos isolados, como os candeeiros ou candelabros, iluminando ruas e jardins, as fontes de repuxo refrescando os espaços; os bancos para repouso e os coretos - já anteriormente, trabalhados pelo autor, em colaboração, numa obra monográfica (1991) - animando com música.

Naturalmente que ainda ficou mobiliário urbano de fora desta arrumação, pequenas e grandes peças, como o marco do correio, os diversos postes, ou as cabines telefónicas e as guaritas, que não constituem capítulo à parte, mas, realizando pelo seu número - em acumulação com os outros móveis - uma profunda modificação na paisagem da urbe que interessava referenciar. Pontuando os espaços que lhes eram rigorosamente marcados, pelo município, em sucessivas vagas de mobilamento, multiplicando-se, causando pejamento e nisso embaraçando o trânsito de peões que a Câmara tentará resolver.

O aparecimento destes móveis urbanos é motor de uma outra sociabilidade e cultura burguesa, feita de "habitar" a rua - em importante conquista feminina - resultando numa maior convivência citadina em espaços públicos a céu aberto; como o gosto e a moda do Passeio, devida ao impulso de um príncipe-consorte vindo do estrangeiro, D. Fernando II; ou prolongando o seu horário, com a difusão da iluminação pública, ajudada por grandes festas de luminárias nocturnas, em encontro social descontraído ou etiquetado; e, ainda, em crescente azáfama, desde o início de Novecentos, com a crescente rede dos transportes públicos eléctricos.

É necessário registar dificuldades nos arquivos municipais - com um moroso tratamento, em parte, por fazer, daí resultando conscientes lacunas - que se procuraram colmatar utilizando-se outros arquivos, como os da Carris ou dos CTT; e, ainda, uma variada bibliografia da época, nacional, incluindo monografias, roteiros, periódicos - e em caso especial estrangeiro, porque é o exemplo copiado, a obra de Alphand - *Les Promenades de Paris*, 1867-73 - foram estas as principais fontes.

Completo-se a informação em bibliografia da especialidade, quase toda estrangeira - sobretudo parisiense que foi o modelo seguido - à falta de tratamento do

tema, na vasta historiografia nacional sobre Lisboa, muito activa desde 1975 e, em particular, mas de irregular qualidade, no ano de 1994, capital europeia da cultura.

Reflectindo sobre a paisagem e sociabilidade urbanas, face ao seu mobiliário numa utência (ou não), no quotidiano, formas e gostos importados, mas com que alfacinha apropriação, por parte da gente que os usa ou daquela outra que os projecta e instala? - à guisa de conclusão.

A criação do mobiliário urbano tem de responder funcionalmente às necessidades de utilização por parte dos transeuntes e servir, ao mesmo tempo, de décor da cidade; mas, acarreta consigo problemas de produção em série estandardizada; e sendo muito numeroso, é necessário instalá-lo ordenadamente no espaço citadino, por vezes acoplá-lo para não causar pejamento, pareceu-nos importante encontrar as soluções propostas pela municipalidade dando resposta a estes problemas.

Era necessário historiograficamente realizar um inquérito aos móveis urbanos de Lisboa que pela sua frequência, o seu papel de escansionamento do espaço, a sua unidade formal e ainda a sua visibilidade, ocupam um lugar importante na fisionomia desta cidade, da qual nós somos herdeiros, constituindo o mobiliário um factor essencial na definição da própria identidade urbana que faz com que a reconheçamos.

## I PARTE



## O APARECIMENTO DO MOBILIÁRIO URBANO

Lisboa, no final dos anos 30 de Oitocentos, com uma população estimada abaixo das 200 mil almas<sup>1</sup>, número que conservaria até ao fim dos anos 70, e com uma área que não chegava aos 950 hectares urbanos, ainda, muito ruralizados, estava com as suas obras estagnadas, em crise, desde há tres décadas, iniciada com as invasões napoleónicas (1807) e saía de uma guerra civil (1832-34), que deixara a cidade sem fôlego, mantendo-se em pouco crescimento, na construção, até aos anos 80.

Para que visse surgir o seu mobiliário urbano seria necessário criar espaço próprio que o acolhesse e, mais tarde, o exigisse, passando a fazer parte do seu *décor*; assim, faltavam passeios laterais, destinados aos peões em circulação pela cidade, e eram (quase) inexistentes as zonas verdes, para passeio curto ou seu recreio, nas horas de lazer, em modas estrangeiras. Ao construirem-se estes dois espaços, passeios laterais e jardins, vai emergir o seu mobiliário urbano, muito à francesa, como observaremos, servindo quem por ali passa, suscitando novos hábitos e uma outra sociabilidade feita de quem (con)vive, também, na rua.

Nesta época, eram, apenas, alguns, os passeios laterais que se encontravam construídos - conforme foram previstos, em 1756, logo, pós-terramoto por Manuel da Maia (1677-1768), engenheiro-mor do reino, propondo novas ruas "à imitação de algumas da de Londres dividida em tres partes, a do meyo de 40 palmos de largo para carruagens, e gente de cavalo, e as duas dos lados de dez palmos de largo cada huma para gente de pé e Cadeiras, com a separação de pilares e pavimento"<sup>2</sup> - à excepção das ruas da Baixa e de umas faixas de lagêdo esquadrinhando praças importantes, como o Rossio, ou bordejando as fachadas principais de alguns edifícios públicos, pouco mais se tinha construído como espaço urbano dedicado à circulação

<sup>1</sup> "a população de Lisboa se mantinha abaixo do nível atingido nas vésperas do terramoto: o recenseamento de 1801 indica 237 mil habitantes, mas em 1820 aparecem 210 mil e em 1845 182 mil, sempre com discutível exactidão que permite um cálculo médio razoável abaixo dos 200 mil habitantes, como aliás acontecerá ainda no censo, mais fidedigno, de 1878 que indica 187 mil." in J.-A. França - *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa, Biblioteca Breve, 1980, p. 57.

<sup>2</sup> In "Dissertação de Manuel da Maia", III parte, em 1756, transcrita por J.-A. França - *Lisboa pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977, p. 307.

pedonal na cidade<sup>3</sup>.

O desleixo da faixa do meio, para o trânsito viário, mas, para onde eram remetidos os peões, em perigosas deambulações, à falta de passeios laterais que os protegessem, será objecto de arrastadas críticas, por nacionais e visitantes estrangeiros, sendo constantes as queixas, até ao último quartel do século; sobre a inexistência de calçadas e o mau estado das construídas, “As praças e passeios com pedras levantadas incommodam a quem passa, fazem estrago no calçado das senhoras e creanças, e dão de nós pouco vantajosa idéa”<sup>4</sup>; as ruas eram difíceis de percorrer com os muitos buracos e covas; incómodas com a lama originada pelas chuvas no Inverno; e, ainda, prejudiciais à saúde com as grandes nuvens de poeira levantadas no Verão, causando tosses e oftalminias aos transeuntes.

Sugeriam-se, nos anos 40, em entusiásticas notícias, diversas técnicas de “alizar com maços de ferro ou pau as grandes praças e passeios da capital, como o Terreiro do Paço, Rocio, Caes do Sodré, Praça da Alegria e das Flores, Passeio Publico e o de S. Pedro de Alcantara”<sup>5</sup>, de calçada com calhau grosso, com pedra quadrada, ou, com o asfalto<sup>6</sup>, tentativa malograda de um francês (1842).

Mas é o macadame<sup>7</sup>, que aplaudido desde 1842<sup>8</sup>, é adoptado em muitos arruamentos, para cedo, logo em 1850<sup>9</sup>, vir a ser criticado em procuações higiénistas, até ao fim do século, tanto aqui como no estrangeiro<sup>10</sup>, à falta de manutenção e de regas, fazendo com que “espessas nuvens de pó, venham representar uma scena do deserto no meio da capital de um reino”<sup>11</sup>; viria, ainda, acusado de facilmente

<sup>3</sup> Conforme se pode verificar pelas gravuras, como a “Praça de D. Pedro em Lisboa”, in *Universo Pittoresco* (10), 1839-40; ou “Theatro de S. Carlos em Lisboa”, in *Ibidem* (19), 1839-40, e, ainda, em outras gravuras publicadas, no mesmo ano, neste periódico.

<sup>4</sup> *Revista Universal Lisbonense* (46), 1844, p. 552.

<sup>5</sup> *Ibidem*, 1844, p. 552

<sup>6</sup> M. Ferdinand Denis - *Portugal*, Paris, Fermin Didot Frères, 1846, p. 372.

<sup>7</sup> Introduzido na Grã-Bretanha, em 1812-15, pelo engenheiro Mac Adam.

<sup>8</sup> *Revista Universal* (5), 1842, pp. 56-57.

<sup>9</sup> *Revista Universal Lisbonense* ( ), 1850, pp. 475-476

<sup>10</sup> André Guillerme - “Le Pâvé de Paris”, in *Paris et ses Réseaux: naissance d'un mode de vie urbain XIX et XX siècles*, Paris, Bibliothèque Historique de la Ville de Paris, 1990, pp. 71-72.

<sup>11</sup> “Necessidades de regar as ruas macadamizadas e os Passeios Publicos”, in *Revista Universal Lisbonense* (32), 1848, p. 383.



deteriorável com o aumento do tráfego.

Ainda, se escreveria, duas décadas depois, em 1863, “ basta que se lance a vista para o lastimoso estado das ruas de Lisboa. Sirva de modelo o Chiado que é o bairro mimoso da cidade: a rua, tomada de lado a lado pelo famoso macdam, é um leito de barro e de lama para o infeliz que tentar atravessa-la, e os passeios com os pingos causticos das biqueiras são uma ironia aquatica (...) Do alto do Loreto o caminhante que tem de ir para o Espirito Santo persigna-se devotamente, e prepara-se para a peregrinação entregando a vida à mercê do acaso. Se chega inteiro e com botas ao fim d'aquelle pricipicio auctorisado, promette em acção de graças um cirio ao Senhor Jesus dos afflictos. O caso também não é para menos.” , contra o macadame “ essa praga dupla que levanta pó no verão e produz atoleiros no inverno”<sup>12</sup>.

Reconhecendo-se, ainda, nos anos 40, que os passeios laterais “ou banquetas das ruas são uma verdadeira necessidade”<sup>13</sup>, também, eles vão ser notícia, elogiando-se muito os de asfalto - utilizado em Paris desde 1837<sup>14</sup> - que “as ruas assim construidas seriam guarnecidas de anditos ou passeios-lateraes levantados acima do piso do centro, e marginados com uma faixa de pedra de cantaria”<sup>15</sup>, proporcionando toda a comodidade para a circulação em segurança, livre e decontraída do transeunte, que o reconhece como um espaço semi-privado e semi-publico.

Em Lisboa, seria muito original o tipo mais difundido de revestimento dos passeios, em “calçada mosaico”<sup>16</sup> - feita de pedras, de basalto e calcário, artesanalmente aparelhadas na concha da mão, ajustadas sob areia, com a ajuda de moldes em caixa de madeira e batida a maço - que foi ensaiada na capital, em meados dos anos 40, nas ruas da freguesia do Castelo<sup>17</sup>, trabalho dos grilhetas sob a direcção

---

<sup>12</sup> Duende (15), 1863, p. 2

<sup>13</sup> *Revista Universal Lisbonense* (33), 1843, pp. 405-406.

<sup>14</sup> André Guillerme - *Op. cit.*, p. 72

<sup>15</sup> *Revista Universal Lisbonense* ( ), 1846-47, p. 160.

<sup>16</sup> Na origem da “calçada mosaico” deve estar a prática dos trabalhos com seixos rolados nas bordaduras de canteiros em jardins ou pavimentando os âtrios de entrada em grandes casas; também, já, foram apontados, como fonte de inspiração, os revestimentos de empenas em “embrechados”.

<sup>17</sup> Em 1844, a Câmara agradada dos empedrados realizados no Castelo pede que se estendam à Calçada do Marquês de Tancos, in *Synopse dos pricipaes actos administrativos da Câmara em 1844*, Lisboa, CML, 1845, p. 12.

de Eusébio Cândido Pinheiro Furtado (1777-1861), general, comandante-geral de engenharia, liberal e governador da prisão<sup>18</sup>, então, aí instalada, método este que se expandirá, até ao novo século, a quase todos os passeios da cidade.

Em 1848, depois de deixarem pronta a frente da entrada do Passeio Público do Rossio, com calçada em espinha, inicia-se a obra da Praça de D. Pedro IV, a primeira em grande superfície, que terminaria um ano depois, conforme se deixou datado no empedrado, realizando grilhetas e calceteiros municipais, um motivo de ondas, de belo efeito plástico - anteriormente, ensaiado na Rua de Santa Cruz do Castelo, por Pinheiro Furtado que o apresentou, depois, à Câmara para aprovação - e que ficaria conhecido como o “Mar Largo” do Rossio.

A Praça dos Romulares (actualmente Duque da Terceira), logo, de seguida, em 1849, “a camara municipal mandou arborisar esta praça (...) a fez empedrar de enxequetado preto e branco”<sup>19</sup> que, só, teve início no ano seguinte<sup>20</sup>. O actual desenho do mosaico da Praça Duque da Terceira<sup>21</sup>, é obra posterior, provavelmente do final da década de 70, substituindo o antigo empedrado, mostra-nos um “tapete branco” desenhando laços e flores, em contraste, sob fundo negro, deixando marcado na bordadura, como era habitual, as caldeiras das árvores.

O Chiado, no final da década de 80, vai merecer uma intervenção especial de calcetamento, pelo município, com o projecto de mosaico empedrado para a Praça de Luis de Camões<sup>22</sup>, mostrando ao centro, como uma gola, em desenho rendilhado, ficando a praça riscada em quadrícula; curiosamente deixando marcado, no desenho, além, das caldeiras das árvores, o espaço ocupado pelo mobiliário urbano existente, em 1886, quiosque, marco fontenário, urinol, guarita, bancos e candeeiros; no mesmo ano, desenhou-se dois padrões para a Rua Nova do Almada e Largo de S. Julião<sup>23</sup>.

<sup>18</sup> Entre 25 de Novembro de 1840 e 30 de Maio de 1846, in E. Martins Bairrada - *Empedrados Artísticos de Lisboa: a arte da calçada-mosaico*, Lisboa, CML, 1985, pp. XXXIII-XXV.

<sup>19</sup> *Archivo Pittoresco* (1), 1860, p. 3.

<sup>20</sup> Frei Gil d'Alcobaça - “Conhecem voçes a Lisboa de outro tempo? O Cais do Sodré”, in *O Notícias Ilustrado* (333), 1934, p. 8

<sup>21</sup> CML - AAC; Equipamento Urbano, Gaveta 39.

<sup>22</sup> CML - AAC; Equipamento Urbano, Gaveta 39.

<sup>23</sup> CML - AAC; cx /COP, parecer nº 67.



No ano seguinte, em 1887, surge o desenho dos tipos do empedrado em mosaico para os passeios da Rua Garrett<sup>24</sup>, com três padrões; dois geométricos, em “grega” e losângulos; e outro com motivos vegetais moldurados por losângulos. Ainda, nesse ano, seguindo o mesmo processo, risca-se dois padrões, em desenho do mosaico para os passeios da Rua Augusta<sup>25</sup>, um com elementos florais afrontados, de grande efeito decorativo, e outro, mais geométrico, jogando com o círculo e o X - todos estes desenhos de padrões serviriam, mais tarde, de modelo tipo para o empedrado de outras ruas da cidade.

Este simples processo de calçada, mas, de forte resultado plástico<sup>26</sup>, “atapetando” praças e passeios laterais, em diversos padrões, vinha estendendo-se, progressivamente, a outras zonas - à falta de um estudo, apenas, apontaremos<sup>27</sup> alguns exemplos cronologicamente - nos largos do Carmo (1863) e de Camões (1867); no Jardim do Príncipe Real (1870); na Praça do Município, com florões e estrelas (1876); no jardim da Graça, parecendo inspirar-se num gradeamento (1882); na Rua António Maria Cardoso (1893); no Jardim de S. Pedro de Alcântara, com cruzes e círculos (1894); no Campo dos Mártires da Pátria, com caravela municipal (1906); na Rua do Arsenal, com flores em octágonos (1907); na Praça do Comércio (1907); no Largo da Boa-Hora<sup>28</sup>, em desenho cruzando linhas entre os círculos, das caldeiras das árvores, ou inscrevendo-se, nos vagos, uma estrela (1908).

A Avenida da Liberdade, em duas fases, até à Rua das Pretas (1889), acrescentada de legendas em homenagem ao escritor Pinheiro Chagas, (1925) ou à America e aos navegadores Corte Real, (1932); outra, até à rotunda (1900-1908), com florões e bordadura em formas geométricas e vegetais<sup>29</sup>; e, ainda, na Praça do

<sup>24</sup> CML - AAC; Equipamento Urbano, Gaveta 39.

<sup>25</sup> CML - AAC; Equipamento Urbano, Gaveta 39; trata-se de dois desenhos, ambos, estão na mesma gaveta.

<sup>26</sup> É necessário vir a fazer-se a história da evolução do empedrado em Lisboa, na qual importaria, como foi apontado por J.-A. França (1967), ver a sua relação com o papel decorativo dos azulejos nas fachadas.

<sup>27</sup> À falta de um estudo histórico rigoroso e sistemático, as datas apresentadas, quando não referenciadas em nota, foram recolhidas in E. Martins Bairrada - *Op. cit.*

<sup>28</sup> CML - AAC; Equipamento Urbano, Gaveta 39.

<sup>29</sup> CML - AAC; cx. nº 7/V, 8854.

Marquês de Pombal<sup>30</sup>, na bordadura das placas ajardinadas, com caravelas municipais e, em cartelas, cronológicas legendas da biografia do estadista, com o seu brasão (1907).

Entretanto, o processo da “calçada mosaico” generalizara-se, em 1895, quando o município resolveu “que d’ora avante se empregue o empedrado à portuguesa na construção e reconstrução dos passeios laterais das ruas”<sup>31</sup> adoptando-o, definitivamente, na sua construção.

Casos especiais eram os dos refúgios, pedaços de passeio, na forma de placas circulares, empedradas, para descanso do transeunte, quando tinha que atravessar uma via de grande largura, protegendo-se do trânsito, até chegar ao outro passeio lateral. Havia-os espalhados pela cidade, geralmente com um motivo único, centrado e desenvolvendo-se até preencher o círculo, de que é exemplo o refúgio na Rua Vinte e Quatro de Julho próximo à Rampa de Santos<sup>32</sup>, mostrando um desenho em flor de “rosácea”; ficando muito conhecidos, o de “Diana”, em círculos, ao Rossio, depois da reforma em 1919; ou o das “estrelas” no Largo de S. Domingos, e a “ilha dos galegos”, ao Chiado, assim, baptizada pelos seus “habitantes” à espera de novo frete.

Ainda, os letreiros<sup>33</sup>, em “tapete” empedrado, na frente das casas comerciais e fábricas, com o nome da firma, números de porta, até de andar, e mencionando produtos, muito em voga desde a viragem deste século, e de que, ainda hoje, persiste o uso. Infelizmente, muitos destes antigos empedrados, em letreiro, sujeitos ao pagamento da respectiva taxa, foram levantados quando os proprietários não a cumpriam. Outro tipo, era o requerido por proprietários de imóveis querendo marcar os passeios, com motivos únicos, por vezes com as suas iniciais e datados, reforçando-lhes um estatuto semi-privado, num gesto de extensão do domínio de propriedade

<sup>30</sup> CML - MC; desenho de uma das placas, datada de 10 de Dezembro de 1907, assinado por António Fernando Silva. Existe, ainda, um levantamento de conjunto, datado de 1947, realizado por J.J.A. Nogueira.

<sup>31</sup> “Empedrados e Mosaicos” in *Arte Portuguesa*, ( ) Lisboa, 1895.

<sup>32</sup> CML - AAC; Equipamento Urbano, Gaveta 39.

<sup>33</sup> Existem numerosos projectos destes empedrados na CML-AAC, muitos deles propostos por particulares e que tinham que ser aprovados, geralmente, sofrendo correcções, pelo município.



ao espaço público, logo, contrariado pela necessária autorização camarária.

Com a construção sistemática dos passeios laterais estava criado um dos espaços urbanos pronto a receber as variadas peças de mobiliário, como candeeiros, marcos fontenários, quiosques, colunas anunciadoras, urinóis e marcos do correio, que servissem o transeunte nas suas dambulações e lhe proporcionassem *decór*, acelerando o processo de sociabilidade. Outro espaço emergiria, em simultâneo, também, apartir dos anos 40, com o sucessivo ajardinamento da cidade e com ele, mais mobiliário urbano: grades, fontes de repuxo, bancos e cadeiras, coretos e outros.

Surgiam os passeios, propondo alternativas ao velho Passeio Público do Rossio, de risco pombalino de Reinaldo Manuel, arquitecto (1764), que então se modificava, actualizando-o<sup>34</sup>; uma alameda em S. Pedro de Alcântara, sobre muralhas, com um jardim, em tabuleiro inferior, ambos de magnifica vista sobre a cidade e o rio, que terminarianos anos 40; outro à Estrela, de inspiração inglesa, com flora exótica, muito pitoresco, de veredas sinuosas, grutas e lagos artificiais, na década de 50; o jardim do Principe Real, com os canteiros em “biscoito”, quase em *garden square*, nos anos 60; o jardim do Alto de Santa Catarina, em miradouro, no final da década de 70; o do Campo dos Mártires da Pátria, com nova plantação, e o pequeno jardim da Praça da Alegria já, no início dos anos 80; ou, mesmo, o ajardinamento das placas em talhão, da Avenida da Liberdade e, fora do centro, o arranjo do Campo Grande, o *bois* alfacinha e o jardim de Campo de Ourique, onde novo bairro nascia, na segunda metade desta década; e, ainda, o jardim Constantino, à Estefânia, nos anos 90...

Temos que acrescentar os alinhamentos de fileiras de árvores, esquadrinhando as praças e ladeando os arruamentos,, conferindo uma unidade de perspectiva, à linha descontínua do espaço construído nos quarteirões e disfarçando a pobreza das fachadas, muito implementantados em todos os planos da municipalidade nas últimas décadas oitocentistas.

Em Novecentos, a classificação dos jardins da cidade (e dos seus jardineiros),

---

<sup>34</sup> Ver os capítulos sobre Marcos e grades e, ainda, as Fontes de repuxo.

em duas propostas, semelhantes, datadas de Outubro e Novembro de 1910, dão-nos o panorama do que estava construído, à data, e da sua hierarquia, numa avaliação das zonas verdes - embora, alfacinhamente à francesa - que permite estabelecer fronteiras na paisagem urbana. A primeira, dividia-os em tres classes, com o da Estrela, campos Grande e dos Mártires da Pátria, praças de D. Vasco da Gama, do Rio de Janeiro (Rato), dos Restauradores e do Marquês de Pombal e Avenida da Liberdade; seguindo-se os jardins Constantino, da Cruz do Tabuado, S. Pedro de Alcântara, da Alegria, de D. Luis, Amoreiras e Afonso de Albuquerque, Triângular de Santos, Rocha do Conde de Óbidos, campos de Santa Clara e de Ourique; e, finalizando, com os de Santa Catarina, Necessidades, de Santos, das Flores, de Alcântara, da Graça e de S. João Nepomuceno<sup>35</sup>.

A outra divisão, que foi aprovada, alterava-a um pouco: passando de 1ª para 2ª classe o da Praça D. Vasco da Gama; de 2ª para 3ª os jardins da Triângular de Santos, de Santa Clara, da Alegria e Afonso de Albuquerque; e criando-se uma 4ª classe para os das calçadas de S. João Nepomuceno e Santos, demarcando-se justamente a hierarquia <sup>36</sup>.

Espaços verdes que serviam de enquadramento a frentes de rua ou de praça, mas, também de refúgio, em novo culto da natureza, mesmo antecipando a sua premência, fazendo face à industrialização, que ía invadindo as zonas urbanas, como acontecia no estrangeiro, e, só, no último quartel de Oitocentos, acelerando-se com o novo século, se fez sentir em Lisboa. Preocupações higienistas de arejamento da malha urbana e fomentando novos hábitos de civilidade nos lisboetas, libertando as senhoras do espaço doméstico. Ajardinamentos, que na Repartição Técnica da Câmara, seguiam modelos importados, sobretudo de Paris, conforme noutras cidades da Europa, e que importa analisar a sua génese, sumariamente, para entender o mobilamento da capital alfacinha.

Em 1853, Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), barão de Haussmann, bonapartista, ocupa o cargo de prefeito de Paris - que conservará até 1870 -

<sup>35</sup> *Actas das sessões*, Lisboa, (1911), p. 692.

<sup>36</sup> *Idem*, p. 728.



imprimindo um novo cunho estético aos planos de urbanização parisiense, levados a efeito pelo seu espírito pragmático, à custa de demolições, procurando uma escala monumental e sumptuosa das vias e dos imóveis; seguindo um rigoroso alinhamento, através de uma regularidade e uniformidade das fachadas num eclectismo clássico; conseguindo focalizar perspectivamente os monumentos, que ganham valor autónomo, cenograficamente; e, ainda, pontuando a malha urbana pelos espaços verdes e pelo mobiliário urbano - ele foi “o encenador absoluto destas transformações que fixaram definitivamente a imagem oitocentista de Paris - “capital do mundo” ”<sup>37</sup>.

As questões de salubridade e higiene<sup>38</sup>, sobretudo das classes populares, preocupavam Napoleão III (1808-1873), que retoma o “lema” de Claude-Philibert de Rambuteau (1781-1869) - conde de Rambuteau, bonapartista que aderiu à monarquia de Louis-Philippe (1773-1850), sendo prefeito de Paris, no período do conturbado reinado (1830-1848) - procurando dar aos parisienses “de l'eau, de l'air, de l'ombre”<sup>39</sup>, assim, fomentando a introdução de espaços verdes públicos na malha urbana e suburbana.

Para realizar os seus projectos de implantação dos espaços verdes - estruturados e hierarquisados, segundo as suas dimensões, na cidade - Haussmann cria o *Service de Promenades et Plantations*, em 1854, directamente sob a sua dependência, confiando a direcção a Jean-Charles-Adolphe Alphand (1817-1891), engenheiro formado na *École des Ponts et Chaussées* que será responsável pelos trabalhos de transformação - desde os inúmeros alinhamentos de árvores nos arruamentos, ou placas ajardinadas, muito populares, até aos vários pequenos jardins gradeados em praças, ou aos passeios abertos e parques fechados, e, finalmente, os grandes bosques de Paris, reservados aos mais afortunados - criando higiénicas zonas verdes de diferente sociabilidade e recreio.

Haussmann queria estas zonas verdes de lazer distribuídas homogéneamente por Paris, surgindo em paradigma destes espaços, entendidos higiénicamente como o

<sup>37</sup> J.-A. França - *História da Arte Ocidental 1780-1980*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p. 107.

<sup>38</sup> Paris regista duas terríveis epidemias de cólera em 1848 e 1853; Marie de Thézy - *Marville, Paris*, Paris, Hazan, 1994, p. 22.

<sup>39</sup> Citado por Marie de Thézy - *Idem*, p. 22

sistema respiratório da cidade, o *bois de Boulogne* - doado por Napoleão III, em 1852, à capital e querendo-o, o imperador, de inspiração inglesa - é o primeiro a receber planos do *Promenades et Plantations*, em 1855, logo, sendo muito elogiado, continuando os trabalhos até 1860. Entretanto, outro “pulmão” de Paris, o *bois de Vincennes* - também, doado em 1860 - iniciara as suas obras que durariam até 1867. De menores dimensões, desenhando um triângulo, no tecido urbano, os parques de *Buttes-Chaumont* (1864-67), *Monceau* (1861) e *Montsouris* (1865-70) e, dessiminadas, diversas praças londrinamente gradeadas ou não, muitas delas “à inglesa”, irregulares e pitorescas, como a *du Temple* (1857), *des Batignolles* e *Montholon* (ambas de 1862), *Sainte-Clotilde* (1859), ou geometricamente “à francesa”, como a *des Arts-et-Métiers* (1859-61), ou, ainda, pondo em evidência um monumento, ajudando à sua focalização, e, finalmente, praças em sequência, regulares e iguais, como no *Boulevard Richard-Lenoir* (1861)<sup>40</sup>.

A 1 de Janeiro de 1855, Haussmann junta à equipe, do engenheiro-chefe do *Promenades et Plantations*, Gabriel-Jean-Antoine Davioud (1824-1881), jovem arquitecto, que fora brilhante aluno da *École des Beaux-Arts*, vencedor do segundo lugar no Prémio de Roma (1849) e que entrara ao serviço da municipalidade no *Plan de Paris*, em 1843, por recomendação do seu mestre Léon Vaudoyer (1803-1872), arquitecto que lhe incutira o decedido gosto pelo eclétismo<sup>41</sup>.

Davioud será nomeado arquitecto-chefe, em 1856, encarregue de desenhar os projectos de arquitectura, englobando um sem número de imóveis e peças de mobiliário urbano que ele risca e instala cuidadosamente, ou superintendendo, em colaboração, com engenheiros, jardineiros, arquitectos e desenhadores, mesmo de outros serviços; no entanto, “on ne peut dénier à Davioud l’essentiel de la création architecturale du service”<sup>42</sup>, do qual ele foi um funcionário zeloso e discreto.

<sup>40</sup> *Gabriel Davioud, architecte de Paris (1824-1881)*, catálogo de exposição, Paris, Délégation à l’Action Artistique, 1981, p. 31-41.

<sup>41</sup> *Gabriel Davioud, architecte de Paris (1824-1881)*, catálogo de exposição, Paris, Délégation à l’Action Artistique, 1981. Este arquitecto será autor dos teatros do Chatelet (1859-62), de um malogrado projecto de Orfeão (1864), do Palácio do Trocadero, para a Exposição Universal de 1876, assim como, de numerosas fontes; ver o capítulo Os Chafarizes, Fontenários e Bebedouros.

<sup>42</sup> *Gabriel Davioud, architecte de Paris (1824-1881)*, catálogo de exposição, Paris, Délégation à l’Action Artistique, 1981, p. 28.



Assim, este arquitecto desenha diversas pequenas construções e móveis urbanos, como casas de guarda, pavilhões, fontes, candeeiros, bancos, quiosques, urinóis e, com especial apetência, gradeamentos<sup>43</sup>, ao mesmo tempo funcionais e decorativas, denunciando, desde logo, um “estilo” próprio - procurando o pitoresco e o exótico das formas; utilizando gramáticas vegetalistas e orientais no décor; e empregando materiais de diferentes texturas e cromatismos - num preponderante gosto pelo decorativo e pelo eclético.

Davioud e Alphand vão propor, em oposição ao rigor do urbanismo haussmanniano, o pitoresco dos seus riscos, construindo espaços verdes de uma natureza exuberante e aparentemente desordenada, com linhas sinuosas nos canteiros e caminhos, surpreendendo pelos seus rochosos e cascatas, e uma arquitectura de pequenas peças de mobiliário urbano - ecléticamente de Davioud - como casas de guarda entre o *chalêt* suíço e o *cottage* inglês, pavilhões ao sabor de *kiosko* turco, bancos em “ferrização” de galhos rústicos, ou espirais de verdura à volta das colunas dos candeeiros.

Na verdade, a unidade urbana parisiense, da segunda metade de oitocentos, apoiando-se no “traitement des espaces verts publics et la création corrélative d’un mobilier urbain qui réalisent une liaison intégratrice des composants de la ville et constituent l’apport le plus original du Second Empire à l’art urbain”<sup>44</sup>, muito ficou a dever à obra de Davioud.

Em 1859 -60, está de passagem por Paris, vindo de Lisboa, Pierre-Joseph Pézerat (1801-1872), francês, engenheiro-chefe da Repartição Técnica da municipalidade - desde 4 de Dezembro de 1852<sup>45</sup> - de formação neoclássica parisiense na *Politénique* e na *École des Beaux-Arts*, que viera para Portugal, a

---

<sup>43</sup> Ver capítulo Os Marcos e grades.

<sup>44</sup> Françoise Choay - “Pensées sur la Ville, Arts de la Ville”, in *Histoire de la France Urbaine: la Ville de l’Âge Industriel*, vol. 4, Paris, Seuil, 1983, p. 204.

<sup>45</sup> Morava na Rua do Quelhas, 52; *Almanach de Portugal para o Anno de 1855*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854, p. 291.

convite da Câmara, em 1840<sup>46</sup>.

Ao regressar, entusiasmado com os trabalhos que Haussmann, então, desenvolvia na capital francesa, escreve, na sua *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne* - estudo preparatório de um primeiro plano geral, pedido pelo governo e que só seria remetido à Câmara, em 1881 - "Paris nous présente l'exemple le plus grandiose, le mieux ordonné et le mieux exécuté. Quelle meilleure école pouvons nous désirer, pour réussir dans une petite échelle sans doute, mais où nous devons apporter le même esprit d'ordre, de goût, d'art et d'économie"<sup>47</sup>, pensava em malogrados saneamentos e urbanizações, com novos bairros, empreendidos por uma sociedade de capitalistas que a regeneração fontista<sup>48</sup>, desde o início da segunda metade do século, ainda, não lhe podia dar. Por outro lado, procura reforçar uma tendência cultural francesa que, já, se vinha esboçando, desde os anos 30, como, por exemplo, em obras municipais de reforma ou criação de novas zonas ajardinadas na capital, que apontámos e durante este inquérito voltaremos a observar melhor.

Embora, Pézerat faça referência aos seus vários projectos, já, efectuados "l'étude de 25 à 30 kilomètres de rues nouvelles, de places, squares et édifices publics"<sup>49</sup>, infelizmente perdidos, em 1864, no incêndio dos Paços do Concelho, só, viria a deixar construídos, como obra maior, os Banhos de São Paulo (1850) e o demolido Matadouro Municipal (1863), intimamente ligados às suas preocupações higienistas, modernas, que a custo tentou incutir na Câmara e em breve, lhe dariam razão com as epidemias de tifo, cólera e febre amarela, entre 1847 e 1857.

<sup>46</sup> Pézerat esteve, como arquitecto particular, de 1825 a 1835, ao serviço imperial de D. Pedro I (1798-1834), no Brasil; e foi nomeado, pelo Ministério de Guerra francês, para a Argélia, de 1831 a 1838. Em Portugal, vem a ser professor, de 1853 a 1869, da Escola Politécnica de Lisboa, edifício cuja direcção do projecto de reconstrução, provavelmente, assumiu, desde 1858. Deixou reduzida obra, construída ou em projecto, vindo a morrer cego e em grandes dificuldades. Ver, J.-A. França - "Pierre-Joseph Pézerat (1801-1872), le dernier architecte neo-clasique a Lisbonne", in *Bulletin de la Société de l'Histoire de l'Art Français*, année 1977, Paris, F. De Nobele, 1979, p. 225-235.

<sup>47</sup> P.-J. Pézerat - *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne*, Lisbonne, Imprimerie Franco-Portugais, 1865, p. 21.

<sup>48</sup> António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887) - sucessivamente ministro, da Marinha e Ultramar, da Fazenda, das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1852), logo, quando criado este ministério; chefe do Partido Regenerador (1858), conselheiro de Estado (1866) e par do Reino (1870) - domina a vida política (quase) durante toda a segunda metade de Oitocentos, criando para o país um desenvolvimento dos transportes (estradas, pontes e caminhos de ferro), numa política burguesa liberal que conduziria a um progresso da economia nacional.

<sup>49</sup> P.-J. Pézerat - *Op. cit.*, p. 6.



Ao mesmo tempo, Malaquias Ferreira Leal (c. 1795-dp.1855), arquitecto que trabalhava há mais tempo para o município, desde 23 de Fevereiro de 1815<sup>50</sup> - desconhecemos a resposta ao seu requerimento, em 1826, do provimento no lugar de arquitecto das Águas Livres<sup>51</sup> - embora acedendo às novidades, ao gosto francês, que “sopravam” na Europa, detinha-se numa apetência nacional pelo desenho de influência pombalina, ou preferencialmente, com tiques barrocos, ainda, preso a Setecentos.

Durante o periodo de quase uma década, desde meados dos anos 50, Domingos Parente da Silva (1836-1901), arquitecto camarário - formado na limitada Academia de Lisboa, premiado em pintura, mas enveredando decididamente pela arquitectura- teve que assegurar as obras municipais, onde faltava um engenheiro, devido à prolongada doença de Pézerat, facto pelo qual pouco se adiantariam e sendo por isso lesada a cidade. Parente da Silva incompatibilizou-se com Ressano Garcia, depois de 1874, que lhe criticou o seu trabalho desordenado no novo edificio dos Paços do Concelho que aquele arquitecto traçara (1866-80), levando-o a demitir-se da Câmara, para vir a trabalhar nas obras públicas, a partir de 1884.

Anteriormente, em 1875, uma curiosa “Lista de livros e estampas existentes na bibliotheca do pelouro dos passeios jardins e arvoredos”<sup>52</sup> - mandada elaborar pelo seu vereador, Francisco Simões Margiochi (1848-1904), engenheiro agrónomo, para acompanhar uma proposta, que foi aprovada, da sua instalação, em gabinete próprio, no novo edificio da Câmara, ficando aberta “aos artistas e amadores”, - mostra-nos um grande investimento, entre 1872 e 1875, tendo-se adquirido cinquenta novos títulos da especialidade, facto ao qual não estará, possivelmente, alheia a entrada, neste último ano, de Ressano Garcia na Câmara.

Entre os treze livros registados, antes de 1872 - todos eles franceses e, na sua

<sup>50</sup> Morava na Calçada do Duque, 68; *Almanach de Portugal para o Anno de 1855*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854, p. 291.

<sup>51</sup> Livro 921-3º de Decretos e Avisos, p. 50 Vº, informação de G. Matos Sequeira - *Depois do Terramoto*, vol. 4, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, pp. 401-402.

<sup>52</sup> *Archivo Municipal de Lisboa*, Lisboa, 1875, pp. 381-383.

maioria, dedicados à flora e jardinagem - encontrava-se, ao topo da lista, em primeiro lugar a importante “Assinatura dos Promenades de Paris” de Alphand, muito ilustrada, mostrando as transformações desta capital, que Pézerat deve ter dado indicações para o seu início e foi, prontamente, concluída nos anos seguintes. Assim, está confirmado o conhecimento camarário desta obra, mais tarde, de importância fundamental, de inspiração ou de “decalque”, no projecto, dos móveis urbanos para Lisboa; e cujo manuseamento ou apropriação de formas iremos observar, no desenvolvimento deste inquérito.

As novas aquisições, ainda, predominantemente francesas, alargaram o espectro de origem, incluindo obras nacionais, inglesas e alemãs, onde a visualização das estampas, deve ter substituído incapacidades de leitura; e, também, ampliando o leque temático, com livros sobre desenho dos novos parques franceses<sup>53</sup>, arquitectura<sup>54</sup>, ou portões ornamentais<sup>55</sup> - peça de mobiliário urbano - e evidentemente, continuando com volumes dedicados à flora, jardinagem e horticultura.

Na verdade, o quadro técnico camarário recebera novo alento, em 1874, Frederico Ressano Garcia (1847-1911), engenheiro pela Escola Politécnica, de Lisboa, e aluno da *École Imperiale des Ponts et Chaussées*, de Paris, ganha em concurso, quase unânimamente, o lugar de engenheiro-chefe do município<sup>56</sup>. Reestruturando a Repartição Técnica, nesse mesmo ano, começa a reclamar a falta de um arquitecto-chefe, lugar que vem a ser preenchido, no concurso de 1878, por José Luis Monteiro (1848-1942), recém diplomado pela *École des Beaux-Arts*, onde fora aluno e colaborador de Jean-Louis Pascal (1837-1920), mestre de gosto eclético Segundo Império.

<sup>53</sup> “51 Plan du Jardin de Monceau”, in *Ibidem*, p. 383.

<sup>54</sup> “37 Cottage, Farm, and Villa Architecture”, in *Ibidem*, p. 382.

<sup>55</sup> “45 Designs of Ornamental Gates”, in *Ibidem*, p. 382.

<sup>56</sup> F. Ressano Garcia tivera uma passagem efémera, entre 1872 e 1873, como engenheiro da Câmara Municipal de Belém (1852 -1885) e era docente no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa; vindo a desenvolver, paralelamente, uma carreira política, a partir de 1879, e a assumir diversos cargos de direcção; ver Raquel Henriques da Silva - “Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874-1909”, in CML - *Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874-1909*, catálogo, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1879.



Regressando a Lisboa, em 1880, José Luis Monteiro toma posse, de facto, no quadro técnico da Câmara, dando início a uma prolongada colaboração, de (quase) três décadas, em equipa, donde fazia parte António Maria Avelar (1854-1912), engenheiro civil - que entrara a 23 de Outubro de 1879 no município, ano em que terminara o curso - seria inspector de incêndios e professor no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa; que em conjunto com o arquitecto, assessorava Ressano Garcia nos diversos trabalhos, substituindo-o diversas vezes.

Os três apoiavam-se numa Repartição Técnica de pessoal activo - donde se destaca o risco, muitas vezes original, de Augusto César dos Santos (c.1860-dp.1900) arquitecto da municipalidade - impondo um ritmo novo de projecto e produção da urbe, desenhando incessantemente, já, que (quase) tudo estava por fazer; embora, no mobiliário urbano, se copie “decalcadamente” o modelo, na generalidade, parisiense, gesto em que se pode ver, ao mesmo tempo, uma economia na invenção e um fascínio de dependência pelo exemplar risco de Davioud para Paris.

A autoria do projecto de mestre Monteiro - entretanto professor na Academia de Belas Artes desde 1882, deixando importante obra<sup>57</sup>, também em equipamento, na capital, como por exemplo a Estação do Rossio (1886-87) e ao lado o hotel Avenida Palace (1890-92), ou a Igreja dos Anjos (1908-11) - é várias vezes lesado, pelo espírito autoritário e centralizador de Ressano Garcia que, se por um lado, acedia a que o engenheiro António Maria Avelar assinasse projectos na sua ausência, mas, “Pel’O Engenheiro-Chefe”; por outro lado, obrigava à alteração, para o seu nome, da maior parte das assinaturas, inclusivé a de J. L. Monteiro, nos desenhos que fossem levados a sessão de Câmara<sup>58</sup>.

Ressano Garcia, após, uma polémica com a vereação, que o demite entre 1907 e 1908, viria a pedir a sua aposentação - meses depois de mestre Monteiro -

<sup>57</sup> Apenas, apontámos algumas das muitas obras, sobretudo em equipamento e habitação, deste arquitecto, na cidade e seus arredores; assim, como muitos projectos de arquitectura efémera em centenários e exposições; ver João António Piloto - *Homenagem prestada em 12 de Dezembro de 1924 ao insigne arquitecto José Luiz Monteiro*, (Lisboa), Imprensa Municipal, 1925.

<sup>58</sup> Ver, por exemplo, o capítulo Os Chafarizes, Fontenários e Bebedouros.

em 1909, pondo fim, apesar de tudo, a uma brilhante equipa que trabalhou nos decisivos projectos da Avenida da Liberdade, que se queria luxuosa, inaugurada em 1886; da mais modesta Avenida D. Amélia (Rèpublica), aberta em 1903 e das muito burguesas “Avenidas Novas”, da Rotunda ao Campo Grande, em 1887-88; assim programando urbanisticamente grande parte da capital alfacinha - em malha riscada otogonalmente, mas respeitando velhos caminhos - e que demoradamente se executaram, em obras até às primeiras três décadas de Novecentos; infligindo-lhe, decididamente, uma direcção de crescimento para Norte, voltando as costas ao Tejo, que naturalmente fora a sua principal via de transporte até ao aparecimento do caminho de ferro (1863), dava-se continuidade a um afastamento da orla do rio.

Entretanto, a cidade evoluíra, em 1885, defenira-se nova estrada de circunvalação, que há muito a de 1852 não servia, com o aumento, embora, em etapas lentas, da população lisboeta, que atingiria os 300 mil habitantes, no início da década de 90; somando 9700 hectares urbanos, manchados por muitos chãos rústicos, em 1895; para explodir demográficamente, nas décadas seguintes, passando a 326 mil, no virar do século; 436 mil, onze anos depois; para nas décadas seguintes a população crescer, em grandes saltos, com 485 mil, por volta de 1920; 592 mil, em 1930; e 694 mil em 1940, num ritmo acelerado que a construção não conseguia acompanhar.

Na Câmara, em 1903, a 3ª Repartição tinha sido objecto de um novo planeamento detalhado dividindo-a em cinco secções, cujas atribuições importa referir - apenas, no que estava intrinsecamente relacionado com o mobiliário urbano - a 1ª com o estudo de novas ruas e ocupação da via pública; a 2ª com a arquitectura; a 3ª com os jardins, águas e iluminação; a 4ª é para nosso estudo sem interesse; e a 5ª com o desenho; tendo sido aceite<sup>59</sup>.

Em 1911, sofre reestruturação, ao aprovar-se uma nova proposta de divisão da 3ª Repartição da Câmara em duas repartições técnicas independentes, uma 3ª de engenharia, que seria chefiada por Diogo Peres, engenheiro, e uma 4ª de arquitectura,

---

<sup>59</sup> *Actas das Sessões*, Lisboa, (1904), p. 6.



entregando-se a direcção a José Alexandre Soares<sup>60</sup>, preenche-se o lugar de arquitecto-chefe.

Assim, dois anos depois, da vacatura deste cargo, desde a aposentação de J. L. Monteiro, um seu antigo aluno, José Alexandre Soares (1873-dp.1913), arquitecto e professor em Belas Artes desde 1903, pensionista em Paris, tendo, também, sido aluno e trabalhado com Pascal, da *École des Beaux Arts*, sendo nomeado arquitecto-chefe da municipalidade - a 10 de Setembro de 1911<sup>61</sup> - dando-se continuidade, de certa forma, uma prática oitocentista que este arquitecto herdara e aprendera com os seus mestres em Lisboa e Paris; embora, com o espirito renovado que não lhe permitia paragens no tempo. Com a mencionada divisão, a repartição de arquitectura ficou responsável pelo “estudo, execução e conservação de monumentos, fontes, marcos, abrigos, postes, bancos, urinoes, etc.”<sup>62</sup>, ou seja, o projecto, parecer e instalação do mobiliário urbano, do qual, José Alexandre Soares deixará, em Lisboa, uma obra dessiminada em pequenas peças.

Por outro lado, Miguel Ventura Terra (1866- 1919), arquitecto que completara a formação em Paris, na *École des Beaux-Arts*, com o seu mestre Victor Laloux, e vereador, logo, na primeira Câmara republicana, em 1908, vai ter um papel importante na organização do espaço urbano, com ideias defendidas de conjunto, que o seu sentido cosmopolita lhe permitia. Deixaria, ao mesmo tempo, obra significativa na capital, em habitações e diverso equipamento urbano, a adaptação do antigo convento de S. Bento - um dos sessenta e cinco, da vaga de liberais nacionalizações dos bens religiosos, em 1834 - para Câmara dos Deputados (1896), projectos dos liceus Camões e Pedro Nunes (1907-09), uma maternidade (1908), tardiamente concluída, o Teatro Politeama (1912-13), o primeiro grande banco, *Lisboa* (actual *Totta & Açores*, 1906), em gosto internacional; presente, ainda em planos para o Parque Eduardo VII e zona ribeirinha, querendo dotar a cidade para o futuro que as circunstâncias limitadas do país não deixariam ver realizadas.

<sup>60</sup> *Actas das Sessões*, Lisboa, (1912), pp. 486-487

<sup>61</sup> Sousa Viterbo - *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. 3, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 418.

<sup>62</sup> *Actas das Sessões*, Lisboa, (1912), p. 486.

Em Lisboa, foi necessário surgirem os passeios laterais e as zonas verdes, a partir dos anos 40, espaços livres destinados aos transeuntes, para que se realizasse a implantação do mobiliário urbano, seguindo modelos *davioudianos*, alfacinhamente à parisiense, que os arquitectos e engenheiros da Câmara, muitos deles de formação francesa, procuram gerir, sobretudo a partir dos anos 80, colocando-os, onde necessários, satisfazendo as necessidades de quem por ali fosse, em trânsito apressado, ou naquele outro sítio se detivesse, em hora de lazer...



## II PARTE

## OS MARCOS E GRADES

Os marcos de pedra surgem, na cidade, protegendo imóveis e peões, do trânsito apressado de veículos, sendo um dos móveis urbanos mais antigos; nos quais se querem encontrar raízes nauticas - os marcos onde se prendem os cabos das amarras dos barcos atracados ao cais - e, duvidosas, origens militares - os canos de canhões enterrados no solo, convertidos a outra função, dos quais existem alguns exemplos<sup>1</sup>.

São, sumariamente, constituídos por um simples bloco de pedra, como uma pequena coluna, arredondado no cimo, evitando desgastes erosivos ou o assentamento abusivo de outras peças, por parte dos cidadãos. Embora, sejam, na sua maioria, fabricados em pedra - como entre nós - também, se fizeram em ferro, copiando a forma de canhão e encimados por uma bola, fingindo carregados, prontos para disparo.

Os marcos de pedra, durante muito tempo, sem ornamento, assumiram variadas formas, apartir de Oitocentos, segundo a moda e o gosto arquitectónico da época em que foram desenhados, como elemento necessário ao complemento da via pública urbana, de que são símbolo. Muito difundida, a de pequeno obelisco, em Inglaterra, gravando-lhes monogramas reais, George IV (1820-30) e William IV (1830-37), ou os nomes paroquiais das igrejas, em pequenas colunas; e exuberantes, em neo-gótico, no periodo victoriano, tornando-se o seu desenho mais simplificado à medida que o século avança.

Se, de início, foram adossados aos cunhais dos imóveis e ladeando portais de entrada, defendendo-os das manobras do trânsito em circulação, equestre e de tracção movendo carros de rodas, muitas vezes carregados, duplicando a força do seu impacto capaz de demolir ou deslocar, parte de empenas e lintéis; mais tarde, passaram a ser colocados isolados, aos pares ou espaçados em fila, ladeando imóveis e praças, criando um ritmo visual na urbe, pelo seu número e métrica de espaçamento; ao

---

<sup>1</sup> C. Forehoe - "Street Furniture: History of the Bollard", in *Architectural Review*, September, 1953, p. 191.

mesmo tempo que assumem o seu papel de defesa do peão reservando-lhe um espaço próprio.

O marco de pedra é, assim, um mentor do espaço cívico de circulação ou convívio para o cidadão pedestre, criando faixas de terreno nos arruamentos da via pública e locais mais amplos, em praças e largos, proporcionando a sua fruição em segurança. Este móvel urbano que funciona como guardião, prevenindo condutores e peões, está intimamente ligado ao aparecimento do passeio, como, já, referimos, e à criação de uma outra vida e cultura urbana feita de habitar a rua.

Em Seiscentos, começaram a usá-los ligados, entre si, por grossas e pesadas correntes em cadeia, delimitando, ainda mais, os espaços, acentuando a dicotomia pedonal/circulação de veículos; e unidos por barras de ferro, ou, simplesmente deixados isolados em fileira, de que é exemplo o arranjo da praça<sup>2</sup> em *Convent Garden*, Londres, do risco de Inigo Jones (1573-1652), arquitecto inglês, neoclássico, de forte influência *palladiana*. Os marcos de pedra, na forma de obelisco, estão incluídos no planeamento de Londres, por J. Nash (1752-1835), arquitecto régio da vaga revivalista neo-grega, deixando prolífera obra da última década de Setecentos até aos anos 20 oitocentistas; assumindo o papel de móvel indispensável no projecto de novo urbanismo.

Em Paris, quando, ainda, não existia o passeio, os marcos de pedra estavam amplamente difundidos - segundo Haussmann - “le pied des murs des maisons était défendu par de grosses bornes en pierre de taille, entre lesquelles se jetaient les piétons, pour y disputer aux brocanteurs aux écaillères d’huîtres, aux commissionnaires médaillés, aux tas d’ordures ménagères un abri contre les roues des voitures; parfois même il fallait le chercher sous les portes cochères sur le pas des portes de boutiques”<sup>3</sup> - para protecção e refugio dos muitos peões.

<sup>2</sup> Margaret N. Downie - “Street Furniture : I”, in *Journal of the Royal Institute of British Architects*, vol. 3, August, 1946, p. 348.

<sup>3</sup> Citado por Marie de Thézy - *Paris, la rue. Le mobilier urbain parisien du Second Empire à nos jours... Histoire du mobilier urbain parisien...*, Paris. Société des Amis de la Bibliothèque historique, 1976, pp. 15-16.



Encontravam-se em abundância, sobretudo, adossados, em fila, ao longo das empenas, e aos pares, nos cunhais dos imóveis, criando um ritmo muito peculiar às ruas. Eram, fortes blocos de pedra, arredondados de lado, com uma frente lisa para encosto ou adossar, e cortados a direito no cimo; usualmente, recebiam cintas de ferro, postas à sua volta para aumentar a resistência face aos atentados dos veículos e animais de transporte.

Com a generalização do passeio, muito icentivado, nos anos 20 de Oitocentos, por Gilbert-Joseph-Caspar Chabrol (1743-1843), conde de Volvic, prefeito de Paris, em 1812, e aumentando consideravelmente, com Rambuteau, passando de 16 a 275km a sua extensão, entre 1833 e 1848; e, ainda, sob a direcção de Haussmann, crescendo, extraordinariamente, de 287km (1859), para 1.088km (1869) - incluindo os 137km da zona anexada (1860) - levou a que os marcos de pedra, perdendo a sua razão de ser, fossem desaparecendo, facto que um edital camarário, de 2 de Agosto de 1882, acelerou<sup>4</sup>.

No entanto, o álbum<sup>5</sup> de Alphand, numa das pranchas dedicadas à *Voie Publique.Détails* mostra-nos a sua substituição pelos *chasse roue*, pequenas peças de mobiliário urbano, em ferro, a miniaturização de uma coluna canelada coroada por pinha, lançando como que um arco-botante, reforçando a sua resistência. Eram colocados no passeio, obrigando a direccionar os veículos, no acesso às portas cocheiras dos grandes imóveis, que por sua vez, também, os utilizavam, um de cada lado, para proteger os seus lintéis. Permanecendo a função do antigo marco de pedra neste novo móvel.

Ainda, na mesma prancha, o desenho de grade, em ferro, para caldeira de árvore, circular, dividida em oito secções radiais, idênticas, que se ajustam perfeitamente, num desenho linear geométrico, vazado - para receber a água da chuva e rega - deixando um buraco central para desenvolvimento do tronco. Estes móveis, absolutamente estandardizados, permitiam a continuidade do passeio, ao nível do solo, fornecendo um piso, que evitando enlameamentos dos peões em circulação, era

<sup>4</sup> Marie de Thézy - *Op. cit.*, p. 17.

<sup>5</sup> Adolphe Alphand - *Les Promenades de Paris*, vol. 2, Paris, J. Rotschild, 1867-1873, s.n.

ao mesmo tempo “permeável” às águas, proporcionando o desenvolvimento da abundante plantação efectuada (como referimos), pelo *Service de Promenades et Plantations*, marcando definitivamente o modelo de urbanização contemporâneo.

Relacionado com a arborização, surge - desenhado por Davioud e a acompanhar o texto sobre o *Bois de Boulogne*<sup>6</sup> - o *corset-tuteur*, ou seja, um “espartilho” de ferro, formado por várias barras pontegudas, unidas por círculos, (de 1,75m de altura, por 0,50m de diâmetro, na base, e 0,20m, em cima), envolvendo o tronco da árvore, servindo de tutores, conduzindo o seu crescimento e protegendo as novas plantações de embates, derrubes ou ameaças dos, muitos, animais de tracção existentes em Paris. Móvel urbano que tentava substituir as tradicionais barreiras, em quadrado ou triângulo, e o poste-tutor, de madeira, há muito utilizados na jardinagem e que se continuaram a usar, em simultâneo; sendo largo e tradicional, o seu uso, em Lisboa, com raras e significativas excepções de *corset-tuteurs* na nossa Avenida.

Outras, pequenas peças são os arcos em ferro, cruzados, que bordam os canteiros, “emoldurando”, como que contendo, os espaços verdes, dispersos, por Paris; um sucesso de *design, avant la lettre*, do risco de Davioud, reunindo economia, simplicidade de fabrico em série e perfeita adaptação forma/função, que se vai propagar pelo mundo urbano ocidental, chegando até aos nossos dias, quase, inalterável.

Voltando às vedações, podemos ver, ainda, na evolução dos marcos unidos por correntes e barras de ferro, delimitando espaços, a origem das praças fechadas por baixos gradeamentos; indo, por sua vez, procurar inspiração nas grades, normalmente mais elevadas, de antigos parques privados. Durante o II Império, surgem diversas praças nos planos de Haussmann/Alphand, num gosto particular de Napoleão III, que os tinha visto na sua visita à Inglaterra, onde, há muito, que os *squares*, sobretudo em Londres, estavam amplamente difundidos.

No mesmo álbum, duas pranchas inteiramente dedicadas a *Clotures de*

---

<sup>6</sup> Adolphe Alphand - *Op. cit.* vol. 1, p. 43.



*Squares*, apresentando vários desenhos de grades e balaustradas, interligadas por marcos e colunas em pedra e ferro, que lhes serviam de suporte e ofereciam-lhes maior resistência, na efectiva delimitação de fronteiras.

Uma, de seis grades com desenho delicado, baseado no clássico modelo de lanças - aqui vendo substituídas, em alguns riscos, as suas pontas por argolas, pinhas, palmetas e outros elementos vegetais - unidas por pequenos lances rectilíneos e curvos, usando o frutífero arabesco, resultando num gosto eclético, para as *squares* de *Louis XVI*, *Louvois*, *Laborde*, *St. Jacques*, *de la Reunion* e *du Temple*. A outra, com simples balaustrada de pedra e dois modelos de grades, incluindo as entradas, de poderoso desenho eclético, mais fechado (como uma placa recortada e vazada), também, vegetalista e num deles com monograma; a sequência é interrompida por colunas de candeeiros, na de *Montrolon*; e por marcos de pedra, encimados por candeeiros e candelabros, na de *la Trinité*. Esta vai ser outra das utilizações dos marcos - mesmo, entre nós - acoplando estes dois móveis urbanos.

Alguns, desenhos dispersos, repetindo riscos ou mostrando variantes, encontram-se, ainda, em pranchas sobre outras *squares*, ao lado de vários mobiliário urbano, como a de *Batignolles* e - o que virá a ser mais importante, como modelo, para nós - na *des Arts et Métiers* (actual *Square Émile-Chautemps*), com um bonito gradeamento, para colocar à volta de uma coluna.

O magnífico desenho para o *Parc de Monceau . Portes . Clotures*, no gosto da tradição setecentista francesa, mostra uns grandes portões gradeados, em ferro com partes (que sabemos) douradas, encimados por quatro globos iluminados e, por cima da entrada principal, ostentando o brasão da cidade; são, quase, arcos triunfais de efémera festa galante, de impressionante cenografia. Os outros dois modelos, embora utilizando as lanças, são mais modestos, para a restante vedação desta luxuosa zona de lazer.

Os *Bois de Vincennes* e de *Boulogne*, ou o *Jardin du Luxembourg* mostram outros modelos de portas, grelhas e gradeamentos, de desenho eclético, de maior

altura, em variantes dos, já, apresentados, na primeira prancha; vendo-se substituídos, muitas das vezes, os pilares de pedra - que mais não são, do que marcos de pedra elevados - por “pilastras” de ferro forjado, incluindo as armas da cidade, de desenho cerrado e encimadas por candeeiros e candelabros. Esta “ferrização das pilastras”, também, vai ter os seus exemplos lisboetas, conforme referiremos.

Existiam, ainda, outras vedações, efémeras, menos dispendiosas, de grande efeito pitoresco, utilizando ripas de madeira e troncos por desbastar, integrando-se de forma, naturalmente, exemplar, nas zonas verdes; chegando, mesmo, noutros móveis urbanos (e domésticos, como referiremos na parte dedicada aos bancos), a executar-se a sua “ferrização” industrial, satisfazendo gostos de uma moda, mais uma vez, pelo pitoresco.

Cada um, dos diferentes desenhos eram destinados a uma determinada zona destes parques, pressupondo uma específica utilização por parte dos cidadãos; todas delimitando espaços; as mais altas “interrompendo” perspectivas, tornando-as intransponíveis e criando segurança no seu interior/exterior, auxiliada pela iluminação dos candeeiros; mais acessível, deixando o olhar liberto e guardando de prejuízos ou perigos topográficos, nas mais baixas; desde o desenho fechado, das “pilastras” ou portões, ao, muito aberto, em baixa colunata unida por tubulares barras de ferro, reforçando resistências, ou delineando espaços.

Vedações de significada vivência, muito burguesa, criando segurança e comodidade, delimitando a “propriedade” de cada utilização, peões e cavaleiros, canteiros e monumentos, animais e pontos de água, como as regras de um jogo, educando na civilidade os fruidores destes espaços de lazer, da praça ao parque.

Em Lisboa - embora, já, se utilizassem marcos de pedra, como é natural - é com os planos pombalinos (Manuel da Maia, engenheiro-mor e Eugénio dos Santos, engenheiro-militar, 1755-56), logo, pós-terramoto que eles vão passar da prática empírica, ao projecto iluminista, acompanhando o risco da nova urbanização e surgindo,



em desenho e texto<sup>7</sup>, assumem, de vez, o seu significativo papel de mobiliário urbano.

À minguia de passeios, “que Maia tinha hesitado em aconselhar, receando tomar demasiado espaço aos proprietários”<sup>8</sup>, colocou-se uma “bordadura de columnelos”, não apreciada, porque causava embaraço à circulação dos peões. Insistindo-se paradoxalmente na utilização de marcos sobre os poucos passeios que se construíam de novo. O desenho acarretou a fixação da sua forma - antes, com certeza, variada - em “pilares”, ou seja, simples marcos de pedra, como pequena coluna, com facha e arredondada, no cimo; primeira peça de mobiliário urbano estandardizada, que a Lisboa oitocentista herdou.

Ao Rossio, em 1837, a Câmara empreendeu obras de “aformoseamento” da praça “cercada por um passeio de lagêdo em chadrez azul e branco, e fechada por uma grossa corrente de ferro sustentada por 132 columnelos, deixando doze entradas para o centro, três em cada face”<sup>9</sup>; segundo a gravura, que acompanha o texto, são marcos quase cónicos, lembrando os ingleses; e, ainda, no mesmo desenho, na bordadura dum passeio, de esquina, impedindo curvas apertadas que o invadissem, outro modelo de marco, encimado por esfera.

Este melhoramento parece ter agradado e, em 1839, fez-se, o mesmo, na Praça de S. Paulo, “huma fila de frades de cantaria unidos a huma corrente, com entradas d’espaco a espaco, rodeando tudo hum ladrilho”, ao “centro se está fabricando hum poço artesiano”<sup>10</sup>, que receberia chafariz, como referiremos noutro capítulo.

O “Projecto para o fichamento da Praça de São Paulo desta Cidade”<sup>11</sup>, datável entre 1837-39, e atribuível a Malaquias Ferreira Leal, “Architecto da Cidade”, mostra-

<sup>7</sup> “Postes” ou “Pilares”, como refere Manuel da Maia, na terceira parte da sua dissertação, em 1756, transcrita por J.-A. França - *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977, pp. 306-307; ainda, como podemos ver, por exemplo, no projecto da fachada do Senado da Câmara ou numa planta, “com o perfil”, de uma rua, pertencentes ao Arquivo do Ministério das Obras Públicas.

<sup>8</sup> J.-A. França - *Op. cit.*, p.160.

<sup>9</sup> *Universo Pittoresco* (10), 1839-40, p.146.

<sup>10</sup> P. P. da Camara - *Descrição Geral de Lisboa em 1839 (...)*, Lisboa, Tipografia da Academia das Belas Artes, 1839, p. 80.

<sup>11</sup> CML-MC; Projecto para o fichamento da Praça de São Paulo desta Cidade, n.d., n. ass.



nos a distribuição do mobiliário e a utilização de dois modelos de desenho diferente; um clássico, em coluna, arredondada no cimo e com uma faixa, mais larga, junto ao solo; e, outro, em balaustre quadrado e bojudo, encimado por, quase, ponta de diamante, de risco barroco. O primeiro, com argola, no cimo, para prender a cadeia, era distribuído ao redor de toda a praça; o segundo, segurando a corrente de lado, ocupava, apenas, os quatro vértices do quadrilátero; deixando-se oito ou doze entradas, nas pontas e ao centro (nos extremos), com dois deles recuados.

Anteriormente, em 1834, o mesmo arquitecto apresentara o “Projecto para o Passeio des de Porta do Pateo da Moeda até o Beco do mesmo nome”<sup>12</sup>, em parte da Rua de S. Paulo - seguindo o esquema pombalino - propondo um passeio em lagêdo bordado por uma fileira de marcos de pedra (de risco idêntico ao primeiro modelo, referido), não utilizando a corrente a uni-los, uso que ficava, habitualmente, reservado às praças.

Daqueles anos 30 de Oitocentos, atribuível ao risco deste arquitecto, é o importante projecto de quatro “Modelos de Marcos”<sup>13</sup> mostrando a respectiva localização, no passeio, em planta. Os marcos são todos em coluna, com faixa em cima e junto ao solo, de fuste liso no 1º, com bolacha de gola, no cimo; e canelado nos restantes, com bolbo lobular, rematado por conta no 2º; bolacha espalmada com conta no 3º e cónico o 4º. A sua disposição na rua, em relação ao passeio, é de progressivo adossamento, até atingir o raio maior do diâmetro, do 1º para o 3º; desenhando o 4º uma secante, instalando-se totalmente na faixa para viaturas. É um desenho cuidado que nos dá o valor que este móvel vêm adquirindo no planeamento do espaço urbano, servindo regras aprendidas, de uma outra civilidade, aberta a maior circulação e convívio pedonal.

Decorrido, quase, um século, em 1909, na “Proposta para o fornecimento de 7 marcos circulares eguaes, postos no casal do Rolão a Santo Amaro. Rua João de Lemos”<sup>14</sup> - abortado projecto de bairro operário (1880) - é impressionante a

<sup>12</sup> CML-MC; Projecto para o Passeio des de Porta do Pateo da Moeda até o Beco do mesmo nome, 5 de Fevereiro de 1834, Malaquias Ferreira Leal.

<sup>13</sup> CML-MC; Modelos de Marcos, n.d., n.ass.

<sup>14</sup> CML-AAC; P. cx. nº 20, pl 8148.

permanência do seu desenho, de pouquíssima evolução; diminuindo de escala, continuando em coluna, de fuste completamente liso, e a mesma bolacha de gola - é um marco de pedra muito idêntico ao 1º modelo oitocentista. Seriam construídos em “cantaria de Paço d’Arcos clara e rija aparelhados à picola fina”, sendo posto em praça o seu fornecimento, segundo desenho da 5ª Sub-Secção camarária, (variando o preço das propostas entre 52\$500 e 25\$900 réis).

Os marcos de pedra continuam a ser empregues junto dos chafarizes<sup>15</sup>, evitando derrubes e encostos de viaturas; a sua presença vai ser uma constante nas gravuras<sup>16</sup> de vários locais, do centro da cidade, às zonas limitrofes, nos anos 30-40 de Oitocentos; passando a ser utilizados como suporte de colunas de candeeiros<sup>17</sup> a azeite e a gás (apartir de 1848), na década seguinte; para começarem a ser retirados à medida que os passeios se vão empedrando, sobretudo, nas últimas três décadas; no entanto, os *frades*, permanecem nas zonas mais antigas, as dos bairros típicos, deixando centenários exemplares, sobreviventes, até aos nossos dias.

Interessante esta designação de *frade* que permanecerá no vulgo vocabulário alfacinha, talvez, por antropomorfização da forma, naqueles que eram encimados por uma esfera, facto no qual, já, quizeram vêr arreigadas ideologias liberais<sup>18</sup>. Este jocoso “baptismo” deu origem a inúmeros trocadilhos, noticiando-se, em 1872, “Morreram ontem três frades em Lisboa! Morreram no Chiado, e tinham visto passar umas poucas de gerações. (...) ficaram ontem derrubados à picareta pelos empregados da Câmara Municipal. (...) Foram pois bem mortos os três gordos frades, tão antigos e tão bem conservados.”<sup>19</sup>, pelo derrube de três marcos de pedra no Chiado, para alargar o passeio; ou, ainda, dias depois, “Quem há quinze dias por lá passasse ainda os havia

<sup>15</sup> Basta folhear o *Album*, de Pereira Gonzaga (CML - MC), para notarmos a sua presença, numa tradição de arranjo envolvente, de épocas anteriores.

<sup>16</sup> Ver para o centro, o “Theatro de S. Carlos em Lisboa”, *Universo Pittoresco*, (19), 1839; “Estátua equestre d’El-Rei D. José 1º em Lisboa”, *Ibidem*, (3), 1841-42; “Arsenal do Exercito em Lisboa”, *Ibidem*, (12), 1839-40; e, numa zona mais afastada, “O Palacio das Necessidades em Lisboa”, *Ibidem*, (16), 1339-40; “Chafariz das Necessidades”, *Ibidem*, (5), 1841-42; e, ainda, “Arco grande das Amoreiras em Lisboa”, *Ibidem*, (11), 1841-42; “Palacio do Snr. Marquez de fronteira em S. Domingos de Benfica”, *Ibidem*, (19), 1841-42.

<sup>17</sup> Ver o capítulo Os candeeiros.

<sup>18</sup> Mário Costa - *O Chiado Pittoresco e Elegante*, Lisboa, 1987, pp. 44-46.

<sup>19</sup> *Diário Ilustrado*, 11 de Julho de 1872, transcrito por Mário Costa - *Op. cit.*; a localização dos marcos era um à porta do Café Central, outro à do estabelecimento das máquinas de coser *Lacour & Lesage* e, por último, à da camisaria de um Coutinho.



de observar firmes no seu posto de honra, ostentando aquela grave sizudez que os caracterizava, e com a respeitável e veneranda calva à mostra. (...) Foram assassinados; não morreram de morte natural, porque eram de boa tẽmpera os trẽs frades (...) Mas para saudosa memõria ainda lá nos restam seis que de saudade pouco tempo resistirão, com certeza”<sup>20</sup>.

Em 1853, surge um belo desenho “para as pilastras da grade para a Rua do Alecrim”, do risco de P. J. Pézerat, engenheiro-arquitecto (como este francês gostava de assinar), da municipalidade; juntando orçamento de “Cada pinha destas com dois Centimetros de profundo. sendo de pezo de 37 Kilogramas a 100 réis o Kilograma custara 3.700 réis e os 4 =14\$800 réis”<sup>21</sup>. O projecto apresenta, apenas, o cimo da pilastra - em cantaria, quadrangular, com os cantos chanfrados, tendo num dos lados lavrado um nó de fita - onde assenta um “chapeu” de ferro, em taça invertida, decorado, no cimo, por folhas sobrepostas e rematado por bolota. Num traço de grande precisão e delicada aguarela sombreada, ambos, evidenciando as linhas das formas, numa atenção cuidada ao detalhe desta peça de mobiliário que utilizando o ferro e a pedra, melhor se integrava na composição, segurando e interligando as grades de ferro; não chegando, infelizmente, a ser executado.

Herdando, de Setecentos, um rico repertório de desenhos de grades - que, depressa, se esgotavam em, pouco mais, do que guardas de janelas de sacada - os gradeamentos vão ter largo desenvolvimento, na Lisboa de Oitocentos, completando antigos riscos edificados ou integrando-se em planos de obra nova.

Inaugurando, significativamente - com o derrube dos velhos muros e provisórios tapumes de cancela, em madeira, do Passeio Público do Rossio, substituídos por gradeamento de lanças e portões com coroas de louros, nos dois topos, inaugurados, em 1840 - é o início de uma época de renovação da estética citadina, demolindo antigos muretes de guarda, para dar lugar a marcos-pilares de cantaria, unidos por

<sup>20</sup> *Ibem*, 27 de Julho de 1872, *Ibidem*; os locais destes seis eram nas esquinas das ruas de S. Francisco, Nova do Carmo e do Almada, e, ainda, na Calçada do Sacramento; referindo-se o desaparecimento de outro, junto à Rua Ivens.

<sup>21</sup> CML-MC: Orçamento para as pilastras da grade para a Rua do Alecrim, 2 de Agosto de 1853, P. J. Pézerat.



grades; fazendo-se obra, como veremos, em vários locais da cidade.

Assim, ficou o Passeio com “tres portas de ferro, sendo a do centro mais larga; entre as quaes se elevam duas corôas de louro guarnecidas de fitas douradas, por debaixo das corôas lê-se por um e outro lado 4 d’Abril de 1838, aniversário natalicio de Sua Magestade a RAINHA (D. Maria II, 1819-1853) aos lados das portas seguem-se duas cazas, uma para guarda e a outra para o porteiro, e também para recolher alguns objectos do serviço do Passeio; em seguimento (...) correm as grades de ferro, formadas de lanças como as portas, dividindas de espaço a espaço por pilares de cantaria quadrangulares e coroados por capiteis (...) para que se execute o risco do Sr. Malaquias Ferreira Leal, devem todos(...) ser coroados por vasos de pedra ornados com festões de flores; nos lados do portico principal, faltam-lhe também duas elegantes pyramides”; no topo Norte, “as portas de entrada sam duas collocadas próximo às (outras) duas cazas, das quaes sam separadas por uma pequena grade, e d’ahi continua a gradaria”<sup>22</sup>.

Aí, permaneceram estas grades e portões, em gosto das Tulherias, com pontas de lança e coroas, de letras douradas, vindo a ser polémicamente demolidos, em 1882<sup>23</sup>, para dar continuidade aos trabalhos de abertura (1879) da Avenida que hábitos saudosos, de românticos ou não, levaram à recolha de quase duas mil assinaturas lisboetas em contestação.

Nestes anos 40, surgem dois projectos, também, de Malaquias Ferreira Leal, com grades de risco, semelhante, utilizando lanças interligadas, em cima e abaixo, por barra de ferro, com pequenas secções, entre si, completando o desenho. Um “Alçado de cada um dos Paineis, de gradeamento de ferro”<sup>24</sup>, datado de 1841, para os arcos do Aqueduto das Águas Livres<sup>25</sup>, local de Passeio, então em moda, de dilatadas vistas panorâmicas que foi palco de românticos suicídios, mandando-se fechar. O outro, que lhe deve ser contemporâneo, “onde se mostra a cortina e Grade de ferro que

<sup>22</sup> *Uníverson Pittoresco* (22), 1839-40, pp. 338-339.

<sup>23</sup> *O Occidente* (147), 1893, p. 19; ver, ainda, o capítulo fontes de repuxo.

<sup>24</sup> CML-MC; Alçado de cada um dos Paineis, de gradeamento de ferro, 18 de Outubro de 1841, M. F. Leal.

<sup>25</sup> Ver o capítulo Chafarizes, Marcos Fontenários e Bebedouros.

fechão as meias laranjas”<sup>26</sup>, debaixo do Arco do Pau da Bandeira, evitando devassas.

Datado de 1857, um comprido risco de poderosa grade, com desenhadas pontas de lança, em dois tamanhos, levemente inclinada, parece ter sido destinada a um piso acidentado; sem local determinado e não conseguindo identifica-lo, nem ao seu autor, resta-nos o cuidado traço, do clássico modelo apresentado<sup>27</sup>. Nesta mesma década, foi gradeado o Passeio da Estrela com as suas fileiras em pontas de lança, interrompidas de quando em quando, por pilastras de ferro de cerrado desenho, talvez, do risco de Pézerat, encarregue de obras - pavilhão (1858) - neste jardim. Em S. Pedro de Alcântara, gradeada que estava, desde a década anterior, a parte de cima, começou-se a reclamar em sessões de Câmara (desde 1852), as grades para o tabuleiro inferior que terminassem com a lista de suicídios, só, mandando-se assentá-las, cerca de 1864, custando 516\$000 réis<sup>28</sup>. Ainda, em 1863, a alameda superior levou novo gradeamento, que parece ter vindo, parte dele, do antigo palácio da Inquisição, ao Rossio; fazendo o resto, António Candido da Encarnação, serralheiro, a 86 réis o kilograma de ferro<sup>29</sup>.

Para o Campo de Santana, efectuados grandes melhoramentos em 1852, surge um desenho de grade de guarda, para a cortina de muralha, sobre o Largo do Mastro, apresentando um marco de pedra-pilar e um rectângulo de gradeamento, preenchido por linear risco, apertado por dois pequenos medalhões com roseta, de cada lado<sup>30</sup>. Um desenho, ainda, muito próximo de uma linguagem neoclássica, infelizmente, nem datado ou assinado.

Mais tarde, cerca de 1880 - ano em que passou a designar-se Campo dos Mártires da Pátria, em memória dos liberais revoltosos, aí, supliciados - fizeram-se dois projectos<sup>31</sup> de melhoramentos, do traço de Augusto César dos Santos, architecto,

<sup>26</sup> CML-MC; Espacato do Arco do Bandeira, onde se mostra a cortina e Grade de ferro que fechão as meias laranjas\_s.d., M. F. Leal.

<sup>27</sup> CML-MC; Desenho de grade, 9 de Fevereiro de 1857, n. ass.

<sup>28</sup> Julio de Castilho - *Lisboa Antiga*, Lisboa, Bertrand-José Bastos, 1903, pp. 356-357.

<sup>29</sup> Julio de Castilho - *Op. cit.*, p. 359; e Gustavo de Matos Sequeira - *Depois do Terramoto*, vol. 4, Coimbra, Imprensa Universitária, 1933, p. 389.

<sup>30</sup> CML-MC; Planta da Grade para a Curtina do Campo de Sant'Ana. n.d., n.ass.

<sup>31</sup> CML-AAC; P, cx. nº 12, pls. 6273 e 76 45.



com novo alinhamento da plantação, e propondo, ambos, o mesmo risco de grade; de novo desenho, preenchendo o rectângulo ovais cruzadas, em animado movimento, interrompido por círculos, de claras referências às balaustradas setecentistas, e ganhando, ao passar da pedra ao ferro, leveza e ânimo. Em 1883, novos projectos<sup>32</sup> de grade, semelhantes, propõem um desenho baseado em linhas curvas, desenvolvendo-se, apartir, de um círculo central, insistindo-se num gosto de Setecentos, que acabou por vingar, em obra feita.

Em 1886, António Maria de Avelar, engenheiro da repartição técnica, planeou, sob urgência, um jardim de recreio, entre a Avenida da Liberdade e o Jardim Botânico - do qual voltaremos a falar<sup>33</sup> - apresentando na memória descritiva, em relação ao gradeamento “que não pode deixar de ser n’aquelle local certa grandeza, recorremos ao album da fundição de “Val de Osne”, compondo as diversas partes”; justificando-se, ainda, em “primeiro lugar porque a urgencia que nos foi pedida (...), e também porque adoptando-se um typo que figura no album de uma das mais importantes fabricas temos a certeza da boa construcção e da grande economia (2400\$000), compreendendo 1 portão central, 2 portões lateraes, 15 pilastras de ferro fundido e 40m de grade e 2 candeeiros bronzeados”<sup>34</sup>, ficando os planos no papel...

Neste ano, à Mãe de Água, nas Amoreiras, a pedido da Compahia das Águas, projectou Augusto César dos Santos, uma simples grade, para o “recanto feito pelo muro do recinto do deposito” (16m), do lado da antiga Calçada da Fábrica de Louça, orçando a obra em 87\$000 réis<sup>35</sup>. Em 1887, o mesmo architecto, em obra de maior extensão (242m), um “Desenho de grade que se projecta collocar sobre a cortina do muro de suporte do Jardim do Campo de St<sup>a</sup> Clara”<sup>36</sup> - onde ajardinamento e muralha tinham recebido melhoramentos cerca de 1860<sup>37</sup> - mostra um risco de lanças, ritmado por dois modelos de ponta, unidas por barras de ferro; tendo elaborado o orçamento (1.241\$000 réis), programa de condições e moldes, para ser posta em

<sup>32</sup> CML-AAC; P, cx. nº 12, pls. 7643 e 7641.

<sup>33</sup> Ver capítulos sobre Fontes de repuxo e Coretos.

<sup>34</sup> CML - AAC; Comissão de Obras Públicas, Pareceres, parecer nº 71.

<sup>35</sup> CML-AAC; OP, cx. nº 5A, pl. 10997, e cópia na SGO cx. nº , pl. 5885.

<sup>36</sup> CML-AAC; OP, cx. nº 3, pl. 10814.

<sup>37</sup> *Archivo Pittoresco* (4), 1864, pp. 29-30.

praça a sua construção e assentamento.

De outro fôlego, foram os três magníficos projectos, no fim da década de 80, num risco de inspiração francesa, para a muralha da Pascoal de Melo, em contradição coma pequeno-burguesa Estefânia. Um “Projecto de grade a collocar sobre o muro de suporte entre as ruas Conselheiro Monteverde e Paschoal José de Mello”<sup>38</sup> mostra-nos um gradeamento de decoradas lanças, com os seus nós, “nascendo” de folhagem de acanto; interrompendo a fileira, uma pilastra de ferro, decorada por gramática vegetalista, de desenho eclético, encimada por cartela com o braço municipal; o gradeamento era preso a marcos-pilares de pedra, octagonais, rematados por pinha, na forma de octagonal ponta de lança. Vão ser estes modelos, de lanças e marcos-pilares; e, ainda, a presença de pilastra de ferro, que permanecem, definitivamente, inalteráveis nos três projectos - chegando a resultar em obra feita - variando, apenas, o desenho da pilastra em ferro forjado.

Noutro “Projecto de grade e pilares para a rua do Conselheiro Monteverde”<sup>39</sup> utilizam-se medalhões oitocentistas - muito em voga, nos anos 70, no mobiliário e decoração de interior doméstico - e, ainda, com coroa acastelada, encimando as armas municipais; insistindo-se, neste gesto de afirmação, de que era obra e propriedade camarária, como era usual em Paris. Ideia abandonada no último projecto<sup>40</sup>, em 1888, de Augusto César dos Santos, então chefe da 2ª secção da Repartição Técnica, propondo, o melhor desenho, num gosto parisiense, de Davioud, com arabescos e pluma no cimo; conciliando, equilibradamente, o exótico desenho dos pilares com o das grades, acrescentando novidade, ao modelo de inspiração; orçando em 950\$000 réis.

Em 1899, o mesmo architecto, projecta “uma grade de ferro sobre a cortina da muralha do Largo das Chagas”<sup>41</sup>, que deveria substituir outra antiga, elaborando-se o orçamento da obra em 830\$000 réis. A grade existente, de grande simplicidade, é

<sup>38</sup> CML-AAC; P, cx. nº 6, pl. 6318.

<sup>39</sup> CML-AAC; P, cx. nº 6, pl. 6319.

<sup>40</sup> CML-AAC; OP, cx. nº 5, pl. 10942.

<sup>41</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 20, pl. 6826, anexa ao Doc. 299.



ritmada pelo desajuste do varão com as pontas aguçadas, repetindo-se, em baixo. Propunha-se um gradeamento com lanças, de varão liso, de desenhadas pontas, e pilastras de ferro forjado - em dois tamanhos de largura - novamente, com arabescos e pluma, ladeando o discreto monograma camarário, e, ainda, encimadas por barra de círculos e palmeta. Um desenho de grande simplicidade, mas, de conseguido efeito decorativo.

Dando continuidade à gramática do arabesco, projectaram-se uma série de desenhos de grade, em 1891, para a polémica escadaria da Rocha do Conde de Óbidos - que obrigou a indemnizações municipais, àquele titular - ligando, finalmente, um altaneiro jardimzinho e, a segunda parte do aterro (1870-80), da comprida Avenida 24 de Julho.

Riscos, uma vez mais, de Augusto César dos Santos, dominando a gramática do arabesco, ganho na prática de projectos anteriores (como referimos), servindo-se de pequenas lanças, de ligamento, para o desenvolvimento da composição do desenho-padrão; ajustando-o à inclinação dos vários lances de escada, alongando-o, tirando partido da maleabilidade das formas e materiais<sup>42</sup>. Foi, ainda realizado, idêntico desenho, na mesma data, “junto ao programma das condições com que é posto em praça o fornecimento d’uma grade de ferro para a parte superior da escadaria à Rocha do Conde de Óbidos”<sup>43</sup>, completando, em unidade, o bem sucedido gradeamento do local.

Ainda, com ténues referências ao arabesco, um desenho de grade - não identificados, local e autor, datável das últimas décadas do século - mostra-nos um padrão de guarda, possivelmente, também, de escadaria, com três varões armados, a meio, de espigões, e dois pequenos enrolamentos, segurando o varão do centro, mais curto e rematado por esferas; a grade encostava a marco-pilar em cantaria, de secção quarangular; é um risco forte e sóbrio, onde falta desenvoltura, ganhando-se em economia de projecto<sup>44</sup>.

<sup>42</sup> CML-AAC; P, cx. nº 14, pls. 7832, 7834, 7835 e 7836.

<sup>43</sup> CML-AAC; P, cx. nº 14, pl. 7833 e, cópia, Equipamento Urbano, Gaveta 41.

<sup>44</sup> CML-AAC; P, cx. nº 14, pl 7804.

Entretanto, outros desenhos de traço muito simples, vão aparecer divulgados por Lisboa, guardando, muros e escadarias, erguidos no relevo desta cidade que a tradição muito clássica quiz contar de sete colinas. São obra menor, mas necessária, como o “Projecto de grade de ferro para um recanto junto ao Chafariz de Dentro”<sup>45</sup> resguardando da devassa o local, das décadas de 70 ou 80, com pontas de lanças, alternando com pequenos elementos de remate, na barra de ferro superior; enquanto, se duplica o número de varões, em baixo, cerrando o desenho.

Melhor exemplo, em 1882, de António Maria de Avelar, o “Projecto de escadaria para ligar a parte que fica da Travessa da Horta da Cera, com a Avenida da Liberdade”<sup>46</sup>, com dois tamanhos de pilares em pedra e dois modelos de grade, em ondulante escadaria; um de lanças, rematado por nós vegetais, nos externos, dos varões; e, outro, mais pequeno, suprimindo as pontas de lança.

No ano seguinte, o projecto “para a substituição do parapeito de alvenaria por faxa de cantaria e grade de ferro e pilares, no muro de suporte do Largo do Chão do Loureiro”<sup>47</sup>, obra orçada em 424\$000 réis, do risco de Augusto César dos Santos, mostra pilares de secção quadrada, e grelha muito simples de varões, entre duas barras de ferro, assentes, como era costume, sob sapatas de bolacha. Este modelo vai ter prolífera utilização na cidade, variando-se o desenho do marco-pilar em cantaria, muito comum em coluna, como se apresenta no “Detalhe mostrando a prizão e a ligação da grade com o pilar de perfil e de frente”<sup>48</sup> que deve ter servido para ser posto em praça o seu fornecimento; repetido em dupla “grade para a nova rua à Pampilha”<sup>49</sup>, emendada para uma só, em data aproximada. Persistindo, ainda, o modelo, na grade para a Praça do Brasil, em 1924, modificando-se o desenho dos pilares, de secção quadrada e cantos chanfrados; orçamentada a obra em 1.610\$00 escudos<sup>50</sup>. Modelo de grande economia, reduzindo o desenho à mera função e

<sup>45</sup> CML-AAC; P. cx. nº 10, pl. 7427 e 7428.

<sup>46</sup> CML-AAC; cx. nº, pl. 19830.

<sup>47</sup> CML-AAC; OP, cx. nº 3A, pl. 10833 e P, cx. nº 11, pl. 7621.

<sup>48</sup> CML-AAC; P, cx. nº 14, pl. 7829.

<sup>49</sup> CML-AAC; P, cx. nº 13, pl. 7734.

<sup>50</sup> CML-AAC; PA, cx. nº 25, pls. 1417 e 1418.



fácilmente adaptável aos acidentes topográficos, graças aos quais deve o sucesso de longevidade, da sua utilização.

Lisboa oitocentista viu, ainda, empregar-se pela primeira vez, à semelhança de Paris, pequenas grades a bordejar canteiros. Na Praça do Município, depois de 1886, retiraram-se os marcos de pedra e as pesadas grades que os uniam<sup>51</sup>, à volta do pelourinho, substituindo-se por baixo gradeamento, de delicado desenho, desafogando-se o “monumento” e que, melhor, convinha ao novo edifício camarário - traçado por D. Parente da Silva, arquitecto municipal, e perdendo os planos, em adaptações de Ressano Garcia - que o tinha, entretanto, concluído. É um risco interpretando o arabesco, engrossando linhas para ganhar volume nos remates, segurando-se a dois modelos e tamanhos de lanças<sup>52</sup>, datável dos anos 80; já, bem aprendida a lição parisiense de Davioud.

Outros monumentos tinham sido engradados, como o de Camões (1860-67) - de Victor Bastos (1830?-1894), escultor da academia de Lisboa e que fizera recentes viagens a Itália e França - excepcionalmente, com marcos de ferro; já, anteriormente, utilizados no gradeamento desta praça, com raios circulares, encimados por pinhas, em meados da década de 60; ou, em semelhante atitude, no dos Jerónimos, cerca de 1890, ainda, não terminado o restauro, com pilares em cantaria, em consonância, no gosto manuelino.

Anterior e mais “preso” ao desenho francês, está o “projecto de gradeamento a collocar no Largo do Barão de Quintella”<sup>53</sup>, em 1882, de José Luis Monteiro, que tinha adquirido hábitos e gostos, numa formação em Paris. É um gradeamento (74m) que percorre a elipse do espaço - deixando aberturas de circulação para um projectado urinol de encosto artificial<sup>54</sup> - em arabescos e arcos, inteiros e quebrados, quase fazendo elipse, seguros a dois tamanhos de lanças; orçamentado em 1.676\$400 réis.

<sup>51</sup> Ver a gravura no *Archivo Pittoresco* (17), 1863, p. 129.

<sup>52</sup> CML-AAC; P, cx. nº 14, pl. 7802.

<sup>53</sup> CML-AAC; P, cx. nº 11, pls. 7624 e 7625.

<sup>54</sup> Ver o capítulo Urinóis e chalets-retrete.

Atribuído, ao mesmo arquitecto, é o projecto de “Grade para resguardo dos talhões ajardinados da Avenida da Liberdade”<sup>55</sup>, do final da década ou início da seguinte - que ainda, lá, se pode ver - com arabescos seguros, em baixo e ao centro, por lança, e circulo, entre eles, ao cimo. O risco é decalcado, do album de Alphand, da grade a ser colocada à volta de uma coluna, na *Square des Arts et Métiers*; querendo-se, assim, genuíno desenho francês, na mais “parisiense” artéria lisboeta, em alfacinhas *boulevardismos*. Ainda, para a Avenida se copia deste album, o “Desenho de corôa de grilhagem para as caldeiras das árvores”<sup>56</sup>, completando, ao detalhe, o planeamento.

Este gosto pelo arabesco vai prolongar-se, entrando no novo século, sendo testemunho, em 1904, as grades à volta do canteiro no 2º monumento a Sousa Martins - de Costa Mota, tio (1862-1930) que substituiu com melhor qualidade a obra (1900), de Queiróz Veloso, fraquíssimo escultor, justamente acusada de desproporções sendo demolida sob chacota na imprensa<sup>57</sup> - ou, anteriormente, no monumento ao liberal marquês de Sá da Bandeira (1884) que as deve ter recebido, pouco, depois da inauguração.

Em Lisboa - herdeira, de Setecentos, destas peças de mobiliário urbano - é o final dos anos 30 de Oitocentos, que nos lega os, mais significativos, modelos e exemplos de marcos e grades, dando início ao seu desenho e instalação; que será, a partir das década de 80, de inspiração francesa, utilizando o arabesco, realizando-se, pontualmente, boas peças de invenção e equilíbrio, nacional; vendo-se o tradicional marco de pedra, a ser suplantado, só, 1938<sup>58</sup>, por outro de novo desenho, mais alto e de arestas, em ferro, iluminado, no cimo, que se instala, logo, na Avenida Almirante Reis e outras zonas recentemente reformadas, anunciando uma outra era de mobiliário.

<sup>55</sup> CML-AAC; P, cx. nº 16, pl. 8037.

<sup>56</sup> CML-AAC; P, cx. nº 5, pls. 7135 e 7136.

<sup>57</sup> Ver, *O Século, Suplemento Ilustrado*, Lisboa, Março a Dezembro, 1900

<sup>58</sup> CML-GEO; Espólio Duarte Pacheco, *Albúm de Fotografias*.



## OS CANDEEIROS

Os candeeiros e candelabros - uns dos primeiros móveis urbanos e utilizados de uma forma sistemática, mas, descontínua, a partir de Setecentos - vão ter uma enorme implantação no urbanismo de oitocentista e novecentista, sofrendo alterações no seu desenho, para acompanhar a inovação técnica, tentando melhor iluminar e, ao mesmo tempo, garantir a eficácia, da sua primordial função, a segurança do transeunte nos espaços urbanos; aliás, tanto em Paris (Préfecture de police), como em Lisboa (Intendência Geral da polícia da Corte e do Reino) estavam, inicialmente, a cargo do serviço policial.

O tipo de candeeiro, mais comum, é o de uma lanterna sobre coluna; enquanto, o candeeiro de consola, suportando a lanterna, é reservado para ruas estreitas, desafogando o passeio; e sendo, ainda, instalados - com o advento da electricidade - uns candeeiros de suspensão, por meio de uns cabos, iluminando ao meio da rua. Serão todos construídos, durante (quase) um século, em ferro fundido, com lanternas de chapa recortada e vidro nas faces, substituídas, algumas - também, com a lâmpada eléctrica- por pratos reflectores. Havia, ainda, as encomendas especiais, destinados a ladear um imóvel; suspensos numa arcada; integrados, ao cimo de uma pilastra de ferro, numa grade de vedação; assinalando a entrada, em edifício ou zona ajardinada; e iluminando os degraus ou como remate de uma escada - satisfazendo preocupações funcionais e decorativas.

As colunas assentam sobre bases (geralmente, altas e largas), sendo rematadas por um pequeno capitel, mal se distinguindo do fuste, suportando a lanterna; uma sequência de formas, algo, emprestada das ordens arquitectónicas; podendo, em móveis da primeira metade de Oitocentos ou em encomendas especiais, para se coadunarem com o estilo dos imóveis, utilizar formas antigas, de inspiração greco-romana, num gosto *Império*, com lembranças de mobiliário doméstico; embora, de maior escala.

A decoração das colunas e consolas é predominantemente vegetal, com flores,

rosetas, folhas de acanto e ramos de oliveira em espiral; integrando, esporadicamente, elementos de gramática animal (felinos e marinhos), solar (sol e estrela) e armorial (brasões reais e municipais). As lanternas eram, na maioria, redondas ou quadradas, havendo-as, ainda, hexagonais; sendo, mais tarde, substituídas por globos de vidro, com ou sem aplicações de metal; eram decoradas por elementos vegetais e, muitas vezes, utilizavam a coroa municipal acastelada como forma ornamental da sua chaminé.

Remetidos, de início, para o meio da rua ou em consolas murais; mais tarde, os candeeiros passam, usualmente, a ser dispostos em fileira, próximo da bordadura do passeio, com um intervalo regular, entre os 20m e 25m - menor em artérias de maior valor urbano - de um, só, lado, ou ladendo, paralelamente, a rua, em estreita consonância com o traçado da rede de abastecimento, por canalização subterrânea; variando, por vezes, a altura da sua coluna para acompanhar a inclinação do piso, criando a ilusão óptica, ao transeunte, de estar todo ele ao mesmo nível; partilhando da mesma perspectiva vertical em relação às fachadas, e, tanto quanto a natureza o permitia, também, em paralelo com as árvores.

Os candelabros - colunas de dois, tres, cinco e mais braços, suportando lanternas ou globos - eram utilizados em locais específicos, zonas que se queriam mais iluminadas por serem emblematicamente de maior importância urbana, praças, rotundas, refúgios e avenidas; ou, de maior convívio social, esplanadas e alamedas, de jardins e passeios; ou, ainda, destacando monumentos, numa *encenação* (sobretudo) nocturna da urbe.

Em Paris oitocentista - embora, anteriormente, se tivessem utilizado 2.736 lanternas suspensas, com vela, (1667); introduzindo-se-lhes o azeite (1745), sendo 8.000 lanternas, já, no final de Setecentos, convertidas a candeeiro - com a introdução do gás, primeiras demonstrações (1803) ), na iluminação pública municipal (1829); sendo 69 bicos contra 12.941 de azeite, em 1831; crescendo, rapidamente, para 2.608 a gás e 8.600 de azeite (1848); destronando-o, em 1852, com 13.733;



passando a 20.766 a gás e, apenas, 971 a óleo de colza (1870)<sup>1</sup>.

Hausmann irá melhorar, substancialmente, a iluminação de Paris, instalando candeeiros e candelabros, atribuindo as lanternas redondas, para o centro da capital e as quadradas, menos decorativas, à periferia; substituindo, a partir de 1865, as velhas consolas para suspensão de lanternas (vela, azeite e óleo), por candeeiros-consola, de novo desenho, com enrolamentos vegetais e, às vezes, com as armas municipais; introduzindo dois bicos de gás na mesma lanterna (1862); colocando candelabros de tres braços, em algumas artérias, e de cinco (sobretudo) nos refugios.

Vemos a enorme atenção que o *Service de Promenades et Plantations* dispensou à iluminação pública, registando no album de Alphand<sup>2</sup> uma prancha, exclusivamente, dedicada à *Voie Publique.Candélabres*, com sete modelos destes móveis urbanos; dois candeeiros de suspensão, ditos *Appareil*, um com lanterna redonda, (para a *Rue de Rivoli*) e outra, com globo aberto colocado em antiga forma de candeia de azeite, (para o *Théâtre de L'Odeon*); dois candeeiros de lanterna redonda, com coluna decorada, em espiral, por ramo de oliveira, e um deles, com as armas da cidade, na base; um candeeiro-consola, de magro fuste canelado e consola armoriada, suportando uma lanterna redonda; e, finalmente, dois candelabros, um *candélabre porte-affiche*<sup>3</sup>, com tres lanternas e integrando na sua coluna um painel para publicidade, de moldura vazada em decoração vegetal; e, outro, *candélabre des refuges*, de coluna muito ornamentada, sob uma base em cantaria, com cinco lanternas redondas.

Podemos, ainda, vê-los - candeeiros e candelabros de tres lanternas - em outras pranchas, sobretudo, nas dedicadas a vedações (como referimos), quer no cimo de pilastras de ferro, como sobre bases de pedra, integrados em balaustradas e gradeamentos; ou, em casos especiais, em globo, ladeando os portões de entrada,

<sup>1</sup> Marie de Thézy - *Paris la rue, le mobilier urbain parisien du Second Empire à nos jours... Histoire du mobilier urbain parisien...*, Paris, Société des Amis de la Bibliothèque Historique, 1976, pp. 20-21; e Jean-Pierre Williot - "Nouvelle ville, nouvelle vie: croissance et rôle du réseau gazier parisien au XIX siècle", in *Paris et ses Réseaux: naissance d'un mode de vie urbain XIX-XX siècles*, Paris, Bibliothèque Historique de la Ville de Paris, 1990, pp. 213-218, embora, este autor, aponte a data de 1843, para o número de candeeiros a gás ultrapassar o dos a azeite.

<sup>2</sup> Adolphe Alphand - *Les Promenades de Paris*, vol. 2, Paris, Rothschild, 1867-1873, s.n.

<sup>3</sup> Ver capítulo Os Suportes de Publicidade.



como na do *Parc de Monceau* . *Portes* . *Cloutures* , acoplando móveis; novamente, numa prancha dedicada à *Voie Publique* . *Urinoirs*<sup>4</sup> dos lados ou no cimo destas peças de mobiliário urbano.

Sucederam-se as inovações, com os bicos intensivos (1878); os de recuperação (1883) - 4.000, em 1897 - os de incandescência ou Auer que os substituíram, quase, por completo, em 1899; o gás comprimido (1910); e, por fim, a electricidade, generalizada, depois da Primeira Guerra mundial. Às primeiras experiências de iluminação pública eléctrica (1841), valeu-lhes a iluminação (1878-82) da *Avenue de l'Opéra* e uma secção na Exposição Universal de 1878; iluminando-se o *Parc des Buttes-Chaumont* (1884); já, em 1887, o *de Monceau* e, algumas, fachadas de teatros, gares, cafés-restaurantes e grandes armazéns; iniciando-se, de facto, a era da iluminação pública, em Paris, com a Exposição Universal de 1889; sendo, amplamente difundido o sistema, com a lampada de atmosfera gasosa, só, a partir de 1922; contando-se 18.600 a electricidade, 20.300 a gás e 6.450 a gás comprimido, em 1935; caminhando-se para a supressão do gás, na iluminação, com programa estabelecido, a partir de 1951<sup>5</sup>.

De início adaptaram-se, alguns, velhos candeeiros, aumentando-lhes a altura e substituindo a usual lanterna por uma lira com globo; depois desenhando candeeiros eléctricos de coluna mais alta, entre os 5,20m e 6,20m; e instalando-os, ainda, mais espaçados, de 35m a 45m; começando-se a fabricar altos candeeiros em aço, até aos 7,5m, em 1925; e em concreto, já, nos anos 40.

Firmas como a fundada por Antoine Durenne (? -1896), com fundições, primeiro em *Sommevoire* (1831); depois, *de Barc-le-Duc*, *de Wassy*, e fazendo sociedade com a *du Val d'Osne*, satisfaziam encomendas para Paris e através de catálogos ilustrados - mostrando os diversos modelos numerados e, mais tarde, exemplificando por foto-montagem, a sua aplicação em determinados locais - vendiam para outras

<sup>4</sup> Ver capítulo Os Urinóis e Chalets-retrete

<sup>5</sup> Alain Beltran - "Création et développement du réseau électrique parisien 1878-1939", in *Paris et ses Réseaux: naissance d'un mode de vie urbain XIX-XX siècles*. Paris, Bibliothèque Historique de la Ville de Paris, 1990, pp. 242-244, e Marie de Thézy - *Op. cit.*, pp. 22-24.



capitais ou cidades europeias, e do Norte de África<sup>6</sup>.

Do outro lado, do Canal da Mancha, Londres tinha permanecido na dianteira - com iluminação municipal (1736), e experiências de iluminação pública a gás (1807), seguindo-se a *Westminster Bridge* (1813) e a paróquia de *St. Margaret's* (1814) - inovando o *Governor Burner* (1859) que permitia controlar a intensidade de luz; arcos intensivos, na década de 80; e a lampada incandescente, invertida (cerca de 1896) - embora, se acuse a permanente ruína das ruas, por trabalhos na rede de canalização, assim, como o uso, em simultâneo - tal como acontecerá em Lisboa - na iluminação da mesma artéria, o sistema eléctrico e o de gás<sup>7</sup>.

Em Lisboa, o temível Diogo Inácio Pina Manique (1733-1805), zeloso intendente-geral da polícia, iniciou a iluminação pública, em 1780, por ocasião do aniversário régio de D. Maria I (1734-1816), com candeeiros de cegonha, a azeite - lanternas de suspensão, inventadas por Martinho António de Castro, engenheiro, presas por compridos ferros às fachadas - sendo 718, em 1788; 770, em 1792; aumentando extrordinariamente para 2.784, em 1834; logo, diminuindo com 2.303, em 1835; tendo, no ano anterior, passado, definitivamente, da Intendência da polícia, para a Câmara o serviço de iluminação pública<sup>8</sup>. A par, dos referidos marcos de pedra, são estes "lampiões" o segundo móvel urbano, de desenho uniformizado, a surgir na capital.

No decorrer, da década de 40, dão-se notícias sobre a iluminação pública, sobretudo a gás, na imprensa; falando-se de Londres, onde existiam "30\$400 (sic) candeeiros de ruas"<sup>9</sup> a gás (1841); ou, nesse ano, de Sidney "os primeiros que fizeram conhecer na Ásia, e em o hemispherio sul a iluminação por este meio"<sup>10</sup>; tendo Carlos Gomes Barreto, farmacêutico, "alumiado a sua Botica, rua direita do Loureto nº 65"<sup>11</sup>

<sup>6</sup> A. Durenne et du Val D'Osne - *Eclairage Publique*, Paris, s.d.

<sup>7</sup> Margaret N. Downie - "Street Furniture : I", in *Journal of the Royal Institute of British Architects*, August, 1946, pp. 435-437.

<sup>8</sup> Albino Lapa - "A Iluminação Pública da Cidade de Lisboa", in *História da Polícia de Lisboa*, Lisboa, 1964, pp. 79-93.

<sup>9</sup> *Museu Pittoresco* (11), 1841, p. 88

<sup>10</sup> *Revista Universal* (8), 1841, p. 89.

<sup>11</sup> *Revista Universal Lisbonense* (29), 1842, p. 340.

com *Gás hydrogeneo liquido portatil*, de Paris (1842); ou, em 1843, um jocoso texto sobre os cães e os candieiros<sup>12</sup>, defendendo-se a despesa municipal com o abate, “antes andar às escuras da meia noite ou da uma hora em diante, mas com as pernas em segurança, do que ver (toda a noite) à luz de esportissimos candieiros matilhas de feras, que dão caça à gente por essas ruas!”; e, ainda, a invenção parisiense, da iluminação a gás, com “náphta de carvão de pedra”<sup>13</sup>.

Em fortes protestos, vai ser acesa a polémica, que podemos acompanhar na *Revista Universal Lisbonense*, em 1845, tentando influenciar a opinião, acusando prejuízos e apontando desvantagens, defendendo patrioticamente a agricultura das oliveiras, cultura e extracção da purgueira (Cabo-Verde) - utilizadas na iluminação - ao passo que Inglaterra, “não teem azeite, e teeem inexauriveis minas de carvão”<sup>14</sup>; será necessário revolver as calçadas de ruas inteiras e ingremes, para introduzir a canalização e “não inutilisemos pois por uma pueril cubiça de novidades os nossos actuaes aparelhos de iluminação, acrescentando ao mesmo tempo o numero de braços empregados”<sup>15</sup>; o perigo de explosões; podendo-se substituir os candeeiros por outros mais modernos e modificar os antigos - em conclusão, “Lisboa é talvez d'entre todas as cidades grandes da Europa aquella a que menos convem iluminação de gaz” e, ainda, românticamente, “e de mais de que serviria o gaz em tantas noites de bellissimo luar”<sup>16</sup>.

Defendida, por outros, “uma só luz de gaz equival a muitas de oleo de purgueira”<sup>17</sup>; uma necessidade para “todas as cidades civilisadas, que quizerem ver as ruas quasi tão claras de noite como de dia”<sup>18</sup>; e imodésticamente “em quanto Lisboa não tiver bem luminosas noites, por certo não se confundirá com Paris”<sup>19</sup>. Noticiando-se, finalmente, em 1847, “se veem ja pela rua da Boa-Vista até san'Paulo, metter

<sup>12</sup> *Revista Universal Lisbonense* (2), 1843, pp. 22-23.

<sup>13</sup> *Ibidem* (45), 1843, p. 557.

<sup>14</sup> *Revista Universal Lisbonense* (26), 1845, pp. 310-311.

<sup>15</sup> *Ibidem* (27), 1845, p. 321.

<sup>16</sup> *Ibidem* (33) 1845, p. 391.

<sup>17</sup> *Ibidem* (28), 1845, p. 335.

<sup>18</sup> *Ibidem* (35), p. 415.

<sup>19</sup> *Ibidem* (48) 1846, p. 568.



cannos de ferro”<sup>20</sup>.

Na verdade, em 1848 - tendo obtido concessão (1846) do governo, por quinze anos, e a Câmara celebrado polémico contracto (1847), com a *Companhia Lisbonense de Illuminação de Gaz*<sup>21</sup>, constituída por acionistas - noticiava-se, com regozijo, “ha quatro noites que a cidade presenciera um brilhante ensaio da illuminação por meio de gaz (...) é digno de vêr-se”<sup>22</sup>; com os primeiros candeeiros acesos nas ruas da Boa-Vista, de S. Paulo, do Alecrim, Loreto, Chiado e Boa-Hora; “é absurdo e crime de lesa civilização, tudo quanto for contrário à prompta illuminação da cidade, por meio do gaz”<sup>23</sup>; no fim deste ano existiam 176 candeeiros a gás, passando o seu número para 402, no fim de 1849.<sup>24</sup>

E o lisboeta acorria a ver as iluminações pasmado, “o povinho, e principalmente o mulhério, inquiria, cismava e interrogava-se: - Que milagre se operava por tal forma? Que espécie de óleo era aquele que se acendia sem torcida? Os rapazes queriam ver a luz de perto para se certificar o caso estranho, trepavam aos candeeiros; então as mães puxavam-lhes as pernas, batiam-lhes, afastavam-os, exclamando: - Foge rapaz! Olha que te pode cair algum pinga em cima e estragar o fato!”<sup>25</sup>, num empirismo enganado, ignorando novas tecnologias.

Neste ano, os primeiros candeeiros - de coluna lisa, sob base circular e encimados por lanterna quadrada - eram colocados “a distancia de 25 a 30 passos, e em alguns logares muito mais perto”, caso da Praça dos Romulares (actual Duque da

<sup>20</sup> *Ibidem* (19), 1846-47, p. 217.

<sup>21</sup> “Em 31 d'Agosto reuniu a primeira assembléa da Companhia Lisbonense de Illuminação a Gaz. A direcção ficou composta dos Srs. Conde de Farrobo, Luiz de Castro Guimarães, João Rebello da Costa Cabral, Claudio Adriano da Costa, Carlos da Cunha Menezes, Anselmo José Braamcamp, e José Detry, director permanente” in *Revista Universal Lisbonense* (37), 1847, p. 444. Belém faz contrato próprio em 1855, in *Diário do Governo* (183), 6 de Agosto de 1855, p. 1011.

<sup>22</sup> *Ibidem* (35), 1848, p. 420.

<sup>23</sup> *Ibidem* (44), 1848, p. 517.

<sup>24</sup> O ritmo de crescimento da instalação, em 1848, foi o seguinte: principiando em Julho com, 26, 60, 72, 148, 161, 176; em 1849, foi o seguinte: principiando em Janeiro com, 177, 182, 189, 279, 316, 347, 389, e terminando em Agosto com 402, in *Revista Universal Lisbonense* (45), 1849, p. 532.

<sup>25</sup> Sousa Bastos - *Lisboa Velha*, p. 16, citado por, Francisco Câncio - *Lisboa no Tempo do Passeio Público*, vol. I, Lisboa, 1962, p. 269.

Terceira), recebendo 5 ou 6 - e, mais tarde, ao centro, um candelabro<sup>26</sup> de quatro globos, à inglesa - enquanto se planeava para o Rossio e Praça do Comercio, 50 ou 60 candeeiros; tendo a Companhia mandado vir, de França, fundidores e fabricantes<sup>27</sup>, que desconhecemos. Atingindo, nesse ano de 49, o Largo do Passeio Público do Rossio<sup>28</sup>; aqui, foram instalados uns candeeiros sobre os antigos marcos de pedra que tinham suportado ferros e lampiões a azeite<sup>29</sup>; enquanto, dentro do Passeio, ladeando a alameda principal, foram colocados uns curiosos candeeiros de coluna, meio vergada, como que se inclinando, segurando as suas lanternas, únicos na capital<sup>30</sup>.

Entretanto, surgira, em 1848, um projecto<sup>31</sup> de remodelação para este Passeio Público - que voltaremos a referir<sup>32</sup> - do risco de João Bonnard, jardineiro francês que trabalhava na Estrela, propondo nova plantação e mobiliário, apresentando um candeeiro de coluna, com base e capitél vegetalistas, também, sob marco de pedra, suportando lanterna hexagonal, que não teve execução.

Em 1849, dois magníficos projectos de candelabros, para o Rossio, foram apresentados por José Detry, director da *Companhia Lisbonense*, que - a pesar de integrados num ridículo plano<sup>33</sup> de arranjo da praça, com um em cada extremo - foi pena não se terem realizado, pela qualidade e invenção do risco.

O original "Plan d'un Candelabre pour l'Illumination à Gaz de la Place du Rocio"<sup>34</sup> mostra-nos um exótico desenho, com um octagonal pedestal em cantaria, de molduras e frisos lavrados, onde assenta um vaso e folhagem, em bronze e ouro, donde saiem,

<sup>26</sup> Estes globos de vidro, com faixas protectoras e chaminés de metal, seguindo um gosto inglês, parecem ter sido os primeiros do género, em Lisboa, seguindo-se-lhes os dos Restauradores, como referiremos; ver a fotografia publicada, no catálogo CML - *Provas Originais 1858-1910*, Lisboa, CML, 1994, p. 52; e a gravura "Barra de Lisboa, Vista do Caes do Sodré", inserida na obra, Lady Jackson - *A Formosa Lusitania*, Porto, Livraria Portuense, 1877, s.p.

<sup>27</sup> *Revista Universal Lisbonense* (9), 1849, pp. 98-99.

<sup>28</sup> *Ibidem* (32), 1849, p. 383.

<sup>29</sup> Ver a, já, referida gravura, "O Passeio Publico em Lisboa", in *Universo Pittoresco* (22), 1839-40, s.p.

<sup>30</sup> Estes candeeiros foram transferidos, após a demolição do Passeio Público, para Setúbal; perdendo-se, hoje, a sua localização.

<sup>31</sup> CML-AAC; Passeio Público, Bonnard, 1848, pl. nº 6880, Gaveta do restauro.

<sup>32</sup> Ver capítulo As Fontes de repuxo.

<sup>33</sup> *Idem*.

<sup>34</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, Gaveta 40.



para os lados, seis braços suportando lanternas, e um central, frutificando um ananás dourado, que sustenta lanterna de coroa real; as lanternas são tres seistavadas e quatro quadradas, com dourados nos frisos e na pinha, ou coroa, de remate. O candelabro custava “um conto e cem mil réis”, mais, com a canalização, alicerces e pedestal, “tresentos e cinquenta mil reis de metal sonnante”.

O outro, “Candelabre pour l'illumination à gaz de la Place D<sup>n</sup>. Pedro”<sup>35</sup>, ao mesmo preço, foi apresentado, dias depois, como alternativa; tentando um nacional neomanuelino, com um pedestal mais baixo e menos decorado, onde assentava uma coluna - base e capitel em folhagem, e fuste com sobreposição de tres ordens de friso, com arcaria neo-gótica e rosetas - onde se prendiam, por consolas vegetais, seis lanternas (quatro quadradas e duas seistavadas) semelhantes às anteriores; ao cimo um balaustre suportando um globo terrestre/esfera armilar, com agulha e poliedro/rosa dos ventos.

São dois riscos importantes de candelabros - raros entre nós - embora, desajustado o neomanuelino na praça pombalina, acusando um prematuro gosto que, só, a partir de 60 e, sobretudo, 80 vingará; enquanto, o exuberante ananás, ofereceu-nos uma animada peça de mobiliário urbano, equilibrada e muito decorativa.

No fim de 49, criticava-se o atraso dos trabalhos no “terreiro do Paço e a da fachada do Theatro de D. Maria II (...) muito que está desfeando a cidade a falta da iluminação por meio do gaz nos dois logares”<sup>36</sup>; estando concluída, como se pode ver numa gravura<sup>37</sup>, em 1853, com uma fileira circundando a praça - onde se trabalhava na conclusão do pesado Arco do Triunfo (1873), de Veríssimo J. da Costa, architecto e dos escultores A. Calmels (1822-1906), francês com atelier na capital (cerca de 1858), e V. Bastos, mestre da Academia - e outra fileira, desencontrada, junto ao rio, com candeeiros de base facetada, coluna de fuste canelado, com um anel solar e capiteis compósitos, suportando lanternas, desproporcionadamente pequenas, mas, de bonito

<sup>35</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, Gaveta 40.

<sup>36</sup> *Idem* (47), 1849, p. 563.

<sup>37</sup> *Nova Descrição de Lisboa, dos seus arredores, e de Cintra, Pena e Mafra (...)*, Lisboa, João P. M. Lavado, 1853, (gravura avulso junto à folha de rosto).

trabalho; estes notáveis candeeiros, de rara qualidade, entre nós, vieram encomendados de França, idênticos aos parisienses, da *Place de la Concorde*, como o sublinhou um viajante estrangeiro que se deu conta da coincidência<sup>38</sup>.

Enquanto, ao Rossio - estando a praça iluminada desde 49, com candeeiros de coluna e acrescentando-se, depois, uns em consola<sup>39</sup>, decorada com a caravela municipal - por esta altura o, recentemente terminado (1843-46), Teatro D. Maria II, já, devia exhibir os seus magníficos candeeiros, lembrando tocheiros, de poderosa coluna sobre garras, com grande lanterna quadrada, muito neoclássicos coadunando-se com a fachada - do risco F. Lodi, arquitecto italiano que trabalhara em Roma - e, juntando-se-lhes, depois, outros, mais modestos, sobre marcos de pedra encostados às restantes empenas, todos iluminados a gás.

De meados de Oitocentos, devem ser os tres modelos de candelabros, de dois braços - não assinados - possivelmente, para o Passeio Público do Rossio; todos eles com decoração numa gramática vegetalista, na base e coluna, de fuste canelado, e capitéis compósitos; as consolas, com enrolamentos, ou, num deles, duas figuras tenentes, segurando lanternas seistavadas; e neste, ao cimo, um menino com caravela (municipal?)<sup>40</sup>. São tres riscos delicados, excepcionais no panorama do mobiliário urbano lisboeta, traduzindo a importância que esta zona de lazer teve na economia socio-urbana da capital, contrapondo, em igualdade com os projectados para o Rossio, peças de grande qualidade e, talvez, de maior acerto urbano, infelizmente, não realizadas.

Em 1879, ao Chiado, são colocados quatro novos candeeiros, mais altos, em resposta ao pedido de melhor iluminação e fazendo-se o chiste - para acompanhar um pequeno desenho de Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905) desenhador caricaturista e ceramista, cuja obra impressa e modelada é um excelente diário da vida nacional e lisboeta das últimas décadas oitocentistas - insistindo-se de que a companhia quer "ir

<sup>38</sup> "The handsome lamp-posts which adorn this square were originally made for the *Place de la Concorde* in Paris" in s.a. - *A Handbook for Travellers in Portugal* (...), London, John Murray, 1887, p. 26 ;e, ainda, ver, Marie de Thézy - *Charles Marville, Réverbères*, Paris, Tête d'Affiche, 1993, p. 24.

<sup>39</sup> Ver as gravuras *O Panorama* (13), 1866, p. 97; e "Parada (...) na Praça de D. Pedro, em Lisboa" in *O Occidente* (112), 1882, p.28.

<sup>40</sup> CML-MC; Desenhos, nº 316, 317 e 318, n.ass., n.d., Gaveta de arquivador.



pouco e pouco aumentando a altura dos candeeiros, e quando elles já estiverem muito em cima, de fórma que ninguem os veja sem telescópio, apaga-os então sem ninguem dar por isso”<sup>41</sup>.

Mestre Monteiro, architecto camarário, apresenta um “Projecto de Candelabros para collocar junto a entrada do Edificio dos Paços do Concelho”<sup>42</sup> - no qual colaborara a ultimar - datado de 1883, com um candelabro de columna simples, sob base cilíndrica, com decoração vegetal, fuste liso e capitél compósito, onde assenta um varão-consola rematado por pinhas, com enrolamentos vegetais e duas correntes pendentes, suportando as tres recortadas lanternas, quadradas, com remates e chaminés, das cúpulas envidraçadas, emplumadas; anotando que “o mesmo typo de candieiro mas com uma unica lanterna podera ser adoptado para os outros locaes da mesma praça designados na planta”; são um risco, algo, parisiense, denunciando a sua formação na *École des Beaux-Arts*, que não se chegaram a realizar.

Assim, como as quatro “Columns rostraes” integradas num “Projecto d’ embelezamento na Praça do Commercio”<sup>43</sup>, com empedrado, riscando losângulos, e tres fontes de repuxo que referiremos, datável de meados dos anos 90 de Oitocentos, ficando uma em cada vértice da praça. Eram poderosas columnas em cantaria, sob larga base com medalhões, sustentando cada uma, no cimo de um globo, uma Vitória alada, com coroas de louro - de certa forma repetindo o gesto da “Glória coroando o Génio e o Valor”, no cimo do referido Arco do Triunfo - tendo a meio do fuste quatro proas de barcos, com lanternas circulares; numa linguagem e gosto, ausentes do panorama nacional, em lembranças parisienses da *Colonne de la Victoire*, na, já, referida *Square des Arts et Métiers* ou nas *Colonnes rostrales* (1837-38), para iluminação da *Place de la Concorde*, desenhadas por J. I. Hittorff (1792-1867), architecto alemão, por encomenda régia - continuando vago o espaço lisboeta, para móveis urbanos desta envergadura.

Oito candeeiros especiais vai receber, ao redor, o obelisco aos Restauradores,

<sup>41</sup> O *António Maria*, 31 de Julho de 1879, p. 62.

<sup>42</sup> Ver, Luís Pastor de Macedo - *As Casas da Câmara de Lisboa*, Lisboa, CML, 1951, cap. VI, estampa extra nº 12, s.p.

<sup>43</sup> CML-MC; Desenho nº 82, s.n., s.d., Gaveta de arquivador.

ainda, começado a construir dentro das grades do Passeio Público (anunciando a sua morte) e inaugurado em 1886 - de António Tomás da Fonseca(1822-1894) fraco pintor, metido a arquitecto e com esculturas de Simões de Almeida (1844-1926) e Alberto Nunes (1838-1912) - foram oferecidos pelo município, que os comprou, por dois contos de réis<sup>44</sup>, à *Empresa Industrial Portuguesa*; de primorosa coluna coríntia, com coroas de louro e fitas, sob fortes marcos de pedra, e tendo (inicialmente) grandes globos de vidro, num gosto muito inglês<sup>45</sup>, em vez das actuais lanternas, com chaminé em metal.

No fim de 1888, a novíssima companhia *Gaz de Lisboa*<sup>46</sup>, formada neste ano, apresenta cinco desenhos com os “typos das columnas, braços e lanternas para a iluminação publica ordinaria da cidade de Lisboa”, entrando, logo, em concorrência e espalhando, os diversos modelos apresentados, pela capital que, ainda, hoje se podem encontrar<sup>47</sup>.

O primeiro, mostra um candeeiro de coluna, sob alta base circular e, levemente, bojuda, com armas municipais (em branco), de fuste canelado, decorado por elementos vegetais, suportando uma lanterna; é “a columna Nº 1, de muito bonito effeito, e destinada as arterias principaes e as praças de maior importancia”. O seguinte, “a columna Nº 2 é destinada para as vias publicas de menor importancia”<sup>48</sup>, com base exagonal, de molduras lisas, e delgado fuste, de decoração semelhante, encimado por lanterna; muito fabricado pela firma *Le Blanc George C<sup>a</sup> Marquise*<sup>49</sup>. A outra, “columna Nº 3, para as ruas pequenas, é ainda muito mais elegante que a columna actual da cidade de Lisboa”<sup>50</sup> - acentuando rivalidades, já, que as colunas em uso eram muito semelhantes - apresenta uma simples base circular, onde assenta uma

<sup>44</sup> CML - *Exposição Comemorativa dos 100 Anos do monumento aos restauradores de 1640 (1886-1986)*, Lisboa, CML, 1986, s.p.

<sup>45</sup> Ver as imagens no artigo de Peter Varnon - “Street furniture, Survey of Street Lighting”, in *Architectural Review*, v. 110, July, 1951, pp. 51 -52.

<sup>46</sup> A companhia *Gaz de Lisboa*, Sociedade anonyma de responsabilidade limitada, com o capital de 1.260.000\$000 réis, tinha a sede na Rua do Ferregial de Cima, 37, 1<sup>o</sup>; construindo o seu polémico e infeliz gazometro junto à Torre de Belém.

<sup>47</sup> Ver por exemplo, o modelo “Nº 1” no Bairro do Arco do Cego, ou os modelos “Nº 2” e “Nº 3” no Jardim da Luz; enquanto as consolas do “Nº 4” são facilmente localizáveis, nos antigos bairros típicos de Alfama, Mouraria, Bairro Alto e outros.

<sup>48</sup> CML-AAC; pl. 10.664, anexa ao Doc. de 13 de Dezembro de 1888.

<sup>49</sup> Conforme se pode verificar pelas marcas, com o carimbo moldado no ferro, desta Companhia.

<sup>50</sup> CML-AAC; pl. 10.665, anexa ao Doc. de 13 de Dezembro de 1888.



coluna lisa, com dois anéis, e pequena decoração vegetal nos extremos, encimada por lanterna. O desenho "Nº 4"<sup>51</sup> mostra-nos um candeeiro em consola, com a habitual decoração, em enrolamentos vegetais, sustentando uma lanterna, destinado a ser afixado nos imóveis - tal como foi referido, para o candeeiro-consola - em ruas estreitas.

O último, é o modelo de lanterna<sup>52</sup> - o mesmo utilizado nos quatro tipos de candeeiros - de desenho quadrado, com a sua chaminé, ao cimo, e pequenas esferas de remate nos vértices; é um risco muito semelhante ao setecentista lampião a azeite, de Martinho A. de Castro, ao qual se acrescentou, em baixo, uns arcos cruzados, para prender às colunas e consolas; já, anteriormente, tinha sido adoptado pela *Companhia Lisbonense*, em algumas zonas da cidade. Assim, permanecendo na paisagem da urbe, ele chega até nós (ajustando-se a outros sistemas), como o símbolo da tradicional lanterna lisboeta, memória de outras eras da iluminação urbana.

Além, destes modelos, a partir de 1889, a cidade recebe uns candeeiros<sup>53</sup> novos, muito provavelmente, mandados instalar pela vencedora companhia *Gaz de Lisboa*, em zonas privilegiadas, como a Praça do Comercio, o Rossio e o Chiado, de coluna, com grande lanterna redonda, segundo cânones parisienses, de remate muito desenhado; com a base exagonal, emoldurada, parecendo um pedestal; fuste muito decorado, com enrolamentos de ramos de oliveira, e capitéis vegetais; suplantando em iluminação os antigos, e de formas mais cuidadas, parecendo o modelo "Nº 2", apresentado no ano anterior; embora, de base e fuste mais poderosos, com a dita lanterna redonda.

É um modelo vindo de Paris, conforme se pode ver pela prancha de um album, da firma *Lacarrière frères et Delatour* <sup>54</sup> - assim, como no catálogo de *A. Durenne et du Val D'Osne*<sup>55</sup> - às quais se encomendaram ou (mais provavelmente) donde se

<sup>51</sup> CML-AAC; pl. 10.666, anexa ao Doc. de 13 de Dezembro de 1888.

<sup>52</sup> CML-AAC; pl. 10.667, anexa ao Doc. de 13 de Dezembro de 1888.

<sup>53</sup> Ainda, existem, por exemplo, dois destes candeeiros, de coluna mais baixa - porque estão instalados sobre cantaria - a ladear o portal da Igreja de N. S. dos Mártires, no Chiado.

<sup>54</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, cota 6907, Gaveta 42.

<sup>55</sup> Os dois modelos de candeeiro adoptados, em Lisboa, encontram-se no catálogo, *A. Durenne et du Val D'Osne*, Paris, A. Durenne, s.d. p. 45.

copiou, apenas, o risco. Ainda, de outra prancha<sup>56</sup> nos veio o modelo *davioudiano*, também parisiense, dos candeeiros instalados nas Praça de S. Paulo e na Rocha do Conde de Óbidos - locais mencionados noutros capítulos - com base circular, afunilando, decorada por molduras e onde assenta uma coluna, envolta numa espiral de ramos de oliveira, rematada por pequeno capitel vegetalista; substituindo-se a lanterna redonda apresentada, pela tradicional quadrada, num gosto lisboeta<sup>57</sup>.

Ainda, nesta prancha, um modelo de candeeiro-consola, placa toponímica a acoplar, entre o capitél e a lanterna; e um “numerotage diurne & nocturne, pour maisons, modèle adopté par la Ville de Paris”, que não foram utilizados em Lisboa. Também, noutras pranchas desta firma (conservadas, igualmente, no arquivo municipal<sup>58</sup>), apresentam-se vinte modelos diversos de lanternas, incluindo três de suspensão; dois candelabros, de três e cinco lanternas, este último sobre plinto em cantaria; e três diferentes candeeiros de coluna, em gosto eclético, de Davioud.

Também, deste *Gaz Novo*<sup>59</sup>, nos dá conta Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro (1867-1920) filho e colaborador de Rafael, em caricatura, chorando o velho candeeiro, fazendo “birra” a lua e troçando o sol, porque “desde a inauguração dos candeeiros novos, que em Lisboa as noites parecem dias, e os dias, noites, tão scintillante, tão clara, tão excessiva a luz que d’elles jorra”, enquanto o Zé Povinho, eterna personagem da comédia bordaliana, criada por seu pai Rafael (1975), os mostra a Fernando Perira Palha Osório Cabral (?-1896), presidente do município (1886-89), travestido de Lisboa. No entanto, os primeiros que parecem terem sido instalados, ainda, em 1889, - segundo um desenho, também, de Manuel Gustavo Bordalo, são os de um modelo muito baixo, de base bojuda e coluna trabalhada, de onde um ardina tira lume, “-Ora já a gente póde acender a beata, sem pedir lume a quem vae passando. Ah, ricas lamparinas p’ra uma pedrada!”<sup>60</sup>; infelizmente, desconhecemos o local de implantação.

<sup>56</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, cota 6913, Gaveta 42.

<sup>57</sup> Ver o catálogo CML - *Provas Originais 1858 - 1910*, Lisboa CML, 1994, p. 53, e comparar na obra Marie de Thézy - *Charles Marville, Réverbères*, Paris, Tête d’Affiche, 1993, p. 25.

<sup>58</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, cotas: 6903, 6908, 6909, 6910, 6911, 6912 (exclusivamente lanternas); e 6904 (candeeiros), 6905, 6906 (candelabros); além, das duas pranchas referidas, Gaveta 42.

<sup>59</sup> *Pontos nos ii*, 6 de Junho de 1889, p. 184.

<sup>60</sup> *Pontos nos ii*, 21 de Março de 1889, p. 91.



Neste ano, de 1889, terminada há três a Avenida da Liberdade (com os trabalhos iniciados há dez anos), vai ser objecto de encomenda especial, substituindo os usuais candeeiros de coluna, base circular e lanterna quadrada, por altos candeeiros, a luz eléctrica - sobre a qual, desde 1841, surgiam notícias de experiências para iluminação pública, na Alemanha<sup>61</sup>; em *Trafalgar Square*, na pioneira Londres (1849)<sup>62</sup>; na *Place de l'Etoile* e na *de la Concorde*, em Paris (1850)<sup>63</sup> e estreando-se, em Lisboa, ao Chiado (1870) - tinham colunas trabalhadas, encimadas por curto mastro com coroa municipal, sob bases bojudas, com recortadas aplicações de metal, e, suspensos de uma consola, no cimo, uns globos de vidro de forma alongada que parecem ter causado surpresa aos lisboetas.

Reservando-lhes uma página, Manuel Gustavo Bordalo, em divertido desenho, compara formas e regista *Opiniões*<sup>64</sup>, principiando, pela justiça de uma sopeira: “- O tal vidro de fôrma ratona/Em que a luz hoje em dia nos dão,/E’ par’cido co’ o saco de lona/Onde eu faço o café do patrão!” - referindo-se à forma do globo - e continuando, com os ditos de um sacristão, um político, *um revenant* de Faro, uma parteira e uma elegante.

De facto, a *Gaz de Lisbonne*, apresentara um “Candélabre”<sup>65</sup>, destinado à “Eclairage Electrique de l’Avenue de la Liberté” - o qual vem a ser adoptado - em risco eclético, de base com o monograma da companhia e brasão municipal, entre ornatos vegetais; suportando uma coluna anelada e canelada, com capitél compósito e um pequeno mastro trabalhado, com coroa acastelada, onde se agarra uma consola vegetalista, estelisada, que segura o prato reflector e o globo alongado da lâmpada eléctrica. A mesma firma, apresentara, como alternativa para a Avenida, um outro modelo de candeeiro eléctrico, de risco muito semelhante; mas, com enrolamentos, em espiral, de ramos de oliveira, na coluna, e ganhando maior desenvoltura a decoração

<sup>61</sup> *Revista Universal Lisbonense* (7), 1841, p. 77.

<sup>62</sup> *Ibidem* (16), 1849, p. 183.

<sup>63</sup> *Ibidem*(2), 1850, pp. 11 e 546.

<sup>64</sup> *Pontos nos ii*, 31 de Maio de 1889, p. 175

<sup>65</sup> CML-AAC; SGO, cx. n.º 115, pl. 10672, s.d.

vegetalista da consola<sup>66</sup> - que fora preterido; e, no ano anterior, em 88, o projecto “Candelabre & Lampe”<sup>67</sup>, também, opcional, para a mesma avenida, com modelo de candeeiro eléctrico, de coluna; sob base quadrangular, decorada por alhetas e elementos vegetais, com fuste canelado e fantasiado capitél, em estilo eclético; suportando um arco de lira, rematado por baldaquino e pinha, tendo suspenso, no interior uma grande lâmpada. É um risco de gosto semelhante, ao que acabou por ser utilizado, excepto, o suporte da lâmpada, em lira, que era uma solução, muito comum, nos primeiros exemplares de iluminação eléctrica.

Sempre, seguindo padrões parisienses, o nosso *boulevard* ostentava, para orgulho dos lisboetas, as suas lâmpadas eléctricas; logo, notados, uns e outros, por estrangeiros, à “Place dos Restauradores commence “a Avenida da Liberdade” - les Champs Elysées - de Lisbonne; et, pour que l’imitation soit plus complète, on doit créer à l’extrémité un parc qui en sera le Bois de Boulogne<sup>68</sup>. Cette avenue brillamment éclairée à la lumière électrique, ombragée d’arbres touffus, plantée d’encorbeillements toujours fleuris que rafraîchissent des bassins dont les eaux tombent de rochers ruisselants, est un des derniers embellissements de Lisbonne”<sup>69</sup>.

Em 1891, a cidade estava iluminada por 8.000 candeeiros a gás e a Avenida da Liberdade por 45 lâmpadas eléctricas<sup>70</sup>; passando para 8.134 candeeiros a gás, em 1895 - sendo 2.108 de braço e 5.809 de coluna, com o consumo de 150 litros; apenas, 3 de coluna, com 350 litros; 180 de coluna, com 750 litros e 34 de coluna, entre os 875 e os 1.400 litros - e eram 8.207 candeeiros a gás, em 1895 - aumentando, apenas, os de 150 litros, com 2.136 de braço e 5. 854 de coluna<sup>71</sup>.

<sup>66</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, s.d., Gaveta 41.

<sup>67</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 115, pl. 10662.

<sup>68</sup> Refere-se ao malogrado Parque da Liberdade, projecto a que nos referimos noutros capítulos: As Fontes de repuxo e os Coretos.

<sup>69</sup> E. Robert - *Souvenirs et Saudades de Lisbonne*, Porto, Empreza Litteraria e Typographica, 1901, p. 18.

<sup>70</sup> *Guia Illustrada de Lisboa e suas Circumvisinhanças*, Lisboa, Typografia da Comp<sup>a</sup> Nacional Editora, 1891, p. 283.

<sup>71</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, Mappa da existencia de candeeiros d’illuminação publica no anno de 1895 comparada com a do anno de 1896, Gaveta 40.



Em 1901, as *Companhias Reunidas de Gaz e Electricidade* apresentam um “Projecto para elevar a altura dos candelabros actuaes d’Avenida”<sup>72</sup> - aos quais já, se tinham acoplado duas lanternas redondas, com decoração vegetal no remate e coroa acastelada como chaminé, sustentadas por duas desenhadas consolas, aumentando a iluminação nesta artéria - em dois desenhos, “Perfil, Nº 1” e “Alçado Nº 2” a solução encontrada foi a de sobrepôr uma outra coluna canelada, mais pequena (2,0m), com um capitél, mais discreto, remetendo a lâmpada para os 9,60m de altura; ainda, pelos mesmos desenhos, podemos ver que este modelo tinha uma base de sustentação, abaixo do solo, de 1,20m. Ficando, estes móveis urbanos, bastante altos e estranhamente “mistos”, utilizando lanternas e prato reflector, reforçando o carácter eclético das suas formas; denunciando uma situação de compromisso, entre dois sistemas de iluminação, na viragem do século que ainda não tinha defenido novas formas que se ajustassem ao avanço da tecnologia.

Neste ano, apresenta-se um projecto, com a distribuição de lâmpadas, para iluminar a electricidade a Baixa e o Chiado que é considerado incompleto “porque indicando na rua Nova do Carmo e na rua Garrett a sua colocação nos eixos d’estas, mas, não se sabe se ficariam, ou não, sobre columnas, o que seria importante conhecer, porque no primeiro caso a camara certamente se opporá a que seja embaraçado o movimento em ruas tão estreitas, peizando-as com as columnas e respectivos resguardos de cantaria em torno da sua base (...) é mesmo de notar que a companhia tendo enviado os detalhes dos supportes dos candieiros para as diversas ruas, deixou por lapso de indicar o systema que destinava às ruas Garrett e rua Nova do Carmo (...) como único esclarecimento sobre o systema de iluminação electrica apenas se menciona no officio que as lampadas serão de arco voltaico da força de 15 ampéres”<sup>73</sup>.

Tendo, então, enviado, como resposta, desenhos com o “Modelo de Lampadas D’Arco”<sup>74</sup> e um projecto de iluminação, inédito entre nós, por meio de

<sup>72</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 115, nº 1 e nº 2. Em 1901, a Companhia Reunidas de Gás e Electricidade é uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, com o capital social de 5.580.000\$000 réis.

<sup>73</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1902), pp. 431-432.

<sup>74</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, 16 de Dezembro de 1901, Gaveta 40.

“Lâmpadas de suspensão para a Rua Nova do Carmo”<sup>75</sup>, apresentando um sistema com um cabo esticado entre dois imóveis, tendo, a meio, suspensa uma lâmpada eléctrica que utilizando uma manivela se podia reparar e colocar a diferentes alturas. Este tipo de candeeiro de suspensão era comum na iluminação de outras cidades, como em Sevilha<sup>76</sup>, na vizinha Espanha; felizmente, desconhecemos a sua efectiva utilização em Lisboa, o qual, além, de inestético, é um móvel de risco muito pobre, e, certamente, inadequado para uma zona “elegante”, como a do Chiado.

Assim, a partir de 1902, o Rossio, o Chiado, a Praça do Comércio e, algumas, das placas centrais das Avenidas Novas, da Avenida 24 de Julho até à Praça de Afonso de Albuquerque, em Belém, vão receber - generalizando-se o sistema - candeeiros eléctricos, de alta e magra coluna, lembrando um mastro, sob base bojuda, de decoração vegetal, com uma consola, muito simples, ao cimo, donde pende o globo da lâmpada, deixando à vista (em muitos deles) os fios eléctricos. Estes novos móveis eram colocados, sobrecarregando os passeios, a par dos velhos candeeiros a gás, utilizando-se, por vezes, os dois sistemas em simultâneo, num ecletismo que ultrapassa as formas e o gosto por uma decoração heterogénea em estilos.

Entretanto, desde 1901, que a *Companhia de Carris de Ferro de Lisboa*, vendo-se na necessidade de estabelecer paragens fixas nos seus transportes públicos, tinha obtido autorização camarária, para a “collocação de vidros encarnados nos candieiros onde fôrem collocadas as taboletas, sendo os candieiros pintados de branco”<sup>77</sup>, facilitando e ordenando a utilização, por parte do cidadão, impondo um ritmo certo, que então se começava a defenir, ao tempo no espaço urbano.

Em 1906, Alvaro Machado (1874-1944), arquitecto, ao riscar utópicamente o seu “Projecto do Viaduto sobre a Avenida Ressano Garcia”<sup>78</sup>, entusiasmado com as referências parisienses, muito “segundo Império”, não esqueceu de registar numerosos candeeiros de coluna e consolas - em enrolamentos vegetalistas que se acordavam

---

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> Ver, por exemplo, as imagens em Manuel Macias Miguez - *Alumbrado Publico de Sevilla (253 años de su Historia)*, Sevilla, Ayuntamiento de Sevilla, 1985, pp. 73, 78, 186, 192, 195 e 222

<sup>77</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1902), p. 460.

<sup>78</sup> *O Occidente* (996), 1906, p. 187 e s.p.



com as faixas da decoração lavrada na cantaria - donde se suspendiam globos eléctricos; assim, o viaduto ficaria iluminado “por trinta lampadas electricas e os braços d’estas, em ferro forjado ornamentado”, pintalgado de dourado, à francesa. Quatro anos, depois, a propósito de uma projectada avenida de Santos ao Caes do Sodré, surge um malogrado desenho<sup>79</sup> propondo a transferência e novo enquadramento da estátua de Sá da Bandeira, em Santos, em risco de Ventura Terra ,arquitecto e vereador - logo, na primeira vereação republicana (Novembro,1908) - com uns candeeiros eléctricos, de coluna trabalhada aos nódulos, terminando num enrolamento vegetal, suspendendo um globo, em semelhante gosto internacional, como era moda nas capitais cosmopolitas europeias, denunciando a enorme importância que se começava a conferir ao mobiliário urbano, como detentor e simbolo (ou não) de modernidade na renovação da urbe.

Em 1909, a Câmara decide aumentar a iluminação eléctrica da capital, e mudar para bicos de incandescência os candeeiros a gás, guardando economias de um sistema para assegurar o outro, sem retirar dividendos dos cofres municipais; nesta altura, aproveitou para fazer o computo da situação, com 8.718 candeeiros a gás - 3.318 tipo Pávilon; 5.289 incandescentes; 211 intensivos - e 293 “focos” eléctricos<sup>80</sup> espalhados pela cidade que significavam, com o seu consumo (gás e electricidade), uma despesa permanente, à qual se acrescentava a dos roubos “do material dos candieiros da illumination pública nos diversos pontos da cidade”<sup>81</sup>, conforme se queixava, à Câmara, as *Companhias Reunidas Gaz e Electricidade*, participando-se ao Juiz de Instrucção e ao comandante do Corpo da Polícia.

No mesmo ano e nos dois seguintes, foram realizadas diversas melhorias nos sistemas de iluminação da urbe; experimentou-se substituir os sete arcos de luz eléctrica, por outros de luz intensiva, em dois talhões da Avenida - por proposta de Ventura Terra - pedindo-se orçamento à companhia<sup>82</sup> ; verificaram-se as qualidades das camisas colocadas nos bicos dos candeeiros a gás, da Baixa (ruas do Crucifixo, da

<sup>79</sup> *Ilustração Portuguesa* (213), 1910, p. 371

<sup>80</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1910), pp. 70-71.

<sup>81</sup> *Ibidem*, (1910), p. 618; repetindo-se, em Novembro, *Ibidem*, p. 678.

<sup>82</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1910), p. 696.

Vitória e do Ouro) tentando maior intensidade de luz - também, por proposta de Ventura Terra - sem, aumentar o número de candeeiros, conforme era pedido por comerciantes e moradores<sup>83</sup>; pediu-se a iluminação eléctrica das ruas dos Fanqueiros, do Alecrim e da Praça do Príncipe Real; e - ficando a Câmara à espera, mais de um ano, que viesse o material da Alemanha - decidiu-se utilizar os “focos eléctricos que estavam destinados à Alameda do Campo Grande”<sup>84</sup>; estudou-se um plano para “substituição pelo gaz da iluminação a petróleo que existe”<sup>85</sup> na cidade; repararam-se estragos - talvez, causados quando da implantação da República - em dois candeeiros e nas oito lanternas<sup>86</sup>, aos Restauradores, consultando-se a *Empresa Industrial Portuguesa* que os tinha fornecido, como observámos; colocaram-se dez focos eléctricos “a partir da Praça Luiz de Camões até à Alameda de S. Pedro de Alcântara”<sup>87</sup>, ficando rejeitada a aplicação de sete restantes (tres deles do Largo das Necessidades), na Praça Rio de Janeiro (~~Rato~~).

De início, são iniciativas tomadas pela vereação republicana que queria mostrar que conseguia gerir melhor o espaço urbano que as precedentes - numa demonstração de eficiência e confiança que queria ver extensível ao país - depois, de implantada a República (5 de Outubro de 1910), as provas prestadas, tinham de ser confirmadas, beneficiando da conjuntura, entre o mobiliário urbano, (sobretudo) o sistema de iluminação eléctrica na capital.

Embora, em 1920, se fale de um novo modelo de candeeiro<sup>88</sup>, em Lisboa; na verdade, trata-se de uma adaptação da coluna “Nº 1”, de 1888, com um globo de vidro, protegido por finas cintas de ferro, e de coroa municipal, ao cimo; num gosto muito inglês - pela terceira vez, tendo sido a primeira cerca 1870, como foi referido - invulgar, na generalizada tendência francófona; teríamos de esperar (quase) pelo fim dos anos 20, para que sejam instalados, de facto, novos modelos de candeeiros.

---

<sup>83</sup> *Ibidem*, (1910), p. 780.

<sup>84</sup> *Ibidem*, (1911), pp. 272-273.

<sup>85</sup> *Ibidem*, (1911), p. 468.

<sup>86</sup> *Ibidem*, (1911), p. 843.

<sup>87</sup> *Ibidem*, (1912), pp. 34-35.

<sup>88</sup> *Ilustração Portuguesa* (771), 1920, s.p.



Desde 1927, que se fazem críticas, até em caricatura, à falta e irregularidade da iluminação pública da cidade, que *As Más Companhias...*<sup>89</sup> (do Gaz e Electricidade) mantendo os candeeiros apagados, apenas serviam para o galego se sentar, apoiado na corda de mudança e obrigando o lisboeta a perguntar "Ó mulher!... vê lá quando é Lua cheia para irmos ao teatro", no risco de Alfredo Candido - desenhador abundante, logo com trinta e cinco trabalhos no I Salão dos Humoristas (1912) - troçando-se "Que vamos ter luz nas ruas, Há já p'r'aí quem murmure, Camarada! se isto é certo, Temos de usar "abat-jour"; em desenho de Carlos Botelho (1899-1982) que será um dos poucos pintores de Lisboa, com uns sóis em cima de cada coluna de candeeiro e apetrechando os transeuntes previdentes, de *abats-jours*, palas e óculos escuros!<sup>90</sup>

Na verdade, em 1928, surgem uns candeeiros eléctricos, em ferro, com a base e fuste canelados, separados por um anel, decorado com rosetas, tendo ao cimo um globo de vidro translucido, rematado por espigão de metal. A sua forma, no feitio de um nabo, valeu-lhe o popular baptismo de candeeiros "cabeça de nabo" ou, simplesmente, "nabos". Começando-se, logo, os trabalhos de substituição dos velhos candeeiros eléctricos, como, por exemplo, aos Restauradores e Avenida, anunciando-se a inauguração, por ocasião das comemorações a 5 de Outubro desse ano<sup>91</sup>.

Pelo 1º aniversário desta nova iluminação, mostram-se, em reportagem fotográfica os "diferentes tipos de candieiros da nova iluminação citadina que marcam com o seu estilo, o acompanhamento de Lisboa no grande ritmo da civilização!"<sup>92</sup>; candeeiros e candelabros utilizando dois tamanhos de colunas caneladas - mais altas, quase caricaturalmente<sup>93</sup>, para a Baixa (Rua do Ouro), e mais baixas para a Avenida (rua oriental); candelabros - de dois braços, apenas - empregando dois tipos de consolas: como duas cornucópias vegetais, ao Rossio; ou dois braços rectos, lembrando suportes de lanternas domésticas e de viaturas, aos Restauradores.

<sup>89</sup> *Sempre Fixe* (51) 1927, p. 8.

<sup>90</sup> *Sempre Fixe* (104) 1928, p. 8

<sup>91</sup> *O Notícias Ilustrado* (7), 1928, p. 13.

<sup>92</sup> *O Notícias Ilustrado* (69), 1929, p. 17.

<sup>93</sup> Num desenho de C. Botelho, vendo-se alto "candeeiro-nabo", com um pequeno transeunte, em baixo, lendo-se: "Os candieiros da Baixa parecem uma caricatura dos que estão na Avenida", in *Sempre Fixe* (131), 1928, p. 8.

Os globos tinham, em algumas zonas, como no Rossio, Restauradores e Avenida, além, do remate em pinha de metal, uma cinta perfurada, colocada a meio, também, de metal; noutros casos, foram substituídas, apenas, as lanternas, por globos-“nabos”, fornecidos das novíssimas lâmpadas *Mazda*, conservando-se as antigas colunas, como na Praça do Comércio - eram estes os “novos e belos candieiros, modernos e elegantes” que Lisboa acolhia.

Quem não deixou passar estas reformas urbanas e os chistes populares destes móveis, foram os caricaturistas, acusando-os, logo, em Setembro de 28, nos *Ecos da Semana*, de Carlos Botelho, em exclamações de “Ah! Uh!, Oh! e Ih!”, dos transeuntes boquiabertos perante o 1º novo candeeiro, na Rotunda<sup>94</sup> ; ou - mais significativamente, porque em primeira página - no *Calendário agrícola (Outubro)*<sup>95</sup> , de Francisco Valença (1882-1963) desenhador humorista na peugada Bordaliana, dramaticamente, o eterno Zé Povinho, com um “Ah!” aterrado, perante os “Trabalhos na horta municipal da C.M.L. - Semeiam-se nabos na Avenida da Liberdade.”, e um “Oh!” de desastre, porque “Corta-se todas as arvores do Terreiro do Paço”; repetindo, diversas vezes, C. Botelho as piadas sobre estes móveis urbanos, que “os pombos do Rocio de tal forma teem estrumado o terreno que, os nabos do D. Pedro IV, se teem desdobrado em cada pé”<sup>96</sup>, numa alusão aos, já, referidos “candelabros-nabos” ou, fazendo trocadilho, chama à capital “cidade de mármore e grãonito, já há candieiros-nabos e casas-grão, brevemente teremos ruas-feijão branco e passeios-cenoura” - é “Lisboa cidade vegetal”<sup>97</sup>.

São, ainda, os desenhos humorísticos que nos dão notícia das adaptações que as antigas colunas dos candeeiros sofreram, ajustando-se-lhes o módulo, de uma coluna curva, e substituindo-se a lanterna por um prato reflector; ou, simplesmente, um aro com lâmpada, como foi muito comum. Os primeiros são os “candieiros puchados a

<sup>94</sup> *Sempre Fixe* (122), 1928, p. 8. Ver, ainda, *Ecos da Semana*, in *Ibidem* (125), 1928, p. 8, dizendo-se que “Os Jornalistas do Porto vieram a Lisboa ver os novos candieiros para tirar o modelo e mandar fazer outros melhores... para a cidade invicta - é o que se chama, uma verdadeira sena de ciúmes”, mostrando um jornalista a tirar notas em frente de quatro “candeeiros nabo”.

<sup>95</sup> *Sempre Fixe* (125), 1928, p. 1.

<sup>96</sup> *Sempre Fixe* (165), 1929, p. 8.

<sup>97</sup> *Ibidem*(170), 1929, p. 8.



gancho”<sup>98</sup>, em desenho de Botelho; ou melhor, noutro, em traço chamuscado de Stuart (1887-1961), pintor e assíduo ilustrador em periódicos, “-Isto agora é outra loiça, até os candieiros cumprimentam a gente!”<sup>99</sup>, saudando um transeunte de chapéu na mão; os outros, servem de poleiro a papagaio “que elucidará o transeunte do nome da rua em substituição dos letreiros nas esquinas”<sup>100</sup>, (Botelho) e, ainda, para a prática de um *Novo Desporto*<sup>101</sup>, algo circense, de salto ao arco, pelos cães, nas ruas (Stuart) - brincando com estes ajustes, nem sempre de bom resultado, evidenciando desequilíbrios cometidos nestes móveis urbanos.

Aplaudida e festejada *A Iluminação Moderna da Cidade*<sup>102</sup>, considerada, um ano depois, uma das melhor iluminadas da Europa (o que, ainda, hoje se pode dizer), com as suas “torrentes de luz e todos os arruamentos apresentam um aspecto de civilização, própria de terra de gente”, em complexos de *finis* Europa, e exagerando-se, *de noite... pode ler-se nas ruas de Lisboa como se fosse de dia* <sup>103</sup>, tomando nota de novos hábitos urbanos da sua população “que não tem já receio de, a qualquer hora, cruzar as artérias mais desertas, certa de que a companhia preciosa da luz a não deixará nunca só”.

Finalmente, na Rotunda, ao cimo da Avenida, ergueu-se, demoradamente, o polémico Monumento ao Marquês de Pombal (1914-1934) - ganho em concurso por Francisco dos Santos (1878-1930), jovem escultor e Adães Bermudes (1864-1947) e António Couto (1874-1946), arquitectos, o primeiro pensionista em Paris, no *atelier* de Paul Blondel - que recebeu uns singulares candeeiros, presos a quatro obeliscos, ao seu redor; quatro, em cada, de consola e lanterna facetada, em bronze, muito trabalhado, num gosto barroco, fora do tempo, como o próprio monumento, herdado de Oitocentos. São peças especiais, propositadamente riscadas para o lugar, escassas entre nós, denunciando economias nacionais.

<sup>98</sup> *Ibidem* (129), 1929, p. 8.

<sup>99</sup> *Ibidem* (121), 1929, p. 4.

<sup>100</sup> *Ibidem* (147), 1929, p. 8.

<sup>101</sup> *Ibidem* (156), 1929, p. 11.

<sup>102</sup> *O Notícias Ilustrado* (102), 1930, p. 14.

<sup>103</sup> *O Notícias Ilustrado* (103), 1930, p. 14.



Temos, ainda, que apontar as extravagantes festas de luz, em Lisboa, iniciando-se com a *iluminação do Passeio Público*<sup>104</sup>, em 1851, com candelabros, vasos, obelisco, cariátides e urnas, iluminadas a gás; continuando, em encenações, mais ou menos luzidias, nos sucessivos centenários, de Camões (1880), Marquês de Pombal (1882), de Stº António (1895), da Índia (1897); ou por ocasião de visitas de estado, Eduardo VII de Inglaterra e Afonso XIII de Espanha (1903), Émile Loubet, presidente francês (1905); e nos casamentos régios, de D. Luís I (1862) e de D. Carlos I (1886), porque, embora, se trate de mobiliário efémero (fora do nosso propósito), também, eram utilizados as colunas dos candeeiros, adaptando-lhes diversos braços com globos de vidro abertos - semelhante ao que se fazia com os castiçais no mobiliário doméstico - transformando-os em candelabros<sup>105</sup>; e com o ressurgimento da electricidade, em 1928, logo, no ano seguinte, celebrando o *50º aniversário da invenção da lampada eléctrica* ou por ocasião de comemorações nacionais, acrescentando focos presos às colunas dos candeeiros ou sublinhando, com fiadas de lâmpadas, as fachadas dos monumentos<sup>106</sup> - interessando-nos reter, a acoplação de mobiliário urbano, mesmo que temporária, e a tomada de consciência da importância deste, na festa citadina.

Por outro lado, ao nível do conceito, observemos que o candeeiro de iluminação pública é um móvel urbano que cedo entrou no imaginário da cidade, como sinal de um espaço urbanizado, criando personagens a ele associadas, como o *polícia* e o *bêbedo*<sup>107</sup> que lhe pede lume para acender o cigarro - passando, até, ao cinema<sup>108</sup> - ou em peripécias, como “um obstáculo”, à *volta para casa*<sup>109</sup>; e servindo de apoio à corda do galego (como vimos) para seu descanso<sup>110</sup>; são, algumas, das cenas que repetidamente perduram no humor do “palco” urbano.

<sup>104</sup> Ver a descrição e duas gravuras n' *A Semana* (29), 1851, pp.526-530.

<sup>105</sup> Conforme se pode ver nas inúmeras gravuras publicadas, por exemplo n' *O Occidente* (203) 1884, p. 1, aquando da inauguração do Monumento ao Marquês de Sá da Bandeira; ou no *Suplemento d'O Occidente* (270), s.p., aquando do casamento de D. Carlos I; e n' *O Occidente* (536), 1895, p.156, no 7º Centenário de Stº António.

<sup>106</sup> *O Notícias Ilustrado* (71), 1929, p. 4; e *Ibidem* (78), 1929, p. 8.

<sup>107</sup> Ver *O Século - Suplemento Humorístico* (21) 1898, p. 5.

<sup>108</sup> Recordemos a cena de Vasco Santana, n' *O Pátio das Cantigas* (1941), realizado por Francisco Ribeiro.

<sup>109</sup> *A Paródia* (111) 1902, p. 70.

<sup>110</sup> *Ibidem* (113) 1902, p. 87.



Este móvel urbano, de início, com nacionais lampiões, é utilizado desde os finais de Setecentos; generalizando-se com a introdução do gás, a partir de 1848; renovando-se, em concorrência, com o gás novo, de 1888, adoptando parisienses<sup>111</sup> modelos de Davioud, sempre, propostos pelas companhias; e impressionando com o seu luxo a electricidade (1889) que teve de esperar por 1928, para ganhar modernidade, com novos modelos, numa tentativa de acompanhar a Europa que se tinha, há muito, deixado para trás. O candeeiro de iluminação pública lisboeta, viu serem-lhe negados (quase) todos os parques projectos de folego, das companhias ou camarários, que os magros cofres municipais não suportavam, bastando-se com modelos económicos em série; com raras excepções, na encomenda para a Praça do Comércio, igualando com a *Place de la Concorde*, ou privelegiando o Passeio Público e, depois, a Avenida, recebendo modelos especiais, estas zonas emblemáticas de representação na capital do reino.

Nenhum outro móvel urbano influenciou de maneira tão profunda a paisagem, pelo seu ritmo e escansionamento, prolongando o dia pela noite dentro, alterou os hábitos sociais urbanos, em maior convívio, aqui - a uma escala alfacinha - como nas outras urbes do mundo ocidental.

---

<sup>111</sup> Ao invés do que se passou em Lisboa, a muito difundida lanterna fernandina, tanto em Madrid, como em Sevilha, e os modelos próprios de candeeiros e candelabros, são uma das marcas da originalidade destes móveis urbanos em Espanha; ver Manuel Macias Miguez - *Op. cit.*

## OS CHAFARIZES, FONTENARIOS E BEBEDOUROS

O abastecimento comunitário de água foi, desde sempre, uma das principais preocupações de sobrevivência e salubridade nos espaços urbanos; sendo a fonte ou o chafariz, possivelmente, uma das peças de mobiliário urbano mais antigas.

A água, necessária à vida quotidiana das populações, vê-se acrescida da premência de um melhor abastecimento, para fazer face ao flagelo de epidemias que assolaram os centros urbanos, durante a primeira metade do século XIX, procurando um saneamento eficaz; e, ainda, para tentar, ao mesmo tempo, acompanhar o aumento demográfico crescente - entre nós, sobretudo, a partir de 1880 - na outra metade de Oitocentos.

Os chafarizes têm como principal função utilitária o abastecimento de água às populações, podendo ser, também, peças decorativas urbanas, pelo desenho cuidado das suas formas e escolha dos materiais, reflectindo gostos e dificuldades económicas; e pela “encenação” urbana que a sua instalação pode motivar, obrigando a focalizações da perspectiva, centrando espaços ou alterando o tecido urbano; e, ainda, movimentando a instalação de outro mobiliário, usualmente, marcos de pedra, candeeiros e bancos.

Podem ser de dois tipos, os chafarizes, isolados ou de encosto; e, ainda, de feitura quase “monumental” pela sua escala e elaboração do desenho, incluindo, por vezes, obra escultórica de vulto, ou, simplesmente, peças utilitárias, mais pequenas e reduzindo as suas formas, embora de certa maneira cuidadas, ao essencial, para o cumprimento da sua função.

Os chafarizes isolados, com o seu corpo de bicas centrado na bacia, adquirem, grande parte das vezes, maior significado urbano pela sua localização, quase sempre, no meio dos largos ou praças, exigindo desafogada área para a sua implantação, permitindo um melhor uso e por maior número de utentes, em simultâneo. Os de encosto procuram ajustar-se a espaços onde a malha urbana atinge maior densidade,



sobretudo em áreas antigas, nas quais, às vezes, se tem que abrir uma meia laranja, na tradição de experiências “cenográficas” setecentistas, para criar espaço de movimentação, adossando-se a uma empena o seu espaldar, com bicas, e as bacias para depósito da água.

Geralmente têm um ou dois tanques em bacia, o primeiro para receber a água em depósito, que cai de uma ou várias bicas, e o segundo para os sobejos, podendo, assim, ser aproveitada por homens e animais. As primeiras bacias têm uns plintos ou ferros dispostos paralelamente onde assenta o vasilhame e as barricas, facilitando o seu abastecimento.

Construídos totalmente em pedra, vemo-la substituir parcialmente, nas últimas décadas de Oitocentos, pelo ferro, material muito em voga, sobretudo no fabrico de marcos fontenários. Estes são compostos de um marco para suporte e elevação de uma ou mais bicas de água - com torneiras, evitando os desperdícios - e, geralmente, assentes no meio das bacias. Podiam ter uma taça de metal presa por uma corrente, exclusivamente, para uso da população. Quando tinham um tanque, apenas, este não se destinava a bebedouro de animais, usando-se baldes para esse fim, no entanto, podiam não dispôr de bacia alguma.

Os bebedouros, para matar a sede do transeunte pela cidade, são pequenos móveis compostos de um corpo, frequentemente, em coluna (ou noutras formas), com torneira ou esguicho de água, e uma bacia, muitas vezes em forma de concha, para a receber. A sua altura variava, mas, propunha-se uma medida padrão de um ser humano adulto, de pé e levemente curvado, na posição de beber. Tinham, quase sempre, uma taça de metal presa por corrente, para uso público; mais tarde, suprimida por razões de higiene.

Excepcionalmente, os bebedouros ganham importância decorativa de relevo, com pequenas esculturas sendo cobertos por cúpulas ou abrigos, e, ainda, tirando partido do próprio movimento da água em pequenos efeitos de repuxo. São construídos, sobretudo, em ferro, rivalizando, entre nós, com a pedra que o chega

mesmo a substituir por completo.

Localizam-se nos passeios, em largos, praças e jardins de maior concorrência de público, colocados sob um lagedo ou empedrado, evitando enlameamentos; em alguns casos, com a sua base circundada por grade como a de uma caldeira de árvore, reduzindo a hipótese de acumulação de sobejos à sua volta.

Chafarizes, marcos fontenários e bebedouros são alimentados por uma rede de canalizações, entroncando em antigos ramais herdados de Setecentos, ou melhor, projectados e construídos segundo novas técnicas oitocentistas, com exigências de salubridade, para o consumo de uma população inteira que a ía buscar à rua, à falta de redes domésticas, em muitos dos casos - em zonas limitrofes e de classes menos abastadas - até , aos primeiros anos do século XX.

Em Paris, graças a esforços para obter um maior caudal de abastecimento, realizados durante o II Império e no período da Restauração, por iniciativa do prefeito Rambuteau, foram colocados muitos marcos fontenários, espalhados pela cidade. Sendo, apenas, o seu número de 146, em 1830, aumentou enormemente para 1.840, em 1848<sup>1</sup> . No entanto, sofreram algumas, modificações, em 1832, tendo sido suprimida a bacia e reduzidas as suas dimensões.

Por outro lado, foram construídos, por subscrição pública entre os moradores do bairro de Saint-Martin - colocados na via pública em 1849 - bonitos chafarizes em ferro, segundo modelação do escultor Martin, com sereias ou tritões suportando uma taça com pé, tendo no cimo um menino com um cisne ou um golfinho, decoradas num vocabulário clacissista e as armas da cidade.

Hausmann desenvolveu, com sucesso, um plano de melhoramentos da quantidade e qualidade de água posta à disposição dos cidadãos, passando muitas das casas, nas zonas nobres da cidade, a possuírem rede canalizada, levando a que os antigos marcos fontenários estivessem, quase, suprimidos em 1874. Acrescente-

---

<sup>1</sup> Marie de Thézy - *Paris, la rue. le mobilier urbain parisien du Second Empire à nos jours... Histoire du mobilier urbain parisien....*, Paris, Société des Amis de la Bibliothèque historique, 1976, p. 25.



se, nesta década de 70, a contestação dos proprietários contra os chafarizes de encosto nas empenas de suas casas, como o anotou Eugène Belgrand (1810-1878), engenheiro e colaborador próximo do prefeito, responsável pelos planos da água<sup>2</sup>. Tendo sido contados, em 1876, apenas, 306 marcos fontenários e 26 fontes bebedouros. No entanto, em áreas de população menos favorecida continuava-se a pedir, ao município, a instalação de marcos fontenários, oferecendo-se, em alguns casos o próprio terreno para a sua construção.

No início desta década, o inglês residente em Paris, Richard Wallace (1818-1890), 4º marquês de Hertford, conhecido colecionador de arte francesa e filantropo, preocupado com a carência de pontos abastecedores de água, muito difundidos em Londres, resolve doar pequenas fontes-bebedouros à cidade.

Londres, onde a sociedade voluntária *Metropolitan Drinking Fountain Association* (1859), tinha dotado a cidade de 85 fontes, em 1861, crescendo para 250, em 1868 - e tendo ficado a suportar as despesas o casal Whitehead, após, ter sido abandonada a associação (1898) - elevou-se o número de fontes para 778 e 1.445 bebedouros para gado, frequentemente com fontes adossadas<sup>3</sup>, em 1908.

Os dois tipos, de fontes oferecidas, baptizadas *fontaines Wallace*<sup>4</sup>, feitas às suas expensas e sob a sua atenção, foram desenhadas pelo escultor Lebourg e fundidas por M. Barbezat; são uma de encosto - menos difundido, só, se fizeram cinco exemplares - com cabeça de mulher deitando água pela boca, coroando o cimo de um frontão; e o outro, isolado de dois tamanhos - largamente difundido, numa encomenda de cinquenta e, logo, outra de trinta, chegando, mesmo, o modelo até nós - com pequenas cariatídes suportando uma cúpula escamada, rematada por golfinhos e ponta de lança, no interior da qual cai um esguicho de água; tudo assenta numa alta base octagonal, num gosto eclético de tendência clacissizante, próximo de Davioud; e tinham, ainda, as tradicionais correntes com taças para beber. Restava ao município escolher os locais para a sua instalação.

---

<sup>2</sup> Idem - *Ibidem*, p. 27.

<sup>3</sup> Margaret N. Downie - "Street Furniture : II", in: *Journal of The Royal Institute of British Architects*, September, 1946, p. 500.

<sup>4</sup> Idem, *Ibidem*, p. 27-28.

Estranhamente, chafarizes, marcos fontenários e bebedouros estão ausentes do álbum de Alphand, talvez - porque à data - não se considerassem necessários, visto estar ampliada a rede de canalização ao domicílio e existirem estes bebedouros públicos, muito no gosto do *Service de Promenades et Plantations*.

Em 1923, além das *fontaines Wallace*, existiam 385 marcos fontenários e 12 fontes Eugène Dejean - construídas por um legado deste arquitecto camarário ao município em 1903 - tendo, a maior parte, perdido a sua razão de ser com a generalização da rede de canalização ao domicílio.

Em 1835, o município de Lisboa toma a seu cargo as águas da cidade, herdando uma insuficiente e envelhecida rede setecentista firmada sob a grande obra das *Águas Livres*, e o seu titânico Aqueduto, atravessando o Vale de Alcântara que abastecia um número considerável de monumentais chafarizes barrocos e outros menos aparatosos das primeiras décadas de Oitocentos<sup>5</sup>.

A partir desta data, a Câmara passa a ser a grande responsável pela construção de chafarizes, marcos fontenários e bebedouros, das diversas tipologias, na cidade, podendo ser dividido *grosso modo* em dois momentos, correspondendo a móveis diferentes, numa diminuição da escala e economia de orçamento, um primeiro até meados de Oitocentos, e o segundo, até aos anos 10 de Novecentos.

No Chão Salgado, em Belém<sup>6</sup>, constroi-se um chafariz isolado - principiando a correr a água a 4 de Abril de 1848 - segundo o risco de Malaquias Ferreira Leal, tendo-se comprado o terreno e mandado arrasar umas barracas para fazer praça<sup>7</sup>. O projecto, aprovado em 1847, mostra-nos um obelisco com um golfinho em cada uma das faces, deitando água pela boca, rematado por uma pinha e centrado numa bacia, em

<sup>5</sup> Ver, para o início do século XIX, os chafarizes do Intendente (1824), das Laranjeiras, da Junqueira (1821), das Moiras (1815) e bica do Arsenal da Armada (1832), na obra de, Joaquim Oliveira Caetano - *Chafarizes de Lisboa*, Lisboa, 1991.

<sup>6</sup> Hoje no Largo do Mastro.

<sup>7</sup> *Archivo Pittoresco* (7), 1860, p. 56.



plataforma de tres degraus<sup>8</sup>. Os golfinhos, obra do escultor Alexandre Gomes (?-1781), discípulo em Mafra do mestre Alessandro Giusti (1715-1799) escultor romano que viera para Portugal em 1746-47, e ajudante de Machado de Castro, foram, também, aproveitados - tal como os tritões, as sereias e os rios, para o Passeio Público do Rossio e as carrancas para o chafariz de Alcântara - da obra setecentista, de monumental chafariz, para o Campo de Santana que nunca se chegou a fazer.

É um desenho, ainda, de gosto Neoclássico, muito do agrado geral e elogiado na imprensa, “de todo o ponto elegante e de bom gosto, é um évènement em Lisboa; depois dos chafarizes da Praça-d’Alegria, do largo d’Alcântara, e do Corpo-Sancto, era para tremer com a edéa de um novo chafariz!”<sup>9</sup> e, mesmo uns anos depois, como “honrosa excepção” entre os novos chafarizes, “padrões da ignorância e falta de gosto artistico dos architectos que infelizmente tem tido o município”<sup>10</sup>.

O mesmo architecto é responsável, no ano seguinte, pelo chafariz do Largo de São Paulo, inspirando-se, e muito, no desenho<sup>11</sup> que fizera, para o mesmo sitio, Miguel Ângelo Blasco (ca.1680-1772), engenheiro militar genovês, na direcção das obras das Águas Livres (1763). Conservou a ideia de um obelisco, encimado pela esfera armilar, substituindo os golfinhos por mascarões com bica, em cada uma das suas faces, e as armas do reino pelas municipais, com data e iniciais<sup>12</sup>. Converteu, no risco, a bacia e tanque de sobejos propostos, num só, recortado, sob patim, suprimindo as escadas de tradição setecentista.

Ainda, para o mesmo largo, em 1849, bizarramente, apresentou-se um “esboço” das obras, propostas por Bento Joaquim Cortez Mantua e P. J. Pézerat, “à cerca das operações a executarem para obter um Jorro d’água de furo arteziano da

<sup>8</sup> CML-MC: “Alçado do Chafariz que a Exma Camara Municipal de Lisboa, manda construir em ou Bairro de Belém, e no citio denominado ou Chão Salgado”, aprovado em 8 de Março de 1847.

<sup>9</sup> *Revista Universal Lisbonense* (38), 1847, p.456.

<sup>10</sup> *Archivo Pittoresco* (7), 1860, p. 56.

<sup>11</sup> CML-MC; Inv<sup>o</sup> n<sup>o</sup> 118/115, ass., n.d.

<sup>12</sup> CML-MC: “Alçado de um Chafariz. Para o Largo de São Paulo desta Cidade de Lisboa”, aprovado em 27 de dezembro de 1848.

Praça de S. Paulo”<sup>13</sup>. O *croquis* é composto por tres desenhos, um mostrando a “Disposição do Apparelho porque se ha de aspirar a agua”, outro um “Chafariz-Artezano (château d’eau)” e o último um “Marco-chafariz” sob uma cisterna.

O chafariz é uma obra monumental, numa espécie de *tempietto*, de capitéis corintíus, abrigando as estátuas de Vénus e de Neptuno, com taça e jorro de água, no cimo; e, ainda, quatro bicas na base, decorada por mascarões e golfinhos, em composição de mau gosto. Por outro lado, o marco fontenário de duas bicas, possivelmente de ferro, em simples plinto decorado com as armas da cidade, e encimado por taça da abundância, escondendo a bomba circular, é uma peça de mobiliário equilibrada; ressaltando, no entanto, de todo o conjunto, o desenho técnico de maquinaria, condutas e cisterna, risco deste engenheiro-arquitecto francês a trabalhar para a edilidade. O projecto não teve execução.

Em 1850, o projecto do chafariz isolado para o Largo da Memória, em Belém, que por comparação de desenhos deve ser do risco de Malaquias Ferreira Leal, propõe-nos uma coluna bojuda, decorada por folhas de acanto, encimada por urna tapada, e sob um plinto com as armas da cidade e duas bicas, jorrando no centro de um tanque quadrado<sup>14</sup>. Uma composição simples, que será mais feliz no risco do “Chafariz para o Largo da Quinta da Princeza em o sitio de Pedrouços”<sup>15</sup>, com quatro bicas adossadas a uma coluna-pilar, encimada por grande urna da abundância, em frutos e flores, no meio de uma bacia circular, sob patim de tres degraus; resultando em clássico e equilibrado desenho, de proporções e decoração, numa alegre invenção da sua própria gramática, fugindo aos clássicos motivos marinhos.

Ao mesmo tempo, nesta primeira metade do século, vão surgindo novos chafarizes de encosto, além, da reforma de outros antigos, também, de encosto, como os medievais chafarizes de Dentro (antigo dos Cavalos) e o de S. João da Praça dos

<sup>13</sup> CML-MC; “Esboço (croquis) das obras mencionadas na memória dirigida à Exellma Camara Municipal de Lisboa, Por Bento Joaquim Cortez Mantua, e Pedro José Pézerat, à cerca das operações...”, 10 de Janeiro de 1849.

<sup>14</sup> CML-MC; “Alçado do Chafariz que a Exma Camara municipal de Lisboa, manda construir em o Largo da Memória em o Bairro de Belém”, aprovado em 14 e Março de 1850.

<sup>15</sup> CML-MC; “Planta e Alçado de um Chafariz para o Largo da Qunta da Princeza em o sitio de Pedrouços”, 20 de Novembro de 1850.



Canos, chamado de El-Rei - na parte superior, ganhando altura e monumentalidade - segundo desenhos de Malaquias Ferreira Leal, datados de 1836<sup>16</sup>.

Em 1838, surge um projecto de chafariz de encosto, para o Largo da Boa-Hora, em Belém, com uma simples bica deitando sobre tanque rectângular encostado a espaldar, de frontão curvo com a caravela municipal inscrita e datado<sup>17</sup> que deve ser do risco de Malaquias Ferreira Leal. Do mesmo architecto são outros dois projectos, para chafarizes de duas e tres bicas, em diferente gosto estilístico; o primeiro<sup>18</sup>, sem data, para local não identificado, de espaldar com duas pilastras, encimadas por acrotérios piramidais, e cartela para legenda, ao centro; apresenta, ainda, semelhante frontão com caravela, numa linguagem próxima do da Boa-Hora; e, como era usual, dispondo de dois plintos cylindricos, mergulhados no fundo do tanque rectângular, para assento do vasilhame a encher, na direcção das bicas; o outro, datado de 1839, para a Calçada do Livramento<sup>19</sup>, junto à muralha do Largo das Necessidades, de espaldar encimado por acrotérios e urna tapada, panejamento em festão, de laços, numa gramática Neoclássica, de desenho cuidado e delicado que a proximidade do palácio real impunha.

Ainda, do mesmo architecto, é o interessante "Projecto para o estabelecimento de marcos fontenários no Largo de S. Carlos", em 1852, encostados à muralha, com escadaria, no mesmo largo; tentando, talvez, satisfazer uma necessidade exigida pelo vizinho Teatro da Ópera (1792-93), obra de J. Costa e Silva (1747-1819), de formação italiana no gosto neoclássico e que o velho chafariz do Neptuno (1780) - no, diáriamente, muito movimentado e *chic* Chiado - não deveria conseguir dar vazão. Na verdade, talvez, já, se pensasse no seu desmantelamento, como aconteceria seis anos mais tarde<sup>20</sup>.

<sup>16</sup> CML-MC; "Prospecto que tem, e deve ter o chafariz d'El Rei", 25 de Novembro de 1836 e arranjo do chafariz de Dentro, 27 de Novembro de 1836.

<sup>17</sup> CML-MC; "Alçado que deve ter o chafariz do Largo da Boa-Hora em Belém", n. ass., 1838.

<sup>18</sup> CML-MC; "Alçado do Chafariz", s.d.

<sup>19</sup> CML-MC; "Planta e Alçado do Chafariz que a Exma Camara Municipal projecta construir em a Calçada do Livramento junto a muralha do Largo das Necessidades", 21 de Outubro de 1839.

<sup>20</sup> Mário Costa - *O Chiado Pitoresco e Elegante, História, Figuras, usos e Costumes*, Lisboa, CML, 1987, pp. 90-91.

O desenho apresenta-nos cinco bicas de espaldar liso, muito simplesmente encostados, quase vertendo do pano de muralha - tres com plinto para vasilhame e duas com bacia suspensa, adossada, para animais - rasgando-se tres janelos-respiradores dos depósitos, escondidos no interior da empena<sup>21</sup>. Risco muito sóbrio, disposição equilibrada, desprovido de qualquer ornato, ajustando formas ao mero utilitarismo das peças, talvez esquecendo, demasiado, a zona nobre da cidade e a vizinhança da Ópera.

No ano seguinte, insistia-se com novo desenho de chafariz, saído do risco de Pézerat, desta vez, seguramente, com a intenção de desmantelamento do de Neptuno, como o título indica “Projecto de remoção do Chafariz do Loreto para o Largo do Picadeiro”<sup>22</sup>.

É um belo desenho aguarelado com *loggia* encostada à muralha, onde se inscrevem cinco nichos, um central para albergar a estátua de Neptuno - grande peça do referido chafariz setecentista, obra do mestre Machado de Castro (1731-1822) que modelara e fundira a estátua equestre (1775) cinco anos antes, e ainda trabalhava como director de escultura (1802) na obra da Ajuda - e um par de nichos, ladeando-o, com vasos, sob bases, correndo a água da boca de uns mascarões reaproveitados. Tinha-se acesso, às cinco bicas, por duas escadarias laterais, de antiga balaustrada ovaloide, que conduziam ao patamar onde assentavam as quatro colunas e dois candeeiros, curiosamente, de ferro. Sobre as colunas um frontão interrompido de risco palladiano, com pequeno motivo no fecho do arco de volta perfeita, *tique* do cunho de Pézerat. Em baixo, encostado ao patamar, um comprido tanque. Risco de chafariz monumental, em feliz casamento da pedra com o ferro, das colunas e candeeiros, talvez desmesurado para o local, como Lisboa nunca mais virá a ter.

Dias depois, outro risco de Pézerat, propunha um chafariz mais modesto, de tres bicas e bebedouro em bacia de meio círculo adossada, para o mesmo sitio ou substituição do referido projecto para o Largo da Boa-Hora, (Belém). Um patamar mais

<sup>21</sup> CML-MC: “Projecto para o estabelecimento de marcos fontenários no Largo de S. Carlos”, 14 de Outubro de 1852.

<sup>22</sup> CML-MC: “Projecto de remoção do Chafariz do Loreto para o Largo do Picadeiro”. Lisboa, 6 de Setembro de 1853.



pequeno, reaproveitando do velho chafariz, uma vez mais, a balaustrada e as bases com os mascarões, encimados por urnas, insistentemente dispostas em nichos, correndo para pequenas bacias em meio círculo adossadas<sup>23</sup>.

Finalmente, o “Esboço d’um Projecto de pequeno Chafariz de duas bicas para o Largo do Picadeiro ou o Largo da Boa-Hora em substituição do actual Chafariz do Loreto. Por economia quiz aproveitar as carrancas do actual chafariz” <sup>24</sup>, tentava resolver dificuldades, visivelmente financeiras, do município que encurtava os projectos, atrofiando orçamentos e ideias, se compararmos os tres sucessivos projectos de Pézerat. Este último, não assinado, deve no entanto ser-lhe atribuído, executado, talvez, no fim de 53 ou início de 54, conforme inscrição da data, no desenho, 1854. Em composição de espaldar ornamentado, com frontão em alhetas e palmeta, caravela e inscrição municipal, entre as ditas carrancas, vertendo para simples tanque adossado. É risco bem menor, à vista do primeiro chafariz, ficando a perder, em obra e gosto, a cidade, nestas amputações por economia que resultaram em construção nenhuma.

No ano de 1856, Lisboa, contava vinte e seis postos de abastecimento público, entre chafarizes, poços e bicas, com as suas oitenta e nove companhias de aguadeiros e respectivos noventa capatazes dirigindo dois mil seiscentos e setenta aguadeiros, numa azáfama constante, de onde não estavam ausentes as rixas e palavreado próprio, dando um movimento característico ao redor destas peças de mobiliário urbano.

Situação que parece não chegar para satisfazer as necessidades levando o conde de Samodães (1828-1918), engenheiro civil e presidente do município do Porto (1855), a apresentar uma proposta de projecto-lei, nas Cortes, de forma a que os municípios possam contrair empréstimos, para a construção de canalização geral, domiciliária e, ainda, de chafarizes; fazendo consecutiva hipoteca do rendimento da obra

<sup>23</sup> CML-MC; “Projecto de Remoção do Chafariz Do Loureto para o Largo do Picadeiro e o Largo da Boa-Hora”, Lisboa, 19 de Dezembro de 1853.

<sup>24</sup> CML-MC; “Esboço d’um Projecto de pequeno Chafariz de duas bicas para o Largo do Picadeiro ou o Largo da Boa-Hora em substituição do actual Chafariz di Loreto. Por economia quiz aproveitar as carrancas do actual chafariz” (1854).

feita, pago pelos particulares, para continuar com o plano de melhoramento.

Seguindo, uma vez mais, o exemplo da França “que marcha na vanguarda de todos os melhoramentos da industria humana”, rejeitando, a seu ver, “o abastecimento por meio de companhias (particulares), como a que se pretende estabelecer em Lisboa, tem o inconveniente do município alienar os importantes valores que possui, e que vão servir de uso fructo e enriquecimento d’alguns individuos, quando esses rendimentos poderiam entrar nos cofres municipaes, d’onde seriam empregados em muitas e importantissimas obras”<sup>25</sup> , facto que viria a acontecer na capital.

Na verdade, só, depois, da fundação da nova Companhia das Águas (1867-68) - houvera uma tentativa anterior desde 1856 - e com a construção da Estação Elevatória e reservatório dos Barbadinhos, inaugurada em 1880, captando, através de canal, a água do Alviela, apoiado por outros reservatórios (Pombal, Monte da Penha, Amoreiras, Verónica, Patriarcal, S. Jerónimo e Campo de Ourique) e tudo ligado pelos 186 quilómetros da rede de distribuição, Lisboa pode ter, finalmente, água ao domicilio regularmente, durante alguns anos. Voltando-se a construir, junto à velha estação, nova central elevatória, eléctrica, em 1929, e planeando-se outros sistemas, como o canal Tejo, captando em vários lugares, destacando-se junto à Vala do Carregado<sup>26</sup> .

Mesmo, depois da passagem para as mãos de particulares continuou a Câmara, com a responsabilidade, de construir chafarizes e marcos fontenários, embora de menor envergadura e orçamento, até às primeiras duas décadas do século XX. Logo, a seguir à formação da nova Companhia das Águas, ainda, em 1868, constrói-se novo chafariz, “na travessa do Sacramento, em substituição ao de S. Pedro d’Alcântara” segundo planta de localização do architecto Domingos Parente da Silva<sup>27</sup> , dando continuidade à obra municipal e do qual desconhecemos o risco.

A Câmara continuava a construir chafarizes atendendo aos constantes pedidos da

<sup>25</sup> *Jornal de Notícias*, 19 de Janeiro de 1866.

<sup>26</sup> Jorge Custódio - “As infraestruturas: os canais de Lisboa”, in: *Lisboa em Movimento, 1850 - 1920*, Lisboa, Sociedade Lisboa 94 e Livros Horizonte, Junho/Outubro, 1994, pp. 99 -104.

<sup>27</sup> CML-AAC;SGO, cx. nº65, pl. 10414.



população, sobretudo de zonas populares mais afastadas do centro, como na confluência da Cruz dos Quatro Caminhos com a Calçada dos Barbadinhos servindo, ainda, os moradores das ruas do Vale de Santo António, Direita da Graça, da Glória, travessa do mesmo nome, Estrada da Penha de França e Caminho Debaixo da Penha, de forma a que “não sofram a carencia d’água que actualmente suportam (...) um dos agentes mais efficaz da salubridade publica”<sup>28</sup> ; informando favoravelmente, em 1882, Ressano Garcia, juntando-lhe planta de localização; e, ainda, da redução para uma bica, de um chafariz de duas, na Rua da Infância<sup>29</sup>.

Por vezes, construíram-se lavadouros aproveitando a água dos chafarizes, como em 1884, junto do Chafariz das terras, com planta de José Luis Monteiro<sup>30</sup>; ou, na Rua Ferreira Borges, em terreno municipal, segundo risco de Augusto César dos Santos, o “Projecto para construção de latrinas, chafariz e lavadouro”<sup>31</sup>, datado de 1889, apresentava um simples marco fontenário com bacia de pedra. Em 1892, o “Projecto da construção de um chafariz com duas torneiras e tanque para o gado; de um lavadouro coberto com telheiro casa do capataz e enxugadouro; de uma casa de arrecadação para serviço do Jardim da Praça das amoreiras; e de latrinas públicas para ambos os sexos, na rua das Amoreiras”<sup>32</sup> ,era um equipamento complexo e muito ambicioso, sem resultado. Ficaria encostado à Mãe de Água e a quatro pilares dos arcos do Aqueduto, numa das saídas da cidade, apresentando, ao centro, um chafariz de encosto, de alto espaldar, com as armas municipais e lápide, coroado por frontão e urnas, num desenho de sabor setecentista, talvez, na lembrança do Arco das Amoreiras.

Outra tipologia, a de marco fontenário em ferro com bacia de pedra teve larga e numerosa “família” na capital, durante as últimas duas décadas do século XIX. Em 1883, surgiu o “Projecto de construção de um chafariz no largo da Rua dos Mouros, em substituição do que existia juncto à muralha de S. Pedro d’Alcântara”<sup>33</sup> , do risco de

<sup>28</sup> CML-AAC; Sessão de Câmara, de 6 de Julho de 1882.

<sup>29</sup> CML-AAC; Informação nº 2629 da Repartição Técnica, de 18 de Agosto de 1882 e pl. anexa.

<sup>30</sup> CML-AAC; OP, cx. nº4, pl. 10511, de 5 de Maio de 1887.

<sup>31</sup> CML-AAC; OP, cx. nº 8, pl. 11103, de 22 de Julho de 1889.

<sup>32</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 67, pl.10439.

<sup>33</sup> CML-AAC; OP, cx. 3A, pl. 10838, 11 de Agosto de 1883.

José Luis Monteiro, com alçado mostrando um marco de ferro, de ornamentação vegetal, com tres bicas zoomorfizadas, deitando água, ao centro de uma bacia trilobada; custando 114\$000 réis , e arrastando-se a obra até 1889.

Neste ano, Ressano Garcia, apresenta idêntico projecto “para a transferencia definitiva do dito chafariz”, alegando que se fosse “estabelecido novamente n’aquelle recanto, como teria de ficar 6m apenas mais baixo do que o nivel da alameda que lhe fica sobranceira, teria o inconveniente , como teem todos os outros chafarizes publicos, de afugentar as familias que costumam procurar aquella alameda, para d’ali disfructarem o panorama da cidade, e não quizessem ser incommodados pelos abusos de linguagem que são habituaes em aguadeiros e mais gente que os frequenta” e, também, segundo a opinião do Inspector dos Incêndios, tem “toda a vantagem, pelo facto de poder prestar muito maior serviço interno no Bairro Alto, onde se faz sentir a sua falta, do que nas ruas das Taipas, Becco do Falla-Só e circumvisinhanças, que são perfeitamente abastecidas pelo chafariz da Alegria” <sup>34</sup> .

No ano anterior, em 1888, uma variante do mesmo tipo, com duas bicas, deitando ao centro de uma bacia oval, sob baixo patim circular, para o velho Largo da Achada, em carta do “Regedor de S. Christovam e S. Lourenço, pedindo para que seja transferido (...) o chafariz da Costa do Castelo”, atendendo-se “pelo sitio que indica ser o centro da maior povoação que tem de se fornecer do chafariz”; elaborando-se, orçamento (2000\$000), planta de localização e o dito projecto<sup>35</sup>, por Augusto César dos Santos, que parece ter sofrido alteração, introduzindo-lhe um embasamento mais alto, com escadaria e grade de ferro<sup>36</sup>.

Um desenho, datado de 1890, mostra-nos um desses marcos de ferro, possivelmente para ser posto em praça a arrematação do seu fabrico, satisfazendo uma encomenda municipal<sup>37</sup> . É um modelo de marco fontenário, em coluna (diminuindo de diâmetro, conforme ganha em altura), decorada por várias faixas, de elementos

<sup>34</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 66, pl. 10427, de Agosto de 1889; cópia, do projecto de 1883, (elaborado por José Luis Monteiro), assinada por Ressano Garcia, orçando em 114\$600 réis.

<sup>35</sup> CML-AAC; OP, cx. nº 5, pls. 10937 e 10938, 11 de Maio de 1888.

<sup>36</sup> CML-AAC; PA, cx. nº 1, pls. 2, 3, 4 e 5, s.d.

<sup>37</sup> CML-AAC; P, cx. nº, pl. 7205; existem cópias marion pls. nº 7204 e 7206, que confirmam a hipótese de uma encomenda.



vegetalistas e ornatos clássicos, rematada por uma bolota, com duas bicas, tendo desaparecido a zoomorfização; foi realizado no serviço geral de obras públicas, pela 3ª repartição.

Em 1896, António Maria de Avelar apresenta o projecto e elevado orçamento - 3.775\$000 devido à longa rede de canalização necessária - para a construção de outro chafariz desta tipologia, em Palma de Cima<sup>38</sup>. Um marco fontenário de ferro, com duas bicas e torneiras, decoração conforme o modelo de 1890, assente no meio de um tanque oval, em cantaria de Paço de Arcos, com as bordaduras brunidas, como era habitual. Tinha um embasamento, com dupla escadaria e grade de ferro, ao qual encostava uma pequena bacia para bebedouro de animais, aproveitando os sobejos.

No mesmo ano, surge um projecto, assinado por António Maria de Avelar, de um “Chafariz no Alto do Pina”<sup>39</sup> do mesmo tipo - tendo sido reduzida a decoração do marco de ferro, com duas bicas, e, ainda, suprimido o embasamento, de degraus e grade - este modelo vai ser largamente copiado para vários pontos da cidade, variando os orçamentos, conforme a extensão da rede canalizada; dispendendo-se 67\$000 réis.

Tres anos depois, surge outro semelhante, “Projecto de um chafariz no Paço do Lumiar”<sup>40</sup>. neste caso, de extensa canalização, orçando em 2130\$000 réis. Neste mesmo ano, de 99, idêntico projecto, para o “Bairro Operário aos Barbadinhos” - um dos primeiros bairros operários (1890) - também, assinado por António Maria Avelar, custando 250\$000 réis<sup>41</sup>.

Em 1903, outro chafariz igual, “em projecto, obedecendo ao typo de hà annos adoptado para servir as povoações limitrophes da capital”, para o largo de Palma de Baixo <sup>42</sup>, “cuja população é na sua maioria constituída pelas classes pobre e operária”; há muito solicitado e sobejamente justificado, porque o distante chafariz das Laranjeiras

<sup>38</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 67, pl. 10444.

<sup>39</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 67 pl. 10445.

<sup>40</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 68, pl. 10464.

<sup>41</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 68, pl. 10467.

<sup>42</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 69, pl. 10474.

é o que lhe fica mais próximo, obrigando à passagem pela calçada de Palma que “demasiadamente ingreme torna em extrema penosa e fatigante para os moradores (...) a aquisição da água que lhes é necessária para os uzos domesticos”. Conforme a memória descritiva, o oval tanque de serviço, em usual cantaria de Paço de Arcos, medindo os eixos 1,92m x 1,44m, com simples bordadura emoldurada, assenta em lagedo de igual cantaria; tendo no interior um pilar cilíndrico, onde fica o marco de ferro fundido, com torneira; sendo dotado de 8.000 litros por dia e orçando em 700\$000 réis a obra.

Em 1904, outro idêntico, o “novo chafariz a construir na Calçada dos Barbadinhos próximo à igreja de St<sup>a</sup>. Engrácia”<sup>43</sup>, satisfazendo os “justos e reiterados pedidos dos parochianos”, com projecto e memória descritiva assinados por António Maria de Avelar, custando 230\$000 réis; tendo-lhe sido, mais tarde, ajustado uma bacia para bebedouro da animais. Finalmente, em 1906, igual projecto para o “chafariz a construir na Alameda do Beato”, no mesmo local onde, já, existia um outro marco fontenário, desenho assinado por este engenheiro camarário, orçando a obra em 270\$000 réis<sup>44</sup>.

De datação aproximada, provavelmente, entre os anos 80 e a primeira década de Novecentos, é um “Projecto para collocação d’um chafariz no pequeno largo que existe na Rua das Amoreiras, para substituição do que existe na Praça do mesmo nome”<sup>45</sup>, com um marco de ferro, em que a decoração ficou reduzida às linhas da sua forma, assente no meio de tanque trilobado, envolvido por um lagedo circular. Outros chafarizes contemporâneos, utilizando esta tipologia de marco fontenário de ferro, em tanque de pedra, ainda, se podem ver na Calçada da Pischeleira, no Lumiar, ou na Praça da Viscondessa dos Olivais (1891)<sup>46</sup>

Cerca de 1890, surge uma outra variante a este tipo de marcos fontenários de ferro fundido, com tanque de pedra. Trata-se do “Projecto do chafariz a construir na

<sup>43</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº69, pl. 10477.

<sup>44</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 69, pl. 10472.

<sup>45</sup> CML-AAC; P, cx. nº6, pl. 1213.

<sup>46</sup> Ver, Isabel Nunes - “Um estudo sobre chafarizes de Lisboa: de 1886 a 1913, uma etapa no abastecimento de água a Lisboa”, in *Revista Municipal* (24), 1988, pp. 26 - 40.



Estrada de Circumvallação próximo das extintas portas de Campo de Ourique”<sup>47</sup>, em que o marco de ferro é simples balaustre rematado por esfera, donde jorra uma só bica, assente na bordadura da bacia circular, em pedra, sob patim de igual forma. Outros casos houve, em que num velho chafariz - de pedra e encimado por pinha, em semelhante tipologia, aos dos anos 50, simplificada - modernizou-se, adossando-lhe um destes marcos de ferro dotando-o, assim, de mais uma bica, de água canalizada<sup>48</sup>. Ou, ainda, em pequenas alterações, introduzindo água canalizada da Companhia, cerca de 1887, noutro velho chafariz de pedra, em Carnide, com urna tapada, no cimo de um pilar, tendo um tanque quadrado e uma bacia redonda adossados<sup>49</sup>, que “pertencia ao extinto Concelho de Belém”, agora, novamente, anexado ao de Lisboa (1885).

Terminando esta tipologia de chafarizes isolados, utilizando marcos fontenários, surgem dois projectos, ambos em pedra, datados de 1910, para a Rua de Santa Marta, ao lado da Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Curiosamente, fazem o balanço e a passagem de uma linguagem oitocentista, para outra moderna de Novecentos. O primeiro, apresenta-nos um marco em cantaria de lioz, de secção quadrada, decorado com elementos vegetalistas e ornatos clássicos, no cimo e em baixo, tendo tres bicas com torneira, uma em cada face, e na quarta as armas municipais<sup>50</sup>. Está assente no meio de um tanque cruciforme - ladeado por duas bacias em pia e duas bacias quadradas, sendo uma delas funda (para animais?) - tudo sob um patim de lagedo; custava 550\$000 réis. Embora antiquado, utilizando, ainda, formas e gramática de Oitocentos, é um bom desenho, assinado por João das Neves Pinto, condutor da 3ª repartição camarária, que lembra soluções para marcos fontenários-bebedouros como veremos adiante.

O outro, mostra-nos em sóbrio desenho, sem ornamento, mas, de forma harmoniosa, um marco de cantaria, em coluna e com uma torneira, assente em patim oval, deixando um lugar para depósito de vasilhame, tudo sob lagedo circular<sup>51</sup>; de custo muito inferior, 91\$000 réis. É do risco de José Alexandre Soares, arquitecto

<sup>47</sup> CML-AAC; P, cx. nº 6, pl. 7210.

<sup>48</sup> CML - AAC; sem cota.

<sup>49</sup> CML-AAC; P, cx. nº 6, 7209.

<sup>50</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 31, pl. 9189.

<sup>51</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 31, pl. 9187.

camarário, de fértil obra, também, em mobiliário urbano, com outra formação - como referimos, recebida na velha Escola lisboeta, e completada em Paris - conseguindo um desenho moderno, de nova geração que outros não poderiam fazer, por falta de mão educada na prática de novos riscos.

Este modelo económico vai ter, tal como anteriormente o de marco de ferro fundido com bacia de pedra, larga difusão pela cidade - ainda, existentes, no largo da Alameda do Beato, na Praça David Leandro da Silva, no Rossio de Palma ou, semelhante, no Largo do Vigário<sup>52</sup> - ; algumas vezes, substituindo velhos modelos, com a vantagem de ser mais fácil a sua manutenção, não obrigando a periódicas pinturas como nos de ferro.

Nesta prolongada metade de Oitocentos até aos anos 30 do novo século, ao mesmo tempo que se instalavam chafarizes isolados, sobretudo, do referido modelo de marcos fontenários de ferro, continuaram a instalar-se chafarizes de encosto, nos locais em que esta tipologia fosse exigida, por razões de inserção na malha urbana, como, já, foi referido, no início deste capítulo.

Em 1887, foi construído um chafariz, encostado à muralha, “no Largo do Mastro, em substituição do que existe no Campo dos Mártires da Pátria” - obra sem graça, de Setecentos, à falência do chafariz monumental, já, referido - que ia ser demolido. O desenho do novo chafariz mostra um espaldar com quatro molduras circulares, onde se inscrevem tres bicas vertendo para comprido tanque adossado, e as armas municipais e data, ao centro<sup>53</sup>.

Em 1901, surge-nos um desenho de chafatriz de encosto, para a “Estrada da Centieira” (Olivais), assinado por António Maria de Avelar, com espaldar (1,20m), estreito, muito simples, com moldura terminando em enrolamentos, onde se inscreve a torneira, o monograma camarário e respectiva numeração<sup>54</sup>. Tinha o tanque quadrado dividido em duas partes, a primeira, rente ao espaldar, para encher os depósitos; e a

<sup>52</sup> Ver, Isabel Nunes - *Op. cit.*, pp. 29, 33 e 40.

<sup>53</sup> CML-AAC; P, cx. nº 6, pl. 7211.

<sup>54</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 68, pl. 10460, anexa ao doc. nº 44.



segunda, mais funda, serviria para bebedouro de animais; custando 880\$000 réis.

Este modelo vai ter, alguma difusão pelas zonas limitrofes da cidade, adoptando o sistema de numera-los, para facilitar a sua referência nos serviços camarários; como é o caso do chafariz, para a Rua Valle Formoso de Baixo (próximo de Cabo Ruivo), em 1902, com idêntico risco, assinado pelo mesmo engenheiro e orçando em 1930\$000 réis <sup>55</sup> . A obra teve que ser adiada “por a isso se oppôr Jacintho d’Almeida, proprietário do muro onde elle devia encostar (...) cede porem um terreno um pouco mais abaixo, junto à Azinhaga da Fábrica dos Inglezes, com a area de 17,0m<sup>2</sup>, sem qualquer onus para o município”, ficando a aguardar, Ressano Garcia, em 1903, a resolução superior, para dar continuidade à obra que parece terminar em 1908<sup>56</sup> .

Em 1906, um projecto de chafariz, também semelhante, assinado pelo mesmo engenheiro, para o Campo de Santa Clara, “encostado à cortina existente no lado sul d’aquelle campo, entre a calçada dos Cesteiros e o edificio do hospital da marinha”, local escolhido por ficar equidistante das ruas “cujos moradores requereram este melhoramento” . Um chafariz construído em cantaria de lioz, rijo, de Pero Pinheiro, com acabamento brunido; sendo no risco o espaldar (1,40m x 0,65m) mais largo e emoldurado, encimado por um frontão curvo, mantendo, no entanto, o monograma, torneira, ao centro, e numeração<sup>57</sup> . Apresentava duplo tanque, um encostado ao espaldar, rectângular e pouco fundo, sob pequeno patim, para “serviço do público”; e outro, adossado em bacia semi-circular e funda, para “bebedouro de animais” . Cerca da mesma data, outro chafariz, no mesmo género de desenho, foi construído e, ainda, aí, existe na Estrada de Campolide<sup>58</sup>.

Embora, este modelo seja parecido com os precedentes, obedecendo às mesmas regras de identificação (iniciais e numero), é de maior escala e o desenho mais cuidado, talvez, pela proximidade deste campo que era jardim de Passeio e zona de nobres habitações, mais perto do centro.

<sup>55</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 69, pl. 10473.

<sup>56</sup> Ver, Isabel Nunes - *Op. cit.*, p. 32.

<sup>57</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 69, pl. 10468.

<sup>58</sup> Ver, Isabel Nunes - *Op. cit.* p. 32

Em 1910, a pedido da Junta de Paroquia da freguesia de Santo Estevão, foi elaborado o orçamento (170\$000 réis) e projecto de um pequeno chafariz, a encostar na muralha existente do lado norte, no Largo do Vigário. Obra, muito justificada, porque sendo esta zona uma “d’aquellas em que mais predominam as classes pobres, não possui, sequer, um pequeno marco fontenário onde essas classes se possam abastecer”, vindo a satisfazer aspirações antigas.

O desenho<sup>59</sup>, elaborado na Câmara, por João Mendes das Neves Pinto, condutor da 3ª repartição, segue a sua habitual tendência oitocentista, como referimos para o seu projecto de marco fontenário a Santa Marta. Aqui mostra-nos um espaldar em pilastra, com torneira e iniciais camarárias, encimado por frontão de alhetas e concha, e, ainda, uma pequena bacia semi-circular, adossada. Um risco numa linguagem fria, demasiado clássica que lembra uma lápide tumular. Mais uma vez, o projecto deste condutor foi preterido, por outro, possivelmente, de José Alexandre Soares, acabando-se por construir, como foi dito, um marco fontenário em cantaria, de risco muito semelhante ao deste architecto para o de Santa Marta.

Ainda, houve outros modelos de chafarizes de encosto, variando o desenho do espaldar e da bacia ou tanque, geralmente, com monograma camarário e número; a maior parte de uma, só, torneira, e todos eles continuando a usar esta mesma pequena escala<sup>60</sup>.

Em 1912, a Câmara tentando modernizar e poupar consumo, adquiriu, à experiência, cinco “torneiras de latão automáticas próprias para marcos fontenários” e tendo dado os melhores resultados, encomendou 48, número igual ao dos marcos fontenários existentes<sup>61</sup>, “para que só se gaste a água que o público precise utilizar e assim evitar a conveniência de diminuir dotações” de abastecimento; advertindo-se, no entanto, demoras que se arrastavam com torneiras, desde 1864...<sup>62</sup>

<sup>59</sup> CML-AAC;SGO, cx. nº 70, pl. 10486

<sup>60</sup> Isabel Nunes - *Op. cit.*

<sup>61</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1913), p. 292.

<sup>62</sup> Idem - *Ibidem*, p. 877.



Entretanto, em 1882, tinham surgido umas originais *fontes bebedouros*, oferecidas pela Sociedade Protectora dos Animais (1875) ao município e colocadas no Largo do Corpo Santo, Aterro (Avenida 24 de Julho), Largo dos Caminhos de Ferro (Santa Apolónia) e Praça do Comercio . Na verdade, foi Julio de Andrade (?-1906), grande capitalista, zoófilo e benemérito filantropo que as mandou construir, “de sua própria invenção”, e as doou em nome da referida Sociedade, para bem dos cidadãos e protecção dos animais, sobretudo, de tiro, muito usados nos transportes, de pessoas e cargas, pela cidade.

Este marco fontenário, construído em ferro, na forma de coluna, de decoração vegetalista, com tres bacias, em concha, adossadas, “a primeira bacia e a mais elevada é para receber a água que cahir da torneira de serviço das pessoas; a segunda por baixo d’essa, é para recolher a água que cahir da primeira bacia e servir de bebedouro para os animais pequenos; e a terceira e maior é para bebedouro dos animais grandes”, era encimado por um quadro de duas faces “para affixação dos artigos de posturas municipaes relativos ao tratamento dos animaes e a quaesquer outras disposições legislativas a que a Sociedade entenda conveniente dever dar publicidade”<sup>63</sup> ; mais tarde, o mesmo passará a ter escrito, esquecendo modéstias, “Sociedade Protectora dos Animaes, Fundada em Lisboa, em 1875, Doado à Sociedade, Por Julio D’Andrade”.

Incitava-se, os outros membros da Sociedade, a seguirem o exemplo mandando “construir fontes bebedouros em todas as estações de carroagens e em todos os logares onde a affluencia de animaes indicar a sua utilidade”<sup>64</sup> , na esteira do que acontecera em Londres, conforme se referia num artigo ilustrado<sup>65</sup> , mostrando semelhante esquema tripartido de bebedouros, embora de risco muito diferente, em número precedente d’O *Zoophilo*.

Acabando, por Julio de Andrade repetir encomenda, em 1889, de outros

---

<sup>63</sup> O *Zoophilo* (7) 1882, p. 5.

<sup>64</sup> *Idem*.

<sup>65</sup> *Idem* (4), 1882, p. 3.

quatro, para a Rua de S. Bento (próximo ao Arco), no Largo de S. Roque, no Pátio do Regedor - António Maria Avelar, no seu parecer, transferirá esta última localização para o largo da Anunciada - e junto às Portas do Arco do Cego; pedindo, em carta dirigida à Câmara, a aceitação da oferta, alegando que “vendo quanto este melhoramento publico é apressiado e reclamado pelas pessoas que lidam com os animaes, principalmente de tracção, por não haver bebedouros sufficientes na Cidade” e sugerindo, ainda, que “mande collocar junto aos chafarizes existentes na area do município de Lisboa que não teem, tanques para os animaes beberem, umas pias de pedra que recebam os sobejos da agua”<sup>66</sup>.

Em 1901, a repartição técnica camarária, indicava o local de outra fonte-bebedouro, para o Campo das Cebolas, apresentando o alçado do “Modelo de Fonte”<sup>67</sup>, idêntico aos anteriores. Eram todos fabricados pela *Empresa Industrial Portuguesa - Lisboa, Sociedade Anonyma de Responsabilidade Limitada*, com *escriptório, officinas e armazém* na rua Luiz de Camões, a Santo Amaro, e *depósito* na Rua da Bôa Vista, mais tarde, 24 de Julho - segundo o modelo nº 19.431, do catálogo impresso da firma, onde a fonte-bebedouro é encimada por um candelabro de cinco lanternas, em vez de do respectivo quadro.

Nesta página, dedicada aos *Marcos fontenários* <sup>68</sup>, vemos, ainda, outros quatro modelos, dois muito simples, em coluna, com torneira - e um deles com uma concha - adossada, encimados por esfera; os outros, com duas torneiras, de bacia em concha, apresentando dois tamanhos, um para homens e outro, maior e mais baixo, para animais, sob colunas decoradas com elementos vegetalistas, dos quais não encontrámos notícia de que tenham sido instalados,

Ao todo, foram catorze marcos fontenários mandados construir, tendo sido retirados o de Xabregas e o de Campo de Ourique, a pedido da Câmara, que não conseguiu fazer-lhe chegar a água, durante quatro anos, que ali estiveram. Ofereceu-os, Julio de Andrade, então presidente da Sociedade, à sua homónima da cidade do

<sup>66</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 66, doc. 30, 16 de Julho de 1889.

<sup>67</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 68, pl. 10456, de 15 de Julho de 1901.

<sup>68</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, Gaveta 41.



Porto, que os inaugurou em 1903, tendo sido encimados, como no catálogo, por lanterna de candeeiro<sup>69</sup>. Insistindo-se, em 1909, com novo pedido à Câmara, da Sociedade Protectora dos Animais “para ser collocada uma fonte-bebedouro no vestibulo inferior da estação do Rossio, e declarando muito útil este melhoramento”<sup>70</sup>, mandando-se elaborar projecto e orçamento, sem mais se falar no assunto.

Cabe neste inquérito referir, outro móvel urbano, construído à sua custa, o grande “angar de ferro que se vê no mesmo Largo do Corpo Santo para abrigo dos animaes contra o rigor das estações”<sup>71</sup>, um enorme telheiro de duas águas e resguardo, sob dez colunas, com bonito trabalho de remate, em goteiras que servia os trens de praça.

Depressa, estes marcos, entraram na imagem da cidade, disso acusando o traço de Bordalo, logo em 1884, colocando-os no roteiro da visita, de uma caricata família burguesa, à capital, quando um dos filhos, “o mais pequeno, o Acacio, cae de chapa, com os dois tacões dos sapatos ferrados, em cima do rabo da pobre *Franfreluche* que desata aganir n’um diapasão doloroso capaz de fazer chorar de pena não só as pedras da calçada como ainda o proprio marco fontenario que o bom coração da sociedade protectora dos animes ali mandou collocar e que ainda não foi capaz de deitar ca para fora nem uma lagrima do Alviella.

E junto d’esse marco que o travesso Acacio recebe a dupla correcção, physica e moral, do seu procedimento:

- Leia, diz-lhe o pae Esperidão puxando-lhe as orelhas até aos cantos da bocca; leia o que n’essa taboleta escreveram corações amoraveis dignos d’uma epopêa camoneana: O homem é o rei dos seres inferiores não deve ser o tyrano d’elles.”<sup>72</sup>, assim, criticando atrasos de educação e municipais... que Julio de Andrade reclamava, em officio da Sociedade, datado de 15 de Março do mesmo ano<sup>73</sup>.

<sup>69</sup> Ficaram instalados, um na Praça Carlos Alberto e outro na Praça da Batalha; *O Zoophilo* (5 e 6), 1903.

<sup>70</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1910), p. 822.

<sup>71</sup> *O Zoophilo* (1), 1901, pp. 1-5, e *O Occidente* (793), 1901, pp. 3-5.

<sup>72</sup> *O António Maria*, 24 de Julho de 1884, p. 239.

<sup>73</sup> CML-AAC; Secretaria Geral, 1ª Repartição, 14 de Fevereiro de 1885.

É esta frase, escrita na outra face dos quadros, que suscitará, ainda, nos anos 20 de Novecentos, nova caricatura em desenho humorístico de Emmerico Nunes (1888-1965) - colaborador na *ABC a Rir*, dirigida, na altura, pelo seu amigo Stuart Carvalhais, como ele pintor e ilustrador, género em que mais se notabilizou - de sátira mordernista ao quotidiano citadino da capital, sob o título, “A Corte da Natureza”, mostrando castiço cocheiro sentado e conduzindo animalia que mata sede num destes marcos fontenários “O homem é o rei dos animaes”, sob a legenda: “O Rei no seu trôno... e o respectivo pagem atrelado...”<sup>74</sup> reflectindo uma outra forma de pensar, decorrido que estava, quase meio século, da aparição destes móveis na cidade. Hoje, apenas, conhecemos dois sobreviventes, um no Príncipe Real e outro em Santa Apolónia.

Na década de 80 oitocentista, começaram a instalar-se bebedouros públicos, individuais, nos jardins e praças, mais concorridos da cidade, servindo o transeunte, de passagem quotidiana ou em diambulação, de visita ou simplesmente gozando os ares e as sombras das zonas verdes.

Excepcional, era o bebedouro no Rossio - dos dois propostos, em 1883, por Leça da Veiga, vereador<sup>75</sup> - do tipo *fontaine Wallace*, mas com outro modelo, de meninos cariátides, dois pares de cada sexo, suportando exótica cobertura, que rápido e “saloicamente” baptizaram de *fonte dos anjinhos*; peça saída das oficinas de Sommevoire (1831), uma das fábricas da grande firma francesa, fundada pelo industrial A. Durenne responsável pela produção de muito mobiliário urbano espalhado pela Europa. É obra de qualidade ímpar, no panorama da capital, emblematicamente colocada nesta praça que recebe outro mobiliário francês, como referiremos adiante.

Em 1886, realizaram-se dois desenhos de marcos fontenários, pela repartição técnica, um de ferro (36\$000 réis), “do typo que foi adoptado no Jardim do Largo da Graça e na Praça de S. Bento” e outro de pedra lioz (40\$000 réis), “do typo que tem sido adoptado em vários jardins da cidade”, para se escolher um deles, a fim de se elaborar o programa das condições para a arrematação do fornecimento de vinte<sup>76</sup>. Na

---

<sup>74</sup> *ABC a Rir* (19), 1921.

<sup>75</sup> CML-AAC; Ofício da Repartição Técnica nº 3676, de 20 de Março 1884

<sup>76</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 66, pls. 10430 e 10431, anexas ao doc. nº 24, de 21 de Agosto de 1886.



verdade, conforme os desenhos juntos, assinados por Ressano Garcia, vemos que se trata de bebedouros públicos; o primeiro, é um marco fontenário em coluna, geralmente, pintados de verde escuro<sup>77</sup>, de clássica ornamentação vegetal, com juncos, quase em palmito junto a bica, com uma concha suspensa por corrente, (existindo lugar para outra), e assente num patamar térreo, com grelha para escoamento dos sobejos; apresentando, o segundo modelo, uma bacia assimétrica, em concha, sob coluna de base octagonal, decorada por pequenos apontamentos vegetalistas, e torneira de metal ao centro, com gancho para a taça.

Outro projecto, muito semelhante a este modelo em pedra lioz, possivelmente da mesma época, de “Marco fontenário, typo nº2”<sup>78</sup> apresenta-nos, quase idêntica decoração, modificando-se o risco da a coluna, para bojuda e, ainda, o da base, para circular que também, foi colocado em diversos locais, como no Largo da Senhora do Monte<sup>79</sup>. Em 1896, segundo informação de Ressano Garcia e orçamento de António Maria de Avelar, foi instalado no “sitio da Ameixoeira, e respectiva canalisação desde a Estrada do Lumiar”<sup>80</sup>, um “marco fontenário typo nº2” (33\$000), com bica, taça e corrente (9\$750); custando o total da obra 2.640\$000 réis.

Talvez, da mesmo periodo que os precedentes, o desenho de outro bebedouro, e parece-nos um modelo em ferro, com duas curiosas torneiras de metal em cabeça de golfinho, deitando a água pela boca, centradas numa bacia em concha, suportada por um feixe de quatro colunas e assente sob base cruciforme<sup>81</sup>.

São, estes tres últimos, desenhos que retomam a clássica gramática marinha, ou vegetal ribeirinha, como no primeiro deles, reinventando estas peças de mobiliário, à falência de um modelo francês, conseguindo obter um bom resultado, com discreta decoração e um cuidado sóbrio das suas linhas, numa preferência pelos de pedra.

Antigos chafarizes e novos, de meados de Oitocentos, marcos fontenários em

<sup>77</sup> CML-AAC; SGO, cx. 68, pl. 10456, junta ao orçamento, de 15 de Julho de 1901.

<sup>78</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, Gaveta 41, s.d.

<sup>79</sup> Câmara Municipal de Lisboa - 7 *Olhares*, Lisboa, CML, 1994, p. 21.

<sup>80</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 67, pl. 10443.

<sup>81</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, Gaveta 41.

ferro e pedra, ou bebedouros com as suas taças, numa simplificação de modelos entre 1880 e 1910, faziam parte do quotidiano da cidade, com as suas rixas de aguadeiros, as filas à espera de vez e as conversas de ocasião, abastecendo e matando a sede de homens e animais que habitavam ou circulavam pela capital.

Móveis de diversas formas - singulares, até cerca 1880, ou de produção industrial, a partir desta data - são preocupação e obra camarária que orgulhosamente os assinalava com as suas armas ou iniciais, e até, particular, em benemérita filantropia; de menor escala e maior simplicidade, a partir da 2ª metade do século XIX; construíam-se, ainda, na década de 10, do novo século, quando, a rede generalizando-se, os tornou menos imprescindíveis. No entanto, continuaram a usa-los e a ser notícia - tal como em 1907<sup>82</sup> e ainda, nos anos 30 - em dias quentes de Verão, estes móveis urbanos *Onde vão matar a sede as bôcas dos pobresinhos...*<sup>83</sup>, quando faz muito *Calor! Calor! Calor!*<sup>84</sup> pela cidade.

---

<sup>82</sup> *Ilustração Portuguesa* (57) 1907, p. 359.

<sup>83</sup> *O Notícias Ilustrado* (350), 1935, p. 11.

<sup>84</sup> *Idem* (372), 1935, p. 12.



## AS FONTES DE REPUXO

As fontes de repuxo são utilizadas, desde a antiguidade clássica, para refresco, amenizando a temperatura de zonas urbanas soalheiras, tirando partido da “plasticidade” da água, quer retendo-a em tanques ou pulverizando-a no ar em esguichos e jactos. Ao mesmo tempo, procurou-se que fossem decorativas, pelas formas dos seus tanques, associando-lhes elementos ou grupos escultóricos, e pelo “arquitetural” desenho dos repuxos. Assim, estes móveis urbanos, vêm suplantada e esquecida, à primeira vista, a sua função de refresco, pela sua capacidade ornamental no *decor* urbano.

Os tanques e esculturas são, tradicionalmente, construídos em pedra - escolhendo na variada gama cromática - associando-lhe, muitas vezes, os metais - como o ferro e o bronze, podendo ser pintados ou dourados - em peças e escultura de vulto; com a voga do ferro, na segunda metade de Oitocentos, fabricaram-se diversas fontes neste material. A construção de fontes de repuxo em ferro fundido, por processo industrial, repetindo-se modelos que circulavam em desenhos nos catálogos impressos e em álbuns de fotografias das firmas - muitas delas francesas como a de *Val d'Osne* ou *A. Durenne* - aceleraram o ritmo da sua colocação e suscitaram a encomenda, aumentando consideravelmente o seu número; agora, as pequenas cidades ou as afastadas capitais, do centro europeu, podiam satisfazer as suas ambições, imitando o seu modelo: Paris.

Ao longo, de todo o século XIX e durante as primeiras décadas deste século, vão ser construídas, sobretudo, nas cidades, muitas fontes de repuxo de diversos tipos - fontes encostadas a uma estrutura fabricada ou pré-existente; fontes isoladas, no centro de um espaço; e as fontes aos pares, geralmente, deixando no meio uma outra peça (estátua, monumento, obelisco, ou outro) - dependendo a escolha da tipologia, da sua localização e da composição do arranjo urbanístico.

O mais divulgado modelo de fontes de encosto é a cascata, com o seu nicho de rochoso por onde cai a água, para dentro de uma bacia, em meio círculo, adossada; ou,

então, caindo de diversas taças adossadas que se vão sobrepondo em altura e tamanho, terminando, novamente, no tanque. Neste poderão figurar algumas esculturas, entre repuchos, completando o seu aspecto cenográfico, de grande tradição barroca.

As fontes isoladas e aos pares são, usulmente, constituídas por uma bacia com grande repuxo ao centro, podendo ter outros, ao meio e dos lados, saíndo directamente de um bico de ferro, na água em depósito, ou de uma escultura; por vezes, associam-se várias taças com pé, sobrepostas em coluna, vertendo de umas para as outras, até cair no meio do tanque; e, ainda, na forma de um pequeno canal, com tanque estreito e comprido, um esguicho de água em bico, ou, simplesmente, vertendo de uma escultura, nos extrêmos e ao centro. Existem, uma infinidade de composições das suas formas, elas agrupam-se e misturam os seus jogos de água resultando numa multiplicação e variedade dos seus desenhos.

Utilizam, na decoração, uma gramática marinha e fluvial, tal como os chafarizes e bebedouros, rica em flora e fauna aquática, com esculturas de deuses, ninfas, sereias, tritões e alegorias de inspiração na mitologia clássica. A intensidade e a direcção dos repuxos, esguichos, jactos de água e cascatas, também, fazem parte da sua ornamentação e animam estas formas, conferindo uma “veracidade” à cena proposta. São verdadeiras “arquitecturas” de água, efémeras, em complicados jogos, projectados segundo um plano, para causar um efeito especial; procurando surpreender pela sua exuberância ou a repousante quietude do brilho refractário das suas águas<sup>1</sup>.

São peças de mobiliário urbano que utilizam, geralmente, uma grande escala marcando presença no espaço citadino, quer focalizando a atenção numa praça ou rotunda, quer interrompendo a perspectiva de um arruamento, numa avenida ou alameda de jardim. A introdução programada de superfícies de água na urbe - e as fontes não são as únicas, poderíamos indicar os lagos e os pequenos ribeiros artificiais - exercem um contraste com o espaço construído, no mesmo sentido da criação de zonas verdes, numa tentativa de recuperar a natureza perdida, mesmo que criando-a

---

<sup>1</sup> Chegando a propor uma classificação tipológica - parece-nos menos pertinente, sendo o estudo sobre estes móveis urbanos - pelo tratamento do “desenho” da água: nascente, cascata ou queda e repuxo isolado; ver S. D. Adshead - “The Decoration and Furnishing of the City, nº 5 Fountains”, in *Town Planning Review*, April, 1912, pp. 20-22. e do mesmo autor, “The Decoration and Furnishing of the City, nº 6 Fountains”, in *Town Planning Review*, July, 1912, pp. 114 -117.



de uma forma artificial, procurando o decorativo, de modo a interromper a monotonia da massa de pedra que constitui, grande parte, da malha urbana.

Em Paris construíram-se muitas fontes, como o par em ferro (1840), ladeando autêntico obelisco egípcio, na *Place de la Concorde*, em duas taças sobrepostas, jorrando para uma bacia, e com esculturas representando alegorias dos rios e dos mares, saídas da firma *Thusey*, com fundição em *Meuse* - tal como os referidos candeeiros para o mesmo local; ou a fonte do *Cirque*, nos jardins dos *Champs-Élysées*, decorada com meninos e cabeças de leão, também de taças sobrepostas, em coluna, vertendo, no centro de uma bacia circular.

Os planos Haussmanianos incluem, a introdução de água em zonas de lazer e refrescando a malha urbana, tendo sido encarregue *Davioud*, no *Service de Promenades et Plantations*, da concepção e risco de várias fontes monumentais e muitas outras de menor escala, denotando, sempre, estreita colaboração com os escultores e, no seu desenho, um preponderante gosto pelo ornamento.

A ele se deve a remoção e arranjo da antiga fonte isolada de *Palmier* (1806-08), de Bralle, no *Châtelet*, (1856-58), com duas bacias e quatro esfinges egípcias de Jacquemart, remetendo para as campanhas napoleónicas, já, simbolicamente presentes na antiga coluna; a monumental e muito conhecida de *Saint-Michel* (1860), de encosto - pouco usual em Paris - perspectivando e mascarando cenograficamente a confluência de duas ruas, em abundante decoração e cromatismo de materiais, de inspiração renascentista, encimada pelas armas municipais, com o santo, obra de J. Duret (1804-1865), num nicho, e sobreposição de tanques adossados, em semi-círculo, ladeados por grifos; a do *Observatoire* (1867-74), com duas bacias sobrepostas e as quatro partes do Mundo, em movimentado grupo escultórico do reconhecido J.-B. Carpeaux (1827-1875); o par de fontes (1874), em frente ao *Théâtre-Français*, de bacias circulares, cada uma, com uma ninfa, obras de Moreau e Carrier-Belleuse (1842-1887); a da praça do *Château d'eau* (1875) - actualmente na de *Daumesnil* - numa sobreposição de bacias e leões de bronze, de Jacquemart - infelizmente, o projecto que tinha ao centro um candelabro, associando luz e água, foi

preterido por uma tradicional taça com pé; e as fontes para a *Madelaine* (1865), com bacia de taça central, grifos, cabeças de mulher e de leão jorrando água, encimada por um candeeiro<sup>2</sup> ; ou, ainda, várias fontes mais pequenas, como as bacias para os *Champs-Élysées* (1863), de *Roule* (1862), *Saint-Augustain* (1864) e de *Pigalle*.

No álbum de Alphand encontramos, registados mais trabalhos de Davioud, com uma prancha dedicada ao arranjo da antiga *Fontaine des Innocents* montada sobre várias bacias recortadas, sobrepostas em degraus, vertendo água; outra com detalhes da *Square des Arts et Métiers* mostrando uma fonte de repuxo em taça, ladeada por duas alegorias, no centro de um comprido tanque rectângular, em recordação de *Versailles*; e, embora, não sendo mobiliário urbano, vários pormenores da *Square des Batignolles* mostrando rochoso, ribeiro e barragem<sup>3</sup>.

Desenhos cuidados que são exemplo da enorme atenção que o *Service de Promenades et Plantations* dedicava à introdução de água nos zonas verdes, criando espaços artificiais, numa tradição próxima de Inglaterra, ou peças de mobiliário urbano, as fontes de repuxo, com antigas raízes francesas, em que o cunho do gosto de Davioud pelo decorativo, sobressaía em cada detalhe.

No início de Oitocentos, em Lisboa - exceptuando os chafarizes monumentais que não são primordialmente de refresco - havia uma falência total de fontes de repuxo na via pública; e, apenas, tres ou quatro vão-se construir, durante o periodo em estudo, deixando em aberto a falência.

Tem que se esperar, pelas obras de reforma do pombalino Passeio Público do Rossio, no principio dos anos 30, sob os planos de Malaquias Ferreira Leal, arquitecto camarário, para vermos surgir as primeiras fontes de repuxo na cidade.

Logo, à entrada do Passeio, um enorme repuxo de taça, encimada por pinha, sob alto plinto decorado, em redor, por esculturas marinhas, no meio de uma bacia

<sup>2</sup> Gabriel Davioud, *architecte de Paris (1824-1881)*, catalogue, Paris, Délégation à l'Action artistique, 1981, pp. 43-51.

<sup>3</sup> Adolphe Alphand - *Les Promenades de Paris*, vol. 2, Paris, Rothschild, 1867-1873, s.n.



circular. As esculturas, sereias e tritões, são obra de Alexandre Gomes e reaproveitada - como referimos no capítulo anterior - do monumental chafariz setecentista, não construído, para o Campo de Sant'Ana.

Pouco tempo depois, de aberto ao público, apesar da popular canção “Fui ao Passeio ver o repuxo / Fiquei admirado com tanto luxo”, não se pouparam críticas, na imprensa, escrevendo-se que “a montanha de pedra, que se vê logo, toma a vista e sobressalta: uma bacia enorme para receptaculo das aguas; um pedestal enormissimo no centro, sem proporção com o diametro do lago e objectos adjacentes, para suster uma pinha, por onde esguicha difficilmente um apoucado repucho, como se as aguas abafadas pela mole immensa não podessem respirar; figuras de tritões e sereias, mal acabadas, com proporções inteloráveis para estarem ao nivel dos espectadores: tal é o quadro que nos denunciaria como atrasados nas bellas-artes, se outras próvas não tivessemos dado da nossa habilidade e saber”<sup>4</sup> ; risco desequilibrado, provocado por desproporções e erradas perspectivas, de poupados reaproveitamentos que denunciavam um real atraso que não se queria admitir.

Propondo-se, ainda, que se ajardinasse “mais elegantemente aquelle chão vasto, tirar o fantasma medonho e desanfrontar a rua geral do passeio, colocar nas quatro divisões lagos com os seus repuchos e com ornamentos graciosos e proporcionados”<sup>5</sup> ; nada disto se fez, mas, retirou-se, cerca de 1849, a peça central<sup>6</sup> do tanque, substituída por um simples repuxo.

No topo Norte do Passeio construiu-se uma cascata, fechando perspectivamente a alameda central e, a quem subisse ao seu terraço sombranceiro, outras perspectivas se lhe abriam; pitoresca a da vizinha Praça da Alegria, “onde muitas vezes, os perús e cordeirinhos pastam excellentemente”<sup>7</sup>; e, em dilatada vista panorâmica, para Sul, sobre a Baixa e o Tejo. Em 1837, surge-nos um projecto, para este topo, em bonito desenho, oferecido por I. da Silva, architecto desconhecido,

<sup>4</sup> *O Panorama* (188) 1840, p. 386

<sup>5</sup> Actualmente, em infeliz remontagem, num tanque dos jardins do Museu da Cidade.

<sup>6</sup> *Idem*.

<sup>7</sup> *O Jardim Literario* (18), 1848, p. 141.

propondo uma fonte de dupla frente, interrompendo o recente gradeamento que, também, fazia parte das reformas do Passeio<sup>8</sup>. Pelo lado de fora, dando para a Rua da Alegria, encostado a um pano de alvenaria, meia secção hexagonal, coberta por calote esférica, vertendo da parte central tres bicas, para dentro de meia bacia em círculo e, completando o arranjo, duas árvores a ladear. Por dentro, a mesma estrutura de risco *palladiano*, fazendo nicho, ao centro, abrigando uma estátua, deitando água em poucos degraus, para a outra metade da bacia circular, e, ainda dos lados duas esculturas menores, entre duplas pilastras, coroadas por bustos em acrotério. Desenho clássico, de escala excessivamente reduzida, obra menor para remate do primeiro passeio da capital.

Outro projecto, em 1839, do risco de Malaquias Ferreira Leal, mostrava maior folego, que acabou por se concretizar quase por completo<sup>9</sup>. Um pavilhão rectângular, com escadarias laterais, com urnas e estátuas sob plintos, interrompendo a grade de guarda, conduziam ao terraço na parte superior; inscrevendo-se, ao centro, tres nichos, entre pilastras - o do meio com cascata em rochoso, e de cada lado, um rochoso com jacto de água - coroando, no cimo e ao centro, uma fonte de repuxo em taça com golfinhos, indo verter a água que corria dos rochosos e repuxos em grande bacia semi-circular, adossada.

A obra realizada não ficou tal como no projecto, sofrendo alterações que a empobreceram, esquecendo-se da fonte de repuxo no cimo, e substituindo as esculturas por vasos ou urnas, e, ainda, remetendo a escultura para o nicho central, colocando uma Anfritrite entornando água de um vaso - obra de Francisco de Assis Rodrigues (1801-1877), filho de um discipulo de Machado de Castro e professor na Academia das Belas Artes - e, de “esculptura bem acabada” dois cisnes, “nadando” no meio da bacia que “semelham o natural e illudem a quem os vê de longe, caminhando-se pela rua central”<sup>10</sup>; os nichos foram interiormente decorados em embrechados de conchas e seixos<sup>11</sup>, continuando a temática da cascata que exuberantes plantas

<sup>8</sup> CML-MC; Sala do Passeio Público, nº 118 INV.

<sup>9</sup> CML-MC; Sala do Passeio Público, nº 87 INV.

<sup>10</sup> *O Panorama* (188), 1840, p. 387.

<sup>11</sup> *O Occidente* (159) 1883, p. 115.



aquáticas envolvendo os rochosos e boiando no tanque, emprestavam, alguma, naturalidade à encenação.

Logo, no ano seguinte, também, à cascata de “infeliz lembrança” - ainda, em acabamento - se teceram ferozes críticas, porque “em lugar de cascata teremos forçosamente um temível espantalho. Cascata é uma queda das águas, e para que esta logre efeito deve ter não pouca altura; e desta alguém poderá ajuizar pela semi-ellipse que as ha-de receber (...) se a cascata não tiver a sufficiente queda, para o que não vemos geito, então não é uma cascata é uma nova vagonha, para fazer *pendant* (como dizem os artistas) ao pedestal do jardim”<sup>12</sup>; tais construções, embora resultando de alguma infelicidade, eram mal entendidas, como “obras de mero luxo e aparato, confiemos a sua direcção aos homens para isso habilitados”, numa cidade cheia de carências estruturais, como já referimos, “tractemos de acudir aos trabalhos uteis; não queiramos usurpar o direito aos vindouros: se nós fizermos as obras necessarias, elles farão as sumptuosas”<sup>13</sup>.

Um outro projecto, em 1848, de João Bonnard, jardineiro francês que irá trabalhar no ajardinamento do passeio da Estrela, como referimos, propunha um novo arranjo da plantação, rasgando alamedas laterais e dispondo os desenhados canteiros a enquadrar vários mobiliários urbanos<sup>14</sup>. Entre este, permaneceria o tanque circular à entrada, e dispondo em pequenas rotundas que interrompiam a linha recta das alamedas, algumas fontes de repuxo de dois modelos; um de bacia circular, com taça central deitando água por bicas; e outro de espaldar encimado por pequena estatueta, talvez de encosto (?), vertendo água por uma bica, em meia bacia circular adossada. O bonito desenho de dispendiosa obra não teve qualquer espécie de execução na prática, continuando-se os melhoramentos conforme as posses do cofre municipal.

Assim, neste “passeio frio, e semsabor”<sup>15</sup> foram colocadas duas esculturas, alegorias dos rios Tejo e Douro, a meio das alamedas laterais - eram obra setecentista,

<sup>12</sup> *O Panorama* (188) 1840, p. 386.

<sup>13</sup> *O Panorama* (188) 1840, p.387.

<sup>14</sup> CML-AAC; Planta do Passeio Público, Bonnard, pl. 6880, antiga Gaveta do restauro.

<sup>15</sup> *O Jardim Literario* (18) 1848, p. 142.

também, de Alexandre Gomes, que sobrara do referido chafariz de Sant'Ana - ficando cada rio, assente num rochoso, em seu tanque "a que preside envergonhado de derramar suas aguas em tão acanhado espaço"<sup>16</sup>. Nem, assim, com fontes de repuxo, cascata e tanques de bacia, se animou o passeio que, ainda, em 1848, "é a cousa mais monotona e insipida que póde ser"<sup>17</sup>, tendo que esperar pelas animadas festas nocturnas, iluminadas a gás, de 1851, e pelas frequentes e elegantes passeatas do rei-mecenas D. Fernando II para entrar, de vez, nos hábitos alfacinhas o gosto de o frequentar.

Em 1849, para a Praça de D. Pedro IV - vazia, que se calcetava às ondas de calcário e basalto - englobado num "projecto de Illuminação a Gaz e a construcção de um Repuxo e de um Jardim"<sup>18</sup>, assinado pelo belga José Detry, referido director da *Companhia Lisbonense*, propunha-se um, desproporcinadamente pequeno, ajardinamento e, como que o umbígo do Rossio, uma fonte de repuxo de bacia circular, inscrita num rectângulo, sem qualidade de desenho, escala ou novidade; salva-se, no entanto, da ideia, os surpreendentes e magníficos candeeiros, que já observámos.

Entretanto, outros passeios, que foram sendo ajardinados, recebem as suas fontes de repuxo, como no tabuleiro inferior da Alameda de São Pedro d'Alcântara, ajardinado desde 1835, colocam-se uma pequena bacia de repuxo e um rochoso com cascata, imbuído na muralha, vertendo para um tanque em meio círculo, talvez vindo do Jardim do Regedor, nos anos 40 ou 50; enquanto o tabuleiro de cima, plantado desde 1830, teria que aguardar, pela década de 70, para se, aí, instalar no meio, uma antiga fonte de repuxo, de taças sobrepostas em trabalhada coluna, deitando àguas para uma recortada bacia de gosto barroco, vinda dos jardins do Paço da Bemposta<sup>19</sup>.

Ali, perto, no jardim do Principe Real, traçada a praça em 1853 e acabada de plantar em 1869, surge, entre os anos 63-69, um grande tanque octagonal de repuxo no meio, assente num depósito construído pela *Companhia das Águas*, aproveitando

<sup>16</sup> *Archivo Pittoresco* (14) 1858, p. 107.

<sup>17</sup> *O Jardim Literario* (18) 1848, p. 142.

<sup>18</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, Gaveta 40.

<sup>19</sup> Júlio de Castilho - Lisboa Antiga, Lisboa, Bertrand - José Bastos, 1903, p. 362.



os alicerces de frustrada obra setecentista - o Erário Régio, riscado pelo arquitecto J. da Costa e Silva - ajustando-se o tanque ao desenho do àtrio central do malogrado projecto, servindo-lhe de memória<sup>20</sup>.

No Passeio da Estrela, ajardinado desde 1851, entre os numerosos “attractivos, alguns lagos, imitando escrupulosamente a natureza, uma soberba cascata, a que só falta, para produzir mais pittoresco effeito, maior lençol d’aguas (... encontram-se) pequenas e airosas fontes”<sup>21</sup> de que desconhecemos o desenho. E, projectado o ajardinamento da Praça da Alegria, em 1882, também, aqui se coloca, no centro, uma grande bacia com repuxo.

Mais tarde, em 1885, abriu-se concurso, com projecto - ainda pela Câmara de Belém - e preparou-se um contrato com o arrematante Alfredo Dias de Oliveira, para o arranjo da Praça de D. Fernando, com dois coretos<sup>22</sup>, e construção, no meio, de um “tanque circular de pedra lioz com repuxo de ferro fundido”<sup>23</sup>; anexada, neste ano, à Câmara de Lisboa, ficou a obra sem efeito. Outro, malogrado projecto, foi o da construção de um “jardim propriamente de recreio”, entre a Avenida da Liberdade e o Jardim Botânico, datado de 1886 e da responsabilidade de António Maria de Avelar<sup>24</sup>, que teria uma cascata com “queda d’agua numa bacia que liga, atravessando a rua, com um lago encravado no talhão mais saliente” e com uma pequena ponte de ferro.

Mas, foram diferentes as aspirações municipais, entusiasmadas com a Avenida, em ambicioso parque<sup>25</sup>, também, da Liberdade, com rio, cascata e queda de água, projecto abortado, ganho por Henri Lusseau, arquitecto francês, através de concurso internacional (1887), e mais tarde adaptado pela Câmara, procurando economias, chegando-se a iniciar as obras, com grande lago, em 1902, que ficaram estacionadas, recebendo o nome de Eduardo VII, quando da sua visita, no ano seguinte.

<sup>20</sup> Ver Ana Tostões - “Praça do Príncipe Real”, in *A Sétima Colina: roteiro histórico-artístico*, Lisboa, Lisboa 94/Livros Horizonte, 1994, pp. 90 - 97.

<sup>21</sup> *Archivo Pittoresco* (17) 1858, p. 129.

<sup>22</sup> Ver o capítulo que lhes é dedicado.

<sup>23</sup> CML -AC; *Livro de Registo de Editais*, 1876-1885, fl. 108.

<sup>24</sup> CML-AAC; COP, Parecer nº 71, de 29 de Novembro de 1886.

<sup>25</sup> Ch. Joly - *Note sur le Parc de la Liberté à Lisbonne*, Paris, Typ. Georges Chaverot. 1888.

Ao mesmo tempo, o bom do Rosa Araújo (1840-1893) célebre confeitiro, capitalista, na presidência do município, tinha iniciado as obras - em que se empenharia - da Avenida da Liberdade (1879), sobre o antigo e romântico Passeio Público; demolindo-se, em 1882, as suas grades, para grande desgosto, dos lisboetas *habitués*, tomando nota do facto o lápis de Rafael Bordalo, em caricatura, vendo-se, de cada lado o Tejo e o Douro que ironicamente vão ser os únicos sobreviventes no novo *boulevard* alfacinha<sup>26</sup>.

Em 1884, surge um projecto-resposta, de Ressano Garcia, com desenho de José Luis Monteiro, para o arranjo dos talhões da Avenida, propondo a venda da cascata e o reaproveitamento do Tejo e Douro, colocando-os "com a face voltada para sul, sobre maciços de pedra de cascata mais grandiosos do que os que actualmente lhes servem de pedestal, e acompanhadas posterior e lateralmente de grandes arbustos, sevindo-lhes de fundo deverão produzir um excellente effeito (...) far-se-hão sahir como de pequenas grutas uns riachos com 2,50m a 4m de largura que serpenteando irregularmente por entre arbustos e plantas ornamentaes, se irão perder no extremo sul dos respectivos talhões, depois de um percurso de cerca de 120m que os mesmos apresentam. A differença de nivel em toda a extensão, será ganha em cada um dos riachos por duas ou mais quedas d'agua, e para os atravessar construir-se-hão proximamente a meio graciosas pontes de ferro no género rústico que mais lhe convem"<sup>27</sup>; acabando por se realizar a instalação das alegorias aos rios e abrindo-se praça para venda da cascata.

Assim, neste mesmo ano, conforme se sugerira foi elaborado um programa de condições, enumerados os materiais e incluindo tres desenhos, da repartição técnica, com o levantamento do existente, para "pôr em praça a cascata do antigo Passeio Publico"<sup>28</sup>, tendo por base o preço de 5.000\$000 réis. A cascata, que não chegou a ser arrematada, foi desmantelada, levada para depósito municipal e a sua Anfritrite, posteriormente, transferida para uma gruta de rochoso, no Jardim da Estrela<sup>29</sup>; ainda,

<sup>26</sup> O António Maria, 14 de Dezembro de 1882, pp. 500-501.

<sup>27</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 49, pl. 9686.

<sup>28</sup> CML-AAC; P, cx. nº 16, três pls. s. n; 30 de Abril de 1884.

<sup>29</sup> Maria Lamas - "Jardim da Estrela", in *Guia de Portugal Artistico*, vol. 2, Lisboa, (1935), p. 36.



foi reaproveitado o tanque circular, à entrada do antigo Passeio, colocaram-no, mais tarde, no largo do jardim da Graça<sup>30</sup>.

Num dos talhões da Avenida vemos surgir, em 1886, um tanque rectângular com dois grifos em ferro fundido, um em cada ponta, jorrando água da boca, que suscitaram divertida caricatura a Rafael Bordalo, com o desenho de um deles e a pândega sugestão de os substituir por fadistas, acompanhados pela legenda: “para cuspir por entre os dentes era melhor terem posto dois fadistas, o que tinha, sobre todas, a vantagem de ser muito nacional”<sup>31</sup>, aproveitando a inadequada modelação da postura nas esculturas, para criticar hábitos, costumes neste tipo popular. Em 1898, os mesmos míticos animais são alvo de outra caricatura - talvez, de Jorge Colaço (1868-1942), versátil artista, que saído do atelier de F. Cormon, é no azulejo que obra maior deixou - por motivo de uma circular governamental sobre o gasto excessivo de água, propondo, “por isso, ir-se-hão já pondo cannos de botas nos focinhos dos leões cuspidores da Avenida, enquanto eu não lhes arranjo melhor collocação. E que não refilem, senão em vez de canno por fora, apanham rôlha por dentro!”<sup>32</sup>.

Mas, é para o Rossio, “no intuito de embelezar”, que vão ser encomendadas, pela vontade de Augusto Fuschini (c.1843-?) vereador, um par de monumentais fontes de repuxo, em ferro fundido que era para ser bronzado, “producto da fabrica de fundição de Val d’Osne”, em França, começadas a instalar em 1889. Assentes, no meio de tanques circulares de pedra, dupla taça sobreposta, em coluna, decorada por figuras alegóricas sentadas, em baixo, e meninos de pé, no cimo; coroada por uma pinha donde sai a água; na bacia, ao redor da taça central, sereias deitam jactos de água, completando o jogo de repuxos.

São obra necessária que muito ajudou a refrescar esta soalheira praça que, ainda, é centro de reunião de lisboetas e visitantes; num desenho eclético, industrializado, muito II Império francês, ornamental e de referências clássicas, que compondo simetricamente o espaço, o equilibram, quebrando a monumentalidade da

<sup>30</sup> *Os Serões* (35) 1908, p. 340.

<sup>31</sup> *Pontos nos II*, 7 de Janeiro de 1886, p. 287.

<sup>32</sup> *O Século - Suplemento Illustrado* (54) 1898, p. 4.

coluna ao liberal D. Pedro IV (1868-70), também, de desenho francês, precisamente, do risco de Davioud e escultura de Elias Robert, discípulo de Pradier e de David d'Angers.

Mas, não foram desta opinião as primeiras críticas nacionalistas, pois, “não abundamos muito na idéia de tal embelezamento, no entanto mais se justificaria se (...) fossem um producto da arte nacional. Teriam a vantagem de serem unicas e de representarem o trabalho de artistas portugueses, que os ha muito capazes de imaginarem quantas (...) a camara municipal quizesse collocar por essa Lisboa”<sup>33</sup>, achando-as, em tom *snob* de velho continente e denunciando o gosto de uma nova sociedade enriquecida na emigração para o país irmão, “isto é demasiado brasileiro para uma capital da Europa”; produto de repetição industrial “que terá fornecido exemplares identicos para varios jardins de ricassos, ou para algumas cidades de provincia. Entretanto Lisboa poderá apresentar á pasmaceira indigena e á critica dos estrangeiro dois exemplares d’essas fontes n’uma das primeiras praças” e, finalizando, em mordaz ironia, afirmando que “afinal talvez haja coherencia n’isto. Os iniciadores d’este melhoramento na capital talvez sejam amadores de oleographias e as tenham nas suas salas como se foram os quadros originaes”<sup>34</sup>.

Apressados estrangeiros, em 1893, notaram-lhes um falso disequilíbrio nas escalas, “c’est un peu comme dimensions l’ancienne place royale avec, au milieu, les fontaines de la place de la Concorde, deux fontaines microscopiques séparées par un monument élevé à la mémoire de don Pedro IV”<sup>35</sup>, reconhecendo esquemas de composição inspiradores, mas, depreciando injustamente, obra nova que achavam mesquinha, à força de tanto e ansiosamente querer encontrar o exótico e o pitoresco. Outros, fizeram observações, mais justas, gostando delas, “je retrouvais avec un singulier plaisir la si coquette place de Rocio au pavé en mosaïque, ses belles fontaines décoratives qui valurent à son créateur, M. Le Conseiller Augusto Fuschini, une acerde critique des amateurs de l’aridité; (...) j’étais heureuse et la trouvais jolie, cette place, gaie, ensoleillée, rafraichie par l’eau que les colossales naiades des fontaines répandent à

<sup>33</sup> *O Occidente* (389) 1889, p. 226.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

<sup>35</sup> A. Vallet de Brugnières - *Six Semaines à Lisbonne et à Madrid*, Paris, Librairie Taitbout, Albert Wolff, Éditeur, 1903, p. 50.



profusion”<sup>36</sup>.

Ao Rossio, na feliz transposição do empedrado “*mar largo*”, para dentro e fora destas fontes, num prolongado movimento, de cromática ilusão óptica, podemos vê-lo continuado nas ondas da água retida no tanque e pulverizada pelos repuxos no ar, criando uma atmosfera aquática neste cívico espaço urbano, da capital, que tem tão próximas e profundas raízes no mar.

Em paralelo, possivelmente destas décadas de 80 ou 90, um “Projecto d’embellezamentos na Praça do Commercio”<sup>37</sup> - nobre espaço urbano, deixado em terreiro - do risco de mestre Monteiro, propunha, além, das colunas rostrais e do calcetamento em empedrado (já, oportunamente, referidos) a construção de tres fontes de repuxo, a meio de cada um dos lados da praça, excepto na frente para as águas do rio. O desenho mostra-nos uma bacia rectângular com os extremos curvos e, no meio, uma fonte de repuxo, de várias taças reunidas, com uma em cima, ladeadas por dois meninos marinhos, montados em golfinhos e armados de tridente. Pequenos apontamentos de água, na imensidão da praça, de traço e tema cuidados, compreendendo a importância da obra equestre (1775) de Machado de Castro e o papel fundamental do Tejo, no enquadramento dos imóveis virados em aberto para ele; peças discretas, de ornamento, desnecessariamente de refresco, porque gozando da brisa do rio.

Assiste-se, ainda, à instalação de fontes de repuxo removidas de jardins privados para refresco e animação de pequenas zonas verdes, de praças e largos ajardinados, pela municipalidade, como o do Torel, já, nos anos vinte, “se vêem os portões, as estatuetas e o lago do Palácio Folgosa, da Rua da Palma”<sup>38</sup>; uma fonte de repuxo, ao centro, com figura egípcia em ferro - um dos poucos exemplares, desta moda, entre nós - em pequena bacia circular; ou o grande tanque setecentista que já, ali, estava, resto de um nobre jardim privado que Câmara vem a recuperar.

<sup>36</sup> C. M. - *Souvenirs et Profils de Portugal*, Paris, Imprimerie E. Des Grand Champs, 1902, p.22.

<sup>37</sup> CML-MC; Desenhos 82, Gaveta de arquivador.

<sup>38</sup> Referido por Eduardo Neves - “A Faculdade de Medicina de Lisboa”, in *Olisipo* (6), 1939, p. 99.

Estas peças de mobiliário, além, de obrigarem a uma periódica manutenção, em limpezas e pinturas das de ferro, dispendem do cofre municipal uma verba permanente querendo-as manter a funcionar,” n’uma terra onde a água é cara e o dinheiro tão preciso para iniciativas d’utilidade, parece que mesmo em dias de sol, a água devia correr com parcimonia nas fontes decorativas”<sup>39</sup>, referindo-se especificamente às do Rossio e Avenida, em 1912, numa sessão de Câmara, Ventura Terra, vereador republicano, desde 1908, e arquitecto de profissão.

A fonte de repuxo, obra dispendiosa, dificilmente justificada no orçamento camarário, foi dando os seus exemplos, frustes e raros, quase sem escultura, reaproveitando, em muitos casos, materiais de outras épocas áureas - que, mesmo assim, não nos legaram fontes públicas - demolindo-se as de maior expressão na cidade, as do Passeio Público, no mesmo século de Oitocentos que as viu nascer, em nome do moderno e do progresso, recusando romantismos dos quais nunca nos libertáramos por nacional sentimento, restando as do Rossio, e continuando em aberto a falência que os anos 40 tentaram colmatar.

---

<sup>39</sup> CML-*Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1913), p. 71.



## OS BANCOS

Em Oitocentos, os bancos públicos, recente peça do mobiliário urbano, vão surgir por toda a parte, acompanhando o implemento da arborização nas urbes, proporcionando lugares de assento para repouso dos cidadãos e visitantes.

De início, construídos em madeira, à semelhança do mobiliário doméstico, ou em pedra, por vezes, integrados em muretes, com evidentes referências arquitectónicas; mais tarde, eles vão ter grande desenvolvimento com a introdução do ferro no seu fabrico. Com o surto desse material, empregue na produção do mais variado conjunto de peças, vão-se fabricar elementos, pernas e “consolas”, aos quais se junta outras partes, assento e costas, em madeira; ou, ainda, estes móveis, por inteiro - designando-se, em Lisboa, por “sofás de ferro” - indo buscar, uma vez mais, ao mobiliário doméstico o vocabulário e formas de inspiração.

Existem, predominantemente, dois tipos de bancos, ambos conciliando a madeira pintada com o ferro; um primeiro, constituído por ripas de madeira assentes em bases de ferro fundido, que vistas de perfil desenham uma curva sinuosa; e outro, com duas tábuas, uma servindo para assento e outra de espaldar para as costas, igualmente, suportadas por bases de ferro. Neste último tipo, podemos encontrar bancos duplos, quer pela afrontação de dois exemplares do mesmo modelo (costas com costas), quer por novo desenho, também, muito difundido, em que uma só tábua serve de costas, a dois assentos afrontados, sobre consolas. Estes elementos, dos bancos em ferro, vão ter vários desenhos, segundo a moda e o lugar a que eram destinados, utilizando, sobretudo, uma gramática de inspiração vegetalista e obrigando ao repinte anual. Temos, ainda, casos especiais da reunião de bancos com abrigo, de cobertura em guarda-sol ou alpendre, para as grandes zonas ajardinadas.

Além, dos bancos, havia outros móveis de assento, não fixos e, geralmente, alugados, que eram as inúmeras cadeiras espalhadas pelos jardins e praças, lugares de passeio e convívio social, proporcionando-se a sociabilidade. Eram, no início, de madeira e assento de palhinha, sucedendo-lhes as de ferro, de maior durabilidade, com

travessas no assento e costas, dobráveis.

Os assentos urbanos, móveis de repouso, necessitando de espaços amplos que os possam acolher, sem prejuízo da circulação pedonal, são instalados em avenidas e praças, ocupando os lugares entre as árvores em fila, gozando do abrigo da sua sombra, e ordenados à sua imagem de alinhamento em relação à via, proporcionando um ritmo e escansionamento do espaço urbano, ao calcorrer a rua; e, ainda, nos espaços verdes, jardins e parques bordejando os trilhos, entre canteiros ajardinados, procurando sombras e perspectivas de deleite, para o passante em lazer.

Os bancos são a resposta a uma necessidade de repouso, por um maior convívio no espaço citadino, e, ao mesmo tempo, eles suscitaram a sociabilidade urbana, proporcionando locais de cómoda conversação, leitura e entretenimento ao ar livre.

Em Paris - embora, já, tivessem existido bancos públicos, desde meados de Seiscentos, eles eram raros, e alugavam-se, muitas vezes, cadeiras, ao dia ou ao ano, para superar a sua falta - é sob a administração municipal do conde de Rambuteau que vemos espalhar-se este móvel pela cidade, sobretudo nos passeios, onde o prefeito fez "installer des bancs partout où il en trouva la place"<sup>1</sup>.

Mais tarde, os jardins e passeios vão receber assentos de uma forma planeada, pelo *Service de Promenades et Plantations*, sob a orientação de Alphand e segundo o desenho de Davioud, com o ferro forjado em cinzento claro e a madeira de carvalho, pintada de verde; mudando-se, em 1884, o metal para cinza prateado e a pintura para cor de salmão, carregado. Sendo o seu número de 8.428, antes da Comuna de Paris (1871), onde muitos deles foram destruídos e danificados; continuou a diminuir, outra vez, nos anos seguintes, após o II Império.

No album de Alphand<sup>2</sup> duas pranchas mostram os tres modelos mais

<sup>1</sup> *Mémoires du comte de Rambuteau*, citado por, Marie de Thézy - *Paris la rue. Le mobilier urbain parisien du Second Empire à nos jours... Histoire du mobilier urbain parisien...*, Paris, Société des amis de la Bibliothèque Historique, 1976, p. 34.

<sup>2</sup> A. Alphand - *Les Promenades de Paris*, vol. 2, Paris, Rothschild, 1867-1873, s.n



difundidos, na capital francesa; uma dedicada à *Voie Publique.Détails*, (já mencionada), com um banco de duplo assento, sob duas consolas, e uma tábua, ao centro, para duplo encosto; com o ferro decorado numa gramática vegetal e enrolamentos; ficava instalado, em planta, alinhado entre duas árvores, no passeio. Outra, dedicada a uma zona ajardinada, *Square des Bagtinolles.Détails*, apresenta um comprido banco de ripas de madeira, assentes em tres consolas de ferro, lembrando a ferrização de formas de mobiliário doméstico, em verga; e outro banco, mais pequeno, de duas tábuas, assentes em duas consolas de ferro, com a forma rústica de troncos de árvores; ambos procurando, pelo pitoresco do seu vocabulário decorativo e materiais utilizados, integrar-se nestes espaços verdes.

Ainda, na mesma obra, para grandes zonas de recreio, (também, já, referidas), numa prancha sobre o *Bois de Boulogne.Portes, Grilles, Bancs*, um modelo de comprido banco, corrido, em ferro, assente em tres partes, com decoração vegetal; e noutra, do *Jardin du Luxembourg. Grilles& Abri*, vemos um banco corrido e circular, com costas, encostado à volta de uma larga coluna de tijolo, protegendo-o um alpendre, de amplo chapeú cónico em ferro; e percorrendo o banco, igualmente, o interior da construção, procurando maior abrigo; tiveram, estes dois modelos, menor sucesso, em repetição, ficando-se pelos locais para que foram projectados.

Os tres primeiros desenhos de Davioud, largamente utilizados no mobilamento de Paris, vão servir de modelo de inspiração, para os bancos de outras cidades europeias, devido ao sucesso das suas formas e da boa integração nos espaços urbanos, verdes ou passeios. Obedecendo, Londres, a um outro esquema, em que os compridos bancos oitocentistas - utilizando os mesmos materiais, mas, obrigando as suas formas ao domínio de um neoclassicismo, com largo uso de esfinges em consolas - viram-se rapidamente remetidos para os parques, deixando os passeios livres, com raras excepções, no futuro, em bancos de abrigo, nas paragens de transportes públicos<sup>3</sup>.

Em Lisboa, entre 1834 e 1840, era raro ou não havia, nenhum, assento na rua,

<sup>3</sup> Margaret N. Downie - "Street Furniture : I" in *Journal of the Royal Institute of British Architects*, August, 1946, p. 441.

demolidos que foram os poucos que havia, no Passeio Público, ao pé das janelas, integrados no muro, segundo a tradição dos jardins de quinta, durante os últimos dois séculos. Com as obras deste Passeio, foi necessário pensar em novos bancos, independentes da arquitectura, indo-se buscar modelos, ao mobiliário doméstico, inclusivé de jardim e estufa.

Surge, assim, cerca de 1840, um magnífico projecto<sup>4</sup> de “sofá de ferro” para o Passeio Público, atribuível a Malaquias Ferreira Leal, arquitecto da cidade encarregue das obras de remodelação, com um desenho de banco circular, muito provavelmente, destinado ao largo onde estava a grande bacia de repuxo, com sereias e tritões. É um móvel de risco cuidado, mostrando como que um comprido canapé, de sala de baile - resultando da reunião de sucessivos espaldares de cadeiras - dispondo, cerca de treze lugares sentados e encostados, a barras e cicúlos de ferro, com braços e pés, num desenho muito próximo do mobiliário de interior, estilo *Regency*.

Infelizmente, não teve execução, sendo substituído, por quatro bancos corridos de madeira, circulares, de assento e costas, para o mesmo lugar, encostados, cada um ao seu canteiro ajardinado, voltados para o repuxo; já, colocados em 1848<sup>5</sup>. Outros assentos eram os das cadeiras, de ferro, com travessas de madeira e dobráveis, muito requisitadas em dias de concerto e festa, alugadas pelos internados do Asilo de Mendicidade, para o qual revertia o producto, aqui e em S. Pedro de Alcântara, passando o hábito, mais tarde, para a futura Avenida... permitia a escolha do local de repouso, isolado ou em grupo, como em casa!

Parece que foram as zonas verdes, as primeiras a receberem bancos e, em 1859, mandou a Câmara fazer, no Instituto Industrial de Lisboa - criado, tal como o do Porto, em 1852, pelo liberal e regenerador Rodrigo da Fonseca (1787-1858), então, ministro do Reino - doze bancos<sup>6</sup> para o Passeio da Estrela que se terminava, conforme a proposta apresentada pelo Dr. Teixeira Duarte; possivelmente “sofás de

<sup>4</sup> CML-MC; Sala do Passeio Público, nº 260, INV.

<sup>5</sup> Ver gravura in *O Jardim Literário* (18), 1848, p. 140.

<sup>6</sup> CML - *Annaes do Município de Lisboa* (35), 1859, p. 1; ver, ainda, a gravura in *Archivo Pittoresco* (27), 1863, p. 206.



ferro”, com desenho neogótico no assento e costas - como os mostra uma fotografia<sup>7</sup> do final do século - que, já, se encontravam instalados em 1863. Colocando-se, também, seis bancos, em 1856, no jardim de S. Pedro d’Alcântara; aumentando o seu número, em 1862 - ano em que, ali, destruíram onze - eram bancos do modelo de Davioud, com tábua no assento e costas, sob consolas rústicas em ferro<sup>8</sup>.

Também, o Príncipe Real iria receber, em 1864, os seus trinta bancos, do modelo de duas tábuas, para assento e encosto, com consolas de ferro, em moldes de móveis de verga, afixados aos respectivos patins de pedra, como era usual, e ladeando os caminhos, entre o desenho sinuoso dos canteiros.

Mas, vai ser no Rossio que irão surgir, em 1863, sessenta bancos - em simultâneo, vinte e quatro “sofás de ferro” para o Passeio Público - fabricados pela *Companhia Perseverança* ou, mais certamente, por *Collares & Irmãos*<sup>9</sup>, em madeira e ferro, segundo o modelo parisiense de duplo assento e costas únicas, sob consolas, e que maior impacto suscitaram aos lisboetas pela novidade do seu desenho. Ao instalarem-se na praça - ainda, vazia do monumento a D. Pedro IV e já, calcetada a *mar largo* (1848) - foram alinhados entre a primeira, da dupla fileira de árvores, recém colocadas (c.1861), para, aí, gozarem da sombra e iluminação dos candeeiros a gaz, na bordadura do passeio, esquadrinhando o espaço.

Logo, estes móveis e o seu uso, por alfacinhas, foi ironicamente traduzido em cinco divertidas caricaturas no *Duende*<sup>10</sup> - de M. V. Rodrigues, assíduo desenhador deste periódico, do qual pouco mais se sabe, que publicara uma litografia de Camões, n’ *O Civilizador* (Porto, 1861) - comentando-se, em texto, demoras do município e nacionais costumes, que “Deos fez o mundo em seis dias; porém a Camara levou não se sabe quantos annos a meditar nos bancos do Rocio. A meditação foi larga, o estudo pausado, os alvitres variados, mas os bancos appareceram por fim, e este bom povo,

<sup>7</sup> CML - *Provas Originaes*, 1858 - 1910, Lisboa, CML, 1994, p. 36.

<sup>8</sup> G. Matos Sequeira - *Depois do Terramoto*, vol. 4, Coimbra, Imprensa Universitária, 1933, p. 392; ver, ainda, a gravura, do ano seguinte, in *Archivo Pittoresco*, (25), 1863, p. 193.

<sup>9</sup> Embora, referida a *Companhia Perseverança* por Julio de Castilho - *Lisboa Antiga*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1889, pp. 261-270; pensamos ser mais exacta a indicação das oficinas de *Collares & Irmãos*, pelo *Duende* (21), 1863, p. 2.

<sup>10</sup> *Duende* (20), 1863, p. 3 e (21), 1863, p. 3.

que tanto prima seu assento, já hoje encontra assentos na praça de D. Pedro”; ou o desenho do modelo que “Para compensar a cidade da demora havida n’este melhoramento, lembraram-se os sabios camaristas de aformosear os novos bancos com duas ordens de assentos. Esta especie de “bis-bancos” talvez lisongeie muito a vaidade das cabeças municipaes; mas não leva atraz de si as sympathias do publico, e os inconvenientes da innovação”<sup>11</sup> .

As caricaturas mostravam, exemplificando com situações, as potenciais “vantagens dos bancos modellos”, em que um sujeito enfia a sua marreca, nos costados de outro, ou proporcionando torcicolos a quem queira conversar, do seu assento para o detrás; e, ainda, em “feliz colocação”, se ridicularizava a estreita passagem, deixada a gordos e *criolines*, entre bancos e candeeiros - sintoma prematuro de pejamento - com rasteiras tropeçadas, nas pernas de quem está sentado, ou desequilibrios de pesos nestes móveis mal afixados, sob o balanço de quem se senta ou levanta; fizeram o chiste e a risada a estes “bis-bancos”.

Em 1882, quase, vinte anos depois, surge o “Desenho typo dos bancos para os novos passeios na praça de D. Pedro”<sup>12</sup> , do risco de Augusto César dos Santos, architecto do muniipio. O projecto adoptava o mesmo modelo francês, modificando, principalmente, o desenho das consolas em ferro, com luxuriante decoração vegetalista, assente sob patas de felino, oferecia 2,22m de assento em madeira. Igualmente, usando o mesmo modelo, foram projectados para a Praça de Camões, ao cimo do Chiado, numa significativa idêntidade de valorização, destes espaços urbanos. Os do Rossio, lá ficaram, até, às reformas de 1919, transitando, possivelmente, para o Principe Real, onde permanecem, ostentando a marca da *Cª Perseverança*; enquanto os do Camões, ali, ficaram.

Em Julho de 1885, terminava-se a Avenida da Liberdade, que seria inaugurada no ano seguinte, sendo necessário mobila-la de assentos, surgiram tres projectos de bancos, elaborados pela repartição técnica camarária e assinados pelo engenheiro Ressano Garcia. Dois desenhos “junto ao programa de arrematação de bancos de ferro

<sup>11</sup> *Idem* (21), 1863, p. 2.

<sup>12</sup> CML - AAC; P, cx. nº 13, pl. 7751.



e madeira”, mostram-nos, o “Typo nº1”<sup>13</sup>, um comprido banco de tabuinhas, assente em tres consolas fundidas, com decoração vegetal e respectivos patins de pedra; e outro, “Typo nº2”<sup>14</sup> em tudo idêntico, acrescentando-se, apenas, uns braços, um de cada lado, para maior conforto; seguem, ambos, um modelo *daviuodiano*, com outro desenho na decoração, vindo a instalar-se, entre as fileiras de árvores, ao longo dos canteiros.

O “Typo nº 3”<sup>15</sup> destinado à Avenida e Praça dos Restauradores, ficando colocados nos extrêmos curvos das placas ajardinadas, apresentava um, muito comprido, modelo de banco curvo, em ferro, às barras - realizado em ripas de madeira - proporcionando cerca de quatro a seis lugares sentados, aproveitando o espaço e adaptando a sua forma ao desenho dos talhões da própria Avenida. também, o jardim do tabuleiro inferior de S. Pedro de Alcântara, recebeu bancos semelhantes, postos nas suas duas “rotundas”, acumulando mobiliário, em gosto eclético de estilos, como estava em moda, na decoração de interior.

Os da Avenida, são tres modelos, dando continuidade à inspiração francesa, tratando este nobre espaço urbano, como zona verde que o é, dotando-o de bancos que proporcionem ao *boulevardismo*, mesmo que alfacinha, de quem passa ou, sentado, vê passar, à semelhança do que acontecia nuns *Champs Elysées*, em Paris; num lazer todo urbano, *coquette* e etiquetado, que hábitos antigos de *ida ao* (demolido) *Passeio*, logo, se transformaram em *fazer a Avenida*.

O traço de Rafael Bordalo, em 1897, numa das muitas caricaturas, que escolheu a Avenida, como cenário, “os que fazem a Avenida e os que fazem na Avenida” - num trocadilho do verbo fazer (passeio e necessidade higiênica) - apresenta-nos os prejuizos causados pela “utilização” dos bancos, pelos passarinhos, dando “trabalho aos operários sem trabalho, que enquanto pintam o que os passaros sujam, não dão cabo dos monumentos nacionaes!”<sup>16</sup>, acusando uma situação, quantas vezes repetida,

<sup>13</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 43, pl. 10552.

<sup>14</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 43, pl. 10554.

<sup>15</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 43, pl. 10553.

<sup>16</sup> O *António Maria*, 9 de Dezembro de 1897, s.p.

pelos utentes dos bancos e, aproveitando, para outras críticas.

Diferente será o projecto, em 1895, de bancos para a Praça do Comércio, que “estando quasi concluida a reforma da arborização (...) e julgando muito conveniente, para embellezamento da dita praça, a collocação ali de alguns bancos apropriados, ao menos no alinhamento do renque central”<sup>17</sup>, com desenho assinado por Ressano Garcia, embora, seja atribuível, o seu risco a José Luis Monteiro<sup>18</sup>. Os bancos duplos, em pedra - com referências architectónicas, aos balaustres; ou tradicionais inspirações nos antigos modelos de assento, para jardins privados - são a petrificação do tipo francês, mas, trazem, alguma, inovação nas suas formas, exigidas pelo material, resultando numa peça equilibrada; embora, antiquada e de pesado desenho que, em muito, deve ter sido influenciado, pela praça setecentista a que era destinado.

Referindo-se, Ressano Garcia, a propósito do seu fabrico, “como o seu custo deve ser elevado attendendo a que tem de ser feitos de boa cantaria, e bem acabados em harmonia, com a importancia da mesma praça, estando por tanto orçado cada um delles em 120\$000 réis, poderia a despesa dividir-se por 2 annos collocando-se 6 n’um anno e os restantes no seguinte”<sup>19</sup>, expondo dificuldades pecuniárias do município, mesmo, para uma das principais praças, se não a mais nobre, da capital. Aqui, se conservaram até remodelações, com encurtamento do passeio, em 1929; mudando-se alguns, para a Praça de Afonso de Albuquerque, em Belém, já, no final dos anos trinta, preparando-se a grande exposição do Mundo Português (1940). Lisboa viu serem colocados, ainda, outros bancos de pedra, mais simples, sem encosto, em frente da Sé, talvez, raproveitados de um jardim particular e, já, colocados em 1899<sup>20</sup>.

Em 1900... e pouco, a repartição técnica camarária apresenta um projecto colorido de banco duplo, uma vez mais, insistia-se no desenho de 1882, para o Rossio e Camões, com “bis-bancos”, de madeira clara e decoração vegetal, com

<sup>17</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 16, pl. 6200, anexa ao Doc. 312.

<sup>18</sup> Ver João António Piloto - *Homenagem prestada em 12 de Dezembro de 1924 ao insigne architecto José Luiz Monteiro*. (Lisboa), Imprensa Nacional, 1925; ou Mário Costa - *O Chiado Pitresco e Elegante*, Lisboa, CML, 1987, p. 100.

<sup>19</sup> CML-AAC; Idem.

<sup>20</sup> *O Occidente* (724), 1899, p. 33.



pernas em pata de felino, para os moldes de ferro das consolas, que parecem receber um tratamento de bronzeado; desconhecemos, no entanto, o local a que eram destinados.

Lisboa teve, raros bancos de abrigo, realizados, em obra feita, ou ficando em projecto no papel. Em 1873, para o Passeio da Estrela, a *Companhia Perseverança*, com mais obra<sup>21</sup> no jardim, apresenta à câmara um abrigo para banco, em ferro, como um enorme chapéu, sob um feixe de varões central, em base de pedra; sendo a cobertura lisa, rematada por intermitente goteira e encimada por coroa, com esfera de espigão<sup>22</sup>. O banco circular, ao redor da coluna, com tábua de assento e ripas de madeira para encosto, assentava sobre consolas de ferro na forma de troncos e galhos, lembrando Davioud, procurando a integração na zona verde e o pitoresco.

Um outro projecto, possivelmente, contemporâneo ou anterior, atribuído para este Passeio, apresentando a plantação arborea - cuidadosamente bem identificada, o que nos permite pensar na autoria de um jardineiro - e diverso mobiliário urbano de jardim, incluindo tres bancos de abrigo<sup>23</sup>. Um, semelhante, de ferro, com chapéu em goteiras de bola, e banco circular sem costas<sup>24</sup>; outro, também em ferro, em que as goteiras do chapéu estão esticadas por espigas e presas ao solo com estacas<sup>25</sup>, de idêntico banco; e, por último, um chapéu cónico, talvez, coberto de colmo, com espigão, assente em troncos de árvore e banco ao redor<sup>26</sup>; são, os dois primeiros a “ferrização” das formas de guarda-sóis em toldo ou lona, procurando o exótico, e o terceiro, possivelmente de materiais efémeros, queria-se pitoresco. Ainda, dois bancos de abrigo, ao Jardim do Torel, todos em ferro, às barras; um com cupula, e dois bancos curvos encostados; outro com chapéu, e banco ao redor da coluna - ciclicamente renovados, em novo florescimento da trepadeira que os reveste - são, possivelmente, móveis dos anos 20, de risco muito simples, sem repetição no espaço urbano.

<sup>21</sup> Ver o capítulo Os Coretos.

<sup>22</sup> CML-AAC;P, cx. nº 6, pl. 7190.

<sup>23</sup> CML-MC; arquivador, s.cota; identificado para a Estrela, por Irisalva Moita.

<sup>24</sup> Podemos ver um exemplar, muito semelhante, deste modelo no jardim do Beau Séjour (c.1850), em Benfica, de renovado desenho e novo mobiliário, 1880 -1900.

<sup>25</sup> Idênticos abrigos de banco existiram no Jardim Zoológico (1884), ainda, instalado em Palhavã.

<sup>26</sup> Também, este modelo teve a sua realização no Passeio do Campo Grande (CML -1887).

O banco público é um dos móveis urbanos que mais suscitou críticas e caricaturas, segundo o diverso uso, dos que nele, sucessivamente, se sentam, conforme a hora do dia, nas diferentes zonas de Lisboa. Refugio de cidadãos vagabundos, leito de sesta e dormidas, cedo entrou no imaginário como “casa”, dentro da cidade; em 1899, no elogio de que “não ha como uma pessoa ser vadia! Não tem que subir escadas, não gasta phosphoros de cera, não forra casas a papel, não atura senhorios, não houve as senhoras visinhas, e, sobretudo, não pensa, no dia 20!... Um banco do Rocio faz o serviço...Isto enquanto os bancos não pagarem imposto...”<sup>27</sup> ; aludindo-se ao dia de pagamento das rendas de aluguer, vendo-se tres individuos a dormir à luz de um candeeiro...

Com melhor desenho, de Rafael Bordalo, em 1904, insiste-se no “- Dia 20!...Toca a pôr escriptos!”, sob o titulo da *Philosophia do vagabundo*<sup>28</sup> , que trôpego e andrajoso cola pedaços de papel, os “escriptos”, num banco de ripas da Avenida, como que alugando sua casa, em gesto usurário de senhorio, e aquele móvel fosse sua propriedade, adquirida, talvez, em assiduidade.

Tres anos, depois, aponta-se o “banco para o inactivo”, acusando a gestão camarária e denunciando hábitos urbanos, “Á falta de monumentos, o município encheu de bancos a cidade. Ha-os desde as mais remotas avenidas novas até ao Rocio, até ao Terreiro do Paço, até à praça de Camões. Symbolo da indolencia lisboeta, o banco está em toda a parte.”<sup>29</sup> ; servindo “à falta de melhor leito”, para *Os noctivagos de Lisboa*<sup>30</sup> , ao Rossio, que os perderia, em 1919, deixando-se de ver “dormindo nos bancos, encostados uns aos outros, os sem casa, aqueles que vivem na rua, que foram lançados à rua, quando eram crianças” - sob o traço rabiscado de Martins Barata (1899-1977), mais, habituado ao desenho histórico - com desiludos homens, por ali, sentados, fixando saudosamente imagens que íam desaparecendo do centro da capital<sup>31</sup> , transferindo-se de zona, em prelúdios de outra era.

<sup>27</sup> O Século - Suplemento Illustrado (82), 1899, p. 2.

<sup>28</sup> A Paródia (71), 1904, p. 4

<sup>29</sup> Illustração Portuguesa (95), 1907, p. 798.

<sup>30</sup> Os Serões (54), 1909, p. 743.

<sup>31</sup> ABC (69), 1921, p. 10.



Clássica ficou, outra imagem, em *gag*, daquele que se senta num banco de ripas pintado de fresco e “-Já vês a razão que sempre tive para dizer que a escultura é preferível à pintura”<sup>32</sup>, em fraco humor, salvando-se o registo da cena, quantas vezes repetida.

Mas, houve quem fosse mais longe com “os bancos voluptuosos dos jardins e os bancos humildes das largas avenidas”, sobre *A psicologia dos bancos dos Jardins*<sup>33</sup>, em 1922, ilustrando-a o jovem Bernardo Marques (1899-1962), em traço certo, de ilustrador na imprensa, sintetizando no seu gosto mundano e lírico, aquilo que rotineiramente via.

Assim, são “impudicos” os do jardim de Santos; “românticos” os do jardim Constantino, “bancos castos, ingénuos - para *namoro com boas intenções*”; têm uma “psicologia infantil, alegre”, povoados por “misses” vigiando meninos, ou “em certos recantos do grande jardim os bancos (são) pensativos, melancólicos”, como as “mesdemoiselles” neles sentadas, à Estrela; os da Avenida da Liberdade são dos “bancos de Lisboa os mais curiosos”; de manhã, descança o padeiro e o caixeiro, “têm atitudes de enfado, de aborrecimento inextinguível...”; pela tarde, “povoam-se de gente bem vestida (...) semelham homens que nunca foram mundanos e que as circunstâncias encarceraram por momentos nos salões das Pires ou das Soizas”; à noite, dão a vez às “creadas e policias, de senhoras de reputação duvidosa e rapazes bem vestidos que ninguém conhece, - todos eles em coloquios amorosos. A essa hora, a Avenida é imoral, - e os bancos, não querendo cumplicidade, teem uma atitude de repulsa, de nojo”; depois da meia noite, por momentos abandonados, voltam, uma vez mais, aos vagabundos... Como um relógio, a rotina diária de quem se senta nos bancos, pela cidade, faz a vivência do lugar, impondo pelo uso destes móveis urbanos, uma conotação na paisagem da capital.

Os bancos aparecem, em meados dos anos 40 oitocentistas, no Passeio Público - saíndo do interior de casa para a rua, nenhum outro móvel urbano se aproximou tanto, no início, do doméstico - indo procurar inspiração francesa, muito

<sup>32</sup> *Almanach Bertrand*, 1902, p. 156.

<sup>33</sup> *Ilustração Portuguesa* (878) 1922, pp. 640-641.

*davioudiana*, a partir de 60, utilizando modelos de madeira e ferro, sobrepondo-se as encomendas nas oficinas locais - com raros e tristes exemplos de projecto nacional, que nem Mestre Monteiro soube dominar - acumulam-se assentos de risco diverso, “coabitando”, sobretudo, em jardins, enquanto íam desaparecendo das praças; e firmando-se, pelo desenho, na imagem da cidade, “adereço” importante do cenário urbano e dos hábitos de lazer dos que nela habitam.



## OS CORETOS

O coreto surge no início de Oitocentos, como móvel urbano - vindo dos parques privados, onde se instalara, desde meados de Setecentos, como “fábrica ornamental”, com as suas formas exóticas, de raízes no Oriente - integrando-se, rapidamente nos planos urbanísticos, de modelo II Império, tornando-se polo de animação de zonas de lazer, em praças e parques ajardinados, com a função de levar, até aí, a música e acolher sobre o seu abrigo uma banda ou filarmónica.

No final de Setecentos, os franceses cultivaram o gosto pelo jardim à inglesa, que uma anglomania, entre gente de sociedade, veio reforçar. Estes jardins paisagísticos - muito em voga, em Inglaterra, entre 1730 e 1740 - tentam imitar a natureza em liberdade, mesmo que de uma forma artificial, denotando uma aspiração pré-romântica. Neles, erguiam-se numerosas “fábricas”, ou seja, pequenas construções ornamentais, como pontes, belvederes, pavilhões, obeliscos, ruínas, etc, colocados no fim de trilhos sinuosos ou na encruzilhada dos caminhos, causando a surpresa ao passeante.

A moda Europeia, de então, pelo exótico, cultivada por descrições de viagens e artefactos importados, faz com que muitas destas construções sejam num gosto de inspiração oriental, num leque que vai dos pagodes chineses aos quiosques turcos - o Oriente é mais uma referência mítica do que geográfica, daí o ecletismo de formas tão do agrado ocidental, na segunda metade de Oitocentos. É por intermédio destes jardins paisagísticos e das suas “fábricas” exóticas que o pavilhão oriental entra em França; e o coreto, mais não é do que uma dessas “fábricas” orientais revistas e corrigidas. Na verdade, é no quiosque oriental, pequeno pavilhão ornamental de jardim, que devemos procurar a origem formal do coreto, embora esvaziado da sua primitiva referência funcional de local de lazer e meditação, substituída pela de abrigo e palco da animada música de uma banda.

O coreto, móvel urbano para a música, é composto por uma estrutura simples tripartida: uma base que o eleva acima do solo, um conjunto de suportes e uma

cobertura A base, com uma ou duas entradas, pode ser poligonal - a mais frequente - circular, oval ou quadrada. O seu interior é utilizado como espaço de arrecadação de material para os concertos ou de jardinagem, no caso de estar integrado num jardim. O acesso faz-se por meio de uma ou duas escadas - raras entre nós - na sua maioria de ferro, mas, também de madeira, que pode estar colocada no exterior ou interior da base, e, até, nem ser fixa; tendo, geralmente, uma grade de proteção, de guarda na escada e entre as colunas, que se torna num dos locais privilegiados da sua decoração.

As colunas de suporte, de início de madeira, foram, depois, substituídas pelo ferro, embora, nunca se deixe de utilizar aquele material; e o seu número varia, quatro, dez, catorze, e mais, chegando a ser utilizadas aos pares. Existe uma tendência para as colunas finas com capitéis e consolas em trabalhos vazados, explorando as possibilidades do ferro em moldes, conferindo um aspecto aéreo à construção.

A cobertura, o local por excelência para a decoração, é determinante pela sua forma, para o aspecto caracterizante do coreto, e o seu interior pode ter, em modelos mais cuidados, um papel importante nas suas possibilidades acústicas. É no desenho da cobertura, geralmente em chapa de zinco, que mais se fazem sentir as suas origens orientais, de forma cónica ou bolbonar e rematadas por espigão emplumado ou lira. Alguns, tinham toldos de pano, entre as colunas, que, fazendo sombra, protegiam os músicos do sol.

A emblemática lira é, obviamente, o elemento decorativo predominante na ornamentação dos coretos, quer nas grades, quer no interior do tecto, na cobertura, como no seu remate ou, mesmo, - como entre nós - tomando a forma de originalíssimos capitéis.

O coreto - necessitando de um espaço amplo que permitisse a instalação de uma esplanada para a assistência, um recinto para, eventual, dança e, ainda, deixando corredores para livre circulação dos transeuntes - era colocado em zonas verdes, parques e jardins, numa íntima clareira, ou no fim de uma alameda, fechando a perspectiva, preferencialmente gozando de sombra, ao abrigo do arvoredor; em áreas de densa malha urbana, praças e avenidas, centrando um arranjo urbanístico,



influenciando a sua disposição, no risco de uma placa ajardinada, em um talhão, criando, sempre, uma zona aberta ao convívio social.

Em Paris, é na utilização festiva dos jardins públicos, de cunho liberal e popular, no início do século XIX, com os *jardins-spectacles* - inspirados nos *pleasure gardens* ingleses do século XVIII - que se vai forjar o modelo funcional do coreto, como hoje o entendemos<sup>1</sup>, armando-se coretos em zonas públicas de lazer. Só, mais tarde ele passa a fazer parte dos planos urbanísticos de Haussmann e Alphand, tornando-se numa das peças de mobiliário urbano, de maior importância como polo animador de jardins e praças, movimentando ao seu redor outros móveis - cadeiras, bancos, candeeiros e quiosques - proporcionando, ao transeunte, o prazer dos acordes de uma marcha, comodamente instalado, bebericando à sombra fresca das árvores, ou lendo notícias, folheando uma revista, até disfrutando da iluminação nocturna, feérica em dias de festa, rodopiando uma dança.

Na capital francesa, cerca de 1830, constroi-se o primeiro coreto, exclusivamente para músicos, no *Jardin turc* (1781), no *Boulevard du Temple*; em 1855, o coreto volante do *Pré-Catelan*, no *Bois de Boulogne*; mas, é, em 1858, nos *Champs-Élysées* - onde, já era hábito ouvirem-se concertos, em coreto, desde 1833 - que se ergue um grande coreto fixo, o *Concert d'Été*, integrado no projecto de remodelação de Haussmann/Alphand; o *Bois de Vincennes*, em 1864, passa a dispor de um coreto; outro no *jardin du Luxembourg*, em 1888; na *Square de Montrouge*, em 1897; na *Square des Batignolles*, em 1898; mais seis, em 1900; crescendo o seu número até à Grande Guerra de 14-18; para caírem fora de moda - embora, voltando a construir-se outros, nas décadas de 20-30 - com o aumento do trânsito automóvel, já, nos anos 50<sup>2</sup>.

Na obra *Les Promenades de Paris*, em uma das muitas pranchas com gravuras dedicadas à *Voie Publique*, aparece-nos uma, com *Boutiques & Orchestre*,<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Ver sobre a origem do coreto Marie-Claire Mussat - *La Belle Époque des Kiosques à Musique*, Paris, DuMay, 1992.

<sup>2</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 80-83.

<sup>3</sup> Adolphe Alphand - *Les Promenades de Paris. Histoire. Descriptions et embellissements. Dépenses de création et d'entretien... Etude sur l'art des jardins et arboriculture...* vol. 2, Paris, Rothschild, 1867-1873, s.p.

sintomaticamente agrupando estes móveis (coreto e quiosque), ambos com as mesmas raízes formais num mítico Oriente. A *Orchestre des Champs Élysées* mais não é do que o coreto do *Concert d'Été*, enquadrando-se, assim, entre os outros móveis urbanos e fixando-se-lhe o género que servirá de modelo e inspiração, ao risco de outros semelhantes.

É um coreto de desenho cuidado, rico em ornamentação e profusamente iluminado - como convinha a um móvel de uma primeiríssima artéria da nova Paris que recebe o epítomo de *Ville lumière* - de planta circular, com um canteiro a envolver a base, onde se inscreve uma porta que dá acesso, por meio de uma escada em caracol, à plataforma para os músicos. Sobre os arcos, apoiados nas colunas, no número de dez, ligadas na base por uma grade de proteção, assenta a cobertura cónica. Esta apresenta um friso, ao nível do beiral, com o esboço de uns frontões, decorados com concheados e mascarões, interrompido por candelabros, unidos por um festão de luzes; como remate um espigão encimado por outro candelabro. Além, destes candeeiros, pendem candelabros a meio dos arcos entre as colunas e um outro, enorme, colocado no interior, no meio do tecto.

Nada foi deixado ao acaso, o canteiro envolvendo a base, integrando-o no plano de ajardinamento, um desenho fantasiado, mas, equilibrado, com ténues referências orientalizantes e uma magnífica iluminação impondo a sua presença na noite.

Lisboa, a partir, de meados de Oitocentos, passa a dispor de um coreto fixo, no reformado Passeio Público do Rossio, para ir, aí, ouvir música. No entanto, desde os finais do século XVIII que se armam coretos pela cidade - hábito que vai persistir, por ocasião de alguma festividade religiosa, sobretudo nos Santos Populares, ou cívica, como os numerosos Centenários e visitas de Estado - são peças de arquitectura efémera, ligadas a festividades cíclicas ou sazonais ou, ainda, em ocasiões especiais de comemoração, algumas delas, de grande qualidade de desenho e, sempre, muito decorativas <sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Sobre os diversos coretos armados - muito utilizados, entre 1880 e 1910, sobretudo, nos nacionais centenários e visitas de Estado - Ver Eunice Relvas e Pedro Bebianio Braga - *Coretos em Lisboa. 1790-1990*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1991, pp. 15-80.



Esta forma e moda do coreto surge, no quotidiano lisboeta, por importação, via França. Assim, se, em 1831, o coreto, ainda, se encontra identificado com um “pequeno coro feito para alguma função”<sup>5</sup>; em 1875, Assis Rodrigues, escultor - mestre na Academia lisboeta, da qual viria a ser longamente director, em 53 - definia-o, no seu *Dicionário...*, sob o nome de *kiosco*, que “significa uma pequena barraca ou pavilhão, ordinariamente aberto por todos os lados situado nos fins dos jardins ou terraços, para gosar do ar no tempo calmoso, e disfructar ahi boas vistas. Os Kioscos são pela maior parte fabricados e ornados no gosto turco, d’onde nos veio o uso. Em França e n’outros paizes se tem adoptado o mesmo uso, que hoje também se acha estabelecido em Lisboa”<sup>6</sup>; acusando a origem da forma e da moda; mas, ainda, não o definindo como peça citadina, destinada à música de uma banda.

Vindo, mais tarde, a fazer parte dos novos planos urbanísticos lisboetas, de inspiração *haussmanniana*, ele passa a ser uma peça necessária à vida nos passeios tornando-se fixo. Com a, então em voga, arquitectura do ferro isto resultou, quase sempre, numa “ferrização” de formas “porque o ferro substitue com muita vantagem e economia as madeiras, e muitas vezes a pedra, mas até porque uma grande parte dos ornatos de que carece são hoje moldados em ferro coado”<sup>7</sup>.

Embora, remonte a 1835 - um ano depois de iniciadas as referidas obras de reforma, do pombalino Passeio Público do Rossio, por Malaquias Ferreira Leal, architecto da cidade - a moda de ir, aí, escutar música aos Domingos; só, na década seguinte é que temos referência à existência de um coreto neste passeio.

Em 1848, no projecto (várias vezes referido) de remodelação do ajardinamento do Passeio Público - da autoria do jardineiro francês João Bonnard, a trabalhar para a edilidade - que compreendia a implantação de novo mobiliário, encontramos o desenho de um *pavillon de harmonies*, que muito se assemelha a um coreto<sup>8</sup>. Este

<sup>5</sup> António de Moraes Silva - *Dicionário da Língua Portuguesa*, vol.1, Lisboa, Imp. Régia, 1831, p. 466.

<sup>6</sup> Francisco de Assis Rodrigues - *Dicionário Technico e Histórico*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, p. 231.

<sup>7</sup> *Exposição da Indústria em 1849*, Lisboa, Typ. da Revista Universal Lisbonense, 1850, pp. 81-82.

<sup>8</sup> ACML-AC: Planta do Passeio Público, pl. nº 6880, Bonnard, Gaveta do restauro.

“pavilhão”, assente sobre uma base aos degraus, oscila ambigualmente entre o estatuto de tempieto e o de coreto. Em tudo mais, ele é um móvel para a música, com a sua grade de proteção, os seus dez arcos assentes em colunas e a respectiva cobertura cónica, sobrepojada por um lanternim - como também era muito frequente nos coretos - e rematada por uma agulha; mas, que acabou por não ser realizado.

Porém, a construção do coreto fixo deste passeio será cerca desta data e, depois de ter mudado de local em 1858, vai permanecer em frente à Travessa da Glória, a partir de 1871 até à sua demolição, em 1884. Era um coreto de base quadrangular, com dupla escada em V, e nas suas altas catorze colunas assentava uma cobertura de ferro, de quatro águas, que esteve pintada de várias maneiras; uma das vezes aos losângulos e outra às riscas, ambas de grande efeito decorativo, lembrando o padrão de um tecido que, mais uma vez, nos remete para o Oriente e nos lembra as construções efémeras destes primeiros móveis e o uso de se cobrirem de panos.

Em 1851, realizaram-se no Passeio, como observámos<sup>9</sup>, as primeiras festas nocturnas, que contaram com a presença régia de D. Maria II, montando-se magníficas iluminações e, outros, dois coretos armados. O passeio era explorado, em regime de contrato, para o qual era necessário apresentar proposta, por empresas particulares - como Francisco Caetano de Freitas (1857 e 1870); a célebre maestra alemã, Josephine Amann (1879); a notável *Empresa Gaspar e C<sup>a</sup>* (1881) - que se encarregavam das iluminações e de outras decorações, da instalação de botequins e da música no coreto.

A proposta, para o ano de 1879, contemplava o projecto de construir “um novo coreto para música no sítio onde actualmente está o restaurant, com 3 degraus, comportando este logar para 100 músicos e tendo na retaguarda um grande restaurant com café e copa (...) Uma pequena machina de gelo com mottor a vapor illuminação a gaz, candelabres completo serviço de um café Viennense, machina para gelados, buffete americano, bebidas refrescantes, soda, agóas mineraes, 100 mezas de marmore, 500 bancos de palha, 5000 ballões chinezes para iluminações em dias de

---

<sup>9</sup> Ver capítulo Os Candeeiros.



gala, 2 buffetes para cerveja de Dreher e de Pilsen, 2 caixas de gelo (...)”<sup>10</sup>. É significativa esta memória, acompanhada por um par de desenhos, onde se pode imaginar toda uma vivência que o coreto propunha e a quantidade de mobiliário que o rodeia, quer no dia a dia, quer em ocasiões de festa.

Os desenhos apresentam, um deles os dois coretos, o “Novo Pavillon de Musica, Restaurante, Antiguo Pavillon de Musica”, semelhantes entre si; tendo o novo degraus e uma divisão, no seu interior; uma escadaria de cada lado em ferradura e maior iluminação. O outro desenho, mostra-nos o “Reverso do Pavillon novo de Musica, apresentando o Buffet”, com escaparato, balcão e um toldo às riscas com os seus paus de barraca, nas costas da empena que divide o coreto. Caso este projecto se tivesse realizado - e não temos noticia de terem funcionado, nesta época, um par deles - este Passeio ficaria com dois coretos e uma enorme esplanada entre eles.

Já habitualmente, existia uma esplanada formada pelas, referidas, cadeiras de ferro<sup>11</sup>, com travessas de madeira no assento e nas costas, alugadas por internados do Asilo de Mendicidade, instituição para a qual revertia o lucro, assim como, o produto de algumas noites de festa, previamente estabelecido, por sorteio, quando se firmava o contrato.

Entretanto, neste ano de 79, tinham-se inaugurado as obras da Avenida - graças à vontade peremptória de Rosa Araújo, presidente do município, e ao espírito *haussmanniano*, de Ressano Garcia, engenheiro-chefe da Câmara - e, a par dos trabalhos, começa-se a pensar, a partir de 1881, em demolir o coreto, por este se encontrar em péssimo estado; o que, só, vem a acontecer três anos mais tarde.

Neste ano de 84, como observámos<sup>12</sup>, surge um projecto camarário de arranjo dos talhões para a nova Avenida, onde se incluía, entre as peças do mobiliário urbano proposto, um novo coreto. Este, do risco do arquitecto camarário Jose Luis Monteiro, tem uma cobertura orientalizante - de forma semelhante ao que dez anos mais tarde

<sup>10</sup> ACML-AC; SGO, cx. nº 49,1879, s.n.

<sup>11</sup> Ver capítulo Os Bancos.

<sup>12</sup> Ver capítulo As Fontes de repuxo.

será construído nesta artéria - e seriam levantados dos lados, em ferro “um ou mais pavilhões e salas de verdura para venda de bebidas e pelo menos entre estas construções e o coreto passagens transversais para livre movimento do publico”<sup>13</sup> . Ainda, foi iniciada a obra para se suspenderem os trabalhos, logo, em 86, removendo-se todos os materiais; assegurando, desde esta data, um coreto provisório, a continuidade da música no local, até que foi desmanchado, em 1894, para dar lugar a um outro definitivo.

Entretanto, em 1886, desaparecido o antigo Passeio Público, surge o malogrado “Projecto do jardim no terreno (...) entre a Avenida da Liberdade e o Jardim Botânico”<sup>14</sup> , da autoria de António Maria de Avelar, engenheiro camarário, que incluía a construção de um coreto. Estava inserido no “Capitulo, 5º - Obras d’Arte”, do orçamento geral da Repartição Técnica, com a verba de 1.500\$000 réis, e era destinado, conforme a memória descritiva, a “uma rotunda central onde se colloque um coreto que poderá ser o que em parte já estava construído e foi retirado da Avenida”<sup>15</sup> - que tinha o risco de mestre Monteiro - acusando esforços de poupanças municipais que resultaram, mais uma vez, em obra nenhuma. Este projecto foi abandonado, talvez, porque surgiu (conforme referimos) outro de maior envergadura, o do Parque da Liberdade, ao cimo da Avenida.

Pensamos, que todos os vinte e seis projectos, apresentados no concurso internacional, aberto pela Câmara em 1887, contemplavam um coreto no recinto. O do primeiro premiado, da autoria de Henri Lusseau, architecto francês - que deixaria obra em Lisboa, na Avenida, com um palacete mourisco em gosto de luxo exótico (1891) - era um coreto hexagonal, com escadaria de acesso e cobertura oriental, às riscas, sustentada por colunas verticais e inclinadas, rematado por dupla lira cruzada e alta flecha - sintetizando um desenho simples, num gosto eclético centroeuropeu - ficando rodeado pela sombra de três circulos de árvores<sup>16</sup>.

<sup>13</sup> ACML-AC; SGO, cx. nº 49, Doc. 45, 1884.

<sup>14</sup> CML-AC; Comissão de Obras Públicas, Pareceres, parecer nº 71, 29 de Novembro de 1866.

<sup>15</sup> CML-AC; *Idem*.

<sup>16</sup> *Les Grands Travaux de la Ville de Lisbonne (Portugal), le parc de la liberté*, Tours, s.n., 1896, s.p.



Disposição semelhante, foi escolhida por Henri Duchêne, também, arquitecto francês - hábil recreador, com o seu filho Achilles, de jardins ao gosto de Seiscentos em França<sup>17</sup> - que fora segundo classificado, para um “grand kiosque pour la Musique”<sup>18</sup> que era um coreto de alta base circular, com as colunas e mísulas suportando uma cobertura achinesada, decorada por festões e muitas lanternas dependuradas, no largo beiral. Ou, o terceiro classificado, outro arquitecto francês, Eugène Demy, com um “pavillon de musique”, instalado num miradouro, que seria “construit en fer forgé, d’une grande légèreté de formes, est disposé au milieu d’une terrasse semi-circulaire de 50 mètres de longueur, une ligne d’eucalyptes donne de l’ombre au promenoir et au pavillon”<sup>19</sup>. O projecto vencedor foi adaptado pela Câmara às suas disponibilidades financeiras, chegando-se a iniciar a obra, em 1902, para vir a ser abandonada.

Lisboa, com o seu novíssimo *boulevard*, a Avenida da Liberdade, insistia em ser romântica pedindo a construção de um coreto, em 1892, iniciando a Câmara a construção, em frente da Rua Rosa Araújo, que se arrastaria até 1894, orçando o total em 6.493\$432 réis<sup>20</sup>. Inaugurado em 15 de Agosto e sendo todo iluminado a luz electrica não deu, porém, o melhor resultado porque esta “se apagou muitas vezes, o que fez com que a musica desse algumas fífias, por estar as escuras”...<sup>21</sup>

É um coreto em mármore e ferro, do risco de Jose Luis Monteiro, com sugestões indianas no desenho dos arcos - lembrando as varandas em ferro, por ele desenhadas, para a casa dos condes de Tomar, na Cruz Quebrada - e turcas na forma bolbonar da cobertura, rematada por espigão emplumado. O interior desta apresenta um invulgar trabalho decorativo em madeira com liras, folhagem e monograma camarario, com duplo L conforme imposição de gosto, na época. Sendo o único com duas escadas de acesso, em ferradura, que pela simetria na planta lhe conferem um maior equilibrio no desenho.

<sup>17</sup> Francesco Fariello - *Architettura dei Giardini*, Roma, Edizioni dell'Ateneo, Scipioni Editore, 1985, p. 178.

<sup>18</sup> Ch. Joly - *Note sur le parc de la liberté a Lisbonne*, Paris, Typ. Georges Chambrot, 1888, p. 14.

<sup>19</sup> *Le Parc de la liberté a Lisbonne (Portugal). description général des projets présentés au concurs*, Paris, s.n., 1887, p. 13

<sup>20</sup> CML-AC: Rep. Técnica, *Livro de Edificações e Construções*, 1892, p. 27; 1893, p. 33; 1894, p. 23-23Vº.

<sup>21</sup> *Diário de Notícias*, 16 de Agosto de 1894.

A música fazia-se ouvir, regularmente, como era costume, aos Domingos e dias Santificados para aqueles que vinham “fazer a Avenida”, hábito burguês, que ficara do Passeio, sentando-se nas mesmas cadeiras de travessas, alugadas, a vintém, pelos Asilados. Quatro anos mais tarde veio-se a acrescentar um toldo, visto já terem adoecido alguns músicos em consequência da demorada exposição ao sol; e, em 1912, são colocados quatro candieiros neste talhão da Avenida, onde estava o coreto, por causa da falta de luz que se fazia sentir durante a música nocturna.

No início da década de trinta, com o crescimento do tráfego na Avenida, era difícil ouvir, capazmente, um concerto no coreto; assim, em 1932, decide-se a sua transferência para o Jardim da Estrela - onde, já alguns anos, se vinha adiando a construção de outro coreto (como veremos de seguida) ficando assim resolvido o problema - sendo o coreto da Avenida desmanchado, em 1935; reconstruído e inaugurado no ano seguinte; hoje, o centenário coreto da Estrela é o de maior qualidade no desenho e o mais antigo da capital.

No romântico Passeio da Estrela - planeado em 1842, e começando-se a construir, à custa de beneméritos titulares, em 1850, dirigindo os planos engenheiros das Obras Públicas; depois, os jardineiros J. Bonnard, João Francisco e, nos anos 90, Ernest Tissard - Pézerat encarregue dos trabalhos, traça um “pavilhão chinez” para a música que em 52, ainda, não se encontrava acabado e do qual, infelizmente, não encontrámos iconografia. Apesar da sua pequena dimensão com o seu traçado irregular - lembrando os jardins à inglesa - e os seus atractivos como: cascata, fontes, estufas, pavilhões e “kioscos”, fugia à “monotonia dos antigos jardins e matas de recreio”<sup>22</sup>, surpreendendo os lisboetas de então.

Cerca de 1863, surge o projecto da “Cobertura para um coreto para a música, Jardim da Estrela”<sup>23</sup>, da *Companhia Perseverança*, que arrematou a obra, resguardando a base de mármore branco, com um óculo vazado, em cada face, que já se encontrava construída. O risco mostrava uma cobertura oitavada, com o remate do

<sup>22</sup> *Archivo Pittoresco*, (17), 1858-59, p. 130.

<sup>23</sup> ACML - AC; SGO, cx. nº 1, Doc. nº 63.



beiral trabalhado e, ainda, encimado por uma coroa e esfera de espigão; era suportada por colunas de fuste canelado, assentando em capitéis e mísulas decoradas por gramática vegetal - era dentro do gosto francês, seguindo formas clássicas e, tirando partido dos moldes em ferro, encontrando efeitos decorativos conseguidos na sua simplicidade.

Este coreto da Estrela foi durante muitas décadas o polo de animação do Passeio ajudado ou não por outros que se armavam para dar mais brilho aos muitos festivais nocturnos, salientando-se os do compositor Carlos Adolfo Sauvinet e Joaquim Alves Ferreira (1895-1900) e os da *Associação da Imprensa Portuguesa* (1906), entre os que ali se realizaram. Aí se conservou, provavelmente até meados da década de trinta de Novecentos, quando foi substituído, pelo da Avenida.

Houve, ainda, um malogrado projecto de coreto para a Estrela, pensado desde 1927; era um risco camarário, do arquitecto Vasques Cardoso, com preocupações de acústica, largueza e comodidade. As plantas, datadas de 1930, mostra-nos um coreto transformado em palco de sala de espectáculos ao ar livre, de forma elipsoidal e com uma serie de ante-câmaras. A decoração utilizava uma gramática de gosto *art-deco*, ainda, com laivos oitocentistas, num eclétismo de gosto vegetalista; concentrando-se nas faces dos pilares, com frisos de festão e pilastras, em baixo-relevo, encimadas por urnas, e no fecho do arco da boca, com uma lira ladeada por enrolamentos de folhas de acanto.

Se a forma que este coreto apresenta pode parecer uma novidade, de facto, ela não é inédita, têm uma sua congénere, mais antiga, no coreto do jardim do Palácio de Cristal do Porto. O que é verdadeiramente novo, no projecto desta construção, é o facto de se utilizar no piso, arco de boca e cobertura, o cimento armado. Em 32, ainda se mantinha a ideia, que acaba por ser abandonada porque, entretanto, o local foi escolhido para a reconstrução do antigo coreto vindo da Avenida da Liberdade.

Em 1881, no antigo Campo de Santa Clara, a pedido dos moradores - efectuado no ano anterior à Câmara - o municipio constroi um coreto provisório,

conforme sugestão de Ressano Garcia, “o côreto feito ainda que conservado como provisório, estando assente em fundamentos de alvenaria e sendo a cobertura de madeira e zinco deverá ter uma duração nunca inferior a seis annos sendo apenas preciso de dous em dous annos dar-lhe uma simples pintura”<sup>24</sup> ; do qual, infelizmente, desconhecemos o risco.

Embora, ultrapassando o tempo previsto por aquele engenheiro camarário, fosse degradando e estando em deplorável estado, em 89 - orçando em 200\$00 réis a despesa com a reparação, soma que não seria justificável, devido ao facto de ali nunca tocar música<sup>25</sup> - foi demolido no ano seguinte. Construindo-se, então, uma guarita para arrecadar as ferramentas de jardinagem que se guardavam na sua base.

A Camara Municipal de Belém, também, em 1881, fornecendo o projecto, estabelece um contrato, com o mestre de obras João Gomes, para a construção de um coreto na Praça , em frente do palácio real<sup>26</sup>. Tal como no Passeio Público, também a moda que se instituiu de passear no Largo de Belém teve como fomentador o rei D. Fernando II, recebendo mais tarde o local o seu nome. O coreto hexagonal era em alvenaria das pedreiras de Rio Seco, cantaria de Vila Verde e tinha a cobertura de ferro, sendo inaugurado no ano seguinte.

Passados quatro anos, em 1885, a Câmara, fornecendo novamente o projecto, quer duplicar o coreto anunciando a construção de uma réplica. Para o efeito seria removido o existente para o lado nascente da praça e construído, em seu lugar, ao centro, um tanque com repuxo<sup>27</sup> ; seria, mais uma vez, um local com dois coretos definitivos. Porém, não se chegou a executar a obra; talvez, porque o Concelho de Belém foi, neste ano, anexado ao de Lisboa e à Camara não lhe interessasse o dispêndio com este projecto.

Mas, em 1902, o coreto muda mesmo de local - ficando no lado ocidental - para,

<sup>24</sup> CML-AC; Rep. Técnica, Copiadores de Ofícios, Copiador de Ofícios, ofício nº1690.

<sup>25</sup> CML-AC; Rep. Técnica, Copiadores de ofícios, Copiador de Ofícios nº 6, ofício nº 8812.

<sup>26</sup> CML-PC; Núcleo de Belém, Livro de Autos de Arrematação, fl. 57v-58v., cota 9/36.

<sup>27</sup> IDEM; Livro de Registo de Editais, 1786-1885, nº 730 Anúncio, fl. 108, cota 9/28.



no seu lugar, ser erguido o monumento a Afonso de Albuquerque (1901), de Costa Mota, escultor, sob base em gosto neomanuelino, do arquitecto Silva Pinto. Teria sido com a reconstrucção que lhe foram introduzidas, algumas modificações, como umas liras no gradeamento e o brasão do municipio na base das colunas. Por ocasião da Exposição do Mundo Português de 1940, a praça foi remodelada com novo desenho do jardim e implantação de outro mobiliário urbano, tendo sido demolido o coreto.

A Alameda de São Pedro de Alcântara, muito concorrida por servir de miradouro sobre a cidade, torna-se, episódicamente, em local da moda, com as obras da Avenida, passando provisoriamente a música para este passeio. Já, na década de 70 oitocentista, tinha existido uma tentativa, não muito duradoura, de aqui estabelecer música num coreto armado; e, após, vários pedidos dos moradores na zona, a Câmara manda construir um coreto provisório, tal como acontecera no Campo de Santa Clara.

O projecto, datado de 1886, é do risco de Jose Luis Monteiro, apresentando, um desenho cuidado, com um coreto octagonal, de cobertura cónica rematada por esfera com agulha, assente nuns capiteis, muito originais, em forma de lira; orçando a despesa da obra em 912\$600 réis<sup>28</sup>. Por economia, o mesmo projecto é adaptado por mestre Monteiro, vindo a ser construído em madeira, cobertura de zinco e desenhada grade de ferro; diminuindo a despesa para 328\$040 réis.

Serviu durante poucos anos, tendo sido efémera a vida deste coreto fixo, construído pela Câmara, em parte devido aos materiais utilizados; pois, em 1890, já tinha sido removido. Decorridos onze anos do novo século insiste-se em pedir a Câmara outro coreto. Assim, durante três décadas, continuamente, se renovaram os pedidos, indeferidos ou tardiamente satisfeitos, de coreto neste jardim.

No Passeio do Campo Grande -o *bois* da capital - é construído, englobado na campanha de obras, iniciada na década de 90, um coreto, já activo em 1893.<sup>29</sup> Este apresentava uma base circular e cobertura cónica assente sobre colunas inclinadas à Viollet-le-Duc (1814-1879) francês, arquitecto restaurador em preocupações

<sup>28</sup> ACML-AC; Rep. Técnica, Orçamentos, orçamento nº 311, cx. 6A.

<sup>29</sup> *O Século*, 9 de Julho de 1893, p. 4.

arqueológicas e artisticamente ecéticas, como as do coreto de *Pré Catelan*, na orla do *bois de Boulogne* e o de Cannes; realizando-se várias quermesses e festas nocturnas, como as da *Real Academia Fanfarra Triumpho e Aliança do Campo Grande* (1896 e 1897) e da *Associação de Beneficência e Instrução* (1909), ao longo dos anos.

Cedo, porém, começaram os lamentos e pedidos de conservação, o primeiro, logo em 1898, “no estado em que está se torna impróprio de tão magnifico parque”<sup>30</sup>, que se arrastam até a 1923, “há um coreto decrepito, onde nunca se ouve música! Está bastante arruinado, não se concerta, à espera que chegue no ponto de ser urgente a sua demolição”<sup>31</sup>; embora, se tenham ouvido concertos em 1928, com os trabalhos de arranjo do jardim, iniciados em 1943-45, deve ter sido demolido, o que restava deste coreto.

No jardim do Largo da Cruz do Tabuado ou do Matadouro (actual Praça José Fontana) - englobado na malha urbanística das “Avenidas Novas”, projectada por Ressano Garcia em finais da década de 80 - foi construído um coreto, por subscrição pública, iniciada pela *Academia de Musica Sabino de Sousa*, constituída pelos empregados do matadouro<sup>32</sup> que, aí, deu muitos concertos. Foi responsável pela obra o construtor civil Francisco Duarte da Silva e, assim que terminada, foi o coreto oferecido, durante sessão solene na sala da Academia, à Câmara.

O projecto inicial - de um coreto de base quadrângular, emoldurada, com dupla escada de acesso, grade muito simples e beiral trabalhado - foi alterado, durante a construção, aumentando-se o número de colunas, de quatro para dez, e mudando-se a forma da cobertura de quatro águas, de plana para côncava; e o remate emplumado, por esfera e agulha. Inaugurou-se, nesse mesmo ano de 1894, tendo sido a rua central do jardim iluminada com balões á veneziana e o edifício do Matadouro, de P.-J. Pézerat, juntamente com algumas casas da zona iluminadas a gás, prolongando-se os festejos por tres dias. O *Asilo da Mendicidade* colocou, tal como acontecera no Passeio Público/Avenida, cadeiras para aluguer no local.

<sup>30</sup> CML-AC; SGO, cx. nº 50, Doc. nº 23.

<sup>31</sup> Lord Pechincha de Nadavale - *O Inverosmil, Conferência Proibida. Sep. da Alma Nova*, Famalicão, 1923, p. 39.

<sup>32</sup> ACML-AE; Obra nº 38774.



Logo no início do novo século queixavam-se do coreto permanecer “mudo”; e, provavelmente, em 1909, este coreto desapareceu, quando da remodelação do ajardinamento. Mas, por pouco tempo o jardim permaneceria silencioso. Com efeito, em sessão camarária, de 1911, foi pedido pra se elaborar um orçamento para a construção de novo coreto; e, no ano seguinte faltava-lhe, apenas, a parte metálica que recebeu, muito provavelmente, o risco de José Alexandre Soares, jovem arquitecto camarário.<sup>33</sup>

É um coreto de secção octagonal, com profuso trabalho de gradeamento, com sugestões de claves de sol, entre as colunas e os arcos de volta perfeita, onde assenta a cobertura orientalizante, emplumada, e de beiral com desenho de grega no friso; um risco académico francês, não tivesse sido o arquitecto aluno do mestre J. L. Monteiro e como este bolseiro em Paris, onde também tivera aulas do arquitecto J. L. Pascal, como referimos. Por isso, encontramos algumas semelhanças formais e decorativas com o coreto da Avenida, embora, duas décadas os separem.

Este coreto teve uma actividade continua com festas e muita música; fazendo parte de vários programas oficiais de festejos républicanos. Vindo, no futuro, a sofrer grandes remodelações na sua base, retirando-se a escada, em caracol, que dava acesso à plataforma.<sup>34</sup> Hoje, é um dos poucos coretos existentes na capital e, a par do da Estrela, um dos mais significativos destes móveis urbanos, pela qualidade do seu desenho e pelo cuidado da decoração do seu gradeamento.

Entretanto, outras zonas de Lisboa, menos centrais, tinham recebido outros coretos, como a Praça da Viscondessa dos Olivais, em 1896, mas, “na ocasião em que a festa tocava o seu auge (...) um dos candeeiros de petroleo, que, por imprevidencia tinham pendurado por meio de uma corda, queimou esta e o candeeiro caindo, derramou petroleo sobre os instrumentos e o coreto, que começou a arder”<sup>35</sup>, tendo

<sup>33</sup> ACML-AC; 4ª Rep. de Architectura. Copiadores de Officios, Copiador de Officio, nº 5, p. 209.

<sup>34</sup> No final da década de 50, ele vai sofrer uma grande remodelação sobretudo no interior da sua base (retirada a escada de acesso em caracol e subdividido para sanitários e venda de flores), acrescentando-se-lhe uma outra escada no exterior. O arquitecto Henrique Ferreira de Sousa foi o responsável por estas modificações.

<sup>35</sup> O Século, 11 de Agosto de 1896, p. 2

ficado, apenas, chamuscado... É um coreto de base quadrângular de tijolo e cobertura de quatro águas, em zinco, encimada por dupla lira cruzada, assente em pilares e misulas de madeira. Foi inaugurado pela *Sociedade Filarmonica União e Capricho Olivalense*, (fundada em 1886) - possivelmente responsável pelo pedido da sua construção - que tocou de parceria com a *Banda dos Bombeiros Municipais*.

O coreto colocado neste velho rossio dos Olivais, onde era costume armar um coreto volante, nos meses de Verão, funcionou como polo magnetizador da festa, com bazar, quermesse, iluminações e fogo de artifício que aí, habitualmente, se fazia; ora, em honra de S. Sebastião, ora comemorando o aniversário da activa filarmónica<sup>36</sup>. Actualmente, quase centenário, o coreto dos Olivais é o único da cidade que integra a madeira na sua estrutura de suporte, aproximando-o dos coretos volantes.

Do outro lado da cidade, em Benfica, no adro da igreja, no ano de 1900, foi construído, pela *Sociedade Euterpe Musical*, um coreto, que estava autorizado, desde 1890, pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, que ficou sua proprietária; orçando a despesa em 760\$345 réis<sup>37</sup>. Era um coreto simples de base octagonal e a cobertura cónica de ferro, com aspas pintadas, sobre colunas, rematada por comprido espigão. Sempre, muito animado, pela música da *Filarmónica Euterpe*, nas festas dos Santos Populares, nas de N. S. do Amparo, orago da freguesia e, sobretudo, nas de S. Sebastião, até aos anos 30; abandonado nos anos 50, é demolido em 1958.

Ali próximo, o sítio de Carnide tem o seu coreto construído, talvez pela Câmara, no Largo do Norte (antigo Largo do Poço); local onde era hábito, desde os finais de Oitocentos, armar-se um coreto volante, pelos Santos Populares. A inauguração do coreto ocorreu em simultâneo com a da linha do eléctrico nº 13, em 1929, sendo extenso o programa dos festejos<sup>38</sup>, onde participou a *Sociedade União Operária de Carnide* (fundada em 1880). É um coreto de base hexagonal, com escada de acesso exterior, assente em dois colunelos de cimento armado, com uma grade de ferro

<sup>36</sup> Em 1902, foi restaurado pela Câmara e, novamente (1988), acrescentando-lhe uma escada exterior (arquitecto Jorge Campino), à semelhança do que acontecera com o da Praça Jose Fontana, em substituição de uma no interior da base.

<sup>37</sup> Álvaro Proença - *Benfica através dos tempos*, Lisboa, União Gráfica, 1964, p. 500.

<sup>38</sup> *OSéculo*, 15 de Abril de 1929, pp. 1-2.



trabalhado e, no seu aspecto original, tinha uma cúpula côncava sustentada por colunas, que o ciclone, de 1941, arrancou; não tendo sido, mais, reposta<sup>39</sup>.

Assim, com o Estado Novo assiste-se, ainda, à construção de dois coretos<sup>40</sup>, em Lisboa - um deles fora das nossas balizas cronológicas - diferentes na forma e materiais, eles são construídos numa época em que, já tinha desaparecido a influência do coreto na vida socio-cultural dos alfacinhas; embora, nos anos 30-50, ainda seja hábito, ir ouvir a banda a Belém, na Praça Jose Fontana e à Estrela.

O coreto lisboeta, estabelecido no Passeio Público, em meados de Oitocentos, cedo se espalha a outros Passeios da capital, e constroem-se, entre 1880 e 1900, oito coretos fixos<sup>41</sup> - destes, quatro são erguidos entre 1890 e 1896 - persistindo no da Avenida, velhos hábitos românticos do Passeio que se demolira; o novo século legou-nos outros, de maior significado, só, o da Praça José Fontana (c.1912); houve, ainda, malogrados projectos que não conseguiram passar de uma aspiração ou desenho no papel<sup>42</sup>. Felizmente, para nós, foram realizados os de mestre Monteiro, em S. Pedro de Alcântara(1886) e na Avenida(1894), que sobrevive, centenário, no jardim da Estrela.

Os cinco ou seis coretos sobreviventes, hoje quase mudos, são testemunho ou herdeiros de uma cultura urbana de que eles (e outros) foram veículo; e fazem parte da memória da festa na urbe. O coreto é memória viva de Oitocentos - estendendo-se pela primeira década de Novecentos - numa época em que ir ao Passeio era obrigação diária; testemunho de uma forma de (con)viver na cidade em que este grande móvel urbano, a par de muitos outros, nunca era esquecido nas zonas de

<sup>39</sup> Embora, em 1984, a pedido da Junta de Freguesia, a Câmara tenha elaborado um projecto de cobertura e ampliação do coreto (Arq. João Parrinha).

<sup>40</sup> O já referido, de Carnide (1929) e do Beato (1957, Eng-Agr. P. Fontes), em betão e sem cobertura. Recentemente, o do Jardim Zoológico (1988), réplica do de Porto Salvo; sem contarmos com o do Jardim dos Pequeninos (Arq. Raul Lino).

<sup>41</sup> Não tivemos em conta, porque estavam em recintos de certa forma privados, os coretos: do Velódromo de D. Carlos, em Algés, (cerca de 1896); do Velódromo de Palhavã (1905); nem os do jardim Zoológico, porque resultam da adaptação de pavilhões de jardim privado, no Parque de S. Sebastião da Pedreira, em Palhavã (servindo de coreto, cerca de 1884) e na Quinta das Laranjeiras (cerca de 1904); ver Eunice Relvas e Pedro Bebianio Braga - *Op. cit.*, pp. 112-11.

<sup>42</sup> São, ainda, de referir a petição, indeferida camarariamente, para a construção de um coreto, no Campo dos Mártires da Pátria, em 1888; voltando, a Câmara, a falar no projecto em 1905; e a subscrição pública, organizada pelos moradores do bairro da Estefânia, em 1894, para a abortada construção de um coreto no Jardim Constantino; ver *Idem, Ibidem*, pp. 86-87.

recreio, suscitando a sociabilidade.



## OS QUIOSQUES E MESAS

Os quiosques são da mesma família que os coretos partilhando as raízes formais no mítico Oriente. Terá sido idêntica a sua trajectória dos espaços privados, parques e jardins de grandes casas, para a rua e zonas ajardinadas da cidade, espaços de cariz público. Ganhando no percurso, também eles, uma outra funcionalidade: deixar de ser uma “fábrica” de jardim, pavilhão de lazer, para se tornarem em estabelecimento de pequeno comércio; dedicados, na sua maioria, à venda de jornais, tabaco e bebidas.

Apresentam semelhante esquema tripartido: de base, corpo de suporte e cobertura, embora utilizando uma escala inferior, mais próxima do cidadão quer como vendedor, seu proprietário/arrendatário, quer como cliente, seu potencial consumidor. A base é predominantemente octagonal ou hexagonal - sobretudo entre nós - podendo, no entanto, ser quadrada ou rectângular. O corpo é constituído por colunas ou pilares de suporte fechados, entre si, por vidros ou placas, em alguns casos amovíveis. A utilização do vidro torna-se um material importante pela duplicidade da transparência, em conferir um aspecto aéreo a este móvel e, ao mesmo tempo, permitir a exposição dos seus produtos, usando-o como vitrine. Em alguns deles chegaram a construir-se pequenas vitrines que eram dependuradas, no exterior, nas faces cegas. Outra utilização das empenas era a da publicidade, permitindo a fixação periódica de cartazes ou a pintura de anúncios fixos. Têm um balcão estreito e pequeno ocupando, apenas, uma das faces, ou vulgarmente, estendendo-se em semi-círculo; local de apoio necessário ao cumprimento das transacções, aí se deposita a mercadoria, jornal, copo, ou outro, e se conta o dinheiro.

Elemento caracterizador, a cobertura é cónica ou bolbonar, e mais tarde, em cúpula, rematada por flecha ou pluma, reforçando o seu cunho orientalizante. O beiral, mais ou menos desenvolvido, servia de abrigo, sendo raro atingir as proporções de poder comportar um esplanada por debaixo - como no *Pavillon Royal*, apoiado sobre lanças. na Alameda de S. Pedro d'Alcântara - é um dos locais onde se concentra maior decoração, em frisos, goteiras e outros remates.

Inicialmente, construídos utilizando a pedra, para a base e balcão, madeira, vidro, e zinco na cobertura, foram adoptando outros materiais, predominantemente o ferro, muito em voga, quer pela sua resistência e durabilidade, como pelos muitos ornatos que as fábricas rapidamente reproduzem em moldes, por preços inferiores aos dos trabalhos em madeira. Acrescentemos, ainda, os toldos e outras protecções geralmente, de lona, resguardando do sol, vento e, até, da chuva.

Por outro lado, as mesas surgem da sedenterização dos antigos cestos e tabuleiros de venda ambulante, os quais a edilidade tinha, também, a necessidade de fixar e uniformizar, regulamentando-os, através de posturas, para uma melhor gestão e controle da urbe, numa perspectiva civilizadora do modo de vida neste espaço.

São pequenas bancas de venda, em madeira, e de estrutura, quando tripartida, quase idêntica. A sua planta é simples, uma estante de espaldar, com secção rectangular ou quadrada, encerrada por vidros, geralmente, não apresenta lugar para o vendedor no seu interior. Apesar de terem algumas prateleiras, para exposição, dos seus produtos, algumas, não possuem janela ou placa de forma a encerrar o seu espaço, ele está permanentemente vazado. Assim, existe uma maior continuidade da perspectiva do espaço urbano (do que com os quiosques), ao nível do olhar. Quando cobertas, nem todas elas o são, utilizam uma linguagem formal próxima dos quiosques remetendo-nos, uma vez mais, para o Oriente. Este móvel pela sua escala, quase caseira, e pelo desenho da sua base e corpo, muito semelhante à de um aparador de sala de jantar, parece, mais, um móvel de interior doméstico do que um móvel urbano.

Ambos, quiosques e mesas, tomavam lugares estratégicos, espalhando-se por diversos locais da cidade, primeiro de uma forma quase anárquica, a que se seguiu um forte planeamento municipal atendendo, já, a questões de estética, peijamento, organização e focalização de acordo com o traçado urbano.

Se, por um lado atendia-se à concorrência do local, tentando satisfazer as suas necessidades e possibilitando o negócio, por sua vez, escolhiam-se lugares



desafogados que permitissem a pequena aglomeração da clientela, sem prejuízo da circulação em simultâneo. Criam-se regulamentações e adoptam-se esquemas tentando perspectivar, ao nível do transeunte, estas peças de mobiliário com pontos focais e procurando apoios lineares no espaço envolvente. As embocaduras das avenidas, os extremos das praças, entre duas linhas paralelas de arvoredo, escamoteando-os e aproveitando a sua sombra em natural esplanada, não “embaraçando” o olhar sobre a perspectiva do arruamento, nem desviando a atenção sobre um monumento. Queriam-se estes móveis úteis, mas, no seu devido lugar na escala hierárquica de valores urbanos, numa época atravessada por teorias em que a focalização do monumento adquire um enorme importância no planeamento, reorganização ou projecto, da urbe.

Em Paris, os quiosques são inaugurados em 1857, chamam-lhes *kiosques lumineux* ou *pavillons-annonces*, que como o nome indica, para além do pequeno comércio, tinham estreita ligação com a publicidade. Duram pouco tempo, cedendo, logo, em 1859, lugar a outros, de desenho mais elegante, mais altos, e cobertos com uma cúpula de zinco encimada por uma pequena flecha. Uma sociedade concessionária, *Grant & C<sup>a</sup>*, ficou encarregue de os construir e colocar mediante um modelo e projecto fornecidos pelo *Service des Promenades et Plantations*<sup>1</sup>.

Com efeito, particularmente, em duas pranchas dedicadas à *Voie Publique*<sup>2</sup>, encontram-se desenhados vários tipos de quiosques; uma sob a designação de *Boutiques*, revelando originalidade em cada modelo e um cuidado especial que se dedicou a cada local de implantação: *boulevards*, *squares* e *jardins*; e outra de *Bureux & Kiosque*, propondo as formas a adoptar para as várias finalidades: *kiosque de marchand de journaux*, *bureau de surveillant de voitures de place* e *bureaux de la C<sup>a</sup> des Omnibus*, fazendo surgir uma outra função para estes móveis, a de abrigo ou pequeno escritório, ligada aos transportes públicos.

É, num contexto semelhante que nos surge um *kiosque du gardien*, numa

<sup>1</sup> Marie de Thézy - *Paris, la Rue. Le mobilier urbain parisien du Second Empire à nos jours... Histoire du mobilier parisien...*, Paris, Société des Amis de la Bibliothèque Historique, 1976, pp.41-42.

<sup>2</sup> Adolphe Alphand, *Les Promenades de Paris*, vol. 2, Paris, Rothschild, 1867-1873, s.n.

prancha dedicada ao *Square des Batignolles* - a forma aberta deste tipo de móvel é propícia à função de vigilância - e, ainda, ligada à sua primitiva função de pavilhão-belvedere o notável *Kiosque de L'Empereur*, para o *Bois de Boulogne*<sup>3</sup>.

Estes magníficos desenhos, do arquitecto Davioud, mostram uma enorme criatividade decorativa, mesmo que cingida a uma mesma tipologia de formas, possibilitando a adaptação a uma multiplicidade de funções e ao enquadramento cuidado e único, para cada zona da cidade. É notória a semelhança entre o quiosque para venda de jornais e o quiosque para o vigilante de carros de praça ou, mesmo, as colunas de anúncios<sup>4</sup>, a mesma forma tipológica adapta-se a cada finalidade sem detrimento da sua funcionalidade ou da beleza equilibrada da peça. Este desenho é fornecido e copiado como modelo, espalhando-se por toda a cidade e atravessando, mesmo, fronteiras chega até nós, como adiante veremos.

Em 1863, estavam colocados sob a via pública de Paris, pela sociedade *Grant*, 143 quiosques, aumentando o seu número, por nova concessão, com mais 157 novos quiosques, sobretudo para venda de jornais, embora, excepcionalmente outros artigos, como a venda de flores. Ainda, em 1877, elevou-se o seu número a 350 *kiosques lumineux*, e não pára de crescer com 380 a 430 (1903), começando a diminuir para 401, em 1911, e 406, em 1923<sup>5</sup>.

Em Lisboa, quando são apresentados os projectos para a colocação dos primeiros 23 quiosques, já, Paris contava com cerca de 300, estávamos no ano de 1868.

D. Thomaz José Fletcher de Mello Homem (1836-1905) boémio escritor dramaturgo - da família dos condes de Murça, que foi empresário do Teatro do Passeio Público, de circos e feiras - e José Maria Porto Migueis, sem referência conhecida, tendo obtido concessão da Câmara para o estabelecimento de "kiosques em

---

<sup>3</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>4</sup>Colunas Morris, sobre as quais nos ocuparemos noutra capítulo deste trabalho.

<sup>5</sup> Marie Thézy - *Op. cit.*, p.42.



differentes pontos da cidade”<sup>6</sup> apresentaram quatro bons desenhos. Um “Desenho typo dos koioskos para a Praça de D. Pedro IV”, reclassificado de 1ª classe, outro “Desenho typo dos koioskos para a Praça do Commercio”, reclassificado de 2ª classe, e os outros dois, “Desenho geral para koioskos de 1ª classe” e “Desenho geral de koioskos de 2ª classe”, reclassificados, respectivamente, de 3ª e 4ª classes, pelos serviços camarários, e distribuídos pelos diversos locais hierarquizados, segundo uma valoração do espaço urbano.

A Repartição Técnica é da opinião que pode ser permitida a colocação dos “Kiosques de 1ª, 2ª e 3ª classe (...) ommittindo-se os de 4ª classe”<sup>7</sup>; o architecto da cidade, Domingos Parente da Silva, assina o parecer distribuindo os de 1ª classe: nas Praças de D. Pedro IV e do Comércio, quatro em cada, um no Passeio Público do Rossio, e outro na Alameda de S. Pedro d’Alcântara; os de 2ª classe: dois no Largo da Estação dos Caminhos de Ferro (Stª Apolónia), um no Largo de S. Roque, dois na Praça do Principe Real e quatro no Aterro da Boa Vista; por último, os de 3ª classe: um no Campo de Stª Clara, dois no de Stª Ana e outro na Praça de Armas (Alcântara)<sup>8</sup>. Faz, ainda, a advertência de que “devem todavia estes kiosques (3ª classe) terem uma altura igual aos de 1ª e 2ª classe” e que será marcado pela Câmara o “local preciso em que devem ser assentes, a fim de se evitar desharmonia e pejamento”<sup>9</sup>; sendo significativa esta distribuição que corresponde a uma zonificação valorativa da cidade e interessante, porque nos parece prematuro as preocupações com pejamento dos locais de circulação pedonal.

São bons desenhos, mas, estruturalmente muito parecidos, diferenciados pela atenção dada à arquitectura e pelo cuidado do ornato. Construídos em madeira, caixilharia envidraçada e cobertura de zinco. Grandes quiosques, de base octagonal, (ocupando uma área entre os 5,90m<sup>2</sup> e os 4,75m<sup>2</sup>), apresentam trabalhos de marcenaria e entalhamento muito próximos do mobiliário doméstico. A cobertura cónica, idêntica, com agulha, é, ainda, pouco desenvolvida e são os recortes, do remate dos

<sup>6</sup> CML - AAC; Equipamento Urbano, Requerimento, s.nº, Setembro de 1868, Gaveta 42.

<sup>7</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, Parecer da Rep. Téc., 29 de Setembro de 1868, Gaveta 42.

<sup>8</sup> Existe uma planta com a localização dos de 1ª e 2ª classes na CML-AAC; cx. nº37/V, s.n.

<sup>9</sup> Idem.

beirais, das misúlas e dos capitéis que animam o desenho.

Conforme os padrões de gosto na época, o modelo reclassificado de 1ª classe, é o que apresenta elementos de uma arquitectura clássica assente na ordem coríntia, como o único modelo preterido, o de 4ª classe, é o de desenho mais sóbrio. Assim, podemos considerar que estes móveis, não só, tinham que estar pelo seu desenho de acordo com a qualidade da arquitectura dos locais escolhidos, mas eram, também, entendidos como ornamento dessas mesmas zonas.

Porém, não teve sucesso, em 1876, o francês Charles Marnay que queria estabelecer, no Rossio, dois quiosques para venda de refrescos, com esplanada animada por música e iluminações, contrariado pela vereação alegando que "a questão se resumia por qualquer das faces que fosse encarada, a um pejamento n'uma das praças principaes da capital" pedindo o adiamento da discussão<sup>10</sup>.

Outros pedidos surgiram para o estabelecimento de quiosques e, em 1881, é autorizada a construção de mais dois quiosques, no lado poente da Praça do Comércio, à sociedade *Romão Gonçalves & Cª*. Construídos em madeira, ferro e vidro eram destinados para a venda de tabacos, jornais, flores e refrescos. O parecer favorável da Repartição Técnica "attendendo às suas pequenas dimensões e fôrma decorativa, com a condição porem de serem collocados em qualquer ponto da rua de arvoredo que circunda a praça e não d'ahi para o centro, o que poderia prejudicar qualquer futuro embellesamento"<sup>11</sup>, fixando-lhes a renda anual, em 20\$000 réis cada, porque a área ocupada por estes é inferior às dos que já existem em outras praças<sup>12</sup>.

Cedo, entrou no imaginário da cidade e Rafael Bordalo Pinheiro não se esqueceu de lhe dedicar uma das suas páginas n'*O António Maria*, de 1883, instalando-o na Boa-Hora noticiando querelas. Em desenho propagandista, destas folhas humorísticas afixadas no quiosque, muito original com lanterna, mágica do traço, e arrebitos de pagode, na cobertura, em que é concessionário o próprio autor em auto-

<sup>10</sup> CML - *Arquivo Municipal de Lisboa*, Lisboa, CML, 1876, p.746.

<sup>11</sup> CML-AAC; COMM, cx. nº 3, Parecer nº 919, 3 de Junho de 1881.

<sup>12</sup> Idem; Parecer nº 938, 22 de Julho de 1881.



retrato<sup>13</sup>.

Em 1884, a Câmara resolveu, em sessão, deliberar cinquenta e nove novas concessões de quiosques - decisão em que se pode ver melhor o gesto usuário de retirar dividendos do que a tentativa de animar o espaço urbano - ficaram numa média de um a dois, em praças, largos, campos, caes, alameda e avenida; duas exceções feitas, com oito para a Rua 24 de Julho e três para o Campo dos Mártires da Pátria; aproveitando-se para fazer o cômputo da situação, registando um total de sessenta e seis<sup>14</sup>; embora, nove deles não fossem deferidos ou informados pela Repartição Técnica.

Alguns, foram concessionados em nome individual<sup>15</sup>, mas, a sua grande maioria, ou seja quarenta e sete, constituindo quase um monopólio, pertencia a *Oliveira & C<sup>a</sup>* e, após, a dissolução da sociedade, em 2 de Julho de 1885, transacionaram para José António da Roza.

Neste ano de 85, a Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais compreende que não pode conceder mais do que dois, dos doze quiosques pretendidos por Henrique Ferreira Salles, possivelmente um comerciante, um no Largo dos Caminhos de Ferro e outro na Alameda de S. Pedro d'Alcântara, "sob as condições e renda já estipuladas para eguaes concessões, marcando a repartição technica o logar"<sup>16</sup>, por ver que corria o perigo de peijamento dos locais. Pede-se, então, nova relação completa dos quiosques concedidos, a que o engenheiro-chefe

<sup>13</sup> O *António Maria*, 25 de Janeiro de 1883, p. 32.

<sup>14</sup> CML-AAC; cx.nº 37/ V. Nota da Concessão feita pela Camara (---) sessão de 10 de Julho de 1884 a diversos, para estabelecimento de kiosques em diferentes ruas e praças publicas. A saber: praças dos Romulares (4), de D. Pedro IV (6), do Comércio (3), do Principe Real (2), de Armas, em Alcântara, (2), do Loreto (1), da Alegria (1), de Luis de Camões (1) e dos Restauradores (3); largos de St<sup>a</sup> Apolónia (2), da Graça (2), de S. Vicente (1), do Intendente (1), da Estrela (1), de St<sup>a</sup> Justa (1), do Rato (1), do Corpo Santo (1), de St<sup>o</sup> André, à Sé, (1), da Sé (1), do Terreiro do Trigo (1), de St<sup>a</sup> Bárbara (1), de S. Carlos (em branco), das Amoreiras (1), de S. Paulo (2), da Anunciada (1), da Boa-Hora (1), do Carmo (1) e de S. Roque (2); campos de St<sup>a</sup> Clara (2) e dos Mártires da Pátria (3); Rua 24 de Julho, até Alcântara, (8); Caes do Sodré (1); Alameda de S. Pedro de Alcântara (1); junto aos vapores do aterro da Boa Vista (em branco); finalmente, Avenida da Liberdade (3).

<sup>15</sup> Os consseccionários são: Guilherme Augusto Saraiva Sousa Vasconcellos, Casimiro Augusto Baptista, António Joaquim Fernandes, João Machado dos Reis, transferido para Napoleão Frederico da Victória e Abilio Marques Raymundo, Luis Gonçalves, Manuel Antunes Ribeiro, Visconde de Ervedal, Augusto Cândido da Silveira, António Bruno dos Santos, Manuel Vicente Godinho de Faria transferido para Arthur Cândido Pinheiro;

<sup>16</sup> CML-AAC; COMM, cx .nº 6, Parecer nº 1470, 24 de Fevereiro de 1885.

Ressano Garcia responde sentido que por “alguns dos processos relativos às concessões de que se trata nem sequer teem transitado por esta repartição (...) não tem esta os elementos necessários aquelle fim”<sup>17</sup>, denunciando uma situação, de certa forma, descontrolada da parte da organização dos serviços camarários que corresponderia a idêntica situação quanto à sua implantação.

Em 1886, Ressano Garcia, pragmático, tenta pôr cõbro à situação apresentando o orçamento e “o projecto para os Kiosques que devem ser adoptados em Lisbõa, bem como o plano da distribuição d’essas pequenas construções”, excluindo todos os quiosques existentes que a Câmara providenciaria para que “sejam todos removidos, sem excepção alguma”<sup>18</sup>. A pesar dos locais serem parecidos, reduz o seu número para quarenta e um, cada zona com o seu, e dois nas Praças do Comércio, de D. Pedro IV e na Avenida da Liberdade; a comprida Rua 24 de Julho receberia cinco<sup>19</sup>. Apenas, a localização dos quiosques nas Praças dos Romulares e do Município foram reprovadas pela Comissão de Obras Públicas porque “próximo ao monumento Duque da Terceira prejudicaria o effeito d’esta obra nacional”<sup>20</sup>, devendo colocar-se num dos passeios, e, pelas mesmas razões, suprimido o quiosque junto ao pelourinho do município.

Ressano Garcia chamava à atenção, desde 85, Rosa Araújo presidente da Câmara (1878-85), para as sucessivas concessões de quiosques “da fôrma e dimensões que entenderem sem que os projectos respectivos sejam primeiro approvados”<sup>21</sup>, com a certeza, de que nem todos deviam apresentar bom desenho ou estarem de harmonia com o local. Infelizmente, desconhecemos o risco do modelo adoptado para a uniformização deste móvel; mas, pelo orçamento, 270\$000 réis cada, sabemos que a base era de betão, com o corpo e a cobertura metálica e caixilharia em vidro.

A questão foi levada a sessão, pelo vereador José da Costa Pedreira,

<sup>17</sup> CML-AAC; cx. nº37/V, Informação nº 4528, de 15 de Julho de 1885.

<sup>18</sup> CML-AAC; Repartição Técnica, Ofício nº5327, de 3 de Agosto de 1886.

<sup>19</sup> Colecção de 37 plantas com a sua possível localização na CML - AAC; cx. nº 37/V.

<sup>20</sup> CML-AAC; COP, Parecer nº 65, de 15 de Novembro de 1886.

<sup>21</sup> CML-AAC; cx. nº37/V, Ofício nº 4348, de 28 de Março de 1885.



apoiando o plano de Ressano Garcia, dizendo que aos quiosques, destinados à venda de jornais, tabacos e outros objectos, “em vez de os deixar como até aqui collocados, por assim dizer, ao arbitrio de seus proprietários e sem subordinação a um plano geral previamente estudado”, que lhes seja dado o prazo de cinco anos, com renda<sup>22</sup>, findos os quais, sejam obrigados a “remove-los immediatamente, sem direito e indenmenização alguma”; e, ainda, que se mandem construir, por conta da Câmara, “sobre o projecto e plano geral apresentado pela repartição technica”, os quiosques que forem “compatíveis com os existentes”, pondo-se depois em praça o seu arrendamento pelo periodo de três anos<sup>23</sup>.

Sem ficar resolvido, volta a ser tema, em 1893, com nova proposta, da Repartição Técnica, para que a Câmara, comprasse os existentes por o “plano e projecto implicarem respectivamente com a situação e forma dos kiosques actuaes, que os donos delles sejam, até certo ponto indemnizados, adquirindo-se-lhes pelo preço justo”, sendo avaliados, tendo em conta a idade e os lucros obtidos, de forma a serem removidos “para os pontos mais excentricos da cidade onde possam ainda servir”<sup>24</sup>. Assim, os quiosques eram removidos, os seus proprietários indemnizados, instalados noutros pontos da cidade, em seu lugar colocados outros novos, segundo o modelo camarário e a sua concessão posta em praça.

Desenhou-se minuciosamente as suas bases octagonais e elaborou-se um mapa com a localização, arrendatários, renda, prazos e superficie ocupada; sendo inventariados, apenas, dezoito quiosques<sup>25</sup>, todos de madeira, (dois com as bases em cantaria) e outros dois construídos em ferro. Os produtos em venda são jornais, tabacos, folhetos, bebidas (algumas alcoólicas), refrescos, e os da Avenida da Liberdade, excepcionalmente, bijouterias e objectos de plaquet. Mais, uma vez, a

<sup>22</sup> Propôs-se a renda anual de 100\$000 réis, mais tarde, fixada entre os 30\$000 e os 100\$000 réis.

<sup>23</sup> CML-AAC; Proposta do Vereador das Obras, Sessão de 22 de Novembro de 1886.

<sup>24</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº14, Doc. 89, de 27 de Fevereiro de 1893.

<sup>25</sup> Os 18 quiosques são: os de Guilherme Augusto Saraiva de Sousa Vasconcelos, nas Praças de Alcântara, de D. Pedro IV (lados Norte e Sul), do Principe Real, no Largo de S. Roque, e dois na Rua 24 de Julho; Artur Candido Pinheiro com os dois da Avenida da Liberdade (em frente do nº86 e da calçada da Glória); Luiz Gonçalves, no Caes do Sodré, Praça do Comércio (lado Sul); Francisco Augusto Boaventura Migueis & António Simões Coelho, na Praça do Comércio (lados Norte e Oriental), Eduardo António da Rosa, na Praça de D. Pedro IV (lado Oriental); Francisco Napoleão da Vitória & Abílio Marques Raymundo, na Praça de D. Pedro IV (em frente da Calçada do Carmo), João José Grima, nas Praças do Duque de Terceira (esquina do Hotel Central e Rua do Corpo Santo) e de S. Paulo; Casimiro Augusto Baptista, na Praça do Duque da Terceira.

Câmara fica inoperante face às propostas da sua Repartição Técnica.

Idêntica situação anárquica, verificava-se noutras cidades europeias, como na vizinha Sevilha, em que modelos de *kiosco* e *puesto de agua* (mesa), já, tinham sido adoptados pelo *Ayuntamiento*, desde cerca de 1888, que os fornecia aos concessionários tentando uniformizar estes móveis na cidade<sup>26</sup>. O risco do quiosque era orientalizante e estava próximo dos desenhos centro europeus de inspiração francesa e o da mesa, de cobertura lembrando o chalet e como que a estante de um móvel aparador de interior doméstico. Também, entre nós, vai ser seguida esta tipologia de modelos como adiante veremos.

Em Lisboa, finalmente, em 1895, determinou-se detalhadamente as condições, impostas pela Câmara, para regularização e uniformização destes móveis. Ficando resolvido que caducando, no fim de Junho desse ano, todas as licenças, só, poderão ser renovadas se os interessados se sujeitarem à localização, dimensões e desenho dos quiosques e mesas segundo os tipos, em planta e alçado, adoptados. Para isso, foi encarregue, uma vez mais, a Repartição Técnica de projectar os vários modelos de “tamanho, forma e ornamentação”, acompanhados dos respectivos orçamentos, de acordo com uma hierarquia dos locais em que viessem a ser instalados; os de 1ª classe, nas praças principais e avenidas, os de 2ª classe, nos largos de menor concorrência e importância e os de 3ª classe, nos pontos mais afastados do grande movimento.

Ficou o Serviço de Obras Públicas Municipais com a tarefa de “escolher e determinar o ponto em que deve ser collocado cada (...) e de fiscalisar se a construção do quiosque e mesas e a sua collocação obedecem ao plano da classe apropriada ao local”<sup>27</sup>; estipulando-se que o commercio se devia limitar à venda de jornais, impressos, lotarias, tabacos, fósforos, objectos para fumadores e flores, nos quiosques; enquanto as mesas, só, poderiam vender água, refrescos, bolos e flores, “sendo expressamente proibido o vinho e bebidas alcoolicas e quaesquer comestíveis”<sup>28</sup>.

<sup>26</sup> J. M. Salado González - *Puestos de Agua en Sevilla*, Sevilla, Ayuntamiento de Sevilla e Junta da Andalucía, s.d.

<sup>27</sup> CML - AAC; cx. nº 37/V, doc., de 5 de Novembro de 1895.

<sup>28</sup> Idem - *Ibidem*.



Projectam-se, então, dois quiosques e quatro mesas. Os quiosques, diferenciados pelo tamanho e pormenores de planta e decoração, são absolutamente idênticos, entre si, hexagonais, com uma esguia estrutura em ferro e vidro, coberta por cúpula de zinco emplumada e como que fosse revestida de escamas sobrepostas <sup>29</sup>. São a cópia exacta dos quiosques parisienses por uma litografia colorida francesa, da firma de publicidade *Burke & Cº, Boulevard Poissonnière, 20, Publicité diurne et nocturne dans les Kiosques Lumineux les Colonnes et dans les Gares des Chemins de Fer* <sup>30</sup> que deve ter pertencido a um álbum. É o desenho de Davioud, a que já nos referimos, para o *kiosque de marchand de journaux* divulgado por esta firma que os devia construir, ficando encarregue dos lucros da publicidade anunciada nos vidros que seriam iluminados de noite. No entanto, a cópia lisboeta, assinada por Ressano Garcia, não apresenta nenhuma referência à publicidade, mas, que estava, naturalmente prevista, como veremos<sup>31</sup>.

As quatro classes de mesas, sendo a última uma banca sem cobertura, e a primeira, a única, com espaço no interior reservado ao vendedor, têm umas bases muito semelhantes no desenho, mais parecendo um móvel doméstico<sup>32</sup>. Para além das dimensões, o que realmente as distingue são as três diferentes coberturas com flecha. A primeira classe seguindo o mesmo tipo de cobertura em cúpula, como os quiosques, mas, com um resguardo; a segunda com uma de duas águas e beirais recortados; a terceira, eclética, lembrando o neogótico nos arcos, mas com sabores orientais dados pela cúpula; tinham, ainda, umas prateleiras agarradas às colunas de suporte, não sendo fechadas. A *Carpinteria Mechanica*, de Joaquim António Vieira, construtor civil, fazia as de 3ª classe por 45\$000 réis e as de 4ª por 48\$500<sup>33</sup>.

Copiando o mesmo desenho de Davioud, as *Companhias Reunidas de Gaz e Electricidade* apresentam, em 1900, o projecto de um quiosque para transformadores eléctricos (corrente eléctrica aos particulares), a instalar no lado sul da Praça Luis de

<sup>29</sup> CML-AAC; cx. nº 37/V, doc., de 5 de Novembro de 1895.

<sup>30</sup> CML-AAC; SGO, cx nº 5, pl. nº 5822.

<sup>31</sup> Capítulo, a paisagem e sociabilidade urbana.

<sup>32</sup> CML-AAC; cx. nº 37/V; pl. s.n.

<sup>33</sup> CML-AAC; cx.nº37/V, pl. s. n. , com orçamento de 22 de Abril de 1896.

Camões “em frente do que ali existe para venda de tabacos”<sup>34</sup> e que era do mesmo modelo. As alterações introduzidas em relação ao desenho francês são o encerramento de todas as faces, para esconder o mecanismo, substituindo a transparência dos vidros por empenas cegas, apenas, com uns respiradores em gelosias, para arejamento, na parte superior. Existe neste gesto de repetição do mesmo tipo de quiosque, adaptando-o às diversas funções, tal como o vimos nos desenhos de Davioud, a noção de standardização e harmonia, que foi directriz do município, durante alguns anos, para estes móveis <sup>35</sup>.

Finalmente, parece-nos que os modelos para estes móveis conseguiram vingar, com menor sucesso os das mesas, e foram efectivamente construídos e colocados no activo pela cidade. Embora, lhes tenham feito, posteriormente, algumas modificações sobretudo ao nível do resguardo da cobertura e maiores dimensões nas bases, aliás, como estava previsto quando da sua aprovação. Mas, a pesar de encontrarmos outras formas, foi este desenho que se divulgou em maior número de quiosques<sup>36</sup>.

A pedido do presidente da Câmara, em 1900, foram elaborados três novos mapas<sup>37</sup>, pelo arquitecto Augusto César dos Santos, então chefe da 3ª Repartição do Serviço Geral de Obras, dando notícia da existência de vinte e dois quiosques, mais, o anexo do chalet-retrete e um pavilhão, ambos na Avenida; de sessenta e três mesas de venda e de setenta lugares volantes - cinquenta destinados à venda de bolos, três à de flores, outros três de bijouterias e mais, três de cautelas da lotaria e, ainda, onze de engraxadores - que rendiam, todos juntos, 1.851\$000 réis anuais ao município.

Os quiosques, segundo um ofício junto, são destinados principalmente à venda de tabacos, e as mesas é que são à de refrescos e, acontecia que as normas

<sup>34</sup> CML-AAC; cx. nº37/V, Doc. 2 e pl. s.n.

<sup>35</sup> Como por exemplo, em 1909, a mesma companhia pede para colocar um outro quiosque para abrigo de um transformador de corrente eléctrica, no Jardim da Cruz do Tabuado (actual Praça de do Liceu Camões; e outros dois no Campo Grande, em 1911; CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1910) e (1912), p.760 e p.151.

<sup>36</sup> Ver Baltazar Matos Caeiro - *Os Quiosques de Lisboa*, Lisboa, Distri Editora, 1987. Esta obra, apesar de muito incompleta, apresenta um inventário fotográfico dos quiosques (demolidos e existentes), acompanhados de pequenas informações, de alguma utilidade. Podemos observar nas fotografias, reproduzidas do Arquivo Fotográfico da CML, alguns quiosques construídos segundo o modelo municipal de 1895, como, por exemplo, os demolidos no Largo de Alcântara e no Príncipe Real (ao lado do antigo Teatro Apolo), ou o existente no Largo do Carmo.

<sup>37</sup> CML-AAC; cx. nº 37/V, Doc. s.n., de 19 de Junho de 1900.



estipuladas em 95, não eram respeitadas, tendo, já, sido intimados os donos dos quiosques pelo governador civil a “acabarem com a venda de bebidas, e sendo possível que mais tarde continuem a vendê-las, seria conveniente fiscalizar” e quanto às mesas “ vê-se que poucas ha em bom estado, bastantes tem sido vendidas e algumas se conservam sempre fechadas. Na maioria d’elas exercem-se a venda de fructas, chegando o abuso n’algumas ao ponto de venderem comidas”<sup>38</sup>.

Estas mesas estavam divididas em três classes; sendo, apenas uma, das vinte e uma de 1ª classe<sup>39</sup>, conforme os modelos aprovados pela Câmara, em 95; nenhuma das dezasseis de 2ª classe<sup>40</sup> é construída segundo o modelo; e das vinte e seis de 3ª classe<sup>41</sup>, só, três obedecem ao desenho e, mesmo assim, confusamente, uma delas seguindo o de 1ª classe. Abrangiam quase toda a cidade num raio que vai de Pedrouços, a ocidente, até Santa Apolónia, a oriente; e do Largo do Terreiro do Trigo, junto ao rio até ao Campo Pequeno, a norte. Ainda, não podemos esquecer os setenta logares de venda volantes, para termos o panorama deste pequeno comercio disperso pela capital.

Houve, ainda, episódicamente outras frágeis mesas de bancada e toldo, para venda de flores, instaladas, sem sucesso, pela Câmara, na Avenida da Liberdade, motivo de troça pelo seu desenho, estes “kiosquesinhos de cá-ca-rá cá, que um pé de vento leva para casa do diabo, onde o sol entra a jorros e que a chuva menos abundante alaga sem remissão”, contrapondo-se-lhe a tradicional banca de guarda sol, “a bella barraca forte e feia, à antiga portuguesa, sem arrebiques”<sup>42</sup> da Praça da

<sup>38</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 37/V, Ofício nº 9692.

<sup>39</sup> As mesas de 1ª classe estavam distribuídas pelos seguintes locais: 3 na Praça do Comercio, 10 na Praça de D. Pedro IV, 1 na Praça dos Restauradores, 3 na Avenida da Liberdade, 1 na Praça do Príncipe Real e 2 na Praça de Luis de Camões.

<sup>40</sup> As mesas de 2ª classe estavam distribuídas pelos seguintes locais: 1 na Praça do Duque da Terceira, 1 no Jardim da Rua Vasco da Gama, 1 no Largo em frente da Rua da Esperança, 2 na Praça de S. Paulo, 1 no Largo da Boa-Hora, 1 no Largo da Sé, 1 no Largo da Rua de Stª Justa, 1 no Largo de S. Domingos, 2 na Alameda de S. Pedro d’Alcântara, 1 no vão da porta nº11 da Rua Augusta, 1 no Jardim das Albertas e 1 na Praça d’Armas.

<sup>41</sup> As mesas de 3ª classe estavam distribuídas pelo seguintes locais: 1 no Largo da Anunciada, 1 no Poço do Borratém, 1 no Largo de Stª Bárbara, 1 na Praça da Estrela, 1 no Largo de Santos o Velho, 3 no Largo de Alcântara, 1 na Alameda da Junqueira, 1 na Praça de D. Fernando, 1 na Praça de D. Vasco da Gama, 2 no Largo do Terreiro do Trigo, 1 no Largo dos Caminhos de Ferro, 1 no Campo de Stª Clara, 1 no Largo da Graça, 1 no Campo dos Mártires da Pátria, 2 no Alto de S. João, 1 na Praça do Campo Pequeno, 1 no Largo de Stª André, 1 no Largo da Mouraria, 1 no largo do Poço Novo 1 no largo de Pedrouços, 1 na Rua de Entre Muros e 1 na Praça do Marquês de Pombal.

<sup>42</sup> O Século - Suplemento, (133), 1900, p.7 e (152), 1900, p.6.

Figueira.

Apesar, da enorme persistência da Repartição Técnica em tentar uniformizar estes móveis, quiosques e mesas, através do planeamento e projecto de modelos que foram aprovados, continuavam a surgir, durante este periodo, na urbe e nos serviços camarários, outros de formas e dimensões diversas que pela qualidade, ou não, do desenho apresentado, assim, eram (in)deferidos.

Assim, deve datar da década de oitenta, um bonito quiosque, de original função, dedicado à fotografia, que se chamava *Camara Escura*<sup>43</sup>. O desenho era de base octagonal, com a entrada resguardada por um paravento, apresentando frisos trabalhados à volta do corpo, onde assentava uma cúpula de enorme e enfeitada agulha que deve ter causado admiração. Tendo estado na Avenida da Liberdade fizeram-no transitar para o Rossio.

Em 1894, aparece um desenho cuidado, de quiosque para venda de água e refrescos, de base quadrada, corpo com painéis moldurados, cobertura piramidal (ou de duas águas), rematada por três pontas de lança, e um beiral recortado<sup>44</sup>, resultando num estilo eclético, lembrando os *chalets*. Pelo conjunto, reduzida área interior e tipo de comercio, pensamos tratar-se de uma mesa de venda e não de um quiosque. No mesmo ano, Emilia Arbone, que “exerce a industria de venda de bebidas”, querendo substituir a sua mesa, na Praça do Comercio, por um quiosque, manda construi-lo de desenho semelhante aos outros, aí, instalados. Um quiosque octagonal, semelhante ao modelo de 3º classe de 1868, com a cobertura cónica mais elevada e ocidentalmente sobrepujada por um cata-vento em flecha. Abrangida por uma das tentativas de “estabelecer um typo de Kiosque para ser geral”, foi intimada, pela Câmara, a suspender as obras em curso e apelando para que “o novo kiosque esta em harmonia com o que existe na dita praça e que d’elles não destoa”<sup>45</sup>, na contagem de 1900, já era proprietária.

<sup>43</sup> CML-AAC; cx. nº37/V, pl. s.n.

<sup>44</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 15, pl. nº 6148, de 1 de Julho de 1894.

<sup>45</sup> CML-AAC; cx. nº 37/V, Doc. s. n., de 24 de Dezembro de 1894, pl. s.n.



Outro projecto de quiosque, datado de 1903, propõe um interessante modelo de base quadrada, painéis almofadados terminando, quase, em ponta de diamante, com janelas neoárabes e cobertura piramidal encimada por uma esfera<sup>46</sup>. Aqui o cunho oriental é dado pela cobertura e, sobretudo, pelo desenho das janelas. Infelizmente, desconhecemos qualquer outra informação, mas, deve tratar-se, uma vez mais, de uma mesa de venda. Também de inspiração oriental é o quiosque construído para os festejos de Santo António, em 1906, na Praça Marquês de Pombal, ainda vaga do monumento... É um quiosque de risco hexagonal na base, corpo de estrutura metálica e vidro, coberto por uma enorme cúpula em “nabo”, rematada por agulha, e com resguardo assente em estilizadas misulas de ferro.

O desenho foi realizado por Henrique Sabino dos Santos, chefe da 4ª secção, da 3ª repartição da Câmara - autor do projecto e obra do viaduto de S. Sebastião da Pedreira, já aposentado em 1910<sup>47</sup> - risco para acompanhar um ofício contra a sua transferência para uma das placas da vizinha Avenida Fontes Pereira de Melo, porque prejudica “bastante a esthética da mesma avenida, por ser um kiosque de grandes dimensões, o que foi logo interceptar a vista, pois que tendo de ficar afastado 1,20m da aresta da faixa de bordadura para se defender da viação, vae accupar mais metade da placa”<sup>48</sup>; sugerindo-se que se voltasse a coloca-lo em algum lugar da referida praça, porque, aí, devido à sua largura, não existiriam os mesmos inconvenientes. Já, em 1893, se tinha levantado a questão das medições, para o enquadramento dos quiosques ou mesas, na via pública, tendo sido estipulado, neste caso para uma mesa de venda no Largo do Poço do Borratém, os 4,87m e 5,40m de desfogo, em relação aos imóveis<sup>49</sup>.

Além disso, Sabino dos Santos adverte para o facto de que abrindo “um mau precedente para outros que pretendam installações identicas nas novas avenidas, que como estão livres d'esses accessorios, produzem um bom effeito que satisfaz aos visitantes da capital (e que em) taes installações deveriam restringir-se as dimensões a

<sup>46</sup> CML-AAC; cx.nº 37/V, pl. s.n., de 20 de Agosto de 1903.

<sup>47</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML; (1911), p. 691.

<sup>48</sup> CML-AAC; cx. nº 37/V, Ofício nº 1505, de 8 de Março de 1907.

<sup>49</sup> CML-AAC; cx. nº 37/V, Doc. e pl. s.n., de 23 de Junho de 1893.

um typo especial em harmonia com a largura das placas a fim de não prejudicar a sua esthetica”<sup>50</sup> . Parece-nos que, na própria Câmara, estavam esquecidos ou não satisfaziam, os dois modelos tipo aprovados em 1895.

Seguindo a mesma ideia, três anos depois, a pedido da Associação Comercial dos Lojistas, o verador republicano Miranda do Vale (1877-?) professor nos institutos agrícola e Veterinário de Lisboa, e que seria no ano seguinte (1911) eleito deputado - apresenta a proposta, na Câmara, de se limitarem as construções de quiosques às avenidas, praças e outros locais espaçosos<sup>51</sup> . Dois desenhos rabiscados a lápis de cor, para um quiosque, no mesmo ano de 1909, dá-nos a ideia da falta de entendimento, por parte dos concessionários, do valor e dignidade que estes móveis têm que assumir na cidade, insistem-se em modelos de barraca de feira na provincia, na verdade, numa capital crescida à custa dela...<sup>52</sup>

Ainda, neste ano, foram inaugurados os quiosques sucursais do jornal *O Século* , aproveitando as empenas para *placard* noticioso, instalados nas Praças do Comercio e do Principe Real, e nos Largos do Rato, da Estrela, do Museu da Artilharia e de Alcântara. Utilizando modelo semelhante ao aprovado em 1895, com resguardo envidraçado e, sobrepujando a cúpula, um lanternim com as iniciais em vidros pintados<sup>53</sup>.

Os quiosques foram adquirindo, com o tempo, outras funções, como o projecto de instalação, em 1913, na rampa da Calçada do Duque, de um para a venda de refrescos ou tabacos, com a parte inferior aproveitada para depósito temporário de varreduras da via pública<sup>54</sup> , e, em 1910, a transferência de um outro, destinado à venda de refrescos no Rossio, para uma empresa de automóveis ali instalar um telefone para serviço do público<sup>55</sup>, ou, ainda, em 1890, a instalação de quatro quiosques - um na Praça do Comercio, outro no Largo do Corpo Santo e dois no

<sup>50</sup> CML-AAC; cx.nº 37/V, Ofício nº 1505, de 8 de Março de 1907.

<sup>51</sup> CML- *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1910), p.114.

<sup>52</sup> CML-AAC; cx. nº 37/V, pl.s.n., de 30 de Junho de 1909.

<sup>53</sup> M.C. - “Os Quiosques de Lisboa”, in *Olisipo* (89), 1960, pp. 54-55 e B. Matos Caeiro - *Op. cit.*, pp. 28-31.

<sup>54</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, pl. s.n., de 19 de Março de 1913, Gaveta 41.

<sup>55</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1911), p. 511.



Rossio - para o serviço de policia nas praças de trens de aluguer<sup>56</sup>.

É precisamente relacionados com os transportes públicos que vão surgir uma série de quiosques, em Lisboa, aliás, como já tínhamos feito referência, com o desenho de Davioud<sup>57</sup>, para Paris. São projectados pela *Companhia Carris de Ferro de Lisboa* - (1872, Rio de Janeiro) activa em Lisboa, desde 1873, rede electrificada em 1901 - para serem submetidos à aprovação camarária.

Em 1897, o modelo de um abrigo para o vigia em serviço e usado em simultâneo de pequeno escritório para atendimento, mais parece uma guarita. Construída em madeira, hexagonal, com cobertura em pirâmide, possivelmente, de zinco e rematada por agulha; ela é aberta à frente, na altura de um corpo, e dos lados, saíndo dois pequenos balcões dobráveis com abas<sup>58</sup>. Neste caso destinada para a Rua do Instituto Industrial, na esquina com a Rua da Boa Vista, ficando encostada à parede e não no meio do estreito passeio (2m), para dar passagem e, apenas, com licença de carácter provisório, “sujeita a ser cassada, quando se reconheça qualquer inconveniente resultante do seu uso”, conforme o ofício dirigido ao vereador do Serviço da Viação, pelo Serviço Geral de Obras.

O projecto de um quiosque para abrigo de expedidores, das últimas décadas do século, apresenta o modelo construído em madeira, sobre base quadrada, com porta de janelo e baixa cobertura rematada por pequena agulha<sup>59</sup>. Quase sem decoração, procurando tirar partido do desenho das próprias réguas de madeira e com a base demasiado larga ficou o risco prejudicado, sendo atarracado.

Em 1902, noutro projecto de quiosque, também, para expedidor, agora para o Largo das duas Igrejas (Rua Garrett), embora, seguindo a mesma tipologia, o desenho foi corrigido resultando numa peça equilibrada<sup>60</sup>. Os trabalhos em madeira de bom recorte, a planta quadrada de menor tamanho, e a cobertura com goteiras e lança,

<sup>56</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 11, doc.s.n., de 9 de Junho de 1890.

<sup>57</sup> Ver Alphand - *Op. cit.*

<sup>58</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 18, Doc. nº 259 e pl. nº 6706.

<sup>59</sup> CML-AAC; cx. nº 37/V, pl. s.n.

<sup>60</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, pl. s.n., Gaveta 41.

ultrapassando o diâmetro do corpo, foram modificações proveitosas no seu risco que levaram estes quiosques a ser colocados em diversos pontos da cidade, como em S. Pedro d'Alcântara<sup>61</sup>, acompanhando a rede de linhas. Cinco anos, mais tarde, novo "Projecto de Kiosque para o expedidor do Largo das duas Igrejas"<sup>62</sup>, de menor qualidade, às réguas de madeira, com planta quadrada, uma porta, janelas e bandeiras para iluminação, de cobertura pirâmidal, com recortada goteira e encimada por esfera com espigão.

A instalação destes quiosques nem sempre foi fácil para a Carris, como na polémica com o Banco Lusitano, na "casa de abrigo para expedidor do Largo do Conde Barão"<sup>63</sup> - em fraco projecto, também, de madeira, estreita planta distorcida, com porta e duas janelas - para que não afrontasse o estabelecimento tendo que mudar de local; ou em Santa Apolónia obrigando a alteração do próprio passeio à custa da Companhia, a porta disposta lateralmente e ficando a licença provisória: são algumas das exigências deliberadas pela Câmara<sup>64</sup>.

Em 1908, surge o "Projecto de Barraca para o Expedidor de Benfica"<sup>65</sup>, também de fraco risco, em madeira, seguindo uma tipologia congénere, de porta, janelas e bandeiras para iluminação; mas, ampliando o seu interior, para inscrever um *lavatório* e *W.C.*, com persianas permitindo um bom arejamento; de cobertura de quatro águas, rematada por esfera e espigão, e, ainda, outra de uma água com chaminé respirador, auxiliando o ventilação. Esta, será uma tipologia de larga difusão, na área da cidade, e de grande longevidade, durante três décadas, em planta quadrada (sem casa de banho) ou rectângular (suprimindo-se a cobertura de uma água e estendendo-se a de quatro); para a Avenida Almirante Reis, (1919)<sup>66</sup> - já, ampliada, recebe novo alpendre, em 1932<sup>67</sup> - para a Estrela, num projecto de acrescentamento, (1920)<sup>68</sup> e

<sup>61</sup> Joshua Benoliel - *Arquivo da vida Portuguesa 1903-1918*, Lisboa, Bertrand, s.d., p. 64.

<sup>62</sup> CARRIS - Sala de Desenho; D<sup>o</sup> N<sup>o</sup> 674/1196.

<sup>63</sup> CARRIS - Sala de Desenho; D<sup>o</sup> N<sup>o</sup> 235/1165.

<sup>64</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa. CML, (1903), p.6 e p.52.

<sup>65</sup> CARRIS - Sala de Desenho; D<sup>o</sup> N<sup>o</sup> 709/1200.

<sup>66</sup> CARRIS - Arquivo Central, Pasta n<sup>o</sup> 3, doc. 46, D<sup>o</sup> N<sup>o</sup> 1782.

<sup>67</sup> CARRIS - Sala de Desenho; D<sup>o</sup> N<sup>o</sup> 3467.

<sup>68</sup> CARRIS - Sala de Desenho; D<sup>o</sup> N<sup>o</sup> 1855.



para a Travessa da Boa-Hora (1934)<sup>69</sup>.

Outros modelos vão surgindo, ímpares, como o “kiosque de ferro para a Rua Barata Salgueiro”, datado de 1907, em bom desenho, adoptando o modelo de coluna *Morris*, marcada com o nome da companhia que parece ter sido realizado por técnicos ingleses<sup>70</sup> e serviria para encobrir um mecanismo e, ao mesmo tempo, para colocar informação.

Para o Rossio, em 1922 - findas as remodelações, iniciadas em 1919, já referidos - surge o “Projecto de barracas para os expedidores da Praça de D. Pedro IV”<sup>71</sup>, de planta rectângular, em madeira, de rasgadas janelas e persianas, e, ainda, com ampla cobertura fazendo telheiro, para maior resguardo; eram duas barracas-quiosque, cada uma, nos extremos de sua placa, a norte e sul, do lado ocidental da praça, procurando desembaraçar o trânsito e facilitar o acesso dos passageiros aos carros eléctricos.

Três anos, depois, risca-se o “Projecto do novo tipo de barraca para expedidor”<sup>72</sup>, de desenho moderno, mais qualificado, utilizando as possibilidades das placas modelares, permitindo variantes de composição. É um modelo que insiste na planta rectângular - resultante da acoplação de um quadrado (zona de trabalho) e um magro rectângulo (w.c.) - semelhante fenestração, desaparecendo as primitivas bandeiras, e com persianas metálicas de correr; mas, é no tratamento das fachadas, animadas com pilastras e frisos, e, ainda, na cobertura, multiplicando o jogo de águas, e com um geométrico remate de beiral, aos segmentos de rectas e círculos, num gosto *art déco*, muito em voga nesta década de 20, que reside a novidade, actualizando o modelo e aproximando-o de uma nova geração de quiosques, da Carris, da qual é representante o que, ainda, podemos ver no Largo da Graça.

Diferente, renunciando outra era do mobiliário urbano e acusando influências

<sup>69</sup> CARRIS - Sala de Desenho; Dº Nº 3850.

<sup>70</sup> MUSEU DA CARRIS, cota 83.A.110.

<sup>71</sup> CARRIS - Sala de Desenho; Dº Nº 1949; e Arquivo Central; Pasta 3, doc. 54, de 25 de Janeiro de 1923.

<sup>72</sup> CARRIS - Sala de Desenho; Dº Nº 2194.

britânicas - aliás, presentes desde a fundação da Companhia - é o "Projecto de estação para expedidor no Campo Pequeno"<sup>73</sup>, datado de 1937, utilizando placas-módulos, como os precedentes, mas, de planta quadrada, mostra um risco de linhas, mais severas, nas fachadas e de cobertura (quase) plana, num gosto modernista, sinteticamente geometrizar, resultando numa peça equilibrada, embora que contida.

Alargando-se a tipologia, para satisfazer novas necessidades que o desenvolvimento acelerado da rede de transportes provocou, nascendo as estações, como que grandes quiosques. A aquisição desta nova funcionalidade de abrigo não parece ter sido, sempre, uma adaptação fácil e disso se queixavam os arquitectos ingleses, em revista da especialidade, de 1914, indecisos quanto às tipologias, apontando-se, uma vez mais, o exemplo do modelo parisiense "they characterise the modern spirit, and most of them are well designed"<sup>74</sup> merecendo serem estudados e motivo de inspiração para novas estruturas.

Embora, a Carris, já, tivesse desenhado<sup>75</sup>, pelo menos, desde a década de 10, abrigos para passageiros integrando quiosques para expedidores, será com os projectos para a estação dos Restauradores, na década seguinte, a pedido da Câmara<sup>76</sup>, que vão surgir os melhores riscos. O primeiro, em 1921 - para o local onde surgirá outro quiosque, como veremos de seguida - integrava uma casa de expedidor, em madeira, debaixo de um telheiro assente em oito colunas de ferro, decorado por um remate de goteiras, ainda, em gosto oitocentista<sup>77</sup>.

Mais, moderno é o risco, de cerca de 1925, propondo um abrigo para passageiros, com amplo telheiro, sobre oito colunas, com um friso de goteiras,

<sup>73</sup> CARRIS - Sala de desenho; Dº Nº 4259.

<sup>74</sup> S.D. Adshead - "Shelters" in *Town Planning Review* (5), 1914, pp.139-140.

<sup>75</sup> Ver os projectos de abrigo para passageiros, em Algés - fora da área geográfica urbana abrangida pelo nosso estudo - datados das décadas de 10 e 20; CARRIS - Sala de Desenho; Dº Nº 1194/124... "Projecto de Kiosque para abrigo de passageiros em Algés", numa cópia de desenho britânico, com bancos encostados, ladeando a estação do expedidor, abrigando-se debaixo das águas da cobertura; Dº Nº 1131/1236, "Projecto de barraca para expedidor e abrigo de passageiros" (1912), acoplando tres plantas rectangulares (passageiros, expedidor e pessoal), sob a mesma cobertura e de rasgada fenestração; ou o Dº Nº 2485, "Projecto de abrigo para passageiros em Algés" (1927), amplo telheiro, com remate de goteiras em circulos e rectas, integrando uma estação de expedidor, de modelo, semelhante, ao de 1925, para a Graça; e, ainda, Arquivo Central; Pasta 3, doc. 73, de 11 de Janeiro de 1928, para o mesmo alpendre.

<sup>76</sup> CARRIS - Arquivo Central; Pasta 2, doc. 34, 27 de Novembro de 1920.

<sup>77</sup> CARRIS - Sala de Desenho; Dº Nº 1879.



ornamentado com círculos e rectas, risco idêntico ao que vimos para o quiosque da Graça; e que não incluía, pela primeira vez, uma estação de expedidor. Em 1927, o projecto de abrigos para passageiros, destinados aos lados ocidental e oriental da Praça dos Restauradores, riscando-se um grande telheiro, sobre doze colunas de capitéis écleticos, em ferro, e tendo ao centro um pequeno escritório fechado, e , ainda, barreiras para os passageiros ordenarem uma fila de atendimento<sup>78</sup> . As medidas adoptadas faziam coincidir o telheiro com as de dois eléctricos atrelados, facilitando e protegendo os passageiros em trânsito.

Nada, se deve ter construído e, no ano seguinte, publica-se em página de reclamações, das *Coisas que não estão certas*<sup>79</sup> nos carros eléctricos, “modelares sob o ponto de vista de asseio, se os comparmos com os seus irmãos do Porto ou de Braga”, mas, queixando-se de que “as paragens estão sempre fora dos locais de maior trânsito (...) não ha em tôda a cidade, a cobrir as paragens centrais, um único alpendre que poupe aos passageiros a insolação mortal nos dias de calor, ou a molha pneumónica, nos dias de inverno”; e entre os desenhos que acompanham o texto, uma velha paragem, do início do século, com bandeira de ferro dependurada em antigo candeeiro...

Mas, voltando ao comércio, no início destes anos 20, surgem novos quiosques quadrangulares, utilizando a madeira em trabalhos decorativos, uma das janelas como balcão e com a cobertura parecendo um *chalet* que eram destinados à venda de peixe<sup>80</sup> . De grandes dimensões ultrapassavam, por vezes, a bordadura do passeio, ocupando parte da rua, de modo a dar livre passagem pedonal; “incómodos” de instalar, não devem ter durado muito tempo.

Excepcional, é o quiosque dos Restauradores , projecto do architecto João Antunes (1897-?) - professor nas escolas industriais, 2ª medalha da Sociedade Nacional de Belas Artes - em 1922, rectângular, numa fantasiada ordem compósita, em cantaria e cobertura de zinco com resguardo de vidro, tinha comunicação com a sala, em

<sup>78</sup> MUSEU DA CARRIS, cota 83. A. 109.

<sup>79</sup> ABC (425), 1928, p. 2.

<sup>80</sup> Ilustração Portuguesa (908), 1923, p.55.

baixo, aberta na muralha<sup>81</sup>. Este é um dos dezoito existentes, a maior parte deles, muito adulterados; a pesar disto, representativos da grande parte dos modelos construídos. Sendo de referir os do Príncipe Real e o de S. Paulo, talvez os mais antigos, este com capiteis neogóticos e vidros pintados; o da Calçada de Santos em Arte Nova; o do Tivoli, muito iluminado, de lanternim com esfera, em frente do Teatro (118-24) do qual adoptou o nome - imóvel em excelente traço classicizante à francesa, da autoria de Raul Lino (1879-1974); o dos Taxis Estrela, no largo do mesmo nome, rectângular e de exótica cobertura assente em curiosas cabeças de pato<sup>82</sup>. No entanto, do mesmo período, não se encontra nenhuma das diversas mesas de venda que menores e mais frágeis, de materiais e desenho, desapareceram da cidade.

Em 1929, anunciava-se a *morte dos quiosques*, na Praça do Comércio, por motivo de remodelação da placa central para melhor circulação viária - tal, como dez anos antes, tinham desaparecido nas obras do Rossio - gracejando-se saudosamente que “alguns, se não todos, de inestética memória, lá foram ao garrote e deles existe hoje sómente o sitio onde se ergueram, onde uma concorrência heterogenia acampou durante muitos anos, gosando principalmente das suas libações...”<sup>83</sup>.

Eram *scenas de Lisboa*<sup>84</sup>, gente e quiosque - aqui, burguesas, com ardina à mistura, mais populares junto ao Tejo - fixadas na imagem de um deles, ao Chiado, na Praça Luis de Camões, matando a sede, com limonada, ao balcão, em 1901, ou, em 1908, nos clichés de Joshua Benoliel (1873-1932), na altura repórter fotográfico d'O *Século*, por toda a cidade, a 35º á *sombra*<sup>85</sup>. Alguns deles defenidos pela clientela ou pelo concessionário, e por isso reconhecidos, como o de José da Costa<sup>86</sup>, pelos seus pombos, às oito da manhã e quatro da tarde; o *Kiosque dos libertários*<sup>87</sup>, mais tarde, transformado em sucursal da *Imprensa de Lisboa*, órgão dos grevistas dos jornais da

<sup>81</sup> CML - *Exposição Comemorativa dos 100 anos do Monumento aos Restauradores de 1640 (1886 - 1986)*, Lisboa, CML, 1986, s.p.

<sup>82</sup> Para visualizar estes 18 quiosques ver Baltazar Matos Caeiro - *Op. cit.*

<sup>83</sup> *O Notícias Ilustrado*, (50), 1929, p. 4.

<sup>84</sup> *Passatempo* (18), 1901, (capa).

<sup>85</sup> *Ilustração Portuguesa* (129), 1908, s.p.; vemos os quiosques e mesas das Praças de D. Pedro IV e de Luis de Camões; Largo da Boa-Hora; arcada do Terreiro do Paço e Alameda de S. Pedro d'Alcântara.

<sup>86</sup> *O Zoophilo* (12), 1901 e *Ilustração Portuguesa* (267), 1911, p.420.

<sup>87</sup> *Ilustração Portuguesa* (255), 1911, p. 38.



capital<sup>88</sup> e o *Boia* <sup>89</sup> queimado pela população quando dos incidentes bombásticos durante as festas da cidade, de 1913; todos eles faziam parte do mobiliário do Rossio, antes de 1919.

Os quiosques e mesas, também, eram demolidos, noutras cidades europeias, como em Sevilha<sup>90</sup>, a partir 1915, e drasticamente em 1929, por ocasião da exposição Ibero Americana, e desde 1907, em Paris<sup>91</sup> donde nos tinham vindo modelos e gostos.

Em Lisboa, os quiosques e mesas, exóticos ou pitorescos foram-se colocando, a partir de 1869, tentando a Repartição Técnica, na Câmara, controlar a situação, desde 1885, só dez anos depois - com a cópia do modelo parisiense de Davioud para os quiosques e quatro projectos para as mesas - assistimos ao esboçar de uma standardização, sempre violada, para virem a ser muitos demolidos, entre 1919-29, perdendo a cidade mobiliário e cenas quotidianas da sua paisagem oitocentista.

---

<sup>88</sup> *ABC* (30), 1921, p. 21.

<sup>89</sup> *Ibidem* (382), 1913, p.817.

<sup>90</sup> J. M. Salado González - *Op. cit.*, p. 43.

<sup>91</sup> Marie de Thézy - *Op. cit.*, pp.46-47.

## OS SUPORTES DE PUBLICIDADE

Na segunda metade de Oitocentos, a recente publicidade, depressa, extraordinariamente desenvolvida, reclamava um lugar próprio, no espaço citadino, surgindo móveis urbanos que lhe serviam de suporte, facilitando o acesso à informação, a quem por, ali, passava.

Embora, de início tenha utilizado, um pouco, desordenadamente as empenas dos imóveis, os muros e, algum, mobiliário urbano existente - urinois e quiosques - para se afixar; criaram-se, mais tarde, propositadamente, pequenos móveis, nas formas de lanterna, com os vidros pintados, e painel de ferro assentes em coluna, de candeeiro ou não; cruzados em x, como biombo metálico; e, ainda, maiores, em coluna, com cúpula exótica, lembrando quiosques. Eram, geralmente, instalados - quando não tinham iluminação própria, interior ou acoplados a um candeeiro - em lugares bem iluminados, para poderem ser utilizados de noite.

As suas formas queriam-se de desenho cuidado, chamando a atenção, catalizando-a para o que se anunciava, diversão ou produto; e, ao mesmo tempo, suportes decorativos no espaço urbano, reunindo à sua função de veículo da informação, a de ornamento da paisagem citadina.

São móveis intimamente relacionados com a turbilhante vida mundana - em cada cidade à sua escala - da era oitocentista; e para isso, escolhiam-se lugares estratégicos, muito concorridos, próximos das salas de espectáculo e teatros, locais de fácil acesso à informação que diariamente se afixava e se consumia, em leituras e compras, para novamente desaparecer, dando lugar a outra, mais recente, trazendo a novidade. Renovando-se, sempre, "vestindo e despindo" estes móveis urbanos, ela confere-lhes, permanentemente, um novo visual, actualizado, acompanhando o acontecimento e a moda, no *lettering* e *design* dos cartazes exibidos.

Em Paris, desde 1841, que se tentava pôr cobro, através de editais, ao modo desordenado como se afixavam os cartazes, regulamentando o seu tamanho



(86x62cm), em 1850, e estabelecendo multas para os que aparecessem fora dos lugares que lhes eram reservados; os muros de ruas estreitas e tapumes de casas para demolição ou em construção, cada vez mais raros, à medida que o urbanismo *haussmaniano* avançava; e as colunas dos urinois, interditas, por pudor, às mulheres, mesmo que pelo braço do marido, de consultarem a informação, nelas afixada.

As companhias de cartazes publicitários pediam (1860) novos lugares, em colunas próprias, ou painéis em candeeiros; apresentando a firma *Drouant et C<sup>a</sup>*, em 1863, um projecto - muito apoiado por Alphand - de quiosque octagonal, com vidros emoldurados para a publicidade e iluminado interiormente; e a firma *M. Morris*, outro projecto, em coluna, para se colarem os cartazes, muito do agrado de Haussmann, que em 1868, lhe concede a construção de 150 colunas, durante quinze anos, exclusivamente para afixação de programas teatrais. As muito conhecidas *colonnes Morris* crescem para 224, em 1916, e 244, em 1923, tornando-se um dos símbolos do urbanismo parisiense<sup>1</sup>.

Alphand não esquecerá de registar, numa prancha do seu album, este móvel *colonne affiche* <sup>2</sup>, apresentando grossa coluna, sob uma base, encimada por uma cúpula bolbonar, coberta por escamas e rematada por um acrotério; tendo um beiral hexagonal, com goteiras e gárgulas em cabeça de leão; um desenho uniformizado no gosto eclético de Davioud, acordando-se com os outros móveis, que também, lhe serviam de suporte como colunas e painéis, de urinois e quiosques.

Noutra prancha, *Square des Batignolles . Details*, mostra-nos um *porte-affiche*, todo em ferro, sob uma coluna, em que um pequeno painel, com rede, de moldura vazada, em decoração vegetal e armas municipais, ao cimo; é vocacionado, sobretudo, para informação camarária; e, ainda, em situação semelhante, um *candelabre porte-affiche*, numa prancha dedicada à *Voie Publique . Candélabres*, com um painel parecido - de moldura sem escudo e ornamentação rendilhada - para afixação de cartazes publicitários, integrado numa coluna de tres lanternas, acoplando estes dois

<sup>1</sup> Ver, Marie de Thézy - *Paris, la rue, Le mobilier urbain parisien du Second Empire à nos ours... Histoire du mobilier urbain parisien...*, Paris. Société des Amis de la Bibliothèque historique, 1976, 37-41.

<sup>2</sup> Adolphe Alphand - *Les Promenades de Paris*, vol. 2, Paris, J. Rotschild, 1867-1873, s.n.

móveis urbanos.

Em Lisboa, durante estes anos, a publicidade afixava-se, em cartaz, e pintava-se, em letreiro, um pouco por toda a parte, de uma foma, quase, anárquica, preenchendo as empenas das casas comerciais, de espectáculo, fábricas, muros de vedação e muralhas de suporte, ou, ainda, remetida para os poucos espaços, que lhes eram reservados, em móveis urbanos, como quiosques, candeeiros e urinois<sup>3</sup>.

Só, tardiamente, em 1896, é que D. Thomaz de Mello - o mesmo impulsionador dos primeiros quiosques (1869) na cidade - pede a concessão, à Câmara, para instalar painéis e colunas anunciadoras na capital, os primeiros móveis urbanos exclusivamente dedicados ao suporte de publicidade.

No ano seguinte, a Repartição Técnica camarária indica uma "Relação do número de painéis e columnas anunciadoras que se podem collocar nos locais indicados pelos requerentes"<sup>4</sup> - com 18 painéis e 79 colunas - espalhados por vários pontos da cidade, onde houvesse movimento; geralmente, uma por cada rua, calçada, caes, largo, praça, jardim e campo; com excepções, de dois painéis, para o Largo da Graça e Rua da Junqueira; e, ainda, duas colunas na Alameda de S. Pedro de Alcântara, na Praça de S. Paulo, na dos Restauradores, na do Comercio, na de D. Luis, em Belém, no Campo dos Mártires da Pátria, no de St<sup>a</sup> Clara e Rua de St<sup>a</sup> Justa; quatro no Rossio e no

---

<sup>3</sup> Ver os respectivos capítulos, neste trabalho.

<sup>4</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, 20 de Outubro de 1897, Gaveta 40.



Campo Grande; e para as avenidas, da Liberdade, seis e 24 de Julho, oito<sup>5</sup>. Apenas, uma vez, um painel e duas colunas se juntam no mesmo sítio, na Rua de St<sup>a</sup> Justa.

A Repartição Técnica alvitra, ainda, uma “Relação dos locais não designados pelos requerentes onde devem ser colocados painéis anunciadores”<sup>6</sup>, com 14 novos lugares, um em cada - Rua da Lapa, das Trinas, Ferreira Borges, das Amoreiras, Maria (ao Bairro Andrade) e Fernandes da Fonseca; Largo das Necessidades, da Páscoa, do Poço Novo e no do Borratém, de Arroios, de St<sup>a</sup> Bárbara, do Andaluz e de D. Estefânia - preenchendo todos os lugares concorridos e de passagem de público, na cidade, em gesto interesseiro do município que retirava dividendos para os seus magros cofres.

Os dois projectos encontrados, um de painel e outro de coluna, para mobiliário urbano anunciador, são, possivelmente, uns dos primeiros desenhos apresentados pelos concessionários. O “Modelo A”<sup>7</sup>, mostra-nos um candeeiro, de dois globos suspensos, com um painel, a meio da sua coluna, de moldura em folhagem assimétrica - dando continuidade à gramática decorativa da coluna e braços de suspensão - deixando o interior do quadro livre para a publicidade; assim, acoplando móveis resolvia-se a iluminação dos anúncios e o suporte dos painéis. O outro, “Modelo B”<sup>8</sup>, é uma coluna para colagem de cartazes, de base e fuste lisos, muito simples, rematado

<sup>5</sup> A relação dos locais precisos é, para os *painéis anunciadores*: Rua Larga de S. Roque (1), Largo de S. Roque (1), Rua de S. Pedro de Alcântara (1), Praça de S. Bento (1), Largo do Conde Barão (1), Rua Victor Cordon (1), Rua Garrett (1), Largo de Camões (1), Largo do Jardim do Regedor (1), Largo de S. Domingos (1), Rua de S. Lázaro (1), Rua Infante D. Henrique (1), Largo da Graça (2), Rua de St<sup>a</sup> Justa (1), Largo de St<sup>a</sup> Isabel (1) e Rua da Junqueira (2); e, para as *colunas anunciadoras*: Largo das Duas Igrejas (1), Praça Luiz de Camões (1), Alameda de S. Pedro de Alcântara (2), Praça do Príncipe Real (1), Largo de S. Mamede (1), Largo do Rato (1), Rua de S. Bento (1), Praça das Flores (1), Praça de S. Paulo (2), Largo de O Corpo Santo (1), Largo do município (1), Praça do Comércio (2), Cais de Santarém (1), Largo do Terreiro do Trigo (1), Largo da Fundação (1), Largo dos Caminhos de Ferro (1), Largo da Boa-Hora (1), Calçada de S. Francisco (1), Rua Ivens (1), Largo do Barão de Quintela (1), Largo da Biblioteca (1), Largo do Carmo (1), Praça de D. Pedro IV (4), Praça dos Restauradores (2), os da Avenida da Liberdade - encontravam-se, assim distribuídos, em frente da Rua dos Condes (1), do Largo da Anunciada (1), da Rua das Pretas (1), da Calçada do Salitre (1), da Rua Barata Salgueiro (1) e da Rua Alexandre Herculano (1) - Rua Castilho (1), Campo Grande (4), Campo Pequeno (1), Largo do Intendente (1), Jardim Constantino (1), Largo do Matadouro (1), Praça da Alegria (1), Rua D. Estefânia, junto às portas (1), Campo dos Mártires da Pátria (2), Largo do Mitelo (1), Largo da Escola Municipal (1), Campo de St<sup>a</sup> Clara (2), Largo da Sé (1), Largo de St<sup>o</sup> António da Sé (1), Largo do Caldas (1), Rua de St<sup>a</sup> Justa (2), Praça do Duque da Terceira (1), Rua D. Carlos, Largo da Estrela (1), Caes do Sodré (1), Praça D. Luís (2), Rua 24 de Julho (8), Largo do Calvário (1), Belém (2), Largo de Alcântara (1), Praça de Armas de Alcântara (1), Jardim das Albertas (1) e Rampa de Santos (1).

<sup>6</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, 20 de Outubro de 1897, Gaveta 40.

<sup>7</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, n.d., n. ass., Gaveta 40.

<sup>8</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, n.d., n. ass., Gaveta 41.

por um risco neo-àrabe, assumindo o exótico, com mísulas e arcos ultrapassados, suportando uma cúpula de “nabo”, coroada por agulha e crescente.

Mas, a Repartição Técnica camarária não deve ter ficado satisfeita, elaborando ela mesmo os modelos a serem utilizados, como o “Desenho nº 2 junto ao programma de condições de praça para a collocação e exploração de paineis e columnas para affixação de annuncios na via pública”<sup>9</sup>, datável de 1897, apresentando uma cópia, muito semelhante, ao desenho da coluna Morris, inserida no album *Les Promenades de Paris*, com desenho ajustado por Davioud. A coluna anunciadora lisboeta, em “alvenaria de tijolo”, alterando a hexagonal base parisiense, em cantaria, para circular, acrescentando-lhe maior recorte na decoração; modificando as goteiras do beiral e inscrevendo, em cada face, *Annuncios/ Espectaculos/ Reclamos*, em substituição dos repetidos *Spectacles*; e, finalmente, alongando a altura da cúpula bolbonar, com estrutura metálica, substituindo o acrotério, por uma flecha emplumada.

É um risco que muito se coaduna com o já referido, quiosque tipo - apresentado, dois anos antes, por Ressano Garcia - reforçando a presença *davioudiana*, em Lisboa, e auxiliando, o esforço de uniformizar o mobiliário urbano, utilizando um modelo, que é submetido a um mesmo tipo de traço e gosto.

Os paineis anunciadores - dos quais, infelizmente, não encontrámos desenho - eram compostos por uma base de candeeiro, onde, logo, no arranque do poste, se encontrava um painel, também em ferro, com uma moldura trabalhada, em linear ornamento, de gramática vegetal, encimada pelas armas do municipio e do qual desapareceu a iluminação; o interior do painel continuava reservado para a afixação ou pintura de uma única publicidade. Segue o modelo de moldura e o tipo de suporte apresentado, por Davioud, no *candélabre porte-affiche* e indo buscar a ideia do braço municipal, ao *porte-affiche* da *Square des Batignolles*.

Se, não encontrámos nenhum registo de colunas anunciadoras instaladas - o que não exclui a sua real utilização - por outro lado, são inúmeras as imagens de paineis

---

<sup>9</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, n.d., n. ass., Gaveta 41.



anunciadores, dedicados a um, só, anúncio, como ao *Bénédictin*, o melhor licor <sup>10</sup>, ou à *Singer* <sup>11</sup>.

Ainda, neste ano de 97, surgem tres projectos, na Câmara, do risco de Marques da Silva (1869-1947), "Architecto diplomado pelo governo Francêz", como orgulhosamente assinou, recém chegado, nesse ano - de Paris, onde estudara com mestre Victor Laloux - à capital nortenha onde iria deixar (tal como, nos seus arredores) obra de mérito, de cunho próprio, e gente que o sucedesse (professor desde 1907).

O "Desenho nº 1"<sup>12</sup>, com painéis anunciadores sustentados a meio de uma coluna, iluminados por tres pratos eléctricos, que servia de mastro de bandeira, rematada em cruz de Cristo e ponta de lança - em inspiração nos mastros da *Place de la République*, em Paris, do risco de M. H. Mayeux, architecto vencedor do concurso<sup>13</sup> em 1881 - tinha os seis painéis e base abundantemente decorados por molduras e ornatos, em golfinhos, gramática vegetal e armoriada.

Outro, o "Desenho nº 2"<sup>14</sup>, apresenta-nos o tipo de coluna anunciadora, com base e fuste lisos, mas, profusamente decorado no beiral e cobertura, com motivos marinhos, escudos armoriados e elementos vegetalistas, rematada por estranha esfera e agulha. A legenda do beiral, *D. Maria / S. Carlos/ D. Amélia*, nomes das principais salas do teatro nacional e ópera, da capital, indica-nos que, seguindo hábito parisiense, este móvel era dedicado à afixação da programação teatral; sendo iluminado por quatro lâmpadas colocadas no interior do beiral.

Por último, o mais extraordinário deles todos, o "Desenho nº 3"<sup>15</sup> mostra-nos uma enorme esfera para colagem de anuncios, sustentada por heráldicos dragões, exibindo os seus escudos armoriados, assentes sobre uma base circular em cantaria.

<sup>10</sup> Veja-se no largo das duas Igrejas, ao Chiado, J. Benoliel - *Arquivo Gráfico...*, Lisboa, Bertrand, (19...), p. 83.

<sup>11</sup> Veja-se na Praça do Comércio in *ABC* (130). 1922, p.16 e *Ibidem* (448), 1929, p. 27.

<sup>12</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, Gaveta 41.

<sup>13</sup> S. D. Adshead - "Tall Ligthing Standards, Masts, and Car Poles", in *Town Review*, April, 1914, p. 48, plates 15 e18.

<sup>14</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, Gaveta 40.

<sup>15</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, Gaveta 40.

Ao cimo da esfera uma sereia coroada por elevado diadema, em candeeiro, com tres pratos eléctricados, pendentes, de rendilhados braços de ferro, e terminando com outro, ao cimo.

Estes tres excepcionais e extravagantes projectos, de inspiração parisiense, facilmente detectável, foram, no entanto, nacionalizados por uma gramática heroica da nossa epopeia marítima, e representam as enormes capacidades inventivas do jovem architecto, numa tentativa de enobrecer os espaços urbanos, conferindo-lhes um mobiliário de risco cuidadosamente ornamentado, bem iluminado, deixando amplo lugar vago para a publicidade e, ao mesmo tempo, muito decorativo. Lisboa, não voltará a ver projectados, nem infelizmente realizados, móveis urbanos dedicados ao suporte de publicidade com tão apurado sentido urbano, satisfazendo-se com paineis em coluna, chapa cruzada ou (sobretudo) lanternas pintadas, todos de muito fraca qualidade.

No entanto, teve-se que esperar, pelo novo século, para que se instalassem os primeiros paineis anunciadores; insistindo, em 1903, D. Tomaz de Melo, dono da *Agência Universal d'Annuncios*, junto à Câmara, que “ se torne defenitivo, com a respectiva taxa, a concessão provisória para a collocação de paineis na via pública, que lhe foi concedida em sessão de câmara de 20 de Fevereiro de 1896 (...) para mandar proceder à affixação d'esses paineis nos locaes designados no contracto que subsquentemente se fizer.”<sup>16</sup> Demoravam, a aparecer nas ruas de Lisboa, os primeiros móveis urbanos exclusivamente dedicados ao suporte de informação publicitária, ficando autorizado a colocar, “nos lugares indicados” e “segundo o modelo”, trinta paineis anunciadores, pagando 500\$000 réis, por cada. Seis meses, depois, é deferido a D. Tomaz de Melo, já, concessionário de sessenta “paineis annunciadores nos principaes locaes de Lisboa”<sup>17</sup>, o seu pedido, à Câmara para transferência da concessão para a Agência Lusa, com a qual tinha feito sociedade.

Em 1907, a mesma Agência pede, à Câmara, “para substituir alguns dos paineis annunciadores do typo concedido por outros de columnas de feitio

<sup>16</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1904), pp. 157-158.

<sup>17</sup> *Ibidem*, (1904) p. 319



quadrângular”<sup>18</sup> que eram constituídos por quatro painéis de chapa, rectangulares unidos, ao alto, por um dos lados, a uma fina coluna metálica, cruzados, fazendo um x , com escassa decoração, em ferro, no cimo; logo, muito espalhados pela cidade<sup>19</sup> .

Em 1909, o assunto da concessão - que se queria definitiva, com o exclusivo por quinze anos da afixação de anúncios por meio de pintura, “com a clausula de ficar ao publico a faculdade de annunciar por outro modo que não importe o da mesma concessão”<sup>20</sup>, cuja praça tinha ficado deserta - volta a ser tema em reunião de Câmara, alegando-se que era precária e com a proposta de que deveria ser revogada, “pelo lado estético e moral”; tanto mais que o “rendimento para a Camara é diminuto, 300\$000 réis, pois que estão colocados cincoenta paineis sómente”<sup>21</sup> ; tendo sido unanimemente aprovada.

As criticas caíam sobre o mau e inconveniente desenho dos móveis; os painéis (2,50mx1,48m) - com chapa (2,06mx1,03m) e moldura (0,45m) - de coluna (1,77m): altura total 4,27m; eram “um espantalho com uma cabeça de tres metros quadrados assente sobre um corpo de pouco mais de metro e meio de alto, offende a arte e o bom gosto (...) a moldura em volta do painel excede esta, com uns ornatos nos cantos, em doze centímetros (...) constituindo portanto ameaça constante para os chapéus e até para as cabeças dos incautos transeuntes”; enquanto nos outros painéis em chapa cruzada, “não é só offendida gravemente a esthetica, porque eles são feiissimos, mas ainda a decencia (...) a servirem de refugio para actos indecorosos e offensivos da moral pública”<sup>22</sup> .

Em 1911, Ventura Terra, architecto, vereador republicano, propôs que fosse “intimada a Agencia Lusa a mandar retirar todas as placas annunciadoras de chapa cruzada que possui nas ruas e praças de Lisboa até ao dia 1 de Abril próximo”, porque tendo-se adjudicado, à mesma firma, a concessão de “placas annunciadoras sobre

---

<sup>18</sup> *Ibidem*., (1910), p. 375.

<sup>19</sup> Veja-se, por exemplo, na Avenida D. Amélia (republicana Almirante Reis), in *Ilustração Portuguesa* (167), 1909, p. 552, ou, ao Rossio, in *Os Serões* (49), 1909, p. 52.

<sup>20</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1910), p. 375.

<sup>21</sup> *Ibidem*, (1910) p. 376.

<sup>22</sup> *Ibidem*, (1910) pp. 375-376.

columnas” não há razão para que continue, “nos logares publicos da cidade, as placas de chapa cruzada que tão mau effeito produzem”<sup>23</sup> ; insistindo-se, uma vez mais, na estética citadina, activando resoluções anteriores que parecem ter “morrido” sem efeito algum; porém, já, tinha sido iniciada a sua remoção, conforme carta da Agência, no dia seguinte<sup>24</sup>. A Câmara pede, ainda, em 1912, para serem retirados os postes anunciadores, colocados na Praça dos Restauradores, “nas suas placas norte oeste e nascente, junto ao monumento”<sup>25</sup> .

Entretanto, em 1909, tendo, já, obtido o acordo da *Companhia do Gás e Electricidade*, tinham sido autorizados, por concessão Camarária, num exclusivo de dois anos, Francisco Fillippe Parra e Joaquim Oeiras, a colocar lanternas e placas anunciadoras, nos postes da iluminação pública, no número máximo de 500 e “sujeitando os respectivos modelos à aprovação”<sup>26</sup> . Prática já registada, em 1890, com uma grande lanterna anunciadora<sup>27</sup> - hexagonal, com os vidros pintados, envolvendo, a meio, a coluna de um candeeiro, tirando proveito da sua iluminação - no antigo Largo Camões (actualmente de D. João da Câmara), colocando-a em significativo lugar de destaque na composição do desenho, em traço de Luciano Freire (1864-1943) pintor versátil e ilustrador, evidenciando a importância destas lanternas no visual da urbe.

No ano seguinte, o concessionário da licença para colocação de *placards* e lanternas-anunciadoras, nos postes de iluminação pública - transferida, ainda, neste ano para José Augusto de Oliveira<sup>28</sup> - pede para utilizar um poste eléctrico (o nº 136, na Rua Garrett), “com um placard do modelo igual áquelle que collocou na rua do Ouro e que foi obrigado a retirar por intimação da Camara, motivada pelas reclamações dos moradores e logistas d’aquella rua”, passando o municipio a determinar os locais destinados a este modelo de placards, “quando os candeeiros em que tiverem de ser

---

<sup>23</sup>*Ibidem*, (1912), p.157.

<sup>24</sup>*Ibidem*, (1912), p. 162.

<sup>25</sup>*Ibidem*, (1913), p. 839.

<sup>26</sup>*Ibidem*, (1910) pp. 619-620.

<sup>27</sup> *O Occidente* (432), 1890. p. 284,

<sup>28</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, (1911), p. 258.



applicados não ficarem juntos a prédios de moradia, que possam ser prejudicados”<sup>29</sup>, mostrando que, também, estas peças urbanas, acopladas a móveis, suscitavam a polémica, de comerciantes e moradores, activando-se uma consciência da utilização e direitos, como habitantes, no espaço urbano.

Outras firmas iam surgindo, como *J. Pires, Lda*, que a 4 de Maio de 1911, pediu, em nome dos “empresarios de annunciador artistico fotografico”, a comparência da vereação, para assistir à inauguração de uma lanterna anunciadora, que tinha sido autorizada, no ano anterior, à experiência, na Alameda de S. Pedro de Alcântara<sup>30</sup>. Ou, a de Manuel António Teixeira Barbosa, no mesmo ano, colocando nove lanternas anunciadoras “por meio de chapas fotograficas”, em locais aprovados e, ainda, “devendo marcar-se cuidadosamente” a instalação pelos serviços camarários<sup>31</sup>; não podendo instalar, no ano seguinte, outras quatro lanternas - uma nas escadinhas de Stª Justa (primeiro patamar, a contar da Rua Nova do Carmo), duas no Rossio e, a última, na Avenida Almirante Reis - por não se permitirem novas instalações<sup>32</sup>, na via pública, acusando uma sobrecarga.

Diferente, porque mais complexo, foi o aparelho anunciador de Frederico Eugénio Macieira, a colocar na Praça dos Restauradores ou do Comercio, à experiência durante dois meses, que além, da licença de indústria, pagava 5\$000 réis por mês; obrigado a substituir o galo da decoração por um foco eléctrico e a colocar, na base, uma caixa de correio<sup>33</sup>; a Câmara procurava tirar partido destes móveis, em maior iluminação pública e acoplando-os, descongestionava a via.

Também, a Câmara, em 1909, tinha procurado rentabilizar os seus espaços disponiveis para suporte de publicidade, estabelecendo um “Programma das condições em que é posta em praça a concessão de licença para a fixação de cartazes annunciadores nas muralhas municipaes”<sup>34</sup> - fazendo uma realação, descriminando

---

<sup>29</sup> *Ibidem*, (1911) p. 647.

<sup>30</sup> *Ibidem*, (1911), p. 611 e *Idem*, (1912), p. 252.

<sup>31</sup> *Ibidem*, (1912), p. 332.

<sup>32</sup> *Ibidem*, (1913), p. 869.

<sup>33</sup> *Ibidem*, (1912), p. 410.

<sup>34</sup> *Ibidem*, (1910), pp. 811-814.

setenta e cinco, distribuídas pelos quatro Bairros - por um período de dois anos, à base da taxa anual de 150\$000 réis, ficando o concessionário “obrigado a assignalar, com uma placa de modelo aprovado pela Câmara, as muralhas (...) e proceder às obras de conservação que lhe forem impostas”, submeter-se a toda a legislação municipal e, ainda, a retirar todo o anúncio que “pela sua côr, forma ou contheudo escandalise o sentimento publico”. Procurava-se, assim, regulamentar e tirar partido económico, de um uso corrente pela cidade, numa política de centralizar e rentabilizar, a gestão e o património municipal, acusando a enorme importância que a publicidade ia adquirindo na vida da capital.

Procurando, sempre, novos efeitos que chamassem à atenção do transeunte, a “máquina” da publicidade que desde o início, tinha compreendido que a luz era uma “arma” importante, vai acompanhar o avanço na técnica de iluminação e surgem, em 1929, os seus primeiros *Reclamos Luminosos*, como que *gritos na noite!*<sup>35</sup> lisboeta. Os anúncios eléctricos que “de uma forma definitiva modificaram a fisionomia de Lisboa” à semelhança de “todas as cidades civilizadas”, eram réclamos em letras de metal revestidas de lâmpadas, afixadas a estruturas de ferro, colocadas no cimo dos telhados e nas fachadas dos imóveis, permitindo, por um sistema de contacto eléctrico, a animação de palavras e figuras, emprestando à paisagem citadina um ritmo nocturno.

A *Electro-Reclame, Lda*, sob a direcção de José Carlos Santos, engenheiro eléctrico-técnico e sócio gerente, instala os seus “enormes pirilampos de cores, pestanejando ou tremeluzindo, são, além, de motivos artísticos, verdadeiras gargalhadas de luz, alegres e sonoras, salpicando as noites modernas e dando às ruas e praças uma expressão bem diferente da inerte monotonia dos tempos antigos”; contrapunha uma cidade ao ritmo moderno, n’a *alegria dos Reclamos Luminosos*<sup>36</sup>, das fiadas de lâmpadas dos seus placards, como “lágrimas de luz sobre as fachadas tristes”, depressa invadindo as montras das lojas e, de maior impacto urbano, nos telhados do Rossio, da Praça dos Restauradores, ou do Teatro Tivoli, na nossa Avenida; em que, entre os mais de 423 instalados no país (1932), muitos seriam, de certeza, na capital.

<sup>35</sup> O *Notícias Ilustrado* (50), 1929, p. 20.

<sup>36</sup> *Ibidem* (196), 1932, p. 16



Embora, em 1933, já se anunciasse o neon, elogiando as suas “linhas luminosas e contínuas que compõem a reprodução de figuras ou palavras”<sup>37</sup>, só, no ano seguinte, é que *Lisboa vai ter iluminações a tubos Neon*<sup>38</sup> fabricados nas novas oficinas, com maquinismos, operários e mestre alemães, “aconselhando e explicando”; e, ainda, elaborando-se projectos e orçamentos, tendo em vista a “imediata substituição dos réclamos luminosos (...), (para) maior expansão do nosso comércio e maior embelezamento da cidade”.

Mas, também, a instalação destes móveis urbanos, na cidade, suscitaram a polémica, e há um ano que Paulino Montês (1897-1988), arquitecto modernista, formado nos anos 20 pela Escola de Lisboa, em entrevista ao *Diário de Lisboa*, considerava a praça pombalina do Rossio prejudicada pelos reclames luminosos. Comparando-se, em fotografia nocturna, Londres, Bruxelas e Lisboa, vai responder-se que os “letreiros luminosos, são ainda, a única nota de que o Rossio se pode orgulhar (...) os grandes “boulevards”, de Paris têm letreiros luminosos como os do Rossio, infelizmente nós temos poucos”<sup>39</sup>; contrapondo, uma vez mais, *A Alegria dos letreiros luminosos: e a mania fúnebre de tirar a Lisboa tudo que a faz caminhar com espírito europeu e moderno*, acusando-se o meio lisboeta de hostil e retrogrado, num elogio à “propaganda publicitária modernista em moldes que se assemelham aos grandes centros comerciais da Europa e América”<sup>40</sup>.

A publicidade seguia novo caminho, tomando, cada vez mais, espaço nos móveis urbanos que lhe eram dedicados, ela acaba por, quase, os suprimir, reduzindo-os a uma estrutura de suporte; e ganhando progressivamente escala, eles, já, não se podiam confinar à sobrecarregada via pública, invadindo, então, os telhados ou substituindo os tradicionais letreiros, nas empenas; eram novas eras que se abriam, à publicidade, motivo de preocupação de arquitectos, enquanto outros se incandeavam na *féerie*, ao ritmo moderno do néon.

---

<sup>37</sup> *Ibidem* (263), 1933, p. 10

<sup>38</sup> *Ibidem* (304), 1934, p. 14

<sup>39</sup> *Ibidem* (268), 1933, p. 20.

<sup>40</sup> *Ibidem* (263), 1933, p. 10

O mobiliário urbano, exclusivamente, de suporte da publicidade, aparecendo, tardiamente, no final de Oitocentos, inspirando-se e copiando modelos parisienses, não atinge grande qualidade, se não, em projecto - maiores, na certeza, os de Marques da Silva - embora, ganhe forte expressão urbana, pelo seu número e polémica, nos anos 10 de Novecentos, prolongando o tempo oitocentista; para vir a ser ultrapassado pela euforia dos réclamos luminosos, a partir de 1929, e do neon em 1934, reacendendo-se a polémica à volta da implantação deste novo mobiliário que tinha conquistado um lugar proeminente no espaço urbano, modificando radicalmente a sua paisagem nocturna.



## OS URINÓIS E CHALETS-RETRETE

As preocupações higienistas, durante o século XIX, fizeram emergir estes móveis nas cidades, onde uma população crescente com novos costumes de “habitar” a rua, sentia a sua falta.

Os urinóis públicos são pequenos móveis, eminentemente masculinos, para a higiene do homem quando se encontra, fora de casa, em circulação pela urbe. Próprios de grandes cidades, onde as distâncias são maiores, não permitindo o regresso rápido à habitação doméstica.

Podendo ser individuais ou colectivos, adquiriram diversas formas, dentro de cada tipologia, lembrando, alguns deles, os quiosques pelo seu cunho orientalizante conferido por cúpulas, remates em penacho e decoração. De início, construídos em pedra, (material que nunca abandonaram), juntou-se-lhes, mais tarde, a madeira, o ferro e o vidro, e procurando, sempre, um melhor saneamento introduziu-se-lhes, também, a água. Assim, à necessária rede de escoamento acrescentou-se a canalização de água e, para maior segurança e comodidade, a de luz.

Os urinóis começaram por ser de encosto, adossados a uma empena ou no ângulo de dois panos de fachada procurando o recato. Eram pequenos nichos ou compartimentos com divisórias, geralmente protegidos dos olhares dos transeuntes por resguardos de metal. Estes eram semi-circulares, como que um biombo metálico que nunca se pudesse dobrar, sobre altaneios pés de ferro e decorados por simples motivos vegetalistas, recortados e vazados, na própria chapa. A forma, remate e motivo decorativo repetia-se em cada pano deste “biombo” procurando uma estandardização do desenho, facilitando a sua produção.

Por outro lado, protegendo o utente das intempéries ajustaram-lhes um alpendre semi-cónico ou de uma e três águas, conforme a empena de encosto, utilizando uma decoração, semelhante aos beirais dos quiosques, em goteiras e remates num vocabulário de inspiração vegetal e em ornatos classicistas.

Uma outra forma, dentro da tipologia de encosto, é aquela em que este foi criado artificialmente, sempre de vários lugares, por vezes, afrontando-se aos pares, deixando ao centro a parede fabricada. Preferencialmente, construídos em pedra ou ferro, de planta rectângular, destinavam-se a lugares onde não havia empenas ou não se podiam adossar; como campos ajardinados ou edifícios públicos de carácter histórico. Também, aqui, se utilizaram os resguardos de metal, rectos em toda a extensão e curvando nos extremos, dotando estes lugares de intimidade e decoro público.

Mas, é a sua tipologia de urinol em guarita que mais irá marcar a sua presença na paisagem urbana pelas suas formas cuidadas e locais evidentes onde são instalados. Primeiro, individuais, em cilindro de pedra ou guarita de madeira pintada, com ou sem pala, e, ainda, com resguardo. Depois, um esguio corpo pentagonal em ferro e vidro, colectivos, de três e cinco lugares, sempre com resguardo e, por vezes, acumulando um beiral, colocado junto à cúpula ou a meio do corpo. Eram, sobretudo, destinados às praças e avenidas, lugares relativamente desafogados. Este último modelo é o que mais se assemelha com os quiosques, parecendo quase da mesma família.

A sua instalação era, quase, sempre polémica, obrigando a uma reflexão na escolha do melhor local, porque, além, de um bom enquadramento na via pública - questões de simetria, perspectiva, focalização e do problema de peajamento - tinha que se ter em conta conceitos de higiene, procurando locais muito concorridos; e de moral, lugares discretos fora do olhar. Este é, de facto, o cerne da polémica contrariando muitas vezes a decisão tomada, por ofensa aos vizinhos e moradores no local que de suas janelas, nos prédios fronteiros, podiam assistir à entrada e saída dos utentes destes móveis.

Mas, os urinóis tornavam-se indesejáveis, também pelo cheiro nauseabundo que com eles traziam para a zona onde fossem instalados, mesmo que possuindo um bom saneamento com ventilação, escoamento e água corrente. Queixas e petições obrigavam, muitas vezes, à mudança de local dentro da mesma área urbana onde eles



eram necessários, sendo, em simultâneo, muitos deles requeridos e ansiosamente esperados. Era, preferível, a sua colocação do que ver as esquinas e os cantos dos imóveis servindo de improvisados urinóis que certamente deixavam um cheiro fedorento.

Podemos ver na instalação dos urinóis um acto civilizador de educação da população citadina que veio, como entre nós, em grande parte do campo, onde são, outros, os hábitos higiénicos.

Em Paris, os urinóis, ou melhor, as *vespasiennes*, começam a ser instaladas em 1839, sobre a administração do prefeito Rambuteau, sendo o seu uso generalizado sobre os passeios, em 1841. Tinham a forma de altos cilindros em pedra e tijolo rebocado - utilizados como suporte para afixação de anúncios - com o interior em nicho/guarita, perfuradas no cimo para ventilação, e coroados por um acrotério com esfera; foram rapidamente baptizados *colonne Rambuteau*, e eram 468, em 1843. Cerca desta mesma data surgem os urinóis, também individuais, em guarita de ferro, com cúpula e acrotério, sob base de pedra, em trabalhos de boa modelagem da autoria do escultor Martin e destinados ao bairro de Saint-Martin<sup>1</sup>; nestes, demasiado trabalhados no exterior, podiam-se afixar anúncios no interior da guarita.

A partir de 1859, diversas firmas, algumas publicitárias, ficam encarregues da sua construção mediante as condições de iluminação nocturna, publicidade autorizada, e obedecendo aos modelos e localização determinados pelo *Service de Promenades et Plantations*. Uma vez mais, o álbum do engenheiro Alphand dedica-lhes uma folha apresentando-os de diversos tamanhos e formas.

Nesta prancha, *Voie Publique, Urinoirs*<sup>2</sup>, vemos quatro modelos, do arquitecto Davioud, um individual e os restantes colectivos; o primeiro, destinado ao *Boulevard de Sebastopol* é semelhante à *colonne Rambuteau*, acrescentando-lhe maior altura (para publicidade), rematada por cúpula bolbonar com agulha e dotado de um

<sup>1</sup> Marie de Thézy - *Paris la rue. Le mobilier urbain parisien du Second Empire à nos jours... Histoire du mobilier parisien...*, Paris, Société des Amis de la Bibliothèque Historique, 1976, p.63.

<sup>2</sup> Alphand - *Les Promenades de Paris...*, vol. 2, Paris, Rotschild, 1867-1873, s.p.



resguardo; outro, de encosto artificial, para oito lugares, com dois candeeiros nos extremos é circundado por um resguardo envolvido por barreira de verdura, integrando-o perfeitamente numa zona verde, era para os *Champs-Élysées*; o da *Place du Palais Royal*, parece um quiosque, com a sua cúpula de penacho, mas com aberturas para ventilação, e dividido no interior em seis lugares convergentes, tendo cancelos para a rua; o último, genericamente, para *Boulevards*, de dois lugares afrontados, a um pilar publicitário, sobrepujado por uma lanterna de candeeiro, cobertos por pequenos alpendres e resguardados por meias portas. Desenhos cuidados, especificamente para cada zona da cidade e de alguma tendência orientalizante que vão circular como modelos e seriam copiados, mesmo, além fronteiras.

Se, as *colonnes Rambuteau* começam a ser demolidas em 1877, para serem substituídas por urinóis de dois lugares, o número de *vespasiennes*, na via pública parisiense não pára de crescer, mais de mil, (1910) e mil e duzentos, (1930); para começar a decrescer, drasticamente, devido a campanhas a favor da salubridade e moral pública, com setecentos, em 1939<sup>3</sup>.

Urinóis de diversas formas e tamanhos, lugares de passagem rápida ou de conversação, ao abrigo, ou não dos olhares de quem passa, dispostos em lugares discretos ou indiscretos, mesmo, até romanescos, permitiriam uma demorada abordagem sociológica<sup>4</sup> que, apenas, é referida neste inquérito.

Em Lisboa, antes de surgirem os primeiros urinóis, “as esquinas das ruas e os recantos próximos dos teatros e de todos os centros de reunião, eram uma verdadeira imundície com um fétido insuportável, exalado da urina que pelas calçadas corria em enxurrada”<sup>5</sup>.

É Malaquias Ferreira Leal, quem apresenta os dois primeiros urinóis, em 1833,

<sup>3</sup> Marie de Thézy - *Op. cit.*, pp. 64-65

<sup>4</sup> Ver, sobre este assunto, o texto que acompanha a reprodução de uma importante e valiosa colecção de fotografias (1860-1880) de C. Marville, sobre diversos urinóis: Pierre Borham - *Charles Marville, Vespasiennes*, Paris, Paris musées, 1994.

<sup>5</sup> Sousa Bastos - *Lisboa Velha: sessenta anos de recordações 1850 a 1910*, Lisboa, CML, 1947, p. 220.



com o seu “Projecto de Ourinadeiras”<sup>6</sup>. São dois modelos, em pedra, de encosto - um para empenas e outro para cunhais - ambos em nicho, resguardados lateralmente, por marcos de pedra e com escoamento previsto. Belos desenhos de grande sobriedade e economia no risco, ainda, muito próximos de um pombalino, utilizando as formas puras, desprovidas de ornato, querendo-as meramente utilitárias e discretas. Por outro lado, deviam ser económicas e atendem, com o seu escoamento canalizado, a questões de saneamento; revelando a preocupação da edilidade em colmatar a situação que devia ser grave.

No entanto, desconhecemos se estas “ourinadeiras” chegaram a ser instaladas e, caso o tenham sido, devem ter suscitado muita adversidade por parte dos proprietários dos imóveis, onde tinham de se encostar.

Deve datar dos decénios de 50 ou 60, de Oitocentos, o projecto de urinol, apresentado em Lisboa, pelas firmas, *Ch. Delapierre* e *Julio Cordeiro*, supostamente responsáveis pela sua construção<sup>7</sup>. É o modelo de *colonne Rambuteau* que chega até nós, possivelmente destinado ao Passeio Público ou suas imediações.

Desenho aguarelado que não o esqueceu como suporte de afixação de anúncios, sugerindo vários deles nos dezassete espaços (0,60m x 0,57m) reservados para o efeito; negócio que desconhecemos se era, efectivamente, aproveitado pelo município ou deixado ao livre arbitrio. Uma cópia rigorosa das *vespasiennes* de Paris, cilíndrica, em guarita, com acrotério esférico, traz, no entanto, uma variante em relação aos materiais, propondo ombreiras, verga e cobertura, em carvalho, as paredes de tijolo e cimento, no interior da base, o que devia reduzir o seu custo.

Do início da década de 70, devem ser os dois projectos para um urinol de encosto, em ferro e de dois lugares, na Calçada do Sacramento, junto à Igreja. Um, apresentado pela firma *João Burnay* - passando mais tarde a *Empresa Industrial*

<sup>6</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 126, pl. 10705, de 14 de Dezembro de 1833.

<sup>7</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 2, pl. 5782.

*Portuguesa*<sup>8</sup> - com pormenorizado desenho do trabalho no remate do beiral, em goteiras e grega; sendo o alpendre semi-cónico suportado por delgadas colunas e resguardado<sup>9</sup>. O outro, semelhante, com a decoração do beiral em desenho largo e gozando de iluminação, por um aplique de candeeiro a gás, agarrado a uma coluna; anotando-se, no entanto, a sua substituição por uma lanterna<sup>10</sup>. Ambos, cingindo-se à topografia do local, denotam um cuidado no risco, pela zona onde se inseriam, e usam linguagens decorativas ecléticas.

Ainda, outro projecto, de datação aproximada, mostra-nos um urinol individual, com bacia, coberto por alpendre, também, semi-cónico, encimado por esfera, e de resguardo circular, liso e bipartido, em secções que se ultrapassam, para melhor intimidade; do qual desconhecemos a localização<sup>11</sup>.

Nos urinóis de encosto, muitos deles sem alpendre, o resguardo é a única parte que o transeunte vê ao passar, localizando-se neste ecrã as poucas referências decorativas que animam a chapa, muitas vezes, deixada lisa. Não encontrámos muitas variantes na gramática ornamental, utilizando o recorte e o vazamento, em motivos vegetalistas, círculos e franjeados, de inspiração directa no que se fazia em Paris<sup>12</sup>.

Temos, como exemplo, dois resguardos; um muito simples, recortado e vazado, num jogo de círculos e meios círculos, para o urinol do Largo do Matadouro (Praça José Fontana)<sup>13</sup> e outro, com decoração em barra, no cimo, com padrão de três pequenos motivos vegetais vazados na chapa, recortada aos círculos e interrompida por pontas de lança, de suporte<sup>14</sup>; ou, o mesmo motivo, mas com remate franjado, num "Desenho de resguardo de chapa de ferro para urinoes"<sup>15</sup>. São estes dois "padrões" com pequenas variantes que vão ser utilizados, durante anos a fio,

<sup>8</sup> Jorge Custódio - "Reflexos da Industrialização na Fisionomia da Vida da Cidade", in *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Expo'94, L'94 e Livros Horizonte, 1994, p. 443.

<sup>9</sup> CML-AAC; P, cx. nº 15, pl. 7926, s.d.

<sup>10</sup> CML-AAC; P, cx. nº 15, pl. 7929, s.d.

<sup>11</sup> CML-AAC; P, cx. nº 15, pl. 7947, s.d.

<sup>12</sup> Ver e comparar as fotografias da obra de Pierre Bornhan - *Op. cit.*, com os projectos lisboetas.

<sup>13</sup> CML-AAC; P, cx. nº 15, pl. 7982, s.d.

<sup>14</sup> CML-AAC; sem cota.

<sup>15</sup> CML-AAC; P, cx. nº 15, pl. 7939.



indiferentemente, em urinóis de encosto ou de guarita.

Um qualificado projecto de urinol em guarita, com alçado, planta e corte, apresenta, num bom desenho aguarelado, um móvel para uso individual que deve ser anterior à década de 80. O corpo da guarita, em madeira pintada, é decorado com esquadrias, possui grelha de ventilação, ao cimo, pala e resguardo lisos (possivelmente de zinco), e, ainda, cúpula aos gomos, encimada por proeminente espigão. Aberta à frente, tem no interior o urinol em pedra, com água corrente e colector<sup>16</sup>.

O modelo de ferro da mesma tipologia era similar, como se pode ver no “Desenho de Urinol de ferro que existe no Chão do Loureiro”<sup>17</sup>; apenas, variando a forma de perfuração da grelha, o friso de ligação à cúpula, com folhas afrontadas, e o remate com penacho. Datam de 1890 e 1902, outras duas cópias - tendo sido suprimida a pala numa delas - e cada uma utilizando uma das duas variantes decorativas nos resguardos<sup>18</sup>.

Por último, o modelo de guarita mais divulgado na cidade, o “Urinol Typo Francêz”<sup>19</sup>, de planta pentagonal, em ferro e vidro, para três e cinco lugares, convergentes, com resguardo e podendo-se-lhe ajustar um alpendre circular; era fornecido de todos os cómodos higiénicos. Um desenho eclético, todo francês, como o nome indica, reconhecendo-se o modelo de Davioud no risco da cúpula altaneia, de agulha, revestida por escamas, com friso e gárgulas em cabeça de leão. Formas e ornamento muito próximos dos quiosques.

Em 1877 - quando, já, existiam implantados na via pública quinhentos e quinze urinóis - chegam a Lisboa, vindos de Paris, três novos modelos de urinóis, dos cinco encomendados pela Câmara à casa comercial de *Gruis & Vianna*, representantes da

<sup>16</sup> CML-AAC; P, cx. nº 15, 7933, 7934, tendo, ainda os estudos pl. 7930, 7932 e 7935.

<sup>17</sup> CML-AAC; P, cx. nº 15, pl. 7978, s.d.

<sup>18</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, pls. de 23 de Jul. de 1890 e de 19 de Jul. de 1902, Gaveta 41.

<sup>19</sup> CML-AAC; P, cx. nº 15, pl. 7938; ver, ainda, o estudo na mesma cx. pl. 7941.

firma, parisiense, *Cail & C<sup>a</sup>*<sup>20</sup>. Eram os modelos ultimamente adoptados na capital francesa, atendendo “à elegância da construção” e às “condições hygienicas” que deviam corresponder aos modelos de Davioud, orçando: o 1º tipo a 258\$661 réis; 2º tipo a 423\$263 réis e o 3º tipo a 547\$321 réis. É nesta encomenda que, possivelmente, nos chega o muito difundido urinol de “tipo francês”. Após, acesa polémica sobre a legalidade da encomenda, efectuada pela anterior vereação, devido ao elevado custo que importaria a substituição de todos os urinóis existentes, resolveu-se, unânimemente, não aceitá-la.

No entanto, nos próximos anos, assiste-se a um grande movimento destes móveis na cidade retirando-se velhos modelos para adoptar outros, recém chegados e removendo-se modelos em uso, por questões de melhoramento sanitário e estética. De tudo isto é notícia e testemunha o espirito jocoso de Rafael Bordalo, durante a década de 80, em sucessivas páginas das suas revistas de caricatura.

As reformas municipais são tema, de uma das melhores críticas à situação, resumida em um “Drama Lisbonense em oito esquinas”<sup>21</sup>, no qual um cidadão procura, desesperadamente e de memória, todos os locais onde costumavam existir os vários tipos de urinóis, de encosto e “tipo francês”, terminando com o desabafo “Em nome das necessidades públicas pede-se com urgência um vereador para verter um requerimento!”, de costas, já, saíndo da página, possivelmente Rosa Araújo. O Cócó - cognome que herdara do pai e designação de uns célebres pasteis doces que este confeitiro vendia - é alvo de outra divertida caricatura, celebrando a sua reeleição na presidência municipal, levado em andor pelos diversos e desgostosos urinóis públicos que tinham, por ele, sido suprimidos da cidade<sup>22</sup>.

Por outro lado, a construção de um urinol “tipo francês”, no Largo da Abegoaria é motivo de chiste acompanhado por pequeno desenho<sup>23</sup> e, ainda, apresenta quatro “figurinos” de urinóis, também todos de “tipo francês”, para servirem de novos

<sup>20</sup> CML - *Archivo Municipal*, Lisboa, CML, (1878), p. 507; sessão de 7 de Nov.de 1877.

<sup>21</sup> *O António Maria*, 16 de Dezembro de 1880, p. 412.

<sup>22</sup> *Ibidem*, 1 de Setembro de 1881, p. 279.

<sup>23</sup> *Ibidem*, 22 de Fevereiro de 1883, p. 62.



modelos de galerias no parlamento, numa critica aos gestos e palavras dos politicos<sup>24</sup>... sintomas de que a sua presença marcou a paisagem da urbe.

As substituições continuam durante muitos anos, tentando um melhor saneamento e procurando o modelo certo para cada local; em 1890, dois urinóis de encosto, um na Praça do Município e outro na Rua do Arsenal, que por “falta absoluta” de condições de aceio e recato, não podem ser ali conservados, tendo que se optar entre dois projectos, também de encosto, com respectivo resguardo, de dois (60\$000 réis) e três (75\$000 réis) lugares, apresentados interinamente na Câmara<sup>25</sup>; nove anos depois, no Largo da Boa-Hora, retira-se um urinol “typo francês” e coloca-se um de encosto com alpendre e resguardo, de cinco lugares, na parede da sentina pública<sup>26</sup>. Pelo projecto vemos que tinha um resguardo recortado, às ondas e vazado por circulos; tinha um alpendre, de uma água, com um beiral rematado por desenho cuidado. Este urinol era igual ao do Largo de Corpo Santo e custou 205\$000 réis.

Semelhante era, também, o construído no Largo do Conde Barão, “no ângulo a Oeste da estação da Comp<sup>a</sup> Carris de Ferro”, aproveitando o canto e de dois lugares, com alpendre de beiral rematado, sob finas colunas lisas<sup>27</sup>. O seu resguardo, recto e desprovido de ornamentação, vem a ser objecto de melhoramentos introduzindo-lhe, mais um pano formando um ângulo curvo, tentando criar maior resguardo, e acrescentando-lhe duas barras, ao cimo e em baixo, recortadas e perfuradas, em simples desenho curvilíneo, associando-se, de certa forma, às goteiras do beiral<sup>28</sup>.

Curiosíssimo é o par de urinóis projectados, em 1903, junto ao Arco da Bandeira, na rua do mesmo nome, do lado Sul, escondendo-se do movimentado Rossio, e ajustando-se, um de cada lado, ao espaço de empena sobejante<sup>29</sup>. São dois urinóis de encosto, de dois lugares cada, idênticos, com alpendre e resguardo em trabalhos decorativos semelhantes ao da Boa-Hora que por serem muito centrais

<sup>24</sup> *Pontos nos ii*, 26 de Maio de 1887, p. 168.

<sup>25</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 11, pl. 5999 anexa ao Doc. 114.

<sup>26</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 80, pl. 10527 anexa ao Doc. 126.

<sup>27</sup> CML-AAC; P, cx. nº 15, pl. 7546, s.d.

<sup>28</sup> CML-AAC; P, cx. nº 16, pl. 7990, s.d.

<sup>29</sup> CML-AAC; P, cx. nº 15, pl. 7979, de 20 de Junho de 1903.

deviam ter grande afluência.

No ano de 1900, as substituições persistiam, desta vez junto ao adro da Igreja da Boa Hora, em Belém e o urinol de encosto que funcionava mal, dá lugar a um de guarita de ferro<sup>30</sup>. E o de “encosto typo especial”, cerca de 1910, de dois lugares, com bonito resguardo franjado, no cimo, para a Rua do Arco do Limoeiro, é colocado em vez de um individual de guarita, custou 77.000 réis<sup>31</sup>.

Os urinóis de encosto artificial parecem ser tardios, em Lisboa, datando o primeiro desenho que encontrámos, de 1894, para um urinol de quatro lugares, no Campo Pequeno<sup>32</sup>. O projecto, assinado pelo architecto A. César dos Santos, mostra, sob planta quadrângular, os lugares afrontados, deixando ao meio a parede divisória onde estava instalada a canalização para distribuição de água e na qual se apoiava um candeeiro; o resguardo com duas entradas podia ser envolvido com verdura, tal como nos é apresentado no modelo de Davioud que já referimos. Seguindo a mesma tipologia, em 1902, para o Campo Grande, um urinol de três lugares seguidos, sob base rectângular, com distribuição de água e resguardo de dupla entrada; colocando-se quatro no jardim <sup>33</sup>.

No mesmo ano, manda-se fazer dois resguardos lisos para outro urinol, da mesma tipologia, mas seguindo outro modelo, já, construído na Praça do Comercio. O projecto, assinado por Ressano Garcia, apresenta um urinol de dois lugares afrontados, assente sob larga base de pedra, com pequenos resguardos laterais, que foram envolvidos pelos novos e grandes resguardos deixando dupla entrada; custou a obra 35\$500 réis<sup>34</sup>.

Mas, como observámos, um dos grandes problemas era a colocação destes, quantas vezes, indesejáveis móveis, que obrigava a muitas remoções. Como, em

<sup>30</sup> CML-AAC; P, cx. nº 21, pl. 6854, anexa ao Doc. 115.

<sup>31</sup> CML-AAC; P, cx. nº 31, pl.9169, s.d; e Equipamento Urbano; “Orçamento para a construção d’um urinol de encosto typo especial de dois logares na rua do Limoeiro, junto ao Pateo do Aljube”. Gaveta 40, s.d.

<sup>32</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 15, pl. 6142 anexa ao doc 138.

<sup>33</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 23, pls. 8875 e 8874.

<sup>34</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 81, pl. 10539 anexa ao Doc. 141.



1894, não tendo sido aceite, pela Companhia de Caminhos de Ferro Portuguezes, o pedido da Câmara, para se colocar um urinol na arcada aberta sob a muralha da primeira rampa de acesso à “Estação Central”, ao Rossio, o engenheiro Ressano Garcia teve que sugerir novo local, advertindo, mais uma vez, que “contra a sua collocação neste local é possível que se levantem reclamações por parte dos inquilinos do prédio da rua do Principe (o local escolhido) que para ali deita janelas”<sup>35</sup>; acabando por se colocar um urinol individual de guarita<sup>36</sup>, no meio do pátio, que por sua vez, é substituído, por um de “tipo francês”<sup>37</sup>, em 1898.

Outro exemplo, de 1906, é o do prior da Igreja de S. Vicente queixando-se de que tendo sido retirado um urinol, do Largo do mesmo nome, “por relamações dos vizinhos do prédio construído ultimamente (...) dando isto logar a que as paredes e dependencias da minha egreja andem sempre immundas”, chamava a atenção para a “necessidade de ser installado o mesmo urinol no local próximo da escadaria que dá ingresso para os Claustros do Paço de S. Vicente”<sup>38</sup>. E, em 1910, foi a vez de moradores e proprietários na Avenida Dona Amélia (Almirante Reis) que reclamavam contra um urinol colocado em frente do Caminho do Forno do Tijolo<sup>39</sup>.

Por outro lado, a Câmara tinha que fazer face aos pedidos de urinóis e manutenção dos existentes, tarefa que não era fácil. Para cada nova encomenda abria-se praça, eram apresentados os modelos municipais e decidia-se pela proposta mais vantajosa. A firma *Salinas e Martins*, com oficina de serralheria, à Calçada do Tijolo, ficou encarregue, em 1898, da construção de dez “guaritas de ferro para urinóis e seus respectivos resguardos e alpendres conforme o desenho apresentado”<sup>40</sup>, a 109\$000 réis cada, estabelecendo-se, como era costume, um detalhado caderno de encargos. No ano seguinte, pôs-se em praça o fornecimento de vinte urinóis de “tipo francês” - catorze de três lugares e seis de cinco lugares - apresentando-se o desenho modelo

<sup>35</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 15, pl.6130, anexa ao Doc. 79.

<sup>36</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 15, pl.6130.

<sup>37</sup> CML - AAC; SGO, cx. nº 79, pl. 10517 anexa ao doc 96; e ver foto in *Passatempo* (53), 1903, p. 41.

<sup>38</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 82, pl. 10550, anexa ao Doc. 19.

<sup>39</sup> CML- *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1911), p. 460 e 697.

<sup>40</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, doc. de 3 de Junho de 1898, Gaveta nº 41.

como era hábito<sup>41</sup>. Em 1902, foi a vez da firma *Francisco de Azevedo Nogueira* ficar responsável pela encomenda de doze urinóis de “guarita e seus pertences”, pelo menor preço, (90\$000 réis)<sup>42</sup>.

E, havia os pedidos feitos por outras câmaras do país, como a de Beja, em 1902, de dois urinóis de guarita, antigos; tendo a Câmara de Lisboa respondido “não os haver em estado de serem utilizados, e como esclarecimento declara que os mais baratos, custam 242\$000 réis”<sup>43</sup>, mostrando bem as dificuldades e as defesas dos cofres do município... Ou, as constantes despesas com os roubos, como o de Junho de 1910, em que foram roubados numa, só, noite quase todos os bicos de iluminação dos urinóis, segundo se queixava o serviço de iluminação pública das *Companhias Gaz e Electricidade*<sup>44</sup>.

A manutenção de tantos urinóis necessitava de uma inspecção periódica, estando cinquenta e dois a precisar de concerto<sup>45</sup>, em 1912; enquanto as zonas mais afastadas continuavam a ter carências conforme o pedido do Delegado de Saúde para a construção de sentinas no Campo Grande e no Lumiar; e urinóis em Carriche, Paço do Lumiar e Ameixoeira<sup>46</sup>.

Raros são os exemplos “sobreviventes”, na cidade, como um às portas do Castelo e outro nos velhos Olivais, muito simples, com os seus resguardos rendilhados, ainda se utilizam.

Entretanto, surgiu o projecto de um “novo tipo de mictório”, em 1914, nos serviços camarários. O risco é do arquitecto Jorge Severo Luiz - sob a aprovação de José Alexandre Soares, arquitecto-chefe - apresenta-nos um urinol, algo, chinês ou japonês no desenho das suas formas orientalizantes; tendo ficado a obra a cargo de

---

<sup>41</sup> CML-AAC; , Equipamento Urbano, pl. de 1899, Gaveta 41.

<sup>42</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1903), p.308.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 123.

<sup>44</sup> CML- *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1911), p.470; ver, ainda, sobre o mesmo assunto a p. 637.

<sup>45</sup> CML- *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1913), p. 308.

<sup>46</sup> CML-*Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1912), p. 106.



António Dias Alemão, aparelhador<sup>47</sup>. Em 1931, o projecto de outro “Mictorio de 4 logares, tipo francês”, para ao lado da Igreja dos Anjos, dava continuidade a esta nova tipologia de urinóis<sup>48</sup>. De planta quadrada, urinóis de encosto artificial, e estrutura cega com grelha de respiradores, sem portas e duplo telhado com ventilação. Procurava-se atender a todos os requisitos de higiene, saneamento, ventilação, resguardo, circulação e integração na faixa de verde. Era a tipologia dos pequenos móveis que “morria” dando lugar a peças maiores, com outras comodidades exigidas ou propostas por uma outra vaga de civilidade que depressa os suplanta, remetendo-os para subterrâneos. Ao projectar-se, em 1921, os urinóis subterrâneos do Rossio, pelo arquitecto Alberto Pedro da Silva<sup>49</sup>, resolvia-se, em simultâneo, problemas de pejamento e antigas querelas de implantação com os munícipes.

Para satisfazer outra necessidade higiénica, para ambos os sexos - mas, sobretudo vocacionado para o feminino, excluído que estava da utilização dos urinóis - vai surgir um outro móvel, o chalet-retrete.

Requerendo mais privacidade, ele é obrigado a ter maiores dimensões, como uma pequena casa ou pavilhão, utilizando a planta quadrada ou rectângular, esporadicamente octagonal, que como o nome indica, foi inspirar-se para a sua forma, no tradicional chalet. Esta moda na arquitectura, procurando modelos na pitoresca Suíça, percorre a Europa, durante a segunda metade de Oitocentos, construindo-se neste gosto habitações, um pouco, por toda a parte.

Os chalets-retrete, mistos e destinados a vários utentes, ofereciam quatro, oito e mais, lugares; e, ainda, tinham um guarda de serviço para atendimento. Eram pequenos pavilhões, com o interior subdividido em espaço de distribuição e gabinetes, destinados aos utentes e a guarda, podendo, ainda, encontrarem-se outros serviços, como o pequeno comercio, acoplados à sua principal função; procurando tirar

<sup>47</sup> CML-AAC; DSU, cx. nº 102, Doc. 21.

<sup>48</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, pl. de Maio de 1931, Gaveta 41.

<sup>49</sup> CML-AAC; Equipamento Urbano, pl. de 17 de Agosto de 1914, Gaveta 41.

dividendos e revertendo-os na sua própria manutenção.

A cobertura é preponderante na sua caracterização, com telhados de várias águas ou cúpula, com decoração e remates, em agulha, espigão ou esfera, lembrando, em alguns casos, os quiosques. Nunca faltando os respiradores através de grelhas colocadas em lanternim, tambor, mansardas e janelas, para uma eficiente ventilação. Exigências de um bom saneamento, obrigava-os a serem abastecidos pelas redes de água corrente, de iluminação e, naturalmente, a possuírem colectores para o seu próprio escoamento.

São construídos em diversos materiais, desde a tradicional alvenaria e reboco, ao ferro e vidro, muito perto dos quiosques; e os mais pitorescos utilizam uma combinação de tijolo, madeira e cobertura de ardósia. Este último conjunto de materiais integrava-os, perfeitamente, nas zonas ajardinadas onde eram, a maior parte das vezes, instalados. Procurando locais onde a frequência exigisse a sua presença e colocando-os em pontos bem visíveis, mas, discretos, envolvidos por canteiros ou entre a sombra das árvores; participavam, pela sua forma decorativa, como um ornamento do próprio jardim. Fora das zonas verdes, devido às suas dimensões, tinha que se procurar artérias com largos passeios onde se pudessem implantar, deixando espaço para a livre circulação pedonal.

Na capital francesa, embora existam projectos, desde 1859, só, vimos implantarem-se os primeiros *chalets de nécessité*, em 1872. Ficando a sua manutenção e iluminação a cargo do concessionário que retirava lucros das entradas e publicidade afixada. A pesar do seu número reduzido adoptaram diversas formas, geralmente envidraçadas para suporte de publicidade, decoradas com frisos e remates de beirais e coberturas. Não existindo um modelo definido pelo *Service de Promendes et Plantations* - móvel ausente no album de Alphand - são os diferentes desenhos apresentados por empresas particulares que vão sendo adoptados. Difundindo-se muito mais lentamente que as *vespasiennes*, estes *water-closets* atingem o número de cento e doze, em 1911 e diminuindo para noventa e três, logo no após-guerra.



Entretanto, propondo-se, desde 1893, a construção de *cabinets d'aisances* subterrâneos, logo que se vê começar a funcionar a primeira galeria em 1905, difunde-se rapidamente esta tipologia que contava com noventa e três, em 1920, para estagnar nas décadas seguintes, com noventa e sete, em 1940.

Em Lisboa, são anteriores à década de 70, de Oitocentos, as primeiras retretes públicas, pois, em 1871, são colocadas “novas retretes em substituição às que existem n’um beco próximo ao Theatro de S. Carlos”<sup>50</sup>, segundo planta de localização de Domingos Parente da Silva, arquitecto a trabalhar na Repartição Técnica da Câmara. Durante as duas próximas décadas o município esteve empenhado em construir latrinas e sentinas públicas projectando-as de raiz ou adaptando diversos pequenos edifícios municipais.

Os primeiros projectos, são edifícios térreos, como o projectado, em 1889, por José Luis Monteiro, para “a construção d’uma sentina pública que hade substituir a das antigas barreiras d’Alcântara” que ia ser demolida, junto á Estrada da Circunvalação, local escolhido “por ser próximo da antiga e ao mesmo tempo fóra da linha do maior movimento e com o necessario recato”, custando 1.800\$000 réis<sup>51</sup>.

Apresentando uma pequena planta quadrada, dividida em três partes, uma com corredor ao meio para distribuição pelos gabinetes - oito simples e dois, requintadamente com bidé - ladeada por outras duas partes, em patio que a isolam da rua, criando privacidade; e, ainda, permitindo o arejamento e iluminação convenientes através de janelas individuais. A cobertura de duas águas dispunha de quatro chaminés-respiradouros auxiliando a ventilação. A fachada, de grande pobreza de desenho, resume-se a uma entrada em arco, encimada por um óculo, lembrando tipologias do Românico, que os muros laterais dos pátios, como que contrafortes, reforçam.

No mesmo ano, outro projecto, deste arquitecto, para a “construção d’uma latrina

<sup>50</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 2, pl. 5790.

<sup>51</sup> CML-AAC; OP, Orçamentos, Orçamento nº 425, cx. nº 8; e pls. 11096 e 11097, 15 de Junho de 1889.

na Rocha do Conde d'Obidos", junto à escadaria do mesmo nome<sup>52</sup>; ou a ampliação de outras sentinas municipais, já, existentes, como a da Rua dos Anjos (1898), ou da Travessa do Ferro (1892), ambas de Mestre Monteiro<sup>53</sup>.

Os últimos, projectos de adaptação, não os podemos considerar mobiliário urbano, já que resultam da reconversão de imóveis existentes no património camarário, como, em 1892, para o aproveitamento de uma loja, foi realizado um "Projecto de construção de sentina pública no edificio municipal no Largo de Vasco da Gama", também, pelo architecto José Luís Monteiro<sup>54</sup>.

Só, tardiamente, cerca de 1895, entra a tipologia de chalet-retrete nas ruas da capital, com a colocação de um deles na Praça da Estrela<sup>55</sup>, outro no Largo da Abegoaria "simillhante àquelle cujo prospecto e projecto (...) com destino à Allameda de S. Pedro d'Alcântara", sob o risco do architecto J. L. Monteiro<sup>56</sup> e o da Avenida da Liberdade, a funcionar em 1900<sup>57</sup>; que infelizmente desconhecemos o seu risco.

Instalações que devido às redes de canalização (esgotos, água e luz), elevados custos de obra e diferentes entidades envolvidas, demoravam muito tempo a estarem em pleno funcionamento; assim, em 1902, ainda, respondia a *Companhia das Águas*, dizendo que "para satisfazer a uma requisição da Câmara para a ligação com a canalização geral d'um encanamento destinado a levar agua a um chalet-retrete no jardim de S. Pedro d'Alcântara e o assentamento do respectivo contador, é necessaria a auctorização do ministério das obras públicas para o caso de entrar este consumo na totalidade dos consumos municipais, e aproveitar da dotação gratuita da câmara, e no caso de dever ser pago mensalmente pela mesma câmara a declaração d'este de que se responsabiliza por esse pagamento"<sup>58</sup>, obrigando a forçadas demoras.

<sup>52</sup> CML-AAC; OP, cx. n.º 9, pls. 11149, 11150 e 11151.

<sup>53</sup> CML-AAC; SGO, cx. n.º 79, pl. 10522; e SGO, cx. n.º 13, pl. 6061.

<sup>54</sup> CML-AAC; SGO, cx. n.º 13, pl. 6059 e, ainda, cópia no Equipamento Urbano, Gaveta 41.

<sup>55</sup> CML-AAC, Equipamento Urbano, s.d, Gaveta 41.

<sup>56</sup> CML-AAC; OP, cx. n.º 12, pl. 11250.

<sup>57</sup> Mencionado num mapa relativo a "instalações fixas: quiosques e diversos", ver CML-AAC; cx. 37V, Doc. de 19 de Junho de 1900.

<sup>58</sup> CML- *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1903), p. 121.



Em 1909, o vereador republicano Afonso de Lemos (1865-?) médico, em sessão camarária, referiu-se às condições de comodidade e higiene, em que tinha visto os chalets-retrete, no estrangeiro. Sublinhando preocupações turísticas que “em Portugal pretende-se attrahir os estrangeiros, offercendo-lhes apenas as bellezas naturaes do Paiz, o que não é sufficiente”; tendo enviado, para a mesa, uma proposta que viria a dar os seus frutos, “para que se abra concurso público para a concessão do estabelecimento e exploração de chalets-retrete, modelo de Paris e Madrid e algumas retretes subterrâneas modelo de Londres, passando a vereação ao estudo das condições a exigir n’esse concurso, tomando como base de discussão a proposta apresentada à câmara em 1907”<sup>59</sup>, embora os resultados tenham sido de uma forma diferente, porque não temos notícia que o concurso se tenha aberto.

Encontrámos um projecto de *Kiosko de Necesidad*<sup>60</sup>, datado de 1906, da firma *Felix Labat*, com sede em Alcala 6, de Madrid, que os devia construir; é, possivelmente, do tipo de chalet-retete madrileno a que o vereador republicano Afonso de Lemos se referia. Em desenho aguarelado, cuidado nas formas e decoração, utilizando uma estrutura metálica preenchida por madeira e vidro. É um quiosque, de maiores dimensões e adaptado a uma outra função. Apresentando uma planta quadrada, com oito gabinetes inscritos (um reservado para arrumos), e duas portas de acesso, com dupla cobertura, de lanterim- respiradouro, e ornamentado por simples misulas, onde assenta o beiral de remate vegetal, encimado por espigão.

Em 1912, realizam-se dois grandes projectos e orçamentos, por proposta de Caetano Alves, vereador, “para a construção de retretes e urinoes subterraneos para ambos os sexos, nas principaes praças públicas, começando pela de D. Pedro IV e obedecendo a todas as condições hegienicas”<sup>61</sup>, do risco de Álvaro d’Ascensão Machado, então architecto camarário de 1ª classe, de gosto pelo românico e adepto da tradicional “casa portuguesa”, que foi auxiliado por José da Purificação Coelho, architecto em tirocinio.

<sup>59</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1910), p.533.

<sup>60</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 82, pl.10541.

<sup>61</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 33, Doc. 314.

O primeiro, “Ante-projecto para a instalação subteranea de retretes e urinoes com serviço independente para ambos os sexos”<sup>62</sup>, mostra-nos uma exedra octagonal, com um quiosque de elevada cúpula, ao centro, que servia de entrada dando acesso às escadarias que conduziam ao subsolo. A exedra profusamente ornamentada em trabalhos de ferro das grades, capitéis, misulas e remates do beiral; e a marcante dupla cúpula sobreposta, do quiosque, assente em tambor que servia de respirador, é encimada por grande espigão. No subsolo um corpo rectângular dividido, dicotomicamente em Senhoras/Homens, tinha gabinetes, casa do guarda, de arrumos e, luxuosamente, com *toilette* para o sexo feminino. Tem, ainda, o desenho, uma nota à margem, sublinhando que “a separação da entrada para cada um dos sexos é determinada pela posição d’um Kiosque que pode ser utilizado para a venda de publicações, flôres, tabacos, loterias etc...” solução que vai ter importante desenvolvimento no futuro, como veremos.

O outro “Ante-projecto de Chalet-retrete com serviço independente para ambos os sexos”<sup>63</sup> mostra-nos um pavilhão, de planta rectângular - formado por dois corpos unidos por um àtrio - com quatro entradas por pequenas escadarias - uma só para “Senhoras” - e o àtrio central servindo de urinol colectivo, onde se apoiava um candeeiro, e dando acesso, apenas, aos gabinetes masculinos; ocupando, assim, o lado masculino maior superficie coberta. Cada um dos corpos, desenvolvia-se em corredores fazendo “risco ao meio”, mantendo a compartimentação, semelhante ao projecto anterior. Os acessos ao àtrio-urinol, por recortada verga, estavam, necessariamente, resguardados por meias empenas, uso que lhe advem dos outros urinóis, mais pequenos.

A cobertura, em complicado jogo de águas e de arrebiques saloios, é utilizada para arejamento e iluminação, com grelhas nas mansardas e lanternim. Todo ele, ligeiramente elevado acima do solo por um pequeno soco em *rusticato*, é decorado em trabalhos de grades, misulas dos beirais e alpendres, remates da cobertura e, sobretudo, uma faixa de azulejos que percorre parte das fachadas reunindo os três volumes.

<sup>62</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 33, pl. 9263, anexa ao Doc. 314

<sup>63</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº 33, pl. 9262, anexa ao Doc. 314.



José Alexandre Soares, arquitecto-chefe, apresenta ambos, com o comentário, da “provável impossibilidade de se executarem taes construções (subterrâneas) em Lisboa por motivo da rede da canalisação geral existir muito à superfície, o que só com enormes encargos se poderia ainda conseguir a construção de um desses modelos na praça de D. Pedro, onde justamente se pretendia iniciar esse genero de construções, e ahi por esse motivo da cota da canalização o facilitar um pouco mais. Devo ainda acrescentar que julgo improprio este genero de construções para os paizes do nosso clima, no que respeita à hygiene e dos nossos habitos relativamente `a nossa educação; e é assim, que só nos paizes do Norte e muito especialmente na Inglaterra este genero de construções subterraneas teem sido frequentemente adoptados”, justificando, deste modo, o segundo “projecto typo de pavilhão retrete dos mais usualmente adotados para construir acima do solo”<sup>64</sup>; não se chegando nenhum deles a realizar.

Um ano depois, estes dois ante-projectos - um, ainda, oitocentista e, outro, mais “moderno” - vão influenciar, pelas suas soluções, de dupla funcionalidade quiosque/chalet-retrete e emprego de azulejos na fachada, um curioso projecto, que teve confirmação prática, em várias zonas ajardinadas da cidade.

Datado de 1913, o “Projecto de retretes com anexos para venda de Flores e jornaes, destinadas às praças e jardins publicos” é um excelente desenho do risco de José Alexandre Soares<sup>65</sup>. De planta quadrada, com os cunhais chanfrados, é, no interior, inteligentemente dividido em quatro gabinetes - apetrechados de retrete e bidé - dois postos de venda, voltados para o exterior e local estratégico para a guarda, mostrando uma boa racionalização do espaço, em animado jogo geométrico, que é completado pelos quatro canteiros circulares envolvendo-o, quase totalmente, ao nível do solo.

Construído em tijolo - material pouco usado, entre nós, exceptuando, algum, equipamento industrial e a Praça de Touros no Campo Pequeno (1890-92), talvez de

<sup>64</sup> CML-AAC;SGO, cx. nº33, Doc. 314, de 28 de Maio de 1912.

<sup>65</sup> CML-AAC; SGO, cx. nº34, pl. 9293, de 4 de Dezembro de 1913.

influência espanhola - tirando partido da madeira, em decorativo travejamento, no lanternim-respirador, perfurado por pequeníssimos óculos amansardados; e a dupla cobertura, em complicado jogo de águas, é revestida por ardósia, em escama, rematada por acrotério esférico emplumado. Mas, o que mais surpreende são os pequenos espaços reservados para painéis de azulejos, integrando estas estranhas formas e materiais, nacionalizando-as, com a tradicional produção azulejar.

Uma, só, entrada, três janelas largas (duas servem de balcão) e quatro janelos “góticos” (mantendo o resguardo), auxiliam na iluminação e ventilação, sempre, exigidas por um bom saneamento.

Animada e colorida forma decorativa, espaço interior racionalizado, dupla funcionalidade, utilização de materiais rústicos e cercado por canteiros, integrando-o harmoniosamente nas zonas verdes, fizeram a aceitação geral deste móvel, que é notícia na imprensa diária, n’*O Século* ou no *Diário de Notícias*, confirmando o aplauso e publicando desenhos<sup>66</sup>.

A Câmara construiu quatro<sup>67</sup>, ainda existentes, espalhados pela cidade, seguindo o modelo projectado, apenas, com variantes decorativas, como o emprego de tijolo verde, vidrado, no do Cais do Sodré, Amarelo, no do Parque Silva Porto (Benfica); na forma do revestimento da cobertura, em placas ou, excepcionalmente, conforme o riscado, em escama, no do Jardim Constantino (Estefânia); maiores semelhanças estão na pintura dos azulejos ou a sua ausência, como no da Praça David Leandro da Silva (Poço do Bispo).

Duas séries, policromas, em painéis alegóricos, são assinadas pelo pintor José António Jorge Pinto (1876-1945) - discípulo do mestre Veloso Salgado, que trabalhara com intermitências na *Fábrica Constância* (1897-1906) - realizadas no seu atelier doméstico e cozidas na *Fábrica de Campolide*, em 1915. Uma dedicada ao mar, perto que estava da barra do Tejo, no do Cais do Sodré, com figuras na lembrança da odisseia lusa, as representações de “a gaivota”, “o penedo”, “o búzio”, “a onda”, “o

<sup>66</sup> Ver, *Diário de Notícias*, 17.12.1913, p. 3, e *O Século*, 17.12.1913, p. 2.

<sup>67</sup> Ver as fotografias em Baltasar Matos Caeiro - *Op. cit.*, pp. 108-109 e 118-124.



mar” e “a areia”, indicadas em municipais cartelas, encimadas pelos corvos e coroa acastelada da cidade. Composições decorativas, de alguma sensualidade, envolvidas em gráficas cercaduras, de “sabor” Arte Nova, com os bustos das figuras brincando com os elementos das respectivas alegorias.

Outra série azulejar, debruçando-se sobre o campo, em pleno parque municipal, no de Silva Porto, com sentimentais figuras de luxuoso cartão ilustrado, as representações de “a fonte”, “a caça”, “o bosque”, “mal.me.quere”, “bem.me.quere”, “muito”, “pouco” e “nada”, indicadas em compridas e esvoaçantes cartelas. Composições semelhantes, procurando nacionais sentimentos, em historiados ditos populares, com os bustos das figuras ajustadas em medalhão e larga cercadura, ajudando as alegorias.

Em série, bicromática, a azul e amarelo, não identificada, nem datada; mas, mais justa, porque apresenta alegorias historiadas às idades da *toilette* feminina - rapariga, noiva, mulher e anjo - dedicadas às senhoras, e duas “montras” - uma de jornais e tabacos, e outra de bebidas - dedicada aos homens, em consonância com o seu intrínseco duplo carácter funcional. Composições com melancólicos bustos femininos e dois cartazes publicitários de géneros, masculinos, sob enquadramento em medalhão, de arranjo vegetalista e lírios, num gosto muito burguês, como a própria zona urbana.

Os urinóis, móveis polémicos do quotidiano, depois de entrarem na via pública lisboeta em 1833, vão-se diversificar em tipologias e formas, muito próximas das parisienses; assistindo-se a um forte implemento de novos modelos, sobretudo o “tipo francês”, orientalizante, nas últimas décadas de Oitocentos, para virem a cair em desuso, a partir dos anos 20, e serem, quase extintos, com as grandes reformas urbanas e “civilizadoras” no final dos anos 30.

Embora, já existissem retretes, sentinas e latrinas públicas, de uso popular ou pequeno burguês, os primeiros chalets-retrete surgem na década de 90, para atingirem significativos e variados projectos no início dos anos 10, maiores os de José Alexandre Soares, muito pitorescos e de notado cunho na cidade; pouco difundidos caem, tal

como os urinóis, também eles, em desuso, a favor dos lavatórios subterrâneos



### III PARTE

## PAISAGEM E SOCIABILIDADE URBANA

A instalação do mobiliário urbano, em Lisboa, levou a uma modificação da paisagem da urbe, “povoando” o espaço público que se encontrava construído, anteriormente, quase “virgem”, reduzido a simples lugares para o trânsito quotidiano e, excepcionalmente, para comércio ou festa; organizando-o, tal como nas novas urbanizações, segundo o modelo francês, haussmanniano - em esquemas urbanísticos, de rua ou jardim - impondo-lhes uma ordem, com a disposição das peças de mobiliário; por outro lado, contraditóriamente, no momento seguinte, quando sobrecarregado o espaço urbano, torna-se pejamento, por vezes “anárquico”, conduzindo ao caos que a Câmara tentará solucionar.

O número e métrica regular de espaçamento, no caso das colunas dos candeeiros ou dos diversos postes e dos bancos, em fileiras, como as árvores, conferem um ritmo e um escansionamento visual ao espaço que é percebido pelo transeunte nas suas eiambulações, acentuando a ortogonalidade em parte das antigas (as pombalinas) e das novas urbanizações.

A instalação estratégica de fontenários, quiosques, urinois e coretos, cujos lugares eram memorizados, são pontos de referência pelo hábito da sua repetida utilização quotidiana, por parte do cidadão, constituindo-se, assim, uma geografia urbana do seu mobiliário, leva a uma rotina diária ou semanal dos seus utilizadores.

Além dos móveis urbanos municipais e particulares que são objecto pela importância do seu desenho e número, na paisagem urbana, de um capítulo individual neste inquérito, havia ainda, diversas peças, conforme vamos referir, com funções e tamanhos díspares que tomavam lugar no espaço público, também contribuindo para a modificação, pontual ou sistemática, da paisagem urbana.

Em 1882, a capital viu-se povoar por, estranhos e coloridos, doze marcos do correio, dos quarenta e dois encomendados à oficina londrina de *Handyside*; conforme, já, era uso na Belgica (1848) - que foi o primeiro país a adoptá-los - na França, na



Alemanha e na Inglaterra (Londres, 1854) - onde são conhecidos por *pillarboxes*. Eram “uns marcos de ferro, pintados de vermelho, muito vistosos, com uma fenda horisontal na parte superior, por baixo da fenda uma porta fechando com segurança por meio de chave, e um pequeno quadro branco indicando as horas da tiragem das correspondências”<sup>1</sup>, pondo um fim às constantes violações das muitas caixas de correio, em madeira ou ferro, que se encontravam dependuradas, fora dos estabelecimentos mais centrais, por regulamento de 7 de Março de 1800, e que, ainda, se fabricariam, para uso corrente, em 1931<sup>2</sup>.

Um destes novos marcos, de Oitocentos, no Largo de S. Roque, mereceu destaque em gravura, num periódico da época, com senhoras elegantes depositando carta e gente lendo o jornal pelos bancos, denotando uma vivência toda urbana; e se, um comerciante, do mesmo largo, deu um beberete para festejar a instalação de um daqueles marcos do correio, em frente do seu estabelecimento<sup>3</sup>, outros olhavam com desconfiança; no entantanto, *O Marco Postal*<sup>4</sup> entrou, depressa, no imaginário da cidade antropomorfisando-se, em respeitável senhor de fartos bigodes, inspirando confiança. Em 1894 e 1896 apresentavam-se desenhos de marcos e caixa postal (de embutir nas fachadas), acompanhando as pormenorizadas condições do caderno de encargos<sup>5</sup>, para que a adjudicação do seu fabrico fosse nacional. Este móvel urbano - ao qual em humor alfacinha chamaram de *irmão do santíssimo*<sup>6</sup>, pelo seu vermelhão Real britânico - com pontuais alterações, tem resistido na sua forma e cor, há mais de um século, ao serviço nas ruas de Lisboa.

Além, das portas dos quartéis e dos edificios estatais, a par de cada

<sup>1</sup> *O Occidente* (140), 1882, p. 254.

<sup>2</sup> Ex-CTT-Arquivo Histórico; Biblioteca e Documentação Histórica da Fundação das Comunicações (em instalação), “Fabricos das O. G.”, in: José Mendes Freire Junior - *Oficinas Gerais e Transportes Postais, Relatório 1926 a 1931*, Vol. I, Lisboa, Correios, Telégrafos e Telefones, Set., 1932, p. 76-M; texto dactilografado, ilustrado com desenhos a tinta da China, neste caso sete modelos de caixas de correio de dependurar, nas fachadas dos imóveis.

<sup>3</sup> Furtado Fernandes - “Receptáculos Postais, alguns apontamentos sobre a sua história”, in *Revista de Correios e Telecomunicações* (12), Dezembro 1969/ Janeiro 1970, p. 43.

<sup>4</sup> *O Século - Suplemento Humorístico*, 11.11.1897, p. 2.

<sup>5</sup> Ex-CTT-Arquivo Histórico; Biblioteca e Documentação Histórica da Fundação das Comunicações (em instalação), *Condições gerais das adjudicações de fornecimento de material*, Cad. d’enc. E. 5, Lisboa, Ministério das Obras Públicas Commercio e Industria, Direcção dos Serviços Telegrapho-postaes, Repartição dos Telegraphos, 1895.

<sup>6</sup> Ver Mário Costa - *O Chiado Pitoresco e Elegante*, Lisboa, CML, 1987, p. 96

monumento que ía surgindo, espaçada e demoradamente, durante Oitocentos, colocava-se uma guarita, para abrigo de uma sentinela vigiando os costumes e guardando o respeito pela obra nacional, evitando vandalismos que os hábitos de civilidade, ainda, não estavam aprendidos por grande parte da população de raízes rurais. Assim, Ressano Garcia, engenheiro-chefe camarário, risca o “Projecto de guarita para sentinela junto do Monumento dos Restauradores”<sup>7</sup>, em 1887 - no ano seguinte à sua inauguração, como já observámos - de planta hexagonal, faces molduradas, com óculos vazados, ampliando o prisma da visão, e cobertura piramidal, rematada por torneado espigão, deixando escorrer as águas por leoninas gárgulas; assentava numa pequena base, de igual planta, provavelmente, em cantaria, que marcando-lhe o lugar no espaço urbano, a elevava um pouco a cima do solo. Parece ser um modelo desmontável, com módulos de encaixe, conferindo-lhe maior mobilidade, e o seu desenho cuidado, em forma e decoração próximas dos quiosques, coadunava-se com o outro mobiliário urbano, não destoando ao pé dos monumentos Pátrios.

Mas, a guarita portuguesa mais comum, de forma semelhante, era “pesada e rodando em volta d’um parafuso que permite movel-a docemente”, procurando melhor ângulo de visão; e, ainda, para maior resguardo, “collocam-se toldos de lona à porta das guaritas nos dias de grandes calores”<sup>8</sup>. O costume de espalhar estes postos de vigilância, parece ter decaído, logo, no ano seguinte à implantação da República, em 1911, pedindo a Câmara, aos respectivos Comandantes, para serem removidas das vias públicas “as pedras que serviam de base às guaritas das sentinelas de alguns postos de guarda que teem sido retirados”<sup>9</sup>.

Foi, em 1900, que as paragens dos carros americanos tornaram-se fixas, em estações, defenidas junto a determinados candeeiros de iluminação pública<sup>10</sup>, pintados de branco, vidros encarnados na lanterna e com tabuleta. Foram sugeridos, pela Carris, dois formatos de placas<sup>11</sup>, ambas suspensas de um pequeno varão rematado por esfera - à semelhança das muitas tabuletas comerciais que se encontravam afixadas às

<sup>7</sup> CML-AAC; Desenho, 12 de Fevereiro de 1887, sem cota.

<sup>8</sup> *Ilustração Portuguesa* (227), 1910, pp.809 e 811.

<sup>9</sup> CML-Actas das Sessões, Lisboa, CML, (1912), p. 722.

<sup>10</sup> Ver capítulo Os Candeeiros.

<sup>11</sup> CARRIS - Sala de Desenho; Dº Nº 52/1161 e Dº Nº 53/1162.



fachadas indicando o género e nome dos diversos estabelecimentos - uma bandeira de ferro circular, da qual da não temos notícia que se tenha utilizado; e outra rectângular, largamente difundida. Seria o início de uma grande família de bandeiras sinalizadoras - incluindo as de viação, também em candeeiros, para circulação obrigatória pela esquerda<sup>12</sup>, em 1911, proposta de Francisco Grandela (1853-1934), grande comerciante em Lisboa e vereador republicano (1908-12) - que com o crescimento e electrificação da rede (como observaremos de seguida) vão ser empregues como “Sinais para o serviço do movimento dos carros”<sup>13</sup> eléctricos, já, em 1932; agora, suspensas nos fios, indicando a “paragem” ou “paragem de zona” e fornecendo outras informações codificadas aos condutores.

Logo, em 1900, se criticou as *Estações d’Americanos*<sup>14</sup>, porque quanto a comodidades “é bem de ver que os candeeiros as têm todas, já como abrigo do sol e chuva, já como bancada para descanso do corpinho das pessoas, já para esclarecer os horários, etc, etc,”; ou em jocosos anúncio *Paragem de Carros Americanos*<sup>15</sup> diz-se que a Carris encomendou 200.000 fatos de banho que serão fornecidos - “ha fatos avulsos e por assignatura” - a quem tiver de esperar, nas paragens, em dias de chuva; vendo-se desenhada uma família inteira (não esquecendo o cão), como que a banhos, de pé, muito séria, debaixo de uma chuvada torrencial, junto a um candeeiro com a bandeira de paragem de americano, no passeio de uma rua!

Romântica é a *chronica...parada* à espera de um carro americano, *A quinze dias de vista*<sup>16</sup>, dando um bom retrato-síntese da evolução do mobiliário de rua, na paisagem urbana, e da sociabilidade alfacinha.

O papá *Onofre Pimenta*, a lêr um periódico, sua mulher *D. Phillipa* (a *Pipi*), uma filha *Ophelia* e os irmãos *Felinhos* à espera - “hoje em dia todo o lisboeta se sente

<sup>12</sup> A proposta foi de Francisco Grandela, para bandeiras de ferro que teriam a largura de 12 a 14 centímetros e com as letras pintadas; logo, sendo aprovadas para as ruas do Ouro, Augusta, Garrett, Carmo, Nova do Almada e Arsenal, por aditamento de Ventura Terra, CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1912), pp. 517-518. Mais tarde, Grandela propõe a alteração, para as ruas Nova do Almada e do Carmo, *Ibidem*, p. 547.

<sup>13</sup> CARRIS - Sala de Desenho, Dº Nº 3545.

<sup>14</sup> *O Seculo - Suplemento* (142), 1900, p. 7.

<sup>15</sup> *O Século - Suplemento* (146), 1900, p. 6.

<sup>16</sup> *O Chinelo* (3), 1900, p. 18.

sebastianista e passa horas à espera do desejado...” - junto a uma das novíssimas paragens de tabuleta; “estreitam-se relações à roda dos candieiros, criam-se amizades, reina paz e *onião*. E *en avant balancez*. Os Kiosques de capilé notoriamente bem como as mulheres da fava torradinha, multiplicam-se em cada paragem”; chega um *mancebo d’airoso porte* que olha para a *Ophelia*; à noite, jogaram um lotosinho; no dia seguinte, de namoro, a *D. Pipi* ouve confidências e o papá aceita o pedido; “e os dias passavam lépidos e os americanos cheios”; tratou-se do enxoval, apareceu um padre - “que ainda estava na doce illusão que chegaria a tempo para dizer missa em S. Roque pelo Natal” - e celebrou-se o enlace, sendo padrinhos dois conselheiros, foi um dia de alegria “à roda d’aquelle candieiro”; à noite, houve *soirée* até de madrugada; “d’ahi a dias morreu d’uma *lazerite* aguda um dos padrinhos (...) e o conselheiro jaz à sombra da taboleta”; “já passava noite e dia”, avistou-se um americano vazio; e os outros passageiros tinham ido morrendo “à roda de cada candieiro com paragem, viam-se campos de repouso com jazigos de familia e aqui e acolá modestos “Aqui Jaz”; já, no americano, segredou ao marido, “então docemente o noivo inclinou-se para a noiva e perguntou-lhe malicioso: - Que ha-de *elle* ser! , E ella, reconhecida. - Accionista dos americanos.”

Dos três, apenas, dois desenhos importam reter; o da letra capital com um candeeiro de tabuleta e passageiros encostados, ou melhor, o da familia Pimenta, no passeio, junto de um candeeiro-paragem, ladeado por um quiosque e uma mesa volante, vendo-se, ao longe, um americano a deslizar vagarosamente sobre os rails, riscando paralelamente a via - é uma imagem caricatural da cidade que ía recebendo o seu mobiliário urbano e ganhando outros hábitos cívicos, ainda, em ritmo oitocentista.

Anteriormente, em 1897, a Carris - activa desde 1873, em Lisboa<sup>17</sup> - apresentara um projecto de instalação da sua rede eléctrica, subterrânea e aérea (que é a que nos interessa); celebrando, no ano seguinte, um contrato com a Câmara, para a exploração dos transportes públicos de tracção eléctrica na capital. O projecto contemplava dois tipos de suportes, os postes de ferro, com um ou dois braços laterais, “mais ou menos elaboradamente ornamentados ou lisos, segundo a localidade

---

<sup>17</sup> Ver o capítulo Os Quiosques e Mesas.



onde tiverem de ser erigidos, e também poderão ser feitos de harmonia com o estylo dos candieiros de gaz”<sup>18</sup> - em preocupações de uniformização, caídas em esquecimento - e rosetas ornamentais, com ganchos, para serem utilizadas nas ruas estreitas, evitando o pejamento do passeio, afixando-as às fachadas; prevendo-se, posteriormente, no contrato com a Câmara, “algumas dificuldades por parte dos proprietários e não sendo conveniente para o efeito decorativo n’uma rua como seria em uma das da baixa collocar ora postes ou ganchos na parêde aguarda-se esta repartição (camarária) para dar o seu parecer quando a Companhia tiver consentimento dos proprietários”<sup>19</sup> , vindo a optar-se pela instalação de postes e, posteriormente, como veremos, de rosetas com ganchos.

Os postes, entre os seis e os sete metros, seriam de ferro tubular, ligados telescopicamente - apresentando tres modelos “Tramways de Lisbonne, Poteau Tubulaire”<sup>20</sup>, de diferentes diâmetros - “já adoptados n’um grande numero de redes já construidas”<sup>21</sup>; postes de tubo cónico e postes de grade (trelis) - também, em tres tamanhos “para as secções de rede fora do centro da cidade, por exemplo as secções de Belém, e Algés, Caminho de Ferro ao Poço do Bispo, Largo de Stª Bárbara ao Arieiro, Arco do Cego ao Lumiar e Arco do Cego a Benfica”<sup>22</sup> que, ao contrário dos dois primeiros modelos, não se chegaram a utilizar; mas, parece evidente que acusam uma diferenciação destes móveis urbanos, pelo cuidado do seu ornamento, segundo a sua localização em relação ao centro da cidade, marcando zonas e defenindo a sua paisagem urbana.

Os postes eram colocados, verticalmente, sob umas bases de ferro trabalhado - em 1901, foram compradas à firma *John M. Summer*, representado em Lisboa por *John Harker* (21\$630 réis cada) e pintadas, tal como os postes, com duas demãos,

<sup>18</sup> CARRIS - Arquivo Central; Memória Explicativa sobre a Aplicação da Tracção Eléctrica dos Americanos de Lisboa, Pasta nº 2, Doc. 1a, s.p.

<sup>19</sup> CARRIS - Arquivo Central; Aprovação do Projecto Carris-CML, Pasta nº 2, Doc. 1b, 27 de Abril de 1898.

<sup>20</sup> CARRIS - Arquivo Central; Desenho, Pasta nº 2, Doc. 1a, s. cota, s. d.

<sup>21</sup> CARRIS - Arquivo Central; Memória Explicativa sobre a Aplicação da Tracção Eléctrica dos Americanos de Lisboa, Pasta nº 2, Doc. 1a, s.p.

<sup>22</sup> *Idem*.

tomando a empreitada um Manuel da Silva (9 vinténs cada demão)<sup>23</sup> - por sua vez, assentes em cantaria circular e rematados, tal como os braços, por terminais em cone ou (mais tarde) em esfera, ambos de madeira.

O “Typo de columna para a R. 24 de Julho”<sup>24</sup> - entrando em actividade, com a inauguração da primeira linha de eléctricos, em 1901 - apresenta-nos um poste tubular, assente sobre alta base canelada, com o monograma da Carris, e servindo duas linhas, com os seus braços laterais, apoiados em desenhadas consolas, estilizando enrolamentos vegetais, num gosto próximo do mencionado arabesco nas grades<sup>25</sup>. Semelhante a este tipo de coluna - própria para ocupar o centro das vias, remetendo para faixas laterais o restante trânsito - surge-nos outro modelo<sup>26</sup>, acrescentando-se à decoração canelada da base, sem monograma, um *bouquet* de folhas de acanto, para receber o poste tubular de braço duplo, que pensamos ter sido preterido, pelo anterior. Este modelo de coluna da 24 de Julho, com ganchos substituindo os braços, foi instalado lateralmente, perto da bordadura dos passeios, alinhado com a fila de candeeiros, noutras zonas da cidade, como na Rua da Palma e Avenida D. Amélia (depois Almirante Reis)<sup>27</sup>.

Ainda, mais cuidado, como a artéria da capital o exigia, foi o “Typo de Columna para a Avenida da Liberdade”<sup>28</sup> que veio a ser utilizado nas ruas e avenidas principais, do Chiado à Avenida Ressano Garcia (depois da República)<sup>29</sup>. É um modelo de poste tubular, com dois braços assimétricos - por causa do equilíbrio da peça, mas, servindo uma, só, linha - com consolas, em idêntico gosto por enrolamentos vegetais; e, ainda, assente numa base moldurada, com o monograma da Carris, e encimada por volumoso *bouquet* de folhas de acanto, rematado por um anel canelado.

<sup>23</sup> CARRIS - Museu, António Paes de Sande e Castro - *A Carris e a Expansão de Lisboa: subsidios para a história dos transportes colectivos na cidade de Lisboa*, 2ª parte, s. d., p. 7, (texto dactilografado).

<sup>24</sup> CARRIS- Sala de Desenho, Dº Nº 25/1160.

<sup>25</sup> Ver capítulo Os Marcos e Grades.

<sup>26</sup> CARRIS- Sala de Desenho, Dº Nº 19/1420.

<sup>27</sup> Ver Marina Tavares Dias - *Photographies de Lisboa 1900*, Lisboa, Quimera, 1989, pp. 173, 175, 177 e 179.

<sup>28</sup> CARRIS- Sala de Desenho, Dº Nº 318/1426.

<sup>29</sup> Ver Marina Tavares Dias - *Op. cit.*, pp. 101, 123, 137, 139 e 151; e, ainda, Silva Passos - *Bilhetes Postais Antigos do Largo do Rato à Praça D. Luís: Persistências e Inovações no Decorrer de Quatro Décadas*, Lisboa, Lisboa 94 Capital Europeia da Cultura /Livros Horizonte, 1994, p. 50.



Neste desenho, como nos dois anteriores, vê-se, em corte, a base de cantaria e a parte de tubo subterrânea para sustentação da coluna; assim, como as diferentes medidas das diversas peças, acusando rigor e standardização no projecto.

Outras zonas, mais afastadas do centro da cidade, não receberam postes de grade (trelis) conforme foi sugerido pela Companhia, mas, postes tubulares, ligados telescopicamente, ou postes com um simples tubo de forma cónica<sup>30</sup>, sem base, com ganchos, para prender os fios, ou braços, como no projecto do “tipo de poste e pormenores da ligação do braço”<sup>31</sup>, datando, já, de 1940; mas, que devia estar em uso desde os anos 20, pelo tipo de decoração da consola maior, utilizando diferentes tamanhos de círculos, muito em voga no mobiliário urbano da Carris, durante esta década<sup>32</sup>.

Ainda, acompanhando a rede eléctrica surgem, nos passeios, várias caixas de secção<sup>33</sup>, pequenos armários, em dois ou três tamanhos, de uma, só, porta moldurada, por vezes, com grande monograma da Carris, assentes em bases lisas e cobertas por um frontão curvo que vai diminuindo a sua expressão, no desenho, desde os primeiros modelos no início do século até aos, muito lisos, nos anos 40.

Logo, em 1901, começaram as críticas ao sistema de transporte eléctricos, “parece incrível que alguém se lembre de empregar no interior d’uma cidade como Lisboa, com ruas pouco largas, um tal systema que obriga à fixação de postes com braços estendidos para o meio da rua, e que põe os transeuntes no risco de apanhar, quando menos o imaginem, um raio pela cabeça ou pelos pés”<sup>34</sup>; e em caricatura, mostrando tres postes descarregando sobre pobres transeuntes, vítimas do “primeiro fornecimento de choques eléctricos, entre Santo Amaro e Algés...”<sup>35</sup>; ou melhor, em

<sup>30</sup> Ver Marina Tavares Dias - *Op. cit.*, pp. 185 e 189.

<sup>31</sup> CARRIS - Sala de Desenho, Dº Nº 4747.

<sup>32</sup> Ver capítulo Os Quiosques e Mesas.

<sup>33</sup> CARRIS - Sala de Desenho, Dº Nº 5067; embora, o desenho desta *Caixa de Secção- pequena*, data de 26 de Março de 1953, deve tratar-se de um levantamento do mobiliário urbano da Carris existente no activo há, alguns, anos. Foi-nos impossível localizar desenhos de anterior datação.

<sup>34</sup> Citado por António Paes de Sande e Castro - *A Carris e a Expansão de Lisboa (...)*, 1ª parte, Lisboa, 19... p. 56; (texto dactilografado), Museu da Carris (em instalação)

<sup>35</sup> *O Século - Suplemento* (198), 1901, p. 2.

*Postes e Fios*<sup>36</sup>, sugerindo as suas várias utilizações práticas, para enxugar a roupa lavada, “dando às ruas o aspecto d’um embandeiramento em dia de gala”; para a comunicação dos apaixonados, como condutor de palavras amorosas ou de trapézio para o enamorado equilibrista; e, ainda, para a passagem de gatunos e treinos de diversão *cocagne* para a polícia...”Estão lindas as ruas da baixa! Se uma pessoa olha para o chão, vê lama; se para o lado, vê postes; se para cima, vê fios”.

Enfim, “os elegantes e confortáveis carros eléctricos, vieram dar uma feição alegre e de progresso à nossa em tanta coisa arcaica e rotineira Lisboa, e, se não fossem os postes e essas teias de aranha dos fios condutores, tinham realmente sido um melhoramento de primeira ordem em toda a extensão da palavra”<sup>37</sup>, acusando, desde logo, uma notada modificação da paisagem urbana, com a introdução ritmada dos postes, pontuando o espaço, e os fios “tecendo” no céu lisboeta.

Outros móveis urbanos foram surgindo, na capital, para o controle e vigilância desta rede de transporte público, assegurando o seu bom funcionamento, como os referidos quiosques e barracas para expedidores, ou guaritas, conforme observámos no abrigo para o vigia de serviço (1897)<sup>38</sup>, num modelo entre a guarita e o quiosque, ainda, para os carros americanos, de tracção animal, sobre rails.

Em 1903, surge o projecto de “Guaritas para os agulheiros”<sup>39</sup> - agora, com a rede electrificada - construída em madeira, assente em base, provavelmente, de cantaria, de planta hexagonal e aberta, à frente, na altura de um corpo, com uma fresta de cada lado, recortando-se arcos, em sugestões orientalizantes; e, ainda, de cobertura pirâmidal rematada por esfera e espigão, reforçando o seu cariz exótico, denunciando preocupações decorativas. Diferente no desenho e material será a “Guarita em cimento para agulheiro”<sup>40</sup>, projectada em 1929, de planta circular, aberta à frente por um arco de volta perfeita, coberta por cúpula abatida e com uma grande pala para protecção; no

<sup>36</sup> *O Século - Suplemento* (177), 1901, p. 7.

<sup>37</sup> *Vanguarda*, de 20 de Outubro de 1901, citado por Cuz Magalhães - *Eléctricos*, Lisboa, (1909), s.p.

<sup>38</sup> Ver capítulo Os Quiosques e Mesas.

<sup>39</sup> CARRIS - Sala de Desenho, Dº Nº 354/1178.

<sup>40</sup> CARRIS- Sala de Desenho, Dº Nº 2752.



interior, dispõe de um assento-armário de duas portas almofadadas e de um resguardo-balcão rotativo que encerra a entrada até metade; é um modelo racional, de risco sóbrio, mais preocupado com a funcionalidade do desenho, aproveitando a exiguidade do espaço.

Próximo no desenho, das cabines telefónicas, que referiremos a seguir, é o “Projecto de tipo de cabinas para observadores em Santos, Av. F. P. de Melo e Av. Al. Reis”<sup>41</sup>, datado de 1937, construídas em madeira e vidro, de planta quadrada, com amplas janelas em todas as faces - facilitando a sua função de vigilância - servindo uma delas de porta, encimada pelo letreiro *Carris de Ferro de Lisboa*, e, ainda, com pequenos respiradores, na parte debaixo, das restantes; tem uma cobertura, ultrapassando as faces, ligeiramente abaulada, para escoamento das águas - uma vez mais, a Companhia denota inspiração directa no risco britânico que lhe estava na raiz.

Se, a rapidez dos transportes públicos, também foi criticada - no desenrolar de um desenho de Stuart, sem necessidade de legenda - mostrando passageiro, *À espera de electrico para o Rio de Janeiro*<sup>42</sup>, levando uma planta envasada que cresce (quase) em árvore, com ninho de passarinhos; por outro lado, fizeram surgir uma outra sociabilidade, para trás, ficara parte da pacatez morosa dos carros americanos - como vimos e, entretanto, desaparecidos em 1917 - impondo-se o ritmo moderno, mais acelerado n’*A luta selvagem para a conquista de um lugar no eléctrico*<sup>43</sup>, “na luta greco-romana há golpes proibidos...mas para um lugar num Estrêla (Avenida) tudo é permitido desde a rasteira às cossegas”, apelando-se em nome do turismo, acusando as *bichas* de espera das seis para as sete da tarde, no Rossio; e, ainda, a falta de mobiliário urbano actualizado, “empregando os processos e civilização clássicos: - correntes ou gradeamentos que normalizarão a passagem e o ingresso aos carros (conforme observámos, em um projecto, de 1927, para os Restauradores<sup>44</sup>) aparelhos ou caixas automáticas de distribuição de senhas numeradas de ordem, etc, etc”, acusando um crescimento da população, que era real, e a rede de transportes não

<sup>41</sup> CARRIS - Sala de Desenho, Dº Nº 4273.

<sup>42</sup> *Sempre Fixe* (145), 1929, p. 7

<sup>43</sup> *O Notícias Ilustrado*, (244), 1933, p. 8.

<sup>44</sup> Ver capítulo Os Quiosques e Mesas.

conseguia acompanhar, atirando os lisboetas para o “pendura” ou o “tradicional” empurrão.

O problema da limpeza na via pública fez surgir, tardiamente, os primeiros caixotes do lixo uniformizados, tentando evitar amontoados de sobejos e entulhos, desordenadamente e destapados, causando maus cheiros, à porta das casas, ou deitados abusivamente em terrenos desocupados, à espera de serem removidos por carroceiros municipais. Assim, entre 1909 e 1910, são aprovados os caixotes em zinco galvanizado, de forma cilíndrica (de 40 a 50 litros) com nome do proprietário e morada; e podendo serem adaptadas umas tampas naqueles que já os possuem; então, receberam-se propostas de fornecimento da *Empresa Electro-Industrial* e da *Serralharia Mechanica e Civil*; e, ainda, foram apresentados tres modelos feitos por operários municipais, “afim de se abrir praça para a sua execução”.<sup>45</sup> Os primeiros cestos de papéis, “tres pequenos sacos de rede de arame, elegantes (...)para receberem os papéis e pequenos objectos de que os transeuntes de momento se precisarem desfazer, evitando dessa forma que os lancem para os passeios enxovalhados”, acusando uma vivência, cada vez maior, na rua - por proposta do vereador Francisco Grandela - foram colocados “a titulo de experiência, nos canteiros de relva da Avenida da Liberdade, junto às grades (de cada lado) entre o espaço que vai da Praça dos Restauradores à rua das Pretas”.<sup>46</sup>

Em 1911, surgem, ainda, outros móveis urbanos, como as doze cadeiras balanças (das vinte e uma pedidas) exploradas por Joaquim Luis Marta, possivelmente comerciante, em lugares discretos, marcados e autorizados pela Câmara, debaixo de árvores, alpendres e arcadas, ou em recantos; por vezes, junto a outros móveis urbanos, como quiosques, agrupando-os - denunciando um pejamento dos passeios - e “devendo modificar e reduzir o mais possivel o envolucro, sujeitando-se a retirar ou deslocar as que pela Câmara lhe forem indicadas na ocasião da renovação das licenças, que deverão ser mensaes (e não sendo) permitida qualquer

<sup>45</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1910), pp. 569, 613 e 629; e, ainda, *Ibidem*, (1911), p. 632.

<sup>46</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1912), p. 533; ver, ainda, sobre Francisco Grandela o catálogo *Grandela, o grande homem*, Lisboa, CML, Outubro/Novembro, 1994.



modificação no pavimento”<sup>47</sup> ; ou sendo indeferido camarariamente, a Albano Gonçalves, talvez outro comerciante a licença para um aparelho denominado o “Oraculo”, possivelmente, um mecanismo para “lêr a sina”, como é habitual, hoje em dia, nas feiras de diversão<sup>48</sup>.

Lisboa veria inaugurar-se o posto do relógio padrão da hora legal de Greenwich<sup>49</sup> , em 1913, para maior comodidade de informação, numa cidade onde os relógios públicos rareiam denunciando hábitos próprios da índole meridional que, ainda, hoje persistem. Em contraste, Paris (1908), registava quatrocentos e quarenta e quatro relógios, 40 dos quais em grandes *boulevards*<sup>50</sup>. Mas, queria-se ver o propósito daquela peça, ao Cais do Sodré, prender-se “singularmente à situação marítima de Lisboa e à grandeza do seu porto”<sup>51</sup> , servindo, ainda, os poucos edifícios públicos, com relógios colocados no exterior, as repartições públicas, os escritórios comerciais, as fábricas e uns poucos de domicílios.

É um relógio, de grande mostrador, instalado, pouco mais, do que à altura de um transeunte, num óculo aberto em acanhada torre, encimada por Pátria heráldica, algo militar, ao qual se acrescentou, mais tarde, um alpendre em ferro e vidro, num gosto *guimardiano*<sup>52</sup> que o protege dos pingos de chuva e lhe dá sombra, melhorando as leituras horárias de quem por ali passa; por detrás, um pequeno pavilhão, de cunhais chanfrados e telhado de oito águas, com beiral assente em recortadas mísulas.

47 Os locais das 12 cadeiras balanças eram os seguintes: “1ª: Praça Luiz de Camões, entre a 1ª e 2ª árvores do renque sul. 2ª: Rocio, no recanto formado pelas escadas do teatro nacional, lado norte. 3ª: Largo do Intendente, junto ao Kiosque. 4ª: Praça de D. Fernando, junto ao Kiosque em frente da calçada d’Ajuda. 5ª: Largo do Conde Barão, entre as portas nº 48 e 48A. 6ª, 7ª, 8ª e 9ª: no Terreiro do Paço, respectivamente junto à orte da alfandega, junto ao Ministério dos estrangeiros, junto à Thesouraria do Crédito Publico, junto ao Ministério do Interior, 2ª arcada. 10ª: Praça Rio de Janeiro, junto à quarta árvore do passeio norte. 11ª: S. Pedro d’Alcântara, debaixo do alpendre do Kiosque de Balthasar Martins. 12ª: Praça Duque da Terceira, lado do Rio” CML-Actas das Sessões, Lisboa, CML (1912), p. 35.

48 CML - Actas das Sessões, Lisboa, CML, (1912), p. 333.

49 O Século, 5 de Janeiro de 1913, p. 1

50 Marie de Thézy - *Paris, la rue. Le mobilier urbain parisien du Second Empire à nos jours... Histoire du mobilier urbain parisien...*, Paris, Société des Amis de la Bibliothèque historique, 1976. p. 46.

51 O Occidente (1279), 1914, pp. 225-226.

52 Hector Guimard (1867-1942), arquitecto francês responsável pelo risco dos acessos ao metropolitano, nos passeios parisienses, entre 1900 e 1912; Lisboa dispõe de um deles - oferta do RATP (Metropolitano de Paris), ao de Lisboa, em 1994 - instalado, anacrónicamente, nas Picoas; peça notável de mobiliário urbano (1904), pouco mais de meio século, mais velha do que o próprio metro lisboeta (1959)...

“É o relógio oficial - o relógio vaidoso”, como o adjectivava, num divertido artigo que classificava os *relógios dos que não têm relógio*<sup>53</sup>, mencionando “o relógio burocrata” do Arco de Triunfo, na Rua Augusta, o da Estação Central e o do Quartel do Carmo, deitando para o Rossio - todos eles integrados em imóveis e datando de Oitocentos; excepcionalmente, o da seguradora Mundial, horrivelmente instalado no vão de uma janela, ao Chiado, e “o relógio mártir” da Rua da Escola Politécnica - dois dos raros que, também, se podem considerar móveis urbanos - este último, com uma “folha de serviço” que regista, “um valente que perdeu em combate: 10 ponteiros, 7 vidros e 4 cordas”, numa alusão a danificações sofridas pelas sucessivas revoltas militares, durante a conturbada I República (1910-26) e que se desenrolaram nas imediações.

Outros postes, anteriores aos da Carris, foram surgindo na paisagem da capital, para suspensão dos fios telegráficos ( inaugurados em 1856 e muito activos desde 1860) e telefonicos (apartir de 1882); embora, nos primeiros se recomende a substituição dos postes de madeira por colunas de metal, nas cidades e nos passeios públicos, por ser muito dispendioso “só, deve ser raramente empregado: opta-se, as mais das vezes, por empregar nestas partes das linhas postes escolhidos e trabalhados com perfeição”<sup>54</sup>, variando a sua altura entre os 7,50m e 12m; e, ainda, eram utilizados posteletes, seguros por consolas, semelhantes às dos candeeiros afixadas às fachadas e a outros postes, acoplando móveis urbanos, evitando o pejamento; os telefónicos, constituídos por semelhante poste de madeira, deixada ao natural, com várias travessas sobrepostas, ao cimo, onde se prendiam os fios a câmpanulas de porcelana branca e vidro.

Em 1909, a *Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa* pedia à Câmara para que “combine com a Companhia de redes telephonicas a substituição dos actuaes postes de madeira por outros de ferro”<sup>55</sup>; insistindo, no ano seguinte, acrescentando-

<sup>53</sup> O *Notícias Ilustrado* (241) 1933, pp. 10-11.

<sup>54</sup> Ex-Arquivo Histórico dos CTT - Biblioteca e Documentação Histórica da Fundação das Comunicações (em instalação); “Instrucções Geraes sobre a construcção das Linhas Telegraphicas traduzidas da circular N.º 124, Das leis e regulamentos tlegraphicos francezes - 1856”, p. 17, in *Colectânea de Regulamentos e Legislação de Telégrafos 1856-1874*.

<sup>55</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1910), p. 114.



lhes os telegráficos<sup>56</sup>, sem resultado; só, passando a ser a rede, totalmente, subterrânea, na década de 40.

Para serviço público e maior eficácia dos Bombeiros, desde 1923, que vão funcionar trinta e três postos avisadores de socorros, “aparelhos telefónicos, directamente ligados à Estação Central e resguardados em caixas de ferro embebidas nas paredes”<sup>57</sup>, pintadas de vermelho, com letras a preto e branco, encimadas pelas armas municipais, e, ainda, com uma janela de vidro que era necessário quebrar para ter acesso à chave. Era um invento de Augusto António da Cunha, chefe do Serviço Telefónico do Corpo de Bombeiros, que não causava peijamento instalando-se nas fachadas e confirmando nisso um outro espaço urbano para o mobiliário, tal como os candeeiros de consola ou os ganchos para os fios da Carris. No ano seguinte, o número de postos avisadores aumentava<sup>58</sup> e, em 1927, contavam-se setenta e um; em 1929, cento e trinta e oito; e depois do ciclone de 1941, deixando cinquenta e dois fora de serviço, registavam-se cento e noventa e sete; para vir o seu número decrescer, com o alargamento da rede e a instalação das cabines telefónicas públicas, para cento e onze (1961)<sup>59</sup>.

No ano de 1932, foram instaladas, em Lisboa, as primeiras oitocentas cabines públicas de telefone “do tipo que a companhia dos telefones (sociedade anglo-portuguesa) apresentou à semelhança dos que se utilizam nas capitais europeias e americanas”<sup>60</sup>; desenhadas, em 1924-27, por Sir Giles Gilbert Scott (1882-1960), arquitecto britânico, e, ainda, aperfeiçoando-as, por ocasião do *Royal Jubilee* (1936), ficando conhecidas por *Jubilee Phone Kiosk*<sup>61</sup>. Como o nome indica, eram pequenas cabines-quiosques, assentes sobre uma base de betão, de planta quadrada, construídas em madeira, com tres faces envidraçadas - uma delas servia de porta - e tinham a cobertura abaulada; apenas, se substituiu a pintura de vermelhão Real, pelo

<sup>56</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1911), p. 334.

<sup>57</sup> Amadeu César da Silva - “História do Serviço de Incêndios em Lisboa”, in *Boletim da Liga dos Bombeiros Portugueses* (198), 1961, p. 10.

<sup>58</sup> LISBOA. Corpo de Bombeiros Municipais de Lisboa - *Postos Telefonicos e Avisadores para chamadas de socorros*, Lisboa, CML, 1924.

<sup>59</sup> Hermes Augusto Camelo - *História do Serviço Telefónico do Batalhão de Sapadores Bombeiros*, Lisboa, CML, 1971.

<sup>60</sup> *O Notícias Ilustrado* (219), 1932, p. 16.

<sup>61</sup> Howard Mansfield - “Britain's Phone Kiosks”, in *Places*, vol. 6, (2), 1990, pp. 7-9.

beije, mas, deixando-se, nas quatro faces, o *Telephone*, em letreiros de vidro, iluminados no interior, de resto que nós adoptámos, inteiramente, como que esquecendo reformas ortográficas...

Meio século antes, em 1883 - no ano seguinte à inauguração da rede telefónica na capital - tinha sido instalada a *Estação de Chamada*<sup>62</sup> com quatro cabines públicas, na Alfândega Velha, em um pequeno pavilhão rectângular, construído de madeira e vidro, com alto frontão interrompido, ao centro, e a legenda *The Anglo-Portuguese Telephone*; é a primeira cabine pública, isolada, ainda, necessitando de operadores, que desaparecem com a introdução da rede automática, em 1930, possibilitando o aparecimento, como observámos, dois anos mais tarde, das pequenas cabines individuais, marcando presença, pelo seu número, na paisagem urbana.

O mobiliário urbano particular, além, da respectiva licença municipal - acompanhada, (quase) sempre, da sua localização determinada, pelos serviços técnicos camarários, tentando evitar o peijamento que embaraçasse trânsito público - tinham que pagar o arrendamento do espaço urbano que ocupavam nos passeios e jardins da cidade, segundo uma tabela estabelecida; e, ainda, obedeciam ao regulamento e código de posturas da Câmara, procurando organizar e conferindo regras de utilização dos inúmeros móveis instalados na paisagem urbana.

Em 1841, ao editar-se o "Repertório das Posturas da Câmara Municipal de Lisboa, mandada publicar pela Vereação do Anno de 1840"<sup>63</sup> - o "primeiro d'este género, que appareceu"<sup>64</sup> - não se fez referência, como é natural, ao mobiliário urbano, porque eram muito poucos os móveis colocados na rua, conforme fomos observando no decorrer deste inquérito.

No entanto, ao editar-se novo código, em 1886, decorrido quase meio século, são vários os móveis urbanos mencionados - candeeiros, chafarizes, marcos ou balizas

<sup>62</sup> *The Anglo-Portugues Telephone Co. Ltd.*, Lisboa, Anglo-Portuguese Telephone Co. Lda, 1930, s.p.

<sup>63</sup> CML - *Repertório das Posturas da Câmara Muncial de Lisboa mandada publicar pela Veracção do Anno de 1840*, Lisboa, Imp. de Cândid António da Silva Carvalho, 1841.

<sup>64</sup> *Revista Universal Lisbonense*, 1846-47, vol. 6, p. 127.



de pedra, mesas e cadeiras de esplanada e postes de anúncios - fazendo parte do quotidiano na “cena urbana”. Acelerando-se, o ritmo de edição, com novo volume, em 1898, incluindo “todas as deliberações camararias referentes ao mesmo Código, posteriormente publicadas”<sup>65</sup>, onde se alarga a diversidade do mobiliário urbano, regendo-se pelo Art.10º - da postura tres, sobre a propriedade municipal e via pública - “sem licença da Câmara não pode occupar-se a via publica, à superfície, no ar ou no sub-solo”, com candeeiros; postes (taxa anual \$600 réis); candeeiros-anunciadores e postes para anuncios (taxa anual por cada um, minimo 18\$000 réis); anuncios nos vidros dos urinois de tipo francês, “ficando a conservação dos mesmos vidros a cargo do concessionário” (taxa anual por cada urinol 20\$000 réis); mesas e cadeiras para venda de café e bebidas nos passeios das avenidas (taxa anual por metro quadrado 5\$000 réis); e, ainda, construções temporárias na via pública (qualquer que seja a sua duração, taxa por metro quadrado, minimo 18\$000 réis); pagando os infractores de multa o triplo da respectiva taxa.

Se, na re-edição de 1912 não se registaram alterações significativas, em relação ao mobiliário urbano, na de 1923, são vários os ajustes realizados, sobretudo, actualizando as taxas. Os postes, “pertencentes a empresas individuais ou colectivas que não tenham contrato especial com a Câmara” (por cada, taxa anual 6\$00 escudos); sendo, ainda, proibido “prender ou armar contra eles balões, papagaios, ou qualquer outro objecto que possa vir a danificar os mesmos postes ou fios, ou mesmo produzir qualquer desastre sob a pena de 10 dias de prisão, agravados no caso de reincidência”<sup>66</sup>, precavendo, severamente, abusos e acidentes; denunciando uma má utilização corrente destes móveis urbanos que era necessário corrigir.

Os candeeiros, postes e marcos anunciadores na via pública, sendo colocados nas praças de Luis de Camões, dos Restauradores, no Rossio e do Comércio; nos largos das Duas Igrejas, da Boa-Hora, do Chiado, de S. Domingos, de Camões e do município; na Avenida e ruas Garret, Nova do Almada, do Carmo, do Ouro, da Prata,

<sup>65</sup> CML - *Rregulamentos Policiaes augmentados com o Codigo de Posturas do município de Lisboa de 1886 e todas as deliberações camararias referentes ao mesmo Codigo, posteriormente publicadas*, Lisboa, Palhares & Comtª., 1898.

<sup>66</sup> CML - *Código de Posturas do município de Lisboa*, Lisboa, Tip. da Empresa Diário de Noticias, 1923, p. 13.

Augusta e “bem assim nos largos ou ruas transversais da Baixa, que tenham mais de 10 metros de largura”, sendo iluminados (por cada, taxa anual de 10\$00 escudos) e não sendo iluminados (por cada, taxa anual 5\$00 escudos); em qualquer outro local, exceptuando os referidos, sendo iluminados (por cada, taxa anual de 5\$00 escudos) e não o sendo (por cada, taxa anual 2\$50 escudos); estando previsto a elevação da taxa ao triplo quando os anúncios utilizarem palavras em língua estrangeira<sup>67</sup>. É significativa esta divisão geográfica da urbe, em zonas de maior valor, por serem mais concorridas de público e outras de menor importância e taxa a aplicar, reconhecendo oficialmente as fronteiras sociologicamente estabelecidas na capital.

As mesas e cadeiras colocadas nos passeios ou placas com mais de cinco metros de largo, em frente de casas comerciais de venda de bebidas e refrescos (excepto tabernas e casas de pasto), também, obedeciam a uma zonificação de Lisboa, sendo em qualquer lugar uma quantia razoável (por metro quadrado, a taxa mensal de \$60 centavos), e dentro da área definida, pelos seguintes arruamentos, Praça Luis de Camões, ruas Garret e do Carmo, Rossio, Largo de Camões, Praça dos Restauradores, Avenida (até à Praça da Alegria) - o que é sintomático de até onde iam as deambulações chiques dos alfacinhas que “faziam a Avenida”, no início dos anos 20 - Largo de S. Domingos, Rua da Prata, Praça do Comércio, Rua do Arsenal, Cais do Sodré, Praça do Duque da Terceira, Rua do Alecrim e Largo do Barão de Quintela, a importância a pagar era o dobro (por metro quadrado, taxa mensal de 1\$20 escudos); era, ainda, excepcionalmente, permitida a utilização de 0,70m em passeios com menos de cinco metros de largo, “quando dessa ocupação, a juízo da Câmara, não advenham embaraços ou prejuízos para o trânsito público”, pelas mesmas importâncias mensais<sup>68</sup>.

Os pavilhões, os quiosques “e outras construções congéneres” instaladas na cidade, para a venda de vários artigos - “exceptuando a venda de bebidas alcoólicas e comidas que é formalmente proibida”, regra que era, constantemente, violada na prática<sup>69</sup> - tinham a taxa mensal estabelecida em hasta pública; e ainda, as balanças

<sup>67</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 13-14.

<sup>68</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 14-15.

<sup>69</sup> Ver o capítulo Os Quiosques e Mesas.



automáticas, (cada uma, à taxa mensal de 5\$00 escudos); os alpendres para resguardo; os mostradores e as vitrines de exposição dos artigos à venda, nos passeios, em frente aos estabelecimentos comerciais; fitas anunciadoras, placards e cartazes, “sómente quando a juízo da Repartição não occasionem pejamento ou não sejam impróprios de ser exibidos”<sup>70</sup> - todos, eles tinham que ter licença camarária, para ocupação da via pública, sendo concedidas a título precário (excepto as que usufruíam de um contracto especial), e, ainda, “poderão ser anulados ou não renovadas, sem direito, por parte dos concessionários, a qualquer indemnização, quando se verifique que essas concessões por qualquer forma são inconvenientes, prejudiciais ou embaraçosas do trânsito, afectem a hygiene e limpeza da cidade ou outros quaisquer casos a juízo da Câmara”<sup>71</sup>, dando ao município o livre contrôlo para a gestão do espaço público e do mobiliário urbano nele instalado.

Embora, em 1901, já se tivesse sugerido “a conveniência de serem utilizados, quanto possível, para a collocação de candeeiros de iluminação pública os postes da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, evitando-se assim a agglomeração de pejamentos na via pública”<sup>72</sup>, será Ventura Terra, que fará levantar na Câmara, como vereador, o problema de pejamento nos passeios, por postes e colunas, dificultando a circulação e retirando o transeunte do seu próprio espaço urbano, que ele tinha lentamente conquistado, durante oitocentos, atirando-o, de novo, para a via.

Em 1909, congratula-se, em sessão de Câmara, por ter conseguido “a remoção d’um poste da Companhia Carris de Ferro e d’um candieiro da iluminação publica que estavam collocados no passeio junto ao Café Suisso, e, bem assim, que o proprietário d’esto estabelecimento limitasse quanto possível o espaço occupado por mesas e cadeiras, ficando a passagem do publico n’aquelle ponto livre e desembaraçada como era indispensável”<sup>73</sup>, seria, este, um primeiro passo.

Dois anos, mais tarde, apresentou uma proposta, na Câmara, sobre o

<sup>70</sup> *Código de Posturas do município de Lisboa*, Lisboa, Tip. da Empresa Diário de Noticias, 1923, p. 18.

<sup>71</sup> *Idem*, p. 19.

<sup>72</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1902), p. 278.

<sup>73</sup> CML - *Actas das Sessões*, Lisboa, CML, (1910), p. 396.

pejamento, por “postes de iluminação a gaz, electrica e de suporte dos fios de tracção dos carros electricos e ainda do excessivo espaço occupado na via por alguns estabelecimentos”<sup>74</sup>, nas ruas do Ouro e Augusta; pedindo às *Companhias Reunidas de Gaz e Electricidade* a supressão dos candeeiros a gás e a substituição dos eléctricos por “consolas artisticas”; à *Companhia Carris de Ferro de Lisboa* para retirar os postes e (como referimos), “fixando às fachadas dos respectivos prédios os fios transversais que suportam os fios de tracção”; e que não se concedam licenças camarárias, para occupação da via pública “até à altura de 2,<sup>m</sup>50, um plano paralelo às fachadas dos prédios supposto à distancia máxima de 0,20 dos respectivos alinhamentos”; realizando-se a desobstrução dos “acanhados passeios d’aquellas ruas afim de facilitar, quanto possivel, o transito consideravel de peões que ali existe”.

No ano seguinte, em 1912 - prestes a estar concluídas as modificações sugeridas para a Baixa - Ventura Terra, continuando preocupado com o pejamento, causado por postes “que em tão grande quantidade existem na cidade, e, designadamente, em passeios estreitos, o que obriga os transeuntes a descer para a calçada para que possam passar, e ocasionando por vezes lamentaveis desastres”, estende a sua proposta à cidade, pedindo para que na “Repartição (Técnica) se faça uma revisão geral, relativa à occupação da via pública, na parte respeitante aos postes de iluminação, da tração electrica, dos telegrafos, dos telefones e annuniadores, estudando ao mesmo tempo a forma de reduzir ao minimo o seu numero, e de deslocar aqueles que manifestamente constituam qualquer perigo, incomodem o transito publico ou prejudiquem a estetica da cidade”<sup>75</sup>, será um projecto ambicioso que irá dar os seus frutos, em obras de demolição, novo alinhamento e mobiliário urbano, só, no final desta década e na seguinte, conforme já observámos.

Na viragem do século, a situação da paisagem urbana lisboeta modificara-se profundamente e com ela os hábitos das gentes que nela vivem, nascendo uma outra sociabilidade feita de habitar a rua, utilizando os diversos móveis urbanos, acumulados durante Oitocentos, e que, agora, aí, se encontram ao seu dispôr.

<sup>74</sup> CML - Actas das Sessões, Lisboa, CML, (1912), p. 100.

<sup>75</sup> CML - Actas das Sessões, Lisboa, CML, (1913), p. 47



O espaço público, passeios e jardins da cidade, são locais da “cena urbana”, denunciando uma teatralidade feita de etiqueta e códigos de civilidade do transeunte - tal como existiam camarariamente as posturas, para o mobiliário urbano - nas relações estabelecidas entre os que se cruzam, encontram e convivem na rua, servindo-se do banco, quiosque, coreto, bebedouro, candeeiro ou urinol, conduzindo a uma “encenação urbana” em que as regras de utilização estabelecidas definia o perfil social do transeunte, como o papel de um actor.

Havia zonas da cidade que estavam na moda e era *chic* frequentá-las, segundo um calendário e respectivo horário, como a Rua do Ouro às 4 horas, o Chiado das 5 às 7 da tarde ou a Avenida às 6 horas<sup>76</sup>, sendo cuidado e numeroso o seu mobiliário urbano, muito dele de lazer; outras mais populares, como (em parte) a Ribeirinha, recebe abundante mobiliário, mas, de menor qualidade e, pouco, o de lazer; e, ainda, em zonas de malha urbana antiga, na colina do Castelo ou no Bairro Alto - onde era difícil, pela estreiteza dos arruamentos e na (quase) ausência de passeios, a instalação de móveis urbanos - pouco mais, do que chafarizes e candeeiros, oferecendo as essenciais à água e luz. Assim, definindo-se, também, os perfis sociais de moradores e transeuntes pelos hábitos e modo de como se serviam dos móveis da rua que estavam ao seu alcance.

Embora, em 1900, se descreva amargamente a capital de “atrazada a iluminação, quasi primitivo o systema do pavimento das ruas, rotineira e incompleta a viação, deficientíssima a limpeza e a hygiene defeituosa nos bairros tortuosos e infectos - é insuficiente a policia e são mesquinhas as regas. Existem dentro da area da cidade ruas publicas para as quaes se fazem despejar as imundices das casas, correndo nas valetas ao sol, como n’uma aldeia marroquina, abandonada do sultão”<sup>77</sup>, Lisboa tinha, a pesar da sua ruralidade, mudado muito urbanisticamente, durante Oitocentos, tentando-se aproximar, até pelo seu mobiliário urbano, das outras capitais europeias.

Foram poucas as imagens pictóricas da cidade oitocentista - numa (quase) ausência de pintura urbana que a pobreza da escassa gravura não conseguiu

<sup>76</sup> Mariano Pina - “Notas sobre Lisboa”, in *A Ilustração*, 20 de Setembro de 1886.

<sup>77</sup> Dias da Silva - “Carta a El-Rei”, in *O Século*, 20 de Novembro de 1900.

compensar - restando-nos - conforme temos vindo a apontar - a par da enfática caricatura, sempre, deformando através do risco e da piada, o realismo da fotografia, para contrabalançar o panorama imagético lisboeta.

No entanto, na transição do século, criaram-se, algumas, imagens de representação, são “mitogramas”, pedaços ou vistas da capital, como os cromos de um álbum lisboeta, “narrando” sítios e hábitos alfacinhas que se criam mostrar, a nacionais ou estrangeiros. Podemos ver nestas imagens, prepositadamente pontuadas pelo mobiliário urbano, aqui, aparecendo como símbolo do urbano e civilizado, o ponto da situação - da realidade à aspiração - na paisagem e sociabilidade urbana da capital.

É uma pequena colecção de vistas, de cerca de uma dezena, que vem preencher, finalmente - a pesar de serem cromolitografias - um longo vazio de pintura urbana oitocentista, dando-nos as melhores imagens criadas, do fim de século, na capital do reino.

A vasta e nobre *Praça do Comércio*<sup>78</sup>, junto ao tejo sulcado de embarcações, com as suas fileiras de árvores em U, semeada de candeeiros a gás e quiosques nos quatro cantos; foi polvilhada de gente e de umas poucas viaturas, no macadame, concentrando a agitação no rio. Diferente é o Rossio ou *Praça de D. Pedro*, com o seu *mar largo* empedrado e datado de 31-12-1849; esquadrihado pelas suas fileiras de árvores em caldeiras abertas, candeeiros a gás e os criticados bancos duplos; as duas polémicas fontes de repuxo, francesas, ladeando o liberal monumento; pontuado pelos quiosques coloridos e mesas volantes; pouca gente passa, quase ninguém sentado, uma ou duas pessoas ao balcão; no macadame, um cavaleiro, alguns carros e um americano, sobre rails - o mobiliário urbano está, lá, o movimento é que continua pequeno, para a praça mais popular da capital.

A Avenida teve “direito” a duas vistas, uma dos Restauradores<sup>79</sup>, com o seu patriótico obelisco, rodeado de candeeiros especiais; os talhões ajardinados de

<sup>78</sup> CML - MC; *Praça do Comércio, Lisboa, Litografia, Lisboa, s.d.*

<sup>79</sup> CML - MC; *Avenida da Liberdade, Lisboa, Lithographia da Companhia Nacional Editora, Brinde dos Editores Belém e C<sup>a</sup>, Rua do Marechal Saldanha, 26, Lisboa, s. d.*



desenhadas grades, os grandes bancos de ripas encostados, os urinois de tipo francês, bem resguardados e fileiras de árvores em caldeiras gradeadas; de quando em quando os mastros-colunas dos candelabros eléctricos; ao longe, o tanque com dragões de repuxo e a cúpula oriental do coreto; no macadame, cruzam-se transeuntes, como no passeio, acusando o pouco trânsito, de uns americanos nas ruas laterais e de algumas carruagens na central - vão “fazendo a avenida”; outra, *vista tirada do centro da avenida na direcção norte-sul*<sup>80</sup>, posterior, com os passeios empedrados, em tapetes de florão, os bancos de ripas ocupados, a cúpula do exótico coreto e, ao centro, uma fileira de candelabros eléctricos e a gás; no macadame, circula muita gente, a pé, a cavalo, de carruagem, de bicicleta, de eléctrico e, até, de automóvel, cumprimentando-se.

Ao Chiado, na *Praça Luiz de Camões*<sup>81</sup> - talvez a melhor imagem de todas, pela intimidade urbana da cena - o gradeamento da muralha, os candeeiros a gás e eléctricos, o marco anunciador, as colunas da Carris, ainda, sem fios, o urinol de tipo francês e os quiosques de venda e da *Companhia Reunida de Gás e Electricidade*, tudo ao redor do épico monumento, sob os losângulos empedrados; gente que passa, vendedores e ardinhas, algumas, carruagens. No *Monumento e Praça do Duque da Terceira*<sup>82</sup>, os candeeiros a gás e a electricidade; as colunas da Carris cruzando fios, entre si, dos carros eléctricos; as árvores nas suas caldeiras com grades, que nunca tiveram; a guarita da sentinela de guarda, como era uso; o quiosque na esquina, transeuntes, vendedores ambulantes, carruagens, bicicleta e automóvel. Ao campo de Santana, a *Escola Médica e Estátua de Souza Martins*<sup>83</sup>, os singulares candeeiros da Escola, outros ao redor do monumento, de desenhada grade, na base, e, ainda, postes sem fios; gente que passa, vendedores, quase toda a pé, duas bicicletas, uma carruagem e um carro eléctrico.

<sup>80</sup> CML - MC; *Avenida da Liberdade (vista tirada ao centro da avenida na direcção norte-sul)*, Lisboa, Lithographia A Editora, s. d.

<sup>81</sup> CML - MC; *Praça Luiz de Camões*, Lisboa, Lithographia A Editora, Brinde oferecido pela Bibliotheca Social Operária aos seus assignantes do romance “Virgem Mãe”, Lisboa, s. d.

<sup>82</sup> CML - MC; *Monumento e Praça do Duque da Terceira*, Lisboa, Lithographia A Editora, Brinde oferecido pela Bibliotheca Social Operária aos assignantes do romance “Sempre Noiva”, Lisboa, s. d.

<sup>83</sup> CML - MC; *Escola Médica e Estátua de Souza Martins*, Lisboa, Lithographia A Editora, Brinde oferecido pela Bibliotheca social operária aos seus asigantes do romance “O Rei dos Ladrões”, Lisboa, s. d.

Rareia o índice de mobiliário urbano nas “cenas” de jardim, como na *Praça de D. Luiz e Monumento ao Marquez de Sá da Bandeira*<sup>84</sup> com banco ocupado, grades no monumento e candeeiros a gás; passeando-se transeuntes, entre os desenhados canteiros floridos, sob um fundo de chaminés da cidade industrializada; ou no jardim de canteiros biscoito, em frente do nacional *Mosteiro dos Jerónimos*, ambos gradeados, uma mesa volante, um candeeiro a gás; pouca gente passeia, alguns, vendedores, incluindo um ardina, e, ao longe um carro eléctrico, sem fios para não riscar a paisagem

85.

São estas as imagens escolhidas da capital, fixadas como trechos de uma história ou “cenário” de uma cidade de romance, em que os habitantes parecem figuras de cartão, de um teatrinho de brincar, recortadas para povoar esta paisagem urbana, na realidade, quase, sempre, deserta; paisagem esta que se recriou, varrendo as ruas, colorindo-a com os espaços verdes, bem delimitados; e, pontuando-a pelo diverso mobiliário urbano, ou esquecendo-o, omitindo o pejamento; encenou-se a sua sociabilidade burguesa, que é preciso ver “entre linhas”, nos vendedores ambulantes, nos pedintes encostados, nos policias vigiando e nos elegantes de passeio, cumprimentando-se ou melhor nos bancos vazios, nos quiosques sem clientes, nas ruas sem trânsito; a modernidade é dada (sobretudo) pelos transportes, um automóvel, uma bicicleta, um carro eléctrico; mas, também, pelas chaminés fumegando e pelos candeeiros eléctricos - numa paisagem e sociabilidade desejadas.

Mas, estas vistas corolárias da cidade criada na “Pax Fontista” (J.-A. França, 1982) - urbanizada, crendo no progresso, com tempo para o passeio, em horas de lazer, proporcionando o convívio; ou agitando-se no movimento, em arranque, dos transportes, desde a viragem do século; usando ou não o mobiliário urbano, instalado na paisagem citadina, no seu quotidiano; enfim, civilizada, ainda, que segundo padrões e ritmos oitocentistas - não vão durar muito, mais, tempo, que o, já, denunciado pejamento dos passeios e a aceleração da vida citadina, logo, no pós-guerra, outra

<sup>84</sup> CML - MC; *Praça de D. Luiz e Monumento ao Marquez de Sá da Bandeira, Lisboa, Litographia A Editora, Brinde oferecido pela Bibliotheca Social Operária aos seus assignantes do romance “Corôa de espinhos”, Lisboa, s. d.*

<sup>85</sup> CML - MC; *Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa, Litographia A Editores, Editores Santos, Vieira & C<sup>a</sup>, Lisboa, s.d.*



urbanidade reclamava, mais confortável, mais rápida, desembaraçada dos móveis urbanos do século passado; queriam-se outros modernos, coadunando-se com o som do “jazz band”, preparando uma cidade desejada cosmopolita, com demolições, iniciadas em 1919, ao Rossio e continuadas, dez anos depois, no Terreiro do Paço; e, ainda, com a instalação de novos móveis da rua, significativamente, os candeeiros, em 1928, ou os réclames em neons, em 1934 e anunciando fugazmente novas eras, às quais faltava gentes com hábitos urbanos, (quase) inexistentes os nocturnos, numa capital, ainda, muito ruralizada; num “pitoresco urbano”, registado em fotografia, de avenidas e praças desertas de gente, percorridas por burricos de hortaliça e carros de lavadeiras saloias, semanalmente, ou rebanhos e bandos de perú em Dezembro...

## CONCLUSÃO

...Assim se mobilou urbanamente Lisboa durante uma centena de anos para fruição (ou não) de alfacinhas. Cidade que foi espelho de difusos e intermitentes reflexos das luzes que vinham de Paris.

Em finais dos anos 30 oitocentistas, aproveitando um período de calma, vencedora na guerra civil a ideologia liberal, começou-se a *civilizar* a capital, com tradicionais “frades” de pedra, de grande família e longevidade; alguns pequenos chafarizes; maior iluminação ainda, com setecentistas “lâmpioes-cegonha”; novas grades, à francesa, pintalgadas de dourado e até higiénicas “ourinadeiras”. Mas, seriam o repuxo e a cascata, no Passeio Público do Rossio, então sob reforma camarária, de Malaquias Ferreira Leal, arquitecto da cidade, que melhor definiriam a cidade romântica, nos gostos e modas dos seus habitantes, local eleito para a vida social lisboeta pelo príncipe-consorte D. Fernando II, como alternativa ao Chiado, entre o café Marrare e a Ópera de São Carlos.

Continuaram as obras citadinas, na década seguinte de ditadura Cabralista, ganhando os cidadãos calçadas mosaico para pisar, empedradas a “mar largo” ao Rossio (1848), e frescos jardins para passeio ou miradouro, sobre as colinas e o rio, repousando nos poucos bancos ainda *Regency* e em cadeiras de aluguer, pelos asilados, ouvindo musica do coreto. Novidade de pasmar foram os candeeiros a gás, da *Lisbonense* (1848), mudando a paisagem nocturna e o horário dos costumes prolongando o dia pela noite dentro, em luzidias festas de beneficência no Passeio (1851). À francesa, na Praça do Comércio candeeiros idênticos aos *de la Concorde* e o Rossio ficaria a perder originais candelabros - um deles em neomanuelino - que não passaram de projectos no papel, magros que estavam os cofres municipais...apenas deixando notáveis tocheiros *Império* na frente neoclássica do Teatro D. Maria II .

Em meados de Oitocentos, a capital regeneradora e recém fontista tinha uma Câmara sem fôlego para obras, como a do chafariz ao Loreto (1853), mesmo, em reaproveitamentos do francês Pézerat, engenheiro-arquitecto, que nem reduzindo o



risco, a despesa e as ideias - resultando em obra nenhuma. Mas, Pézerat verá erguer-se na Estrela, o seu “pavilhão chinês” de música; e para aqui se fundiram neogóticos “sofás de ferro” (1852) de assento e conversa na hora do lazer. Mais bancos, na década seguinte, com consolas de ferro, *davioudianas*, pitorescas em troncos rústicos e verga, com traves de madeira para S. Pedro de Alcântara e Príncipe Real - de grande difusão pela cidade até aos nossos dias; e consolas vegetalistas, para os polémicos “bis-bancos” ao Rossio (1863) - de menor divulgação. Quase no fim daquele tempo, de 60, surgiam os quiosques, exóticos, animando a rua com o seu pequeno comércio, entrando em *civilizada* concorrência com os tradicionais cestos e tabuleiros volantes.

A *colonne Rambuteau* ou o novo *Pavillon* de música, para o Passeio Público, chegaram tarde, no final de 70, e não conseguiram tomar lugar que outras vontades se adivinhavam para a cidade, entretanto, com as obras estagnadas à falta de pessoal, no município, onde o arquitecto D. Parente da Silva, não podia desdobrar-se e atender a mais. Mas as primeiras retretes e os contestados urinois em guarita davam nota higiénica ao saneamento das ruas da capital; onde um novo urinol em modelo de tipo francês fazia a sua estreia, com muito sucesso, de encomenda parisiense (1877).

No início da década de 80, muito afanosa, rumo a novo ritmo que iria durar até ao virar do século, dando malha urbana à cidade de Lisboa, convertendo-a em capital de um reino segundo os modernos padrões de *boulevardismo*, ditados de Paris para o resto da Europa. Renovado o quadro na Repartição Técnica - quase todo de formação ou aprendizagem parisiense - criação da equipa do engenheiro Ressano Garcia, do engenheiro António Maria de Avelar e dos arquitectos José Luis Monteiro e Augusto César dos Santos.

Uniformiza-se o seu mobiliário urbano, os quiosques estandardizados (1895), em “decalcado” desenho francês de Davioud, para comércio, ou mais tarde, para abrigo de mecanismos das *Companhias Reunidas de Gás e Electricidade*; inventam-se à falta de modelo francês novos marcos fontenários, do risco de mestre Monteiro ou de A. M. de Avelar, em ferro industrializado, mais modestos que os chafarizes dos anos 30, levando água a zonas populares, algumas distantes do centro; ou bebedouros

invadindo os jardins e matando a sede, em modelos nacionais de inspiração marinha. Muito originais são as fontes bebedouros de Julio Andrade, para homens e animais, com os seus cartazes zoófilos no cimo (1882).

Excepcionalmente, obras genuinamente francesas, no Rossio, a “fonte dos anjinhos” - uma *fontaine Wallace* - e as polémicas fontes monumentais de repuxo, da *Vol d’Osne*, sem nacionais reaproveitamentos, refrescando a praça soalheira, as únicas do género que herdariamos de Oitocentos.

A Avenida em luxo catita receberia encomendas e desenhos especiais; o “Tejo” e o “Douro” reaproveitados do demolido Passeio Público (1884); novos assentos, com grandes bancos de ripas, curvos como os canteiros de verdura ou em “sofá”, de braços e consolas em ferro fundido (1885); os primeiros candeeiros eléctricos (1889); e um oriental coreto de J. L. Monteiro (1894).

Cinco novos modelos de candeeiros, do *Gás de Lisboa*, espalhados pela cidade (1888); singulares os coríntios candeeiros nos Restauradores, com globos à inglesa, e malogrados os projectos de mestre Monteiro para candelabros ao Municipio ou à Praça do Comércio - em colunas rostaes de novo em lembranças de *la Concorde* - acabando por receber apenas os seus “pesados” bancos de pedra, exemplo raro de móvel urbano no desenho municipal.

No fim do século, os marcos anunciadores (1897) e as colunas, como as *Morris* em Paris, ou os painéis em chapa cruzada de mau efeito na rua, são invadidos por cartazes de publicidade que então se desenvolvia e habitualmente revestiam as empenas livres. Infelizmente, não vingaram os riscos de Marques da Silva, “architecto diplomado pelo governo francês” para suportes de publicidade de inspiração na odisseia lusa. Mas muitos outros móveis urbanos, como os “irmãos do santíssimo” para depósito da correspondência (1882); as guaritas ao pé dos monumentos guardando composturas; os inúmeros postes dos Telégrafos, dos Telefones e da Carris - com a sua rede eléctrica em 1901 - tecendo no céu lisboeta. No crescimento das linhas, colocavam-se quiosques de expedidores e guaritas de agulheiros,



dependuravam-se bandeiras de ferro em candeeiros pintados de branco e com vidros encarnados na lanterna, assinalando paragens. Novos chalets-retrete, pitorescos, do risco de José Alexandre Soares, arquitecto municipal que sucedera ao seu mestre Monteiro, continuando a prolongar o tempo oitocentista...

Pejavam-se os passeios, as praças e os jardins, mobilados heterogéneamente, numa mescla de gostos e estilos - como era moda nos interiores domésticos da época - que o vereador republicano M. Ventura Terra, arquitecto de sentido cosmopolita, tentou remediar em planeamento e reorganização do espaço urbano. Fizeram-se as primeiras demolições, espaçadamente, primeiro no Rossio (1919), dez anos depois no Terreiro do Paço, caíam quiosques, bancos, candeeiros, estes substituídos pelos divertidos “nabos”, mais modernos (1928); e apareciam os réclames luminosos, subindo até aos telhados (1929) e os néons (1934); os postos avisadores dos Bombeiros (1923) ou as britânicas cabines telefónicas (1932) e marcos de fibra electrificados (1938) tomavam a vez aos de pedra...

Nos anos 30 e 40 o risco do novo mobiliário urbano para Lisboa, à falta de exemplo, foi procurar formas aos móveis domésticos, vindo a partir dos anos 50 e 60, a seguir o modelo *davioudiano* para Paris, com excepcionais apropriações nacionais, ficando a originalidade pela decoração, em noemanuelino ou no emprego de azulejos, sem novidade estrutural. Acentuou-se a influência parisiense do desenho de Davioud, a partir da década de 80, com os responsáveis municipais pelo mobilamento dos novos arruamentos, que então se projectavam, de formação lisboeta, completada na *Ponts et Chausseés* ou na *Beaux-Arts*, importando nisso aptidões e gostos, tentando europeizar a paisagem e a sociabilidade urbana da capital alfacinha.

Lisboa foi-se mobilando com alguns móveis urbanos particulares como quiosques, mesas, balanças, colunas anunciadoras e réclamos a néon, sujeitos a taxas, posturas e aprovação camarárias; e muitos outros, propriedade municipal ciosamente marcados com as iniciais CML ou as armas da cidade, e datados, mostrando obra da vereação.

O mobiliário urbano, candeeiros, bancos, quiosques e outro, ao instalar-se nos jardins urbanizava-os e os pontos de verdura, em alinhamentos de árvores e placas ajardinadas, ao introduzirem-se na rua devolveram-lhe a natureza, domesticada, controlada por gradeamentos transparentes, iluminada por candeeiros com enrolamentos vegetais, com bancos pitorescamente rústicos, surgindo uma estética urbana resolvida neste jogo dialético entre estes dos universos, espaços verdes e móveis da cidade.

O mobiliário das ruas e jardins de Lisboa foi ganhando pela fruição dos transeuntes, alcunhas e “sentimentos” personificando-se, os “bancos impudicos” ou o “relógio vaidoso”; e ainda, associações de tipos, na “cena urbana”, como o galego, o bêbedo e o candeeiro, ou o vagabundo e o banco, registos em desenho e em texto - em que as caricaturas de Rafael Bordalo são exemplo maior - captando a intimidade poética de quem vive nesta cidade; podemos dizer-lo no fim deste inquérito, que é a casa, a rua ou o móvel urbano que ao definirem-na fisionomicamente, fazem com que nós a reconheçamos, através da legibilidade da sua paisagem e pela sua modalidade de ser habitada.

Durante o período deste inquérito, cruzamo-nos com alguns dos melhores arquitectos da segunda metade de Oitocentos, P.-J. Pézerat, J. L. Monteiro, da esfera lisboeta, ou mesmo Marques da Silva, do círculo nortenho; e ainda, nas primeiras décadas de Novecentos com J. Alexandre Soares e em diferente situação de reordenamento, com M. Ventura Terra, que mesmo assim (quase) não nos legaram móveis próprios, em vez disso, decalcando o risco de Davioud, escolhendo por catálogo ou aceitando desenhos propostos por sociedades estrangeiras, deixando em aberto a falência de invenção nacional, remediando-se a cidade em poupanças alfacinhas. Talvez noutro tempo, com outros homens e outra vida nacional imposta, venham surgir móveis urbanos em riscos lisboetas...



## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **1. Fontes**

#### **1.1. Manuscritas**

##### **1.1.1. CARRIS**

###### **Arquivo Central**

- . Aprovação do Projecto Carris-CML, Pasta nº 2, Doc. 1b, 27 de Abr. de 1898.
- . Desenho, Pasta nº 2, Doc. 1a, s. cota, s. d.
- . Memória Explicativa sobre a Aplicação da Tracção Eléctrica dos Americanos de Lisboa, Pasta nº 2, Doc. 1a, s.p.
- . Pasta nº 2, doc. 34, 27 de Nov. de 1920, Pasta nº 3, doc. 46, Dº Nº 1782, Pasta 3, doc. 54, de 25 de Jan. de 1923,

###### **Museu da Carris (em instalação)**

- . CASTRO, António Paes de Sande e - A Carris e a Expansão de Lisboa: subsidíos para a história dos transportes colectivos na cidade de Lisboa, 2ª parte, s. d., p. 7, (texto dactilografado).
- . Museu da Carris, cota 83. A. 109, cota 83.A.110.

###### **Sala de Desenho**

- . Sala de Desenho, Dº Nº 5067, Dº Nº 4747, Dº Nº 674/1196, Dº Nº 235/1165, Dº Nª 709/1200, Dº Nº 3467, Dº Nº 1855, Dº Nº 3850, Dº Nº 52/1161, Dº Nº 53/1162, Dº Nº 3545, Dº Nº 1949, Dº Nº 2194, Dº Nº 4259, Dº Nª 1194/124,

DºNº 1131/1236, DºNº 2485, Dº Nº 1879, Dº Nº 25/1160, Dº Nº 19/1420, Dº Nº 318/1426, Dº Nº 354/1178, Dº Nº 2752, Dº Nº 4273.

### 1.1.2. CML-AAC

- . COMM, cx. nº 3, Parecer nº 919, 3 de Jun. de 1881.
- . COP, Parecer nº 65, de 15 de Nov. de 1886, Parecer nº71, de 29 de Novembro de 1886.
- . cx. nº 37/ V. Nota da Concessão feita pela Camara (---) sessão de 10 de Julho de 1884 a diversos, para estabelecimento de kiosques em diferentes ruas e praças publicas, sem cota, Doc. de 19 de Junho de 1900.
- . Desenho, 12 de Fev. de 1887, sem cota.
- . DSU, cx. nº 102, Doc. 21.
- . Equipamento Urbano, Gavetas 39 a 42.
- . Informação nº 2629, de 18 de Ago. de 1882 e pl. anexa.
- . OP, Cx. nºs 3, 3A, 4, 5, 5A, 8, 9, 12.
- . OP, Orçamentos, Orçamento nº 425, cx . nº 8.
- . P, Cx. 5, 6, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 21, 31.
- . PA, Cx. nº 1, 25.
- . “Planta do Passeio Público”, pl. 6880, 1848, Bonnard, Gaveta do restauro.
- . Parecer nº 938, 22 de Jul. de 1881.
- . Plantas nº 10.663 a 10.667, anexas ao Doc. de 13 de Dez. de 1888.
- . Proposta do Vereador das Obras, Sessão de 22 de Nov. de 1886.
- . Rep. Técnica, Copiadores de ofícios, Copiador de Ofícios nº 6.
- . Rep. Técnica, *Livro de Edificações e Construções*, 1892.
- . Rep. Técnica, Ofício, nº 3676, de 20 de Mar. 1884
- . Rep. Técnica, Orçamentos, orçamento nº 311, cx. 6A.
- . 4ª Rep. de Architectura. Copiadores de Ofícios, Copiador de Ofício, nº 5.
- . Secretaria Geral, 1ª Repartição, 14 de Fev. de 1885.
- . Sessão de Câmara, de 6 de Jul. de 1882.



- . SGO, Cx. nºs 1, 2, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 23, 31, 33, 34, 43, 49, 50, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 79, 80, 81, 82, 115, 126.
- . V, Cx. nº 7.

### 1.1.3. CML-AE

- . Obra nº 38774.

### 1.1.4. CML-GEO

- . Espólio Duarte Pacheco, *Albúm de Fotografias*.

### 1.1.5. CML-MC

- . “Alçado de cada um dos Paineis, de gradeamento de ferro”, 18 de Out. de 1841, M. F. Leal.
- . “Alçado de um Chafariz, Para o Largo de São Paulo desta Cidade de Lisboa”, aprovado em 27 de Dez. de 1848.
- . “Alçado do Chafariz”, n.d.
- . “Alçado do Chafariz que a Exma Camara Municipal de Lisboa, manda construir em ou Bairro de Belém, e no citio denominado ou Chão Salgado”, aprovado em 8 de Mar. de 1847.
- . “Alçado do Chafariz que a Exma Camara municipal de Lisboa, manda construir em o Largo da Memória em o Bairro de Belém”, aprovado em 14 e Mar. de 1850.
- . “Alçado que deve ter o chafariz do Largo da Boa-Hora em Belém”, n. ass., 1838.
- . Desenho de grade, 9 de Fev. de 1857, n. ass.
- . “Esboço (croquis) das obras mencionadas na memória dirigida à Exellma Camara Municipal de Lisboa, Por Bento Joaquim Cortez Mantua, e Pedro José Pézerat, à cerca das operações...”, 10 de Jan. de 1849.
- . “Esboço d’um Projecto de pequeno Chafariz de duas bicas para o Largo do

- Picadeiro ou o Largo da Boa-Hora em substituição do actual Chafariz di Loreto. Por economia quiz aproveitar as carrancas do actual chafariz” (1854).
- . “Espacato do Arco do Bandeira, onde se mostra a cortina e Grade de ferro que fechão as meias laranjas”, s.d., M. F. Leal.
  - . Gaveta do arquivador, Desenhos nº 82, 316, 317, 318.
  - . Invº nº 118/115, ass., n.d.
  - . Modelos de Marcos, n.d., n.ass.
  - . Orçamento para as pilastras da grade para a Rua do Alecim, 2 de Ago. de 1853, P. J. Pézerat.
  - . “Planta e Alçado de um Chafariz para o Largo da Qunta da Princeza em o sitio de Pedrouços”, 20 de Nov. de 1850.
  - . “Planta e Alçado do Chafariz que a Exma Camara Municipal projecta construir em a Calçada do Livramento junto a muralha do Largo das Necessidades”, 21 de Out. de 1839.
  - . “Planta da Grade para a Curtina do Campo de Sant’Ana”, n.d., n.ass.
  - . “Projecto de remoção do Chafariz do Loreto para o Largo do Picadeiro”, Lisboa, 6 de Set. de 1853.
  - . “Projecto de Remoção do Chafariz Do Loureto para o Largo do Picadeiro e o Largo da Boa-Hora”, Lisboa, 19 de Dez. de 1853.
  - . “Projecto para o estabelecimento de marcos fontenários no Largo de S. Carlos”, 14 de Out. de 1852.
  - . “Projecto para o fichamento da Praça de São Paulo desta Cidade”, n.d., n. as.
  - . “Projecto para o Passeio des de Porta do Pateo da Moeda até o Beco do mesmo nome”, 5 de Fevereiro de 1834, Malaquias Ferreira Leal.
  - . “Prospecto que tem, e deve ter o chafariz d’El Rei”, 25 de Nov. de 1836 e arranjo do chafariz de Dentro, 27 de Nov. de 1836.
  - . Sala do Passeio Público, nº 87 INV, nº 118 INV, nº 260, INV.

### **Colecção de Cromolitografias**

- . *Avenida da Liberdade, Lisboa, Lithographia da Companhia Nacional Editora,*



- Brinde dos Editores Belém e C<sup>a</sup>, Rua do Marechal Saldanha, 26, Lisboa, s. d.*
- . *Avenida da Liberdade (vista tirada ao centro da avenida na direcção norte-sul), Lisboa, Lithographia A Editora, s. d.*
  - . *Escola Médica e Estátua de Souza Martins, Lisboa, Litographia A Editora, Brinde offercido pela Bibliotheca social operária aos seus assignantes do romance “O Rei dos Ladrões”, Lisboa, s. d.*
  - . *Praça do Comércio, Lisboa, Litografia, Lisboa, s. d.*
  - . *Praça de D. Luiz e Monumento ao Marquez de Sá da Bandeira, Lisboa, Litographia A Editora, Brinde offerecido pela Bibliotheca Social Operária aos seus assignantes do romance “Corôa de espinhos”, Lisboa, s. d.*
  - . *Praça de D. Pedro, Lisboa, Lithographia da Companhia Nacional Editora, Brinde dos Editores Belém e C<sup>a</sup>, Rua do Marechal Saldanha, 26, Lisboa, s. d.*
  - . *Praça Luiz de Camões, Lisboa, Litographia A Editora, Brinde offerecido pela Bibliotheca Social Operária aos seus assignantes do romance “Virgem Mãe”, Lisboa, s. d.*
  - . *Monumento e Praça do Duque da Terceira, Lisboa, Litographia A Editora, Brinde offerecido pela Bibliotheca Social Operária aos assignantes do romance “Sempre Noiva”, Lisboa, s. d.*
  - . *Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa, Litographia A Editores, Editores Santos, Vieira & C<sup>a</sup>, Lisboa, s. d.*

#### 1.1.6. CML-PC

- . Livro de Registo de Editais, 1786-1885, nº 730 Anúncio, fl. 108, cota 9/28.
- . Livro de Registo de Editais, 1876-1885, fl. 108.
- . Núcleo de Belém, Livro de Autos de Arrematação, fl. 57v-58v., cota 9/36.

#### 1.1.8. CTT

Ex-Arquivo Histórico dos CTT - Biblioteca e Documentação Histórica

## da Fundação das Comunicações (em instalação)

- . "Fabricos das O. G.", in, José Mendes Freire Junior - *Officinas Gerais e Transportes Postais, Relatório 1926 a 1931*, Vol. I, Lisboa, Correios, Telégrafos e Telefones, Set., 1932, p. 76-M, texto dactilografado.

### 1.2. Impressas

#### 1.2.1. Monografias

- ALPHAND, Adolphe - *Les Promenades de Paris. Histoire. Descriptions et embellissements. Dépenses de création et d'entretien...Etude sur l'art des jardins et arboriculture...*vol. 2, Paris, Rothschild, 1867-1873.
- ALMANACH *Bertrand*, 1902.
- ALMANACH *de Portugal para o Anno de 1855*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854.
- BARRETO, António, e MÓNICA, Maria Filomena - *Retrato de Lisboa Popular: 1900*, 2ª ed. Lisboa, Presença, 1983.
- BENOLIEL, Joshua - *Arquivo da vida Portuguesa 1903-1918*, Lisboa, Bertrand, s.d
- BRUGNIÉRES, A. Vallet - *Six Semaines à Lisbonne et à Madrid*, Paris, Libraire Taibout, Albert Wolff, Éditeur, 1903
- CAMARA, P.P. da - *Descrição Geral de Lisboa em 1839 (...)*, Lisboa, Tipografia da Academia das Belas Artes, 1839.
- CONDIÇÕES *Geraes das adjudicações de fornecimento de material, Cad. d'enc. E.* 5, Lisboa, Ministério das Obras Públicas Commercio e Industria, Direcção dos Serviços Telegrapho-postaes, Repartição dos Telegraphos, 1895.
- DIAS, Marina Tavares - *Photographias de Lisboa 1900*, Lisboa, Quimera, 1989.
- GUIA *ILUSTRADA de Lisboa e suas Circunvizinhanças*, Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional, 1891.
- INSTRUÇÕES *Geraes sobre a construcção das Linhas Telegraphicas traduzidas da circular Nº 124, Das leis e regulamentos telegraphicos francezes - 1856"*, p. 17, in *Colectânea de Regulamentos e Legislação de Telégrafos 1856-1874*.
- JACKSON, Lady - *A Formosa Lusitânia*, Porto, Livraria Portuense, 1877.



JOLY, C. - *Note sur le parc de la liberté a Lisbonne*, Paris, Typ. Georges Chambrot, 1888.

*LE PARC de la liberté a Lisbonne (Portugal), description général des projects présentés au concurs*, Paris, 1887.

*LES GRANDS TRAVAUX de la Ville de Lisbonne (Portugal), le parc de la liberté*, Tours, 1896.

LISBOA. Câmara Municipal de Lisboa - *Actas das Sessões*, 1902, 1903, 1904, 1910, 1911, 1912, 1913.

- *Annaes do Município de Lisboa*, Lisboa, CML, 1859.

- *Arquivo Municipal de Lisboa*, 1875, 1876, 1878.

- *Código de Posturas do Municipio de Lisboa*, Lisboa, Tip. da Empresa Diário de Noticias, 1923,

- *Regulamentos Policiaes augmentados com o Codigo de Posturas do Municipio de Lisboa de 1886 e todas as deliberações camararias referentes ao mesmo Codigo, posteriormente publicadas*, Lisboa, Palhares & Comt<sup>a</sup>., 1898.

- *Repertório das Posturas da Câmara Municipal de Lisboa mandada publicar pela Veração do Anno de 1840*, Lisboa, Imp. de Cândid António da Silva Carvalho, 1841.

- *Synopse dos pricipaes actos administrativos da Câmara em 1844*, Lisboa, CML, 1845.

LISBOA. Corpo de Bombeiros Municipais de Lisboa - *Postos Telefonicos e Avisadores para chamadas de socorros*, Lisbos, CML, 1924.

M., C. - *Souvenirs et Profils de Portugal*, Paris, Imprimerie E. Des Grand Champs, 1902.

MAGALHÃES, Cruz - *Eléctricos*, Lisboa, (1909), s.p.

MÓNICA, Mara Filomena - *A Queda da Monarquia, Portugal na viragem do século*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.

NADVALE, Lord Pechincha de - *O Inverosimil, Conferência Proibida. Sep. da Alma Nova*, Famalicão, 1923.

*NOVA DESCRIÇÃO DE LISBOA, dos seus Arredores, e de Cintra, Pena e Mafra (...)*, Lisboa, João P. M. Lavado, 1853.

- PÉZERAT, P. - J. - *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne, Lisbonne*, Imprimerie Franco-Portugais, 1865.
- PINA, Mariano - "Notas de Lisboa", in *A Ilustração*, vol. 3, Paris, 1886, pp. 274-275.
- ROBERT, E. - *Souvenirs et Saudades de Lisbonne*, Porto, Empresa Literária e Tipográfica, 1901.
- RODRIGUES, Francisco de Assis - *Diccionario Technico e Histórico de pintura, escultura, arquitectura e gravura*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.
- S. A. - *A Handbbook for Travellers in Portugal (...)*, London, Jonh Murray, 1887.
- SILVA, Dias da - "Carta a El-Rei", in *O Século*, 20 de Novembro de 1900

### 1.2.2. Catálogos

- DURENNE, A. e Du Val D'Osne - *Lanternes et Candélabres Début de Siècle*, s.l., s.d.
- EXPOSIÇÃO da Indústria em 1849, Lisboa, Typ. da Revista Universal Lisbonense, 1850.
- LISBOA, Câmara Municipal de - *Provas Originais 1858-1910*, (Org. Arquivo Municipal), Lisboa, CML, 1994.
- *7 Olhares*, (Org. Arquivo Municipal), Lisboa, CML, 1994.
- PASSOS, Silva - *Bilhetes Postais Antigos do Largo do Rato à Praça D. Luís: Persistências e Inovações no Decorrer de Quatro Décadas*, Lisboa, Lisboa 94 / Livros Horizonte, 1994.

### 1.2.3. Periódicos

- ABC, 1921, 1922, 1928, 1929.
- O ANTÓNIO MARIA, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884.
- O ARCHIVO PITTORESCO, 1858-1859, 1860, 1863.
- O CHINELO, 1900.
- O DIÁRIO ILLUSTRADO, 1872.
- DIÁRIO DE NOTICÍAS, 1894, 1913.
- DUENDE, 1863.



*O OCIDENTE*, 1878, 1882, 1884, 1886, 1889, 1890, 1893, 1899, 1914.  
*ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA*, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1920, 1922, 1923.  
*A ILLUSTRAÇÃO*, Paris, 1886.  
*O JARDIM LITERÁRIO*, 1848.  
*JORNAL DE NOTICÍAS*, 1866  
*MUSEU PITORESCO*, 1841.  
*O NOTÍCIAS ILUSTRADO*, 1928, 1929, 1930, 1932, 1933, 1934, 1935.  
*O PANORAMA*, 1840, 1866.  
*A PARÓDIA*, 1902, 1904.  
*PONTOS NOS ii*, 1886, 1887, 1889.  
*REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE*, 1841, 1842, 1843, 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1850.  
*O SÉCULO*, 1893, 1896, 1929.  
*O SÉCULO. Suplemento Humorístico*, 1898.  
*O SÉCULO. Suplemento Ilustrado*, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1913.  
*A SEMANA*,  
*SEMPRE FIXE*, 1927, 1928, 1929.  
*OS SERÕES*, 1908, 1909.  
*UNIVERSO PITTORESCO*, 1839, 1840, 1841, 1842.  
*O ZOOPHILO*, 1882, 1901, 1903.

## 2. BIBLIOGRAFIA GERAL

### 2.1. Monografias

ARGAN, Giulio Carlo, e FAGIOLO, Maurizio - *Guia de História da Arte*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.  
 BAIRRADA, E. Martins - *Empedrados Artísticos de Lisboa: a arte da calçada-mosaico*, Lisboa, CML, 1985.  
 BASTOS, Sousa - *Lisboa Velha: sessenta anos de recordações 1850 a 1910*, Lisboa, CML, 1947.  
 BELTRAIN, Alain - "Création et développement du réseau électrique parisien

1878-1939" in *Paris et ses Réseaux : naissance d'un mode de vie urbain XIX-XX siècles*, Paris, Bibliothèque Historique de la Ville de Paris, 1990, pp. 241-257.

CAMELO, Hermes Augusto - *História do Serviço Telefónico do Batalhão de Sapadores Bombeiros*, Lisboa, CML, 1971.

CÂNCIO, Francisco - *Lisboa no tempo do Passeio Público*, Lisboa, 1962, 2 Vols.

CASTILHO, Júlio de - *Lisboa Antiga*, Lisboa, Bertrand - José Bastos, 1903.

CUSTÓDIO, Jorge - "As infraestruturas: os canais de Lisboa", in *Lisboa em Movimento, 1850 - 1920*, Lisboa, Sociedade Lisboa 94 e Livros Horizonte, Junho/Outubro, 1994, pp. 93 -131.

COSTA, Mário - *O Chiado Pitoresco e Elegante, História. Figuras, usos e Costumes*, Lisboa, CML, 1987.

*DICIONÁRIO DA HISTÓRIA DE LISBOA*, (Dir. Francisco Santana e Eduardo Sucena), Lisboa, Carlos Quintas & Associados, 1994.

*DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL*, (Dir. Joel Serrão), Porto, Livraria Figueirinhas, 1979, 6 vols.

*ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA ILUSTRADA*, Porto, Tip. de Artur José & irmão, s.d.

FARIELLO, Francesco - *Arcitettura dei Giardini*, Roma, Edizioni dell' Ateneo, Scipioni Editore, 1985.

FRANÇA, J.-A. - *Os Anos Vinte em Portugal, estudo de factos sócio-culturais*, Lisboa, Editorial Presença, 1992.

- *A Arte em Portugal no século XIX*, 2º ed. 1981, Lisboa, Livraria Bertrand, 1981, 2 vols.

- *A Arte em Portugal no século XX*, 2º ed., Lisboa, Livraria Bertrand, 1985.

- *História da Arte Ocidental 1780-1980*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

- *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, 2º ed., Livraria Bertrand, 1977.

- *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa, Biblioteca Breve, 1980.

- "De Pombal ao Fontismo, o urbanismo e a sociedade" in *O Livro de Lisboa* (Coord. Irisalva Moita), Lisboa, Expo'98, Livros horizonte e L'94, 1994, pp. 363-388.

- *Rafael Bordalo Pinheiro, o português tal e qual*, 2º ed. Lisboa, Livraria Bertrand,



1982.

- *O Romantismo em Portugal, estudo de factos socioculturais*, 2<sup>o</sup> ed. Lisboa, Livros Horizonte, 1993.

GUILLEME, André - "Le Páv  de Paris", in *Paris et ses Réseaux: naissance d'un mode de vie urbain XIX et XX si cles*, Paris, Biblioth que Historique de la Ville de Paris, 1990, pp. 59-82.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, Lisboa & Rio de Janeiro, Edit. Enciclop ddia, s.d.

HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA, (Dir., Philippe Ari s e Georges Duby), vol 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990.

LYNCH, Kevin - *A Imagem da Cidade*, Lisboa, Edições 70, 1982.

MACEDO, Luís Pastor de - *As Casas da Câmara de Lisboa*, Lisboa, CML, 1951.

MADUREIRA, Nuno Luís - *Cidade: Espaço e Quotidiano (Lisboa 1730-1830)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992.

NOBREZA DE PORTUGAL, (Dir. A. E. Martins Zuquete), Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda, 1984, 3 vols.

PAMPLONA, Fernando de - *Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses ou que trabalharam em Portugal*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1987, 5 vols.

PILOTO, João António - *Homenagem prestada em 12 de Dezembro de 1924 ao insigne arquitecto José Luiz Monteiro*, (Lisboa), Imprensa Nacional, 1925.

PORTUGUESES, Associação dos Arquitectos - *José Luiz Monteiro na arquitectura da transição do século, monografia*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1990.

PROENÇA, Álvaro - *Benf ca através dos tempos*, Lisboa, União Gráfica, 1964.

ROSSI, Aldo - *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa, Edições Cosmo, 1977.

SAPORITI, Teresa - *Azulejos de Lisboa do Século XX*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1992.

A SÉTIMA COLINA : *roteiro histórico-artístico*, (Coord. José-Augusto França), Lisboa, Lisboa94/Livros Horizonte, 1994.

SEQUEIRA, Gustavo Matos - *Depois do Terramoto: subsídios para a história dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, 4 vols.

- SILVA, António de Moraes - *Diccionario da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imp. Régia, 1831, 2 vols.
- SILVA Raquel Henriques da - "Os Últimos Anos da Monarquia, desenvolvimento urbanístico, os novos bairros" in *O Livro de Lisboa* (Coord. Irisalva Moita), Expo'98, Livros Horizonte e L'94, 1994, pp. 405-424.
- "O Passeio Público e a Avenida da liberdade" in *O Livro de Lisboa* (Coord. Irisalva Moita), Expo'98, Livros Horizonte e L'94, 1994, pp. 425-434.
- THE ANGLO-PORTUGUESE Telephone Co. Ltd.*, Lisboa, Anglo-Portuguese Telephone Co. Lda, 1930.
- THORNTON, Peter - *L'Époque et son Style, la décoration intérieure 1620-1920*, Paris, Flammarion, 1986.
- VITERBO, Sousa - *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988, 3 vols.
- WILLIOT, Jean-Pierre - "Nouvelle ville, nouvelle vie : croissance et rôle du réseau gazier parisien au XIX siècle" in *Paris et ses Réseaux : naissance d'un mode de vie urbain XIX-XX siècles*, Paris, Bibliothèque Historique de la Ville de Paris, 1990, pp. 213-232.

## 2.2. Catálogos

- *ARQUITECTURA DE ENGENHEIROS, Séculos XIX e XX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Mai./Jun., 1980, 2 vols.
- LISBOA. Câmara Municipal de Lisboa - *Cóco no traço de Raphael Bordalo Pinheiro: no centenário da morte de Rosa Araújo*, (Org. Eunice Relvas e Pedro Bebianio Braga), Lisboa, CML, Jan./Fev. 1993.
- *Exposição Comemorativa dos 100 anos do Monumento aos Restauradores de 1640 (1886-1986)*, (Org. Arquivo Municipal), Lisboa, CML, 1986.
- *Grandela, o grande homem*, (Coord. João Bonifácio Serra), Lisboa, CML, Out./Nov., 1994.
- *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*, (Org. Irisalva Moita), Lisboa, CML, 1990.
- *Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874-1909*, (Org. Raquel Henriques da



Silva), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

- *Lisboa em Movimento 1850-1920*, Lisboa, Lisboa 94/Livros Horizonte, 1994.

LISBOA, Universidade Nova de, Faculdade de Ciências Médicas - *Campo de Sant'Ana uma das 7 colinas de Lisboa*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de ciências Médicas, Jan./Fev. 1995

PINTO, Maria Helena Mendes - "Móveis", in *Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga, séculos XV/XVIII*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1979.

### 2.3. Publicações Periódicas

LAMAS, Maria - "Jardim da Estrela", in *Guia de Portugal Artístico*, Vol. 2, Lisboa, 1935, pp. 33-40.

FRANÇA, J.-A - "Pierre-Joseph Pézerat (1801-1872), le dernier architecte neo-clasique a Lisbonne", in *Bulletin de la Société de l'Histoire de l'Art Français*, année 1977, Paris, F. De Nobele, 1979, pp. 225-235.

NEVES, Eduardo - "A Faculdade de Medicina de Lisboa", in *Olisipo*, (6), 1939, pp. 87-102.

PICK, Frank - "The Street" in *Architectural Review*, vol. 74, Dec. 1933, pp. 215-219.

SILVA, Amadeu César - "História do Serviço de Incêndios em Lisboa", in *Boletim da Liga dos Bombeiros Portugueses* (198), 1961, pp. 10-12.

## 3. BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

### 3.1. Monografias

BORHAM, Pierre - *Charles Marville, Vespasiennes*, Paris, Paris Musées, 1994.

BRAGA, Pedro Bebiano - "Mobiliário Urbano: O Coreto em Lisboa" in *A Cidade, Jornadas inter e pluridisciplinares*, Actas II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 223-234.

- CAEIRO, Baltazar Matos - *Os Quiosques de Lisboa*, Lisboa, Distri Editora, 1987.
- CAETANO, Joaquim Oliveira - *Chafarizes de Lisboa*, Lisboa, Distri Editora , 1991.
- CHOAY, Françoise - "Pensées sur la Ville, Arts de la Ville", in *Histoire de la France Urbaine: la Ville de l'Âge Industriel*, vol. 4, Paris, Seuil, 1983, pp. 197-207.
- MACIAS Miguez, Manuel - *Alumbrado Publico de Sevilla (253 años de su historia)*, Sevilla, Ayuntamiento de Sevilla, 1985.
- MAILLARD, Claude - *Les Vespasiennnes de Paris ou Les Précieux Édicules...*, Paris, La Jeune Parque, 1967.
- MUSSAT, Marie-Claire - *La Belle Epoque des Kiosques à Musique*, Paris, Du May, 1992.
- RELVAS, Eunice, e BRAGA, Pedro Bebiano - *Coretos em Lisboa, 1790-1990*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1991.
- RELVAS, Eunice - "Bandas, Filarmónicas e Coretos Volantes: A Festa na Rua" in *A Cidade, Jornadas inter e pluridisciplinares*, Actas II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 237-253.
- SALADO González, J. M. - *Puestos de Agua en Sevilla*, Sevilla, Ayuntamiento de Sevilla e Junta de Andalucía, 1985.
- THÉZY, Marie de - *Charles Marville, Réverbères*, Paris, Paris Tête d'Afiche, 1993
- *Marville, Paris*, Paris, Hazan, 1994.

### 3.2. Catálogos

- GABRIEL DAVIÐOUD, *architecte de Paris (1824-1881)*, catálogo de exposição, Paris, Délégation à l'Action Artistique, 1981.
- THEZY, Marie de - *Paris, la rue. Le mobilier urbain parisien du Second Empire à nos jours...Histoire du mobilier urbain parisien...*, Paris, Société des Amis de la Bibliothèque Historique, Jan.-Mars, 1976.

### 3.3. Publicações Periódicas



- ADSHEAD, S.D. - "Shelters" in *Town Planning Review* (5), 1914, pp. 139-140.
- "Tall Lighting Standards, Masts, and Car Poles" in *Town Planning Review*, Apr. 1914, pp. 47-48.
  - "Utilitarian Furnishings" in *Town Planning Review*, Oct. 1913, pp. 192-194.
  - "Fountains" in *Town Planning Review*, Apr. 1912, pp. 19-22.
  - "Fountains" in *Town Planning Review*, Jul.. 1912, pp. 114-117.
- DOWNIE, Margaret N. - "Street Furniture : I", in *Journal of the Royal Institute of Brithish Architects*, August, 1946, pp. 435-442.
- "Street Furniture : II", in *Journal of the Royal Institute of Brithish Architects*, Sept., 1946, pp. 498-503.
- FERNANDES, Furtado - "Receptáculos Postais, alguns apontamentos sobre a sua história", in *Revista de Correios e Telecomunicações* (12), Dezembro 1969/ Janeiro 1970, pp. 41-43.
- FOREHOE, C. - "Street Furniture: History of the Bollard", in *Architectural Review*, September, 1953, pp. 191-192.
- MANSFIELD, Howard - "Britain's Phone Kiosks", in *Places*, vol. 6, (2), 1990, pp. 7-9.
- M.C. - "Os Quiosques de Lisboa", in *Olisipo* (89), 1960, pp. 54-55.
- NERY, Castro - "Iluminação Pública - evolução na cidade de Lisboa" in *Revista Municipal* (73), 1957, pp. 5-16.
- NUNES, Isabel - "Um estudo sobre chafarizes de Lisboa: de 1886 a 1913, uma etapa no abastecimento de água a Lisboa", in *Revista Municipal* (24), 1988, pp. 26 - 40.
- SCHOFER, Jean - "The Furnishing of a City" in *The Architectural Record* (13), Jan. 1903.
- VARNON, Peter - "Street furniture, Survey of Street Ligthing", in *Architectural Review*, Vol. 110, July, 1951, pp. 51-55.

## ÍNDICE ONOMÁSTICO

### A

- AFONSO XIII --- 67  
ALEMÃO, António Dias --- 186  
ALMEIDA, Jacinto --- 86  
ALPHAND, Jean-Charles-Adolphe --- 3-4, 15, 17, 20, 29, 42, 46, 73, 109, 122,  
162, 176, 187  
ALVES, Caetano --- 190  
AMMAN, Josephine --- 125  
ANDRADE, Júlio --- 88, 90, 222  
ANTUNES, João --- 158  
ARAÚJO, Rosa --- 103, 126, 145, 181  
ARBONE, Emilia --- 151  
AVELAR, António Maria --- 21, 38, 41, 82-83, 85, 89, 92, 102, 127, 222

### B

- BARATA, MARTINS --- 117  
BARBELAT, M. --- 72  
BARBOSA, Manuel António Teixeira --- 170  
BARRET, Carlos Gomes --- 48  
BASTOS, Victor --- 42, 52  
BELGRAND, Eugène --- 72  
BENOLIEL, Joshua --- 159  
BERMUDES, Adães --- 66  
BLASCO, Miguel Ângelo --- 74  
BLONDEL, Paul --- 66  
BONNARD, João --- 51, 100, 124, 129,  
BORDALO PINHEIRO, Manuel Gustavo --- 57, 58



———, Rafael --- 53, 57, 90, 103-104, 114, 117, 143, 181, 225

BOTELHO, Carlos --- 64-66

## C

CABRAL, Fernando Pereira Palma Osório --- 57

CALMELS, Anatole --- 52

CÂNDIDO, Alfredo --- 64

D. CARLOS I --- 67

CARPEAUX, J.-B. --- 96

CARRIER, Delleuse --- 96

CASTRO, Martinho António --- 48, 56

CHABROL, Gilbert-Joseph-Gaspar --- 28

COELHO, José da Purificação --- 190

COLAÇO, Jorge --- 104

CORMON, F. --- 104

COSTA, José da --- 160

———, Verissimo J. --- 52

COSTA E SILVA, J. --- 76, 102

COUTO, António --- 66

CUNHA, Augusto António da --- 210

## D

D'ANGERS, David - 105

DAVIOUD, Gabriel-Jean-Antoine --- 3, 16-17, 21, 29, 39, 42, 57, 68, 72, 96-97,  
105, 109-110, 141, 148-149, 154, 160, 162, 165, 176, 180, 181, 222, 224-  
225

DEJAN, Eugène --- 73

DEMY, Eugène --- 128

DETRY, José --- 51, 101  
DUARTE TEIXEIRA --- 112  
DUCHÊNE, Henri --- 128  
DURENNE, Antoine --- 47, 91  
DURET, J. --- 96

## E

EDUARDO VII --- 67  
ENCARNAÇÃO, António Cândido --- 37

## F

D. FERNANDO II --- 4, 101, 131, 221  
FERREIRA, Joaquim Alves --- 130  
FONSECA, António Tomás --- 55  
———, Rodrigo da --- 111  
FRANCISCO, João --- 129  
FRANÇA, José-Augusto --- 219  
FREIRE, Luciano --- 169  
FREITAS, Francisco Caetano --- 125  
FURTADO, Eusébio Cândido --- 10  
FUSCHINI, Augusto --- 104-105

## G

GARCIA, Frederico Ressano --- 19-21, 42, 80-81, 86, 92, 103, 113, 115, 126, 131,  
145-146, 148, 165, 183-184, 199, 222  
GEORGE IV --- 26  
GIUSTI, Alessandro --- 74  
GOMES, Alexandre --- 74, 98  
———, João --- 131  
GONÇALVES, Albano --- 208  
GRANDELA, Francisco de Almeida --- 200, 207

## H

HAUSSMANN, Goerges-Éugene --- 14-15, 27-29, 46, 71, 122, 162  
HERTEFORD, marquês de (ver WALLACE, Richard) ---



HITTORFF, J. I. --- 54

I

---

J

JACQUEMART --- 96

JONES, Inigo --- 27

K

---

L

LALOUX, Victor --- 23, 166

LEAL, Malaquias Ferreira --- 19, 32, 36, 73, 75-76, 97, 99, 111, 124, 177, 221

LEBOURG --- 72

LEMOS, Afonso de --- 190

LINO, Raúl --- 159

LODI, Fortunato --- 53

LOUBET, Émile --- 67

LOUIS PHILIPPE, rei de França --- 15

D. LUÍS I --- 67

LUIZ, Jorge Severo --- 185

LUSSEAU, Henri --- 102, 127

M

MACHADO, Álvaro d'Acensão --- 61, 190

MACHADO DE CASTRO, --- 74, 77, 99, 106

MACIEIRA, Frederico Eugénio --- 170

MAIA, Manuel da --- 7, 31-32

MANIQUE, Diogo Inácio de Pina - 48

MANUEL REINALDO --- 13

MANTUA, Bento Joaquim Cortez --- 74

MARGIOCHI, Francisco José --- 19

D. MARIA I --- 48

D. MARIA II --- 2, 36, 125

MARNAY, Charles --- 143

MARQUES, Bernardo --- 118

MARQUES DA SILVA --- 166, 173, 223, 225

MARTA, Joaquim Luís --- 207  
MARTIN --- 71, 176  
MAYEUX, M. H. --- 166  
MELO, D. Tomás José Flether de M. Homem --- 141, 163, 167  
MIGUÉIS, José Maria Porto --- 141  
MIRANDA DO VALE --- 153  
MONTEIRO, José Luís --- 20-21, 23, 42, 54, 80-81, 103, 106, 115, 119, 126-128,  
132, 134, 136, 188-189, 222-225  
MONTEZ, Paulino --- 172  
MOREAU --- 96  
MOTA, Costa (tio) --- 43, 132

## N

NAPOLÉÃO III --- 15-16, 29  
NASH, J. --- 27  
NUNES, Alberto --- 55  
———, Américo --- 91

## O

OEIRAS, Joaquim --- 169  
OLIVEIRA, Alfredo Dias de --- 102  
———, José Augusto --- 169

## P

PACHECO, Duarte --- 2  
PARRA, Francisco Filipe --- 169  
PASCAL, Jean-Louis --- 20, 23, 134  
PEDREIRA, José da Costa --- 145  
PERES, Diogo --- 22  
PÉZERAT, Pierre-Joseph --- 17-20, 35, 37, 74, 77-78, 129, 133, 221-222, 225  
PINTO, João das Neves --- 84, 87  
———, José António Jorge --- 193  
PINTO, Silva --- 132  
PRADIER --- 105



## Q

QUEIRÓZ VELOSO --- 43

## R

RAMBUTEAU, Claude-Philibert --- 15, 28, 71, 109, 176

ROBERT, Elias --- 105

RODRIGUES, Francisco Assis --- 99, 124

———, M. V. --- 112

## S

SALAZAR, António de Oliveira --- 2

SALLES, Henrique Ferreira --- 144

SAMODÃES, conde de --- 78

SANTOS, Augusto César dos --- 21, 37, 40-41, 80-81, 113, 149, 183, 222

———, Eugénio dos --- 31

———, Francisco --- 66

———, Henrique Sabino --- 152

———, José Carlos --- 171

SOARES, José Alexandre --- 22, 23, 84, 87, 134, 185, 192, 194, 224-225

SOUVINET, Carlos Adolfo --- 130

SCOTT, Sir Giles Gilbert --- 210

SILVA, A. Domingos Parente da --- 19, 42, 79, 118, 142, 222

———, Alberto Pedro da --- 186

———, I. da --- 98

———, Francisco Duarte da --- 133

———, Manuel da --- 203

SIMÕES DE ALMEIDA --- 55

STUART DE CARVALHAIS --- 66, 91, 206

## T

TISSARD, Ernest --- 129

## U

---

## V

VALENÇA, Francisco -- 65  
VASQUES CARDOSO --- 130  
VAUDOYER, Léon --- 16  
VEIGA, Leça da --- 91  
VIEIRA, Joaquim António --- 148  
VELOSO SALGADO --- 193  
VENTURA TERRA, Miguel --- 23, 62, 106, 168, 214-215, 224-225  
VIOLET-LE-DUC --- 132  
VOLVIC, conde de (ver CHABROL, Gilbert-Joseph-Gaspar)

## W

WALLACE, Richard --- 72  
WILLIAM IV --- 26  
WHITEHEAD --- 72

## X

---

## Y

---

## Z

---

